



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**LUMPEMBURGUESIA E INTEGRAÇÃO:
A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO E
A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA – 2013-2016**

RAPHAEL LOBO DUARTE BATISTA TEIXEIRA

Foz do Iguaçu

2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**LUMPEMBURGUESIA E INTEGRAÇÃO:
A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO E
A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA – 2013-2016**

**RAPHAEL LOBO DUARTE BATISTA
TEIXEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais e Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Wolney Roberto Carvalho

Foz do Iguaçu
2019

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

T266

Teixeira, Raphael Lobo Duarte Batista.

Lumpemburguesia e integração: a Federação das Indústrias de São Paulo e a política exterior brasileira - 2013-2016 / Raphael Lobo Duarte Batista Teixeira. - Foz do Iguaçu-PR, 2019.

189 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Wolney Roberto Carvalho.

1. Integração latino-americana. 2. Lumpemburguesia. 3. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 4. Relações internacionais - Brasil. I. Carvalho, Wolney Roberto. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 316.343-058.13

RAPHAEL LOBO DUARTE BATISTA TEIXEIRA

**LUMPEMBURGUESIA E INTEGRAÇÃO:
A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO E
A POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA – 2013-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais e Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Wolney Roberto Carvalho
UNILA

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
UNILA

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri
UNILA

Prof. Dr. Jales Dantas da Costa
UNB

Foz do Iguaçu, 13 de março de 2019

Dedico este trabalho à memória do Presidente Getúlio Vargas, à Leonel de Moura Brizola e ao general Juan Domingo Perón. A todos os *Cabecitas Negras* e *descamisados* de nossa 'Pátria Grande'

AGRADECIMENTOS

A organização e execução deste programa de pesquisa se deve menos ao mérito e esforço individual e mais à noção conjuntural, sorte e aos condicionamentos reais que incidiram ao longo do meu percurso de vida. Neste passo, agradeço em especial ao povo e a classe trabalhadora brasileira, pois – ainda que inserida na lógica restringida da “democracia do possível” e/ou na “democracia do viável” –, até agora, mantém uma universidade pública e gratuita. Nestas circunstâncias, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e ao programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) que, dentro de uma realidade onde os programas de Pós-Graduação estão submersos à uma concepção de neutralidade científico, antiensaio, linguagem antipopular e norteamericanismo intensivo, se distingue ao permitir certo de grau de “heresia”. Disso resulta o fator sorte, pois tivemos o privilégio de estudar em uma universidade única e necessária e, ao mesmo tempo, a felicidade de conviver com um grupo de amigos e professores infinitamente generosos. Por conseguinte, agradeço também à minha mãe Donatila Lobo Duarte Batista.

Sem dúvida, este trabalho foi uma construção social que tem um pouquinho de cada um, sendo impossível citar todos, todavia, não poderia deixar de citar os amigos: Victor Nascimento Galvão, Paula Constante, Claudio Magalhães Santana, Isabela Travassos, Renan Peixoto, Mayara Gomes, Helitton Christoffer, Alma Monges, Fednel Saintil, Santiago Giantomasi, Hannah Guedes, Sandro Santana, Marta Cerqueira Melo e Stefany Silva do Nascimento.

Aos professores, agradeço primeiramente ao meu orientador Wolney Carvalho, a quem serei eternamente grato, por sempre, ao longo da pesquisa, ter instigado a inquietude e autonomia intelectual. Ao prof. Nilson Araújo de Souza, responsável por me apresentar Getúlio Vargas e o nacionalismo brasileiro. Ao prof. André Kaysel Velasco e Cruz, por sua fundamental contribuição e rigor na avaliação de qualificação. À Patrícia Mechi, com quem realizei meu estágio docência. Aos professores Luciano Wexell Severo, Luisa Moura, Elaine Tavares e Élen Cristiane Schneider.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao Grupo de Estudos sobre Teoria da Dependência (GETD-UNILA), principalmente à profa. Marina Machado de Magalhães Gouvêa e ao prof. Fernando Corrêa Prado, responsáveis por me guardarem, sempre, à esquerda.

A realidade comprovou seus temores. Contudo, que procedência têm as afirmações absurdas e tão corriqueiras na imprensa de nossos dias sobre “o fim do comunismo”, “o mundo pós-socialista”, “a morte do marxismo”, etc.? Nenhuma, exceto para aqueles que crêem que o capitalismo é o fim da história! Exceto para os pessimistas que pensam que a humanidade não tem alternativa melhor para a maioria, senão a miséria e seus subprodutos tais como a marginalidade, a enfermidade e a violência! Ou para os ingênuos que crêem que esse sistema pode evoluir para uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza gerando níveis progressivos de bem-estar. Todas essas percepções são estranhas à história e à ciência. [...] São cientificamente infundadas porque o capitalismo atravessa uma crise estrutural insuperável que advém do processamento da revolução científico-tecnológica. Essa revolução situa a ciência como a principal força produtiva e tende, pela automação, a retirar a força de trabalho do homem do processo produtivo direto [...]. Como processar tudo isso sem *planificação*? Mas esse conceito hoje é tão abjurado? Como fazê-lo sem *intervenção estatal*? Mas essa ideia não está tão “fora de moda”? Paradoxo da história: quanto mais o mundo de hoje necessita planejar e estatizar mais florescem as múmias do liberalismo.

(BAMBIRRA, 1992, p. 14).

TEIXEIRA, Raphael Lobo Duarte Batista. **Lumpemburguesia e integração: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Política Exterior Brasileira (2013-2016)**. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina - PPGICAL, Universidade Federal da Integração Latino-americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

A análise demonstra que as *ondas* de integração latino-americana, antes mesmo da formação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL, vêm sendo realizadas com a presença ativa das elites crioulas dos países latino-americanos; sendo assim, constitui um equívoco, muitas vezes perigoso, atribuir os avanços e refluxos da integração regional – tão só – a questões técnicas, institucionais e ao empenho de governos, não jogando luz sobre as estruturas de poder nos processos de integração da região. Com efeito, as *ondas* de integração se desdobram em meio a uma polaridade essencial, ou seja, uma disjuntiva entre o Continentalismo integrador latino-americano e o Pan-americanismo com gênese na Doutrina Monroe. Verifica-se que a quarta *onda* de integração latino-americana, isto é, a que se inicia nos anos 2000, não escapa deste drama histórico. Contudo, no âmbito das forças insurgentes constata-se uma cooperação antagônica entre dois movimentos distintos, gestados ainda nos finais do século XX, sendo estes: o democrático-progressismo e o nacionalismo revolucionário. Considerando estes aspectos, a objetivo deste trabalho é, em termos concretos, por em relevo a correlação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os projetos de integração regional do Cone Sul latino-americano. Todavia, nos atemos menos em aspectos jurídicos ou institucionais e mais na formação econômico-social sob a qual se assenta tal entidade patronal. Neste passo, não há como clarificar o papel da Fiesp frente aos países latino-americanos sem lançar luz sobre a burguesia bandeirante e sua condição satélite frente ao imperialismo de turno. Nossa hipótese é a de que os governos se amparam na força que auferem nacionalmente, em seu conjunto, com os desdobramentos averiguados no período 2013-2016 sobretudo no tocante às diretrizes de política externa; não foram fruto de uma improvisação da lumpemburguesia brasileira, mas, em seu limite, refletem as condições normais de funcionamento de uma política econômica institucionalizada, um padrão de reprodução do capital devastador para os Estados Latino-americanos. Por fim, não é o lumpemdesenvolvimento industrial, de cerca de 11,3 % em relação ao PIB (2018), que faz com a Fiesp ocupe protagonismo nas manifestações de classes médias na Av. Paulista. E nem o fato de que o presidente do Conselho Superior de Economia, ex-superministro do período militar, Antônio Delfim Netto, seja um personagem que circule sem inibição por dentro de todos os governos da história recente brasileira.

Palavras-chave: Integração Contemporânea da América Latina; Lumpemburguesia; Fiesp; Política Exterior Brasileira.

TEIXEIRA, Raphael Lobo Duarte Batista. **Lumpenburguesía y integración:** la Federación de las Industrias del Estado de São Paulo y la Política Exterior Brasileña (2013-2016). 2019. 189 f. (Maestría) - Curso de Programa de Postgrado en Integración Contemporánea de América Latina - PPGICAL, Universidad Federal de la Integración Latinoamericana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

El análisis muestra que las olas de integración latinoamericana, incluso antes de la formación de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), se han llevado a cabo con la presencia activa de las élites criollas de los países latinoamericanos; por lo tanto, es una idea errónea a menudo peligrosa atribuir los avances y reflujos de la integración regional, solo, a cuestiones técnicas, institucionales y al compromiso de los gobiernos, sin arrojar luz sobre las estructuras de poder en los procesos de integración de la región. De hecho, las olas de integración se desarrollan en medio de una polaridad esencial, es decir, un disyuntivo entre el continentalismo integrador latinoamericano y el panamericanismo con génesis en la Doctrina Monroe. Resulta que la cuarta ola de integración latinoamericana, es decir, la que comienza en la década de 2000, no escapa a este drama histórico. Sin embargo, dentro del alcance de las fuerzas insurgentes, existe una cooperación antagónica entre dos movimientos distintos, nacidos a fines del siglo XX, a saber: el progresismo democrático y el nacionalismo revolucionario. Considerando estos aspectos, el objetivo de este trabajo es, en términos concretos, resaltar la correlación entre la Federación de Industrias del Estado de São Paulo (Fiesp) y los proyectos de integración regional del Cono Sur de América Latina. Sin embargo, centrémonos menos en los aspectos legales o institucionales y más en la formación económica y social en la que se basa dicho empleador. En esta etapa, no hay forma de aclarar el papel de Fiesp con respecto a los países latinoamericanos sin arrojar luz sobre la burguesía bandeirante y su condición satelital ante el cambio imperialista. Nuestra hipótesis es que los gobiernos se basan en la fortaleza que obtienen a nivel nacional, en su conjunto, de los resultados (durante el período 2013-2016), especialmente con respecto a las directrices de política exterior; no fueron el resultado de una improvisación de la lumpenburguesía brasileña, sino que, en su límite, reflejan las condiciones normales de operación de una política económica institucionalizada, un patrón de reproducción de la capital devastadora para los estados latinoamericanos. a. Finalmente, no es el crecimiento del desarrollo industrial de alrededor del 11,3% del PIB (2018) lo que hace que Fiesp desempeñe un papel de liderazgo en las manifestaciones de clase media en la Avenida Paulista. Tampoco es el hecho de que su ex presidente del Consejo Superior de Economía, ex superintendente militar de las fuerzas armadas, Antonio Delfim Netto, es un personaje que circula sin inhibiciones dentro de todos los gobiernos de la historia brasileña reciente.

Palabras clave: Integración Contemporánea de América Latina; Lumpenburguesía; FIESP; Política Exterior Brasileña.

TEIXEIRA, Raphael Lobo Duarte Batista. **Lumpenbourgeoisie and integration: the Federation of Industries of the State of São Paulo and the Brazilian Foreign Policy (2013-2016)**. 2019. 189 f. Dissertation (Masters) - Postgraduate Program in Contemporary Latin American Integration - PPGICAL, Federal University of Latin American Integration - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

The analysis shows that waves of Latin American integration, even before the formation of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), have been carried out with the active presence of the Creole elites of Latin American countries; therefore, it is a often dangerous misconception to attribute the advances and ebbs of regional integration - only - to technical, institutional issues and the commitment of governments, not shedding light on the power structures in the region's integration processes. Indeed, the waves of integration unfold in the midst of an essential polarity, that is, a disjunctive between Latin American integrative Continentalism and Pan Americanism with genesis in the Monroe Doctrine. It turns out that the fourth wave of Latin American integration, that is, the one that begins in the 2000s, does not escape this historical drama. However, within the scope of the insurgent forces, there is an antagonistic cooperation between two distinct movements, born in the late twentieth century, namely: democratic-progressivism and revolutionary nationalism. Considering these aspects, the objective of this work is, in concrete terms, to highlight the correlation between the Federation of Industries of the State of São Paulo (Fiesp) and the Latin American Southern Cone regional integration projects. However, let us focus less on legal or institutional aspects and more on the economic and social formation on which such employer is based. At this stage, there is no way to clarify Fiesp's role vis-à-vis the Latin American countries without shedding light on the bandeirante bourgeoisie and its satellite condition in the face of shift imperialism. Our hypothesis is that the governments base themselves on the strength that they gain nationally, as a whole, with the developments verified in the 2013-2016 period, especially with regard to foreign policy guidelines; they were not the result of an improvisation of the Brazilian lumpenbourgeoisie, but, in their limit, reflect the normal conditions of operation of an institutionalized economic policy, a pattern of reproduction of the devastating capital for the Latin American states. Finally, it is not the industrial development lump of around 11.3% of GDP (2018) that makes Fiesp take center stage in the middle class demonstrations on Paulista Avenue. Nor is the fact that the president of the Superior Council of Economics, former military supervisor of the military period, Antônio Delfim Netto, is a character that circulates without inhibition within all the governments of recent Brazilian history.

Key words: Contemporary Integration of Latin America; Lumpenbourgeoisie; FIESP; Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadro-síntese	36
Figura 2 – Historicidade do capitalismo na América Latina.....	48
Figura 3 – Ascenso e declínio do <i>ciclo longo</i>	50
Figura 4 – As ondas de integração.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações brasileiras	127
Gráfico 2 – Série Histórica da Indústria de transformação	131
Gráfico 3 – Dinâmica da presença da indústria de trans. no emp. Formal no Brasil	133
Gráfico 4 – Série histórica da taxa de juros no Brasil	153
Gráfico 5 – Série histórica termos de intercâmbio	157
Gráfico 6 – Série históricos dos preços commodities nos últimos 100 anos	158
Gráfico 7 – PIB chinês e norte-americano	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais instrumentos de política econômica.....	47
Tabela 2 – Listagem dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Alianza de los pueblos de Nuestra America.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEN	Conselho de Economia Nacional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CUT	Central única dos Trabalhadores
ESG	Escola Superior de Guerra
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIP	Federação das Indústrias Paulistas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPMI	Grupo Permanente de Mobilização Industrial
IDE	Investimento Externo Direto
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MASTE	Movimento dos agricultores sem terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Plan Puebla Panamá
PRC	Padrão de Reprodução do Capital
PRP	Partido Republicano Paulista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TMD	Teoria Marxista da Dependência
NAFTA	North American Free Trade Agreement

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 CAPÍTULO 1	34
DA LUMPEMBURGUESIA: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS	34
2.1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	34
2.2. Objetivos.....	37
2.2.1. <i>Objetivos Gerais</i>	37
2.2.2. <i>Objetivos Específicos</i>	37
2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	34
2.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	42
2.4.1. <i>A centralidade da burguesia industrial e a noção de reprodução do capital</i>	44
2.4.2. <i>Padrões de dominação externa e Lumpemburguesias</i>	52
2.4.3. <i>Padrões de dominação</i>	59
2.5 INTEGRAÇÃO E INDÚSTRIA BANDEIRANTE	68
2.5.1. <i>O Bandeirantismo</i>	68
2.5.2. <i>El espíritu de las banderas</i>	69
2.5.3. <i>O Satélite Privilegiado</i>	71
2.5.4. <i>A “barganha leal” e a indústria bandeirante; ESG e FIESP</i>	73
3 CAPÍTULO 2	80
A DISJUNTIVA INTEGRACIONISTA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA.....	80
3.1. O PRINCÍPIO É A ECONOMIA MUNDIAL.....	80
3.1.1. <i>O antagonismo essencial entre Bolívar e Monroe</i>	84
3.1.2. <i>As ondas de Integração</i>	86
3.2. LUMPEMBURGUESIAS E INFANTICÍDIO INDÚSTRIAL.....	92
4 CAPÍTULO 3	106
MENOS BRASILEIRA QUE BANDEIRANTE: APANHADO HISTÓRICO DA BURGUESIA SATÉLITE BRASILEIRA	106
4.1. MITO E VERDADE SOBRE O UFANISMO BURGUEZ	102
4.2. A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	118
4.2.1. <i>Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP</i>	120

5 CAPÍTULO 4	123
DE VOLTA AO SATÉLITE PRIVILEGIADO E AO VELHO PAN-AMERICANISMO	123
5.1. A QUARTA ONDA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	123
5.1.1. <i>O padrão exportador de especialização produtiva</i>	124
5.2. COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA ENTRE DEMOCRÁTICO-PROGRESSISMO E NACIONALISMO-REVOLUCIONÁRIO.....	139
5.2.1. <i>O Democrático-Progressismo</i>	139
5.2.2. <i>O nacionalismo-revolucionário</i>	141
5.2.3. <i>lumpemburguesia e progressismo</i>	143
5.2.4 <i>A Fiesp e a integração democrático-progressista</i>	152
5.2.5. <i>A renúncia da tradição</i>	155
5.3. A VOLTA DO SATÉLITE PRIVILEGIADO E O VELHO PAN-AMERICANISMO .	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXOS	180

1 INTRODUÇÃO

Transcorrida a segunda década do século XXI quase à sua plenitude, modificações substanciais ocorrem na cena histórica da América Latina. Desse ângulo, as contradições e particularidades, talvez, só se assemelhem com as da década de 60 do século XX.

No campo da política externa brasileira passou-se do otimismo – iniciado ainda em 2005¹ com a recusa à ALCA – à busca por um relacionamento diplomático independente, de carácter democrático-progressista (ao fluxo latino-americanista da posição terceiro-mundista brasileira, encetado primeiro com a tese do papel de liderança brasileira no cenário global – *Global Players* –, depois intensificado pela idealização dos chamados BRICS), mas que, por fim, desaguou uma nova correlação de forças que pleiteia a reinserção subordinada do Brasil a tratados de livre-comércio do tipo PPP – Plano Puebla-Panamá, isto é, a velha disjuntiva de alinhamento com a estratégia estadunidense: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Isto exposto, a presente investigação teve como objetivo demonstrar que a trajetória das aspirações geopolíticas dos países em geral, em particular a do Brasil – nosso objeto de estudo - não está alheia à correlação de forças no terreno da política. Em outras palavras, a inserção internacional não é determinada unicamente pelo governo que alcançou o ou está no poder. As transformações no seio das relações exteriores dos Estados nacionais perpassam obrigatoriamente a visão de mundo de suas elites – seus interesses estratégicos - e suas predileções nas relações inter-estatais, tal como se colocam frente às mudanças globais em curso no continente.

Como observa Kan (2005), seguramente, são os governos e seus respectivos representantes do poder estatal que negociam os trâmites relativos à integração regional. Entretanto, é um problema em supor que esta constatação é um fim em si mesmo, isto é, tomá-la aparentemente como um fato concreto sem expandir a análise.

¹ Ver AMÉRICAS, Cumbre de Las. **Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática:** Declaración de Mar del Plata. 2005, p. 15. Disponível em: http://www.summit-americas.org/iv_summit/iv_summit_dec_pt.pdf.

É evidente que são os governos que firmam os acordos relativos à política externa, todavia, as diretrizes desta última perpassam inexoravelmente a luta de classes, isto é, as correlações de forças antagônicas.

A problemática sobre o papel revolucionário ou anti-imperialista do ator em geral, identificado como a *burguesia nacional*, não é algo novo na história do pensamento social latino-americano², de modo que, são inúmeras as perspectivas de análises sobre este assunto, considerado por muitos como um tema incontroverso, diante da compreensão de que os setores dominantes dos países que compõem a periferia do sistema capitalista são inabilitados, desde o seu nascimento, para estabelecer uma nova ordem social e converter seus Estados em *sujeitos* da política internacional.

Nelson Werneck Sodré, que foi banido das ciências sociais do Brasil por doutores de obras pequenas, segundo o José Paulo Netto (2011), tinha uma visão distinta, mas que pode ser atual para analisarmos as experiências de integração na América Latina, afinal, a construção de algo real envolve contradições reais. Nesse contexto, Sodré (1978) corrobora que:

É raciocínio falso, mas coerente: se a transformação é de conteúdo socialista, não há que englobar a burguesia entre as forças nela interessadas; é mais simples suprimi-la, negar-lhe a existência. Não são argumentos, nem pesquisas, nem dados colhidos na realidade; são desejos. Cada um é livre de ter os desejos que pode; falso é erigir esses desejos em ciência. (SODRE, 1978, p. 248).

Considerando as condições políticas concretas vigentes em cada país e questionando um plano teórico que vise uma ação tática e estratégica que tenha por objetivo definir os princípios organizativos e as diretrizes de um processo emancipatório, é possível excluir por completo algum papel às burguesias internas? Em nenhum momento estas – por inteiro ou em suas frações – poderiam ser funcionais a um movimento de vanguarda de cunho progressista para integração da América Latina? Que incidência as associações representativas de interesses empresariais tiveram no redesenho travado na política exterior brasileira e, por sua vez, no tipo de inserção da ‘Pátria Grande’³? A resposta positiva para a primeira pergunta e negativa para segunda não elimina a relevância da última pergunta, pois as tensões permanentes entre os polos de poder real nos ofertam possibilidades ao permitirem o

² Algumas dessas investigações podem ser encontradas, a partir de Nelson Werneck Sodré (1978), Agustín Cueva (1992), Vânia Bambirra (1993,2015), José Carlos Mariátegui (2012), Ruy Mauro Marini (2012) e Florestan Fernandes (1973, 2015).

³ Uma integração visando uma ‘Pátria Grande’, ou melhor dizendo, a formação de uma nação ou uma federação de estados nacionais latino-americanos tem seu cerne nos grandes caudilhos dos processos de independência, nas primeiras décadas do século XIX.

mapeamento dos agentes apropriados, seja prevendo as reações, acumulação e reconfiguração da dominação burguesa, seja buscando na conjuntura um pensamento útil à ação de amparar um processo de *insubordinação fundadora*⁴ no continente.

Assim sendo, não é realizável o exercício prolongado de uma política externa que possua um grau mínimo de autonomia sem que haja transformação radical no manuseio da política econômica. Em geral, a política exterior e/ou as adesões a diferentes acordos ou blocos regionais vão sendo definidas a médio ou longo prazo, todavia, essa inserção regional entra em tensão quando a política já não é sustentada por bases reais, ou seja, quando se cria um descompasso estrutural entre uma política externa progressista e um plano de política econômica de desenvolvimento regressivo.

Este estudo focaliza a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Destaca-se como pressuposto para esta centralidade o fato de São Paulo concentrar parte considerável da riqueza brasileira e o de que esta assimetria é transferida para a análise regional.

Nesse cenário, Paulo R. Schilling (1992) levanta os seguintes questionamentos:

[...] o Brasil? Constituímos, efetivamente, uma unidade geográfica, econômica, social e politicamente integrada? Ou as disparidades econômicas e sociais entre as distintas regiões do país põem em risco o pacto político nacional? Nessa última hipótese, não seria prioritário, antes de partimos para hipotéticas e questionáveis integrações com países vizinhos (igualmente problematizados ao extremo), tratar de superar ou, ao menos, atenuar as contradições regionais existentes, visando estabelecer uma efetiva unidade nacional? (SCHILLING, 1992, p.135).

A oligarquia paulista teve uma derrota política em 1930-32, não obstante, foi o fim do pacto entre o imperialismo inglês e a burguesia agrária bandeirante. No entanto, reorganizou-se e tomou a hegemonia em 1964, lançando-se como satélite privilegiado do imperialismo estadunidense, numa associação latifúndio-indústria-imperialismo. Na ótica do autor, “São Paulo é a locomotiva que puxava vinte vagões vazios” (SCHILLING, 1992, p.136).

No período pós-golpe militar, o abismo entre São Paulo e as demais unidades da federação foi substancialmente ampliado, como destaca Schilling (1992, p. 136): “80% do capital estrangeiro entrado nos anos 1950/80 localizou-se em território bandeirante” e o

⁴ Preconiza o argentino Marcelo Gullo (2014, p. 19), que: “1) os Estados que se encontram na periferia da estrutura do poder mundial só podem mudar sua condição de “objetos”, convertendo-se em “sujeitos” da política internacional, a partir de um processo de insubordinação fundadora; 2) na origem do poder dos Estados está presente geralmente, o *impulso estatal*, que é o que provoca a reação em cadeia de todos os elementos que compõem, em potência, o poder de um Estado e 3) todos os processos emancipatórios bem sucedidos foram o resultado de uma adequada conjunção de uma atitude de insubordinação ideológica contra o pensamento hegemônico e de um eficaz impulso estatal”.

desequilíbrio foi intensificado com a catastrófica crise econômica dos anos 90; “na década de 30, o Rio Grande do Sul respondia por 12% do PIB nacional, contra 19% de São Paulo”.

Em números a respeito de 2016 divulgados pelo IBGE (2018), a participação de São Paulo no PIB é de 32,5%, basicamente 1/3. O Rio de Janeiro (10,2%), Minas Gerais (8,7%), Rio Grande do Sul (6,5%) e Paraná (6,4%), somados, concentram outra terça parte 31,8%. Neste passo, o último terço, fica repartidos para 22 unidades federativas restantes. De acordo com o IBGE:

Em termos de participação no PIB ao longo da série 2002-2016, atesta-se que o resultado de 2016 representou, assim como 2015, um recuo da tendência de redução da concentração econômica em São Paulo. Isso porque, entre 2002 e 2016, o estado viu sua participação reduzir-se de 34,9% para 32,5%, mas nos dois últimos anos da série essa participação aumentou: 0,2 p.p., entre 2014 e 2015, e 0,1 p.p. entre 2015 e 2016. Entretanto, o ganho em valor relativo de São Paulo entre 2015 e 2016, esteve atrelado, sobretudo, à queda de participação do Rio de Janeiro (-0,8 p.p.), segundo maior peso. Os cinco estados de maior participação – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná –, que representavam 68,1% em 2002, tiveram sua participação reduzida para 64,4% em 2016. A redução de 3,7 p.p. foi justificada por São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, já que Minas Gerais e Paraná elevaram seus pesos ao longo da série. O ganho de 0,4 p.p. em Minas Gerais se deve ao crescimento relativo do estado até 2012, quando representava 9,2% da economia do País; desde então sua participação tem declinado até estabilizar-se em 8,7% em 2015 e 2016. No Paraná e Rio Grande do Sul, o resultado de 2016 contribuiu para o desempenho na série, já que ambos ganharam 0,1 p.p. em relação a 2015; ainda que na série a economia gaúcha tenha perdido 0,1 p.p. enquanto Paraná ganhou 0,5 p.p. As outras 22 Unidades da Federação, que representavam 31,9% do PIB nacional em 2002, passaram a somar 35,6% em 2016. (IBGE, 2018, p. 8).

Observa-se, assim, que a luta pelo excedente econômico, em especial nos momentos de crises, não ocorre sob igualdade de condições, pois alguns Estados perdem bem mais que outros. De acordo com a Fiesp (2019), São Paulo tem 32,6% do total da força de trabalho empregada na indústria de transformação, muito à frente do segundo colocado, Minas Gerais, que tem 10,5%. Por conseguinte, São Paulo concentra 26,3% da indústria de transformação brasileira, com 86.910 do total de estabelecimentos. Na segunda posição aparece Minas Gerais com 12,6% e 41.823 estabelecimentos, seguido pelo Rio Grande do Sul com 10,4% e 34.497 estabelecimentos.

Já no contexto regional dos países latino-americanos, a Argentina aplicou – entre 1976 e 2001 –, de maneira mais profunda que o Brasil, o receituário liberalizante, desarticulando sua indústria e propiciando um “esfacelamento nacional” (MEMÓRIA, 2003) do qual ainda não conseguiu se desprender. No mesmo período – em 1994 –, um tratado de livre comércio, envolvendo México, Canadá e Estados Unidos⁵, retirou da órbita latino-

⁵ North American Free Trade Agreement - NAFTA

americana o México, um país, imprescindível para pensar nos marcos da inserção geopolítica latino-americana. Ou seja, essas redefinições no cenário regional colocam a burguesia brasileira – particularmente a elite bandeirante – como um ator fundamental no contexto de integração, principalmente na balança de poder no Cone Sul ao revelarem seu elo com as corporações transnacionais e o antigos planos integracionistas-anexistas do Brasil.

Cumpra ressaltar o risco – de reducionismo – que é atribuir ‘mudanças’ no momento histórico à atuação de um agente determinado (ou frações deste agente); entretanto, é preciso reconhecer a potencialidade exercida por aparelhos privados de hegemonia. Nesse contexto, Kan (2015) asevera que:

Los empresarios, en tanto expresan diversos intereses de la clase dominante en un país capitalista, tienen injerencia en la política exterior y regional. Injerencia que no debe entenderse como terminación, pero que tampoco debe solayerse a la hora de pensar la inserción regional de un país [...] (KAN, 2015, p.324).

Nesse sentido, como firma Mendez (2004, p.1), “quando se pensa no empresariado brasileiro e nas entidades representativas, logo vem à mente a Federação paulista”.

O recorte temporal desta pesquisa acentua um ponto de bifurcação, de alterações na política externa brasileira. Seu corpo central pode ser entendido como uma análise imediata da realidade brasileira e da integração contemporânea da América Latina. Contudo, não pretendemos esboçar uma simples fotografia não apenas do ponto de vista técnico sobre as mudanças institucionais que se externam, sobretudo, a partir do dia 12 de maio de 2016, com a mudança de Ministro das Relações Exteriores do Brasil (quando foi nomeado José Serra Chirico), uma vez que a ambição maior é salientar o movimento das *ondas* de integração na América Latina⁶.

Tomando como pressuposto que, embora o processo de integração regional na América Latina seja dirigido pelos governos, os agentes mais dinâmicos dentro desse processo são as elites empresariais orgânicas (KAN, 2015), nossa pergunta central reside na seguinte questão: qual é a participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) frente à mudança no regime diplomático brasileiro entre 2013 e 2016? Relembrando que, em 5 de março de 2013, as oligarquias do continente se veem livres de seu maior adversário, quando morre Hugo Rafael Chávez Frias.

⁶Segundo Souza (2015, p.220), “o processo de integração latino-americano, desde a independência e a formação dos Estados nacionais na região, vem se realizando por meio de *ondas*.”

O objetivo geral da presente pesquisa é jogar luz sobre o novo horizonte aspirado na formação das ideias e na construção de paradigmas sobre a política externa brasileira, focalizada ao regionalismo latino-americano.

No título deste trabalho opta-se pela tipologia de *lumpembuguesia*, da forma que foi empregada pelo economista André Gunder Frank em seu ensaio *Lumpen-Buguesia: Lumpen-Desarrollo* (1973a), levando em conta que este conceito condensa melhor a diferenciação das formações econômico-sociais entre centro/periferia, determinando, de modo não satisfatório, que o conceito ‘burguesia’, transplantado mecânica e literalmente, não logra objetivar a realidade concreta, a julgar pelo processo social que a América Latina colonial e neocolonial conheceu.

No mesmo sentido, a utilização de outras palavras, tais como ‘empresariado’ ou ‘classe dominante’ não é satisfatória, bem como a substituição de conceitos como ‘oligarquias’ ou ‘aristocracia’ acarretam implicações ainda mais equivocadas sobre a realidade concreta. O caráter *Lumpen*, empregado por Gunder Frank à burguesia nacional dos países latino-americanos, põe em relevo o desenvolvimento desigual da lei do valor, a hierarquia subalterna, o caráter débil de resistir frente à investida imperialista, em suma, à divisão internacional à qual André Gunder Frank caracterizou como sendo uma ‘constelação de países’, alguns centrais e outros periféricos.

Das diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (1948) ao Plano Real (1994) e à adoção - por parte do Brasil - de um perfil neodesenvolvimentista (em 2005), o fato histórico marcante e condicionante – padrão de reprodução do capital – de maior relevância foi a crise mexicana em 1982, pois a partir de então os países latino-americanos entram na etapa da ‘liberalização e da mundialização financeira’ e ao mesmo tempo no ‘novo padrão exportador de especialização produtiva’, do qual analisa Osorio (2012). São vários os estudos que evidenciam a modelagem da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) frente a esse marco que revelou a alteração profunda dos aspectos da vida social e da luta de classes, bem como do processo de acumulação (MENDEZ, 2004).

Entretanto, a ascensão desse novo padrão de reprodução do capital, que exterioriza em realidade a estratégia econômico-militar dos Estados Unidos para a região⁷ e foi lançado

⁷ Já adiantemos antecipadamente que julgamos ser totalmente falsa a tese que aponta que os Estados Unidos “fecharam os olhos” para o continente latino-americano na primeira década do século XXI, por supostamente ter concentrado seus esforços no Oriente Médio e Ásia. Ignoram-se concepções teóricas básicas sobre o imperialismo estadunidense, como a de Nicholas J. Spykman (1893-943), que vai sustentar que os Estados Unidos nunca abriram mão do exercício imperial na América Latina.

por um tecnocrata, CEO da *Cola-cola Company* no México (Vicente Fox Quesada), sofreu uma contra-ofensiva radical com o advento do nacionalismo-revolucionário na América Latina.

De acordo com Barrios (2017), o *Caracaço de 1988*, na Venezuela, não apenas antecedeu a tendência nacional-revolucionária na América Latina, como também foi, por exemplo, o tipo de luta empreendida pelas forças populares na Argentina, em 2001. Significou uma espécie de queda do Cerco a Leningrado, na Segunda Guerra Mundial, para o imperialismo Alemão.

A ‘dominação estadunidense’ passa a se defrontar com um fenômeno fortemente nocivo para os seus interesses na região, mas também as burguesias dominantes, na medida em que o nacionalismo-revolucionário não reivindicava o modelo de ‘democracias restringidas’:

[...] La irrupción del Comandante Hugo Chávez Frías en la historia venezolana es inexplicable sin el agotamiento de la Venezuela saudita y de la implosión de los partidos políticos. Es un líder político militar que surge de las clases populares, muy común en los ejércitos latinoamericanos retomando el cauce histórico de la Venezuela profunda que había quedado detenida en la Guerra Federal. [...] Inaugura una diplomacia activa de ayuda concreta a los nuevos presidentes latinoamericanos como Kirchner, Morales, Correa, Lugo, [...] Mujica, como el geopolítico más importante que dinamizó el proceso integracionista en el periodo pos consenso de Washington, salvando a América Latina de la absorción por parte de los EEUU a través del ALC.A. (BARRIOS, 2017b, p. 02).

Assim, a despeito de sua feição profundamente anti-nacional e de favorecimento ao capital estrangeiro, o “desenvolvimento” com dependência de Fernando Henrique Cardoso não encontra uma contraposição anti-imperialista e de reivindicações de cunho nacionalizantes e/ou estatizantes. Dar-se-ia no Brasil uma oposição ao neoliberalismo de cunho social-democrata ou liberal de esquerda.

Com o ‘Progressismo’⁸, nos processos de integração na América Latina nos campos que orientaram, percebeu-se uma disjuntiva entre uma inserção internacional autônoma, que alimentava ilusões por uma integração com base ainda na concepção cepalina dos anos 60 e 70 (isto é, sobre o domínio e valorização do capital produtivo e assentado ainda no keynesianismo tímido e de um tênue nacional-desenvolvimentismo), e, por outro lado, a concepção bandeirante, expansionista, de favorecimento e difusão das ‘*Campeãs Brasileiras*’ – incluso com complacência da Fiesp que, como indica Nildo Ouriques (2009, p. 5), tencionava:

⁸ De nossa parte, compreendemos o Progressismo, como um dos filhos da ideologia vendida como globalização. O outro é o neoliberalismo. Dessa forma, tanto o neoliberalismo quanto a socialdemocracia europeia e estadunidense (o que se chama de firma genérica de progressismo) são fenômenos que concebem o capitalismo como fim da história. São os irmãos triunfantes, duas caras da mesma moeda, com a caída do muro de Berlim: ambos vislumbram um mundo “globalizado”.

limitar a política externa brasileira aos interesses consolidados pela política econômica e, em consequência, garantir o verniz democrático da política empresarial expansionista na América Latina, cuja base principal se localiza em São Paulo. (OURIQUES, 2009, p. 5).

Nogueira da Costa (2010) sintetiza o final do Governo Lula, focalizando sua política externa, deste modo:

[...] Nossa tradição cepalina era que tínhamos que construir a nação com a nossa especificidade, buscar a autonomia nacional no relacionamento com o resto do mundo. Até hoje, a tradição nacional-desenvolvimentista tem esse propósito: inserção internacional autônoma. Hoje, no final do governo Lula, isso está muito claro, quando temos política externa muito diferente da anterior, porque busca relacionamento diplomático independente – negocia com o Irã, com os outros BRIC, a África, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático –, ou seja, busca autonomia na inserção internacional. (NOGUEIRA DA COSTA, 2010, p.02).

O otimismo, nessa definição de política externa e integracionista, é confrontado pelo fato de que o suporte objetivo de sua construção não encontra mais bases concretas para sua sustentação, isto é, o que ficou indicado como o período democrático-progressista na América Latina e no Brasil é profundamente marcado por uma contradição fundamental entre um plano de inserção internacional com autonomia e, internamente, um plano de desenvolvimento regressivo de ajuste estrutural. Daí há sempre o risco de confundir essência com aparência, ou seja, “a integração que é” e “a integração que poderia ser”. São nestas questões onde se encontram *as chaves do castelo* do problema de pesquisa que trazemos.

Para o recorte temporal sobre o qual se debruça este estudo, 2013-2016, ocorreram cinco mudanças à frente do Ministério de Estado das Relações Exteriores do Brasil, e a mais significativa delas, como já foi mencionada – que não deve ser compreendida apenas em função de uma traumática interrupção de governo – foi a entrada/posse de José Serra como chanceler.

Na ocasião da cerimônia de transmissão do cargo, quando de seu discurso de posse, foi delineado a Nova Política Externa Brasileira, sendo esta subdividida em 10 diretrizes e em quase sua totalidade norteadas pela economia. Para citar os pontos mais relevantes para nossa investigação, destacamos que, já na primeira diretriz, se pontua:

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. (BRASIL, 2016).

É destacado na segunda diretriz, que:

Estaremos atentos à defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, em qualquer regime político, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência. (BRASIL, 2016).

De acordo com a terceira diretriz:

[...] o Brasil assumirá a especial responsabilidade que lhe cabe em matéria ambiental, como detentor na Amazônia da maior floresta tropical do mundo[...] lembro que, se fizermos bem a lição de casa, poderemos receber recursos caudalosos de entidades internacionais interessadas em nos ajudar a preservar as florestas e as reservas de água e biodiversidade do planeta, uma vez que o Brasil faz a diferença nessa matéria. (BRASIL, 2016).

A quarta diretriz, por sua vez, corrobora que:

[...] na ONU e em todos os foros globais e regionais a que pertence, [...] se empenhará para a superação dos fatores desencadeadores das frequentes crises financeiras e da recente tendência à desaceleração do comércio mundial. O comércio mundial está se contraindo a galope, eu diria. (BRASIL, 2016).

A quinta diretriz explica que:

[...] o multilateralismo que não aconteceu prejudicou o bilateralismo que aconteceu em todo o mundo. Quase todo mundo investiu nessa multiplicação, menos nós. Precisamos e vamos vencer esse atraso e recuperar oportunidades perdidas. (BRASIL, 2016).

Em consonância, a sexta diretriz afirma:

[...] daremos início, junto com o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, com a cobertura da CAMEX e em intensa consulta com diferentes setores produtivos, a um acelerado processo de negociações comerciais, para abrir mercados para as nossas exportações e criar empregos para os nossos trabalhadores, utilizando pragmaticamente a vantagem do acesso ao nosso grande mercado interno como instrumento de obtenção de concessões negociadas na base da reciprocidade equilibrada. (BRASIL, 2016).

A sétima diretriz menciona que:

[...] um dos principais focos de nossa ação diplomática em curto prazo será a parceria com a Argentina, [...] precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, como objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar, [...] construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacífico, que envolve três países sul-americanos. [...]. Em relação ao México, será prioritário aproveitar

plenamente o enorme potencial de complementaridade existente entre nossas economias e hoje das nossas visões internacionais. (BRASIL, 2016).

É declarado na oitava diretriz que:

[...] vamos ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão. A troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia será o ponto de partida para avançar na conclusão de um acordo comercial que promova maior expansão de comércio e de investimentos recíprocos, sem prejuízo aos legítimos interesses de diversos setores produtivos brasileiros. Como disse o ministro Mauro, houve a troca de ofertas, nós vamos agora examinar quais são as ofertas da União Europeia. (BRASIL, 2016).

A nona diretriz esclarece que:

[...] será prioritária a relação com parceiros novos na Ásia, em particular a China, este grande fenômeno econômico do século XXI, e a Índia. Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. [...] ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. [...] essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos. (BRASIL, 2016).

Por fim, a décima e última diretriz atesta que:

[...] nas políticas de comércio exterior, o governo terá sempre presente a advertência que vem da boa análise econômica, apoiada em ampla e sólida consulta com os setores produtivos. [...] dá a ênfase que será dada à redução do custo Brasil, mediante a eliminação das distorções tributárias que encarecem as vendas ao exterior e a ampliação e modernização da infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado, nacional e internacional. (BRASIL, 2016).

Para Severo (2015) há uma divergência entre os trabalhos teóricos e as ações práticas nos acordos comerciais na América Latina, pois não existe uma atividade política planejada do empresariado brasileiro nacional, muito menos expansionismo sistemático. O que existe, na realidade, é um completo desconhecimento por parte dos diretores de empresas brasileiras quanto às características básicas dos países vizinhos e a falta de compreensão de que a América do sul é estratégica para a inserção do Brasil no Mundo (SEVERO, 2015, p. 606). Nota-se que as 10 diretrizes, de forma global, posicionam a América Latina em segundo plano e priorizam o capital em ultramar metropolitano, cujo foco do discurso é o cosmopolitismo do “comércio internacional”.

Mathias Luce (2008), analisando o Governo Lula (2003-2007), refere-se à integração econômica regional deste período como uma reconfiguração da dinâmica de cooperação e conflito entre Brasil e Estados Unidos, em que vigorou uma divisão regional do trabalho conveniente aos interesses subimperialistas da burguesia brasileira. Para este autor:

A burguesia latino-americana, por seu caráter dependente, associado e integrado ao imperialismo, baixa a cabeça para os de cima e pisa redobrado nos de baixo. Seu poder repousa em uma exploração redobrada, marcada pela transferência de valor e a superexploração do trabalho como mecanismo de compensação, produzindo também um divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas. Na disjuntiva dependência e revolução, a burguesia dependente não põe em risco seu privilégio de classe e as estruturas de dominação. (LUCE, 2018, p.270).

A contribuição descrita acima se confronta com a observação de Severo (2015), de modo que, neste trabalho, não adotamos a categoria de *subimperialismo*, pois inferimos que este conceito integra uma ‘etapa superior do capitalismo dependente’ - como indica Mathias Luce (2008, 2018) -, justificativa pela qual resistimos em entrar nesta categoria, introduzida pioneiramente por Ruy Mauro Marini (2012).

O que procuramos colocar em evidencia é que há uma disjuntiva no processo de integração protagonizado pelo Brasil. No pós-guerra, por exemplo, houve um experimento de um nacionalismo defensivo e popular anti-imperialista, isto é, de acercamento não expansionista com países vizinhos, sendo isso, inclusive, uma das causas para queda de Getúlio Vargas a sua aproximação ao presidente argentino Juan Domingo Perón⁹ – *el estratega del continentalismo*.

Por conseguinte, no início dos anos de 1960, Arturo Frondizzi e Jânio Quadros, também promoveram uma aproximação terceiro-mundista, “*el espíritu de Uruguayana*”, por iniciativa decisiva de Leonel Brizola, que ensejava:

[...] constituir un bloque brasileño-argentino antiimperialista y convocante de las naciones iberoamericanas (el convenio queda abierto al apoyo de las repúblicas hermanas), sembró pánico en Washington. Pocos meses después, y sin pretender que el “Pacto de Uruguayana” sea la única causa, Frondizzi fue expulsado por golpe militar derechista y Quadros obligado a renunciar por otro similar e inminente. (TRÍAS, 1979, p.119).

Por fim, em nossa história recente, de mesmo modo transcorreu uma oscilação na linha tradicional da política externa brasileira, efeito também das alterações na correlação de força do continente, expressados pelo *Caracaço de 1989*, os acontecimentos de 2001 na

⁹ Em agosto de 1954, Vargas é levado ao suicídio e no ano seguinte, em setembro de 1955, Perón é derrubado.

Argentina e o surgimento de Hugo Chávez Frías, pois, na história latino-americana, são alguns pontos-chaves dessas transformações. O ‘Progressismo’ surge no fluxo desses eventos, aflorando no Brasil a concepção de uma política externa nacional ou, em outras palavras, democrático-progressista, com Samuel Pinheiro Guimarães e o Chanceler Celso Amorim podendo ser apontados como protagonistas dessa corrente.

Portanto, o fato é que na conjuntura de otimismo (acima de tudo, em função das exportações de produtos agrícolas e minerais) e legitimidade teórica em decorrência do cenário conjuntural regional manteve-se virtuoso o democrático-progressismo e, segundo Severo (2015), reduziram-se como nunca antes assimetrias regionais, sobretudo comerciais, em relação aos países vizinhos, sendo possível demonstrar quantitativamente (SEVERO, 2015) que, proporcionalmente, o Brasil passou a importar mais do que exportar para os países da região, sendo os desequilíbrios de uma divisão regional do trabalho, historicamente favoráveis ao Brasil, reduzidas no período entre 2003 e 2010.

Sob este aspecto é que se abre a problemática sobre o *subimperialismo*, mas que não é a inquietação central desta pesquisa. Por outro lado, cabe ressaltar que a categoria de Ruy Mauro Marini (2012), em não raros casos, é proposta por interlocutores pouco qualificados – não sendo este o caso do sério historiador Mathias Luce, um dos melhores quadros da Teoria Marxista da Dependência¹⁰ no continente –, os quais barateiam o debate da integração regional, acabando por conspirar contra qualquer atitude de protagonismo brasileiro, pois, como pontua Severo (2015), em muitas situações atribuem ao “Brasil um papel que ele realmente não exerce”, o que por sua vez termina por fortalecer as estratégias expansionistas de países exógenos à região.

Deste modo, nossa perspectiva é a que a ‘onda’ democrática-progressista da política externa brasileira foi uma conciliação pelo alto, quando a burguesia paulista bandeirante buscou resguardar seus interesses e os das multinacionais perante os grupos insurgentes que brotaram na realidade concreta latino-americana, em meio à correlação de forças presente no continente, – forças que emergiram com a erupção de Hugo Chávez na Venezuela, sobretudo depois que este derrotou o Golpe de Estado amplamente comemorado pelas oligarquias regionais e

¹⁰ Segundo Luce (2018, p 203 - 204), a TMD tem como fontes a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo e labuta com as categorias marxistas de *O capital*. O conceito de economia mundial é uma das grandes contribuições da TMD, assim como às categorias (também descobertas pela TMD ao se debruçar sobre a realidade latino-americana) como *transferência de valor* como *intercâmbio desigual*, da *superexploração*, da cisão no ciclo do capital e a que nós nos apropriamos bastante nesse trabalho: *padrão de reprodução do capital*.

articulado por Washington¹¹. O povo, tendo à frente o ‘negrito de Sabaneta’, personificava o que historicamente sempre foi um pesadelo para a burguesia dominante brasileira – o caudilho anti-imperialista – e, mais que isso, o nacionalismo revolucionário bolivariano, que colocava na ordem do dia o nacionalismo continental. Por conseguinte, como “agravante” a este cenário, algo que sempre trouxe desassossego às corporações transnacionais e, certamente, à FIESP, são duas pautas desterradas do debate político brasileiro no pós 1964: as nacionalizações e estatizações.

Este passo se dá de modo semelhante ao período de emergência da revolução Cubana, em que se verificava a efervescência da ascensão de movimentos anti-imperialistas e nacional-populares e, como estratégia de reduzir o sentimento anti-estadunidense, se pôs em marcha a ALPRO – Aliança para o progresso. Eis, assim, que a inflexão democrático-progressista na política externa brasileira pode ser compreendida – não que tenha sido preparada ou fruto de um acintoso plano –, como um recuo tático dentro da ordem, autorizado pela “Av. Paulista”, pela FIESP, como forma de ceder um pouco para não entregar tudo. Por sua vez, cumpre com um postulado Spykmaniano da política exterior norte-americana fundada no equilíbrio de poderes, ou seja, a emergência do democrático-progressismo promove um balanço de poder frente à liderança de Hugo Chávez.

Dessa maneira, sem apresentar ruptura com a política econômica da ordem e sem ousar um radicalismo estatizante, como o de Chávez, o ‘Progressismo’ exerce uma espécie de cooperação antagônica com as vanguardas populares do continente, na medida em que neutralizava iniciativas agudas de integração econômica, política e cultural idealizadas por Chávez, tais como o Banco do Sul, a ALBA¹², Telesur, o Sucre, dentre outras iniciativas.

Em resumo, o processo integracionista protagonizado pelo Brasil não conseguiu se libertar de velhos fantasmas de sua relação com a ‘Pátria Grande’, sendo muito distante do que foi Perón, em 1952, quando buscou a composição do bloco ABC (Argentina, Brasil e Chile), primeira iniciativa de integração nos moldes idealizados por Manuel Ugarte, onde o caudilho previu: “*El año 2000 nos encontrará unidos o dominados*”.

Para o argentino Marcelo Gullo (2006) cabe ao Brasil a responsabilidade maior pelos fluxos e refluxos de uma integração consciente que vise efetivar uma possibilidade

¹¹ Ver El País. Editorial. **Golpe a um caudillo**. Madri, 13 abr. 2002. Disponível em: https://elpais.com/diario/2002/04/13/opinion/1018648802_850215.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAROLFmYg7jYmUtLB9KFI8Hm_nOAFydQ2U84Op2bfHhKA7xqd3KT8vgnTRY0. Acesso em: 14 dez. 2018.

¹² Alianza de los pueblos de Nuestra America.

objetiva de modificar e suprimir a situação vigente com que se defrontam os países da América Latina, em particular os da América do Sul.

De toda forma, as diretrizes anunciadas pela ‘Nova Política Externa Brasileira’ foram o fechamento de mais uma oportunidade perdida dessa possibilidade, em meio a um governo popular. Desta maneira, a nova dinâmica que se apresenta tem como um de seus “capítulos” um documento publicado em 2015, pela Fundação Ulysses Guimarães¹³, intitulado *Uma ponte para o futuro*, que, de maneira essencial, é a adequação da legislação brasileira aos interesses do capital, mas não qualquer capital, preferencialmente o capital transnacional.

Explicita-se, assim, uma visão sobre o país que, de forma sucinta, acentua que:

[...] o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais, que incluam, além da redução de tarifas, a convergência de normas, na forma das parcerias que estão sendo negociadas na Ásia e no Atlântico Norte [...] a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. (PMDB, p. 17–18).

Conforme o exposto até aqui, evidencia-se uma reconfiguração e/ou redesenho no modo de atuação do governo brasileiro em face de sua inserção internacional e, por conseguinte, regional, onde a integração entre os países do Cone Sul passa a ser de “grande colônia integrada”, isto é, sincrônica com o imperialismo estadunidense e do padrão de reprodução do capital atual.

Este estudo está desdobrado em quatro partes principais: na primeira, sob o título *Tema e Problema de Pesquisa*, apresentaremos os objetivos gerais e específicos do trabalho, bem com a metodologia, fundamentação teórica e os autores que norteiam nossa análise.

Assim, a primeira parte ajuda a tematizar e compreender a geneticidade, os desafios latino-americanos em sua totalidade, bem como os padrões de reprodução e dominação do capital na América Latina, e a estruturas de poder que respaldam a correlação entre Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e as diretrizes brasileiras de política externa.

Na segunda parte, intitulada *A Disjuntiva integracionista e o Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, apresentaremos um ensaio acerca da formação econômica da região e sua formação econômico-social no âmbito da constituição do mercado mundial, bem como a controvérsia da integração regional atravessada pela disjuntiva Bolívar *versos* Monroe, ou, América rica *versos* América pobre.

¹³ A Fundação Ulysses Guimarães é ligada ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro

Na terceira parte, *Menos brasileira que bandeirante: apanhado histórico da burguesia satélite brasileira*, será exposto um arcabouço histórico sobre o personagem central da investigação, sua força de atuação e imposição política que começa ainda no auge cafeeiro, da década de 80 e 90 do século XIX, e se consolida coesa e hegemonicamente com a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Finalmente, na última parte será explorado o marco sobre o tema de estudo no recorte temporal 2013 -2016, traçando os passos da dinâmica de interação, reciprocidade, a força e a pressão com que a Federação patronal paulista atua nas relações internacionais brasileiras, seja por meio de campanhas empreendidas nos órgãos de imprensa, seja por via de material periódico, editoriais e outros documentos emitidos pela entidade que pautam e rearranjam os processos de inserção e integração regional, assumindo que há continuidade, rupturas e aspirações geopolíticas que passam por uma simbiose entre burguesia-governo-integração na marcha natural dos desdobramentos. Mostrar-se-ão, com base na forma atual do padrão de reprodução do capital, os horizontes possíveis com que caminhará a integração contemporânea da América Latina, especialmente no Cone Sul.

O marco teórico sobre o qual o presente estudo se constrói está ligado à Economia Política internacional, tencionando a relação Burguesia, Governo e Integração, percorrendo, ademais, as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, aspirando sempre um pensamento útil à ação.

2 DA LUMPENBURGUESIA: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

¿Quién es el enemigo principal y quién es El enemigo inmediato?
André Gunder Frank (1968, p. 24)

Neste capítulo, pretendemos erigir o caminho de construção do que enseja nossa agenda de pesquisa. O que expomos a seguir é uma reflexão crítica sobre a trajetória da burguesia brasileira, e sua relação frente à América Latina.

2.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A escolha do tema de nosso programa de pesquisa parte da premissa de que o modelo de uma possível integração libertadora iberoamericana deve estar assentada sob um projeto produtivo alicerçado na indústria, que organize e acentue as possibilidades de cada país e, sobretudo, que promova o avanço de ciência e tecnologia. Tal integração pressupõe a sistemática reflexão e questionamento acerca de uma integração coordenada pela difusão de eixo transnacionais, dentre as quais a cerne se posiciona em São Paulo¹⁴, isto é, assentando as multinacionais.

A trajetória percorrida para se chegar neste tema foi bastante tortuosa. André Gunder Frank, o uruguaio Vivian Trías e os brasileiros Florestan Fernandes, Paulo Schilling e Nildo Ouriques foram autores fundamentais no estabelecimento do nosso problema de pesquisa. Outra fonte de inspiração, também, foram os ensaios do sociólogo Gilberto Felisberto Vasconcellos.

Dessa forma, questionamos: quais são as forças constitutivas da locomoção e aspirações de inserção internacional do Brasil frente à integração latino-americana? Lançamos luz sobre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a partir do que estabelecemos pontes com mais dois atores que nos possibilitam fazer uma correlação triangular de análise de discursos, interpretando a dinâmica de ideias que fazem a mediação no encadeamento da economia política e da projeção internacional brasileira frente à Iberoamérica.

¹⁴ A título de exemplo, a Câmara Brasil-Alemanha informa em seu site que “São Paulo é a cidade com maior número de empresas de origem alemã do mundo. No Brasil o capital alemão representa aproximadamente 10% do PIB industrial do país, com 1.200 associados”. Atualmente quem preside a Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK São Paulo), é Wolfram Anders, vice-presidente executivo da Robert Bosch América Latina.

A razão pela qual conferimos tanta importância à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) surge da análise objetiva da realidade: em pouco mais de uma década, entre 2001 e 2012, nas relações comerciais do Brasil com Mercosul, observou-se um movimento de 120 empresas no período, sendo que, destas, apenas 8 possuíam capital predominantemente brasileiro.

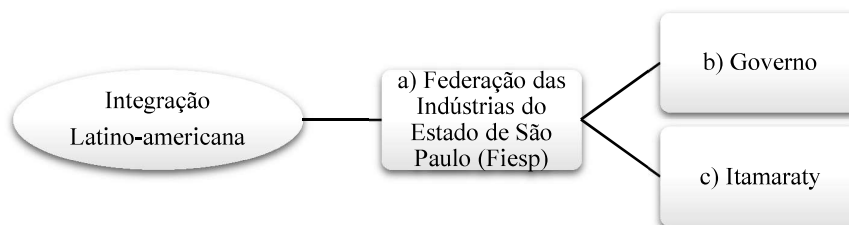
De modo imediato, significa que 93,34% das maiores operações do Brasil com, por exemplo, a Argentina, no período, foi dirigido por transnacionais (CÓRDOVA, 2014, p.119). De acordo com Ouriques (2016, p. 6), “nos últimos anos, dentre os quinze maiores exportadores brasileiros para a Argentina, treze eram multinacionais. A décima quarta era a Petrobras e a décima quinta era a Odebrecht”.

Em outras palavras, embora os governos continuem dirigindo o processo de integração regional na América Latina, temos que para o caso do Mercosul os agentes mais dinâmicos têm sido, recentemente, as corporações transnacionais. Dessa maneira, estabelecemos um conjunto de intermediações, pondo em relevo a burguesia bandeirante frente aos projetos de integração regional, na qual se desenham: a) a burguesia bandeirante, organicamente sindicalizada em seu bloco privado de hegemonia, representado pela Fiesp e que, sobretudo após 1964, passou a ter um peso preponderante para pautar as diretrizes de política externa a ser seguida pelo Brasil; b) o Governo, entendendo que as políticas exteriores dirigidas por ele está submerso nos conflitos na esfera da política, isto é, na correlação de forças determinada pelas lutas políticas e econômicas entre as classes e frações de classes - *noção de conjuntura* e; c) na tradição do pensamento inerente ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) é demasiado relevante a função dos tecnocratas, como bem caracterizou Vivian Trías (1978, p. 15), tomando uma expressão de Galbraith: estes tecnocratas estes formam a “tecnoestrutura dependente”, são indivíduos que circulam por inúmeras instituições – Bancos, Ministérios, organizações como *think tanks* e etc, desempenhando sempre a mesma tarefa, isto é, vender os países da periferia capitalista como mercadorias no mercado mundial. Como igualmente apontou Schilling (1981), testemunhando a última década do período militar brasileiro:

[...] a política dos monopólios internacionais é cada vez maior. O atual governo brasileiro está integrado, de forma praticamente exclusiva, por militares e tecnocratas. Um deputado conservador de oposição, Ulisses Guimarães, assim definiu a situação: “Os militares têm o poder e os tecnocratas exercem o governo”. Temos que acrescentar: os tecnocratas que governam representam menos os interesses das classes dominantes nacionais do que os dos monopólios estrangeiros. (SCHILLING, 1981, p.55).

A Ilustração 1 a seguir é o esquema do conjunto de intermediações que trazemos à tona neste estudo e que colocam em relevo a burguesia bandeirante frente aos projetos de integração regional.

Ilustração 1 - Quadro-síntese do conjunto de intermediações do estudo



Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

A Integração, em si mesma, é um instrumento. Não é nada mais que um dispositivo, um meio. Produzir-se-á de qualquer maneira, havendo a possibilidade de se materializar para superação da condição de dependência de nossos países, ou pode se realizar para aprofundar o *lumpendesevolvimento*. Tudo decorrerá de quais estruturas a integração assentará, quais diretrizes privilegiará (TRÍAS, 1989).

Especificamente, o ponto de partida deste trabalho é 2013, um marco histórico que está no âmago de crise, bem como, a reconfiguração de inserção no cenário regional verificada ainda no afastamento da presidente Dilma Vana Rousseff e com a posse de José Serra como Chanceler brasileiro em 2016. Por sua vez, tal redefinição se acentua no exato momento em que é escrita esta dissertação, em que a aceleração da conjuntura e o aprofundamento da luta de classes conduziram Jair Messias Bolsonaro como novo presidente do Brasil, consolidando assim, o Brasil em uma ‘reinscrição’ em um novo quadro internacional.

Tendo como palco o movimento de ideias que perpassam a projeção regional brasileira, nosso problema de pesquisa constitui rastrear e identificar os elementos determinantes que tonificaram um redesenho da inserção regional - que se materializa a nível governamental - nas relações exteriores brasileiras. Qual a ação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) neste cenário? Qual a interlocução entre a “Avenida Paulista” e o Itamaraty?

Para o objeto de nossa investigação, destaca-se a premissa de que todo novo paradigma¹⁵ se constrói em diálogo com o sistema de ideias historicamente dominantes, sendo

¹⁵ Como paradigma aqui, entende-se a nova diretriz de política externa brasileira.

necessário resgatar o marco teórico estabelecido na busca de uma visão estrutural ampliada, isto é, totalizante.

2.2 OBJETIVOS

Este estudo possui um objetivo geral e três objetivos específicos que visam atingir o objetivo geral.

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é, em termos concretos, lançar luz sobre a correlação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os projetos de integração regional do Cone Sul latino-americano.

2.2.2 Objetivos Específicos

i. Identificar quais os movimentos na economia política internacional que levaram a burguesia industrial paulista a pautar mudanças na inserção internacional brasileira.

ii. Demonstrar as convergências discursivas entre a Fiesp e o Itamaraty no tocante à ascensão e ao declínio da *onda* progressista de integração na América Latina.

iii. Partindo da burguesia bandeirante, identificar tendências objetivas no movimento padrão de reprodução do capital e nos padrões de dominação externa na América Latina.

2.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nosso tema de estudo é analisar a convergência entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e as diretrizes de política externa brasileira frente à problemática da integração latino-americana. O presente marco teórico está inserido em um ponto de inflexão que ambiciona investigar as determinações causais da ‘crise’ de inserção no quadro regional

brasileiro no período de 2013 a 2016, especificamente no tocante à integração dos países do Cone Sul.

Uma das contribuições do economista André Gunder Frank foi demonstrar que desenvolvimento desigual e combinado do sistema mundial capitalista produz áreas centrais e periféricas dentro de uma mesma formação econômico-social. Em outras palavras, o pauperismo ou o subdesenvolvimento mais acentuado em dada região de um país não configura ausência de relações capitalistas, mas integram áreas indispensáveis como fontes de extração de valor por parte do núcleo dinâmico de definida nação ou país. Compreende-se, portanto, que o Brasil é uma frente de poder na região da América do Sul e que as políticas econômicas brasileiras, assim como as suas políticas de relações exteriores, não se configuram de forma participativa ou consensual, mas privilegiam o centro, o eixo dinâmico, do poder econômico.

Nossa hipótese é a de que burguesia industrial bandeirante se projeta como espécie de elite orgânica – tendo a Fiesp como um *centro fundamental de condensação do poder* – que, de acordo com Dreifuss (1987), possui uma habilidade de se manter por longo tempo em posição dominante, pois possui a capacidade de se adaptar e conter os avanços de novos círculos que aspirem ao poder, seja cooptando líderes e chefes de oposição ou funcionando como uma central de informações, uma espécie de laboratório de ideias, desenvolvendo os meios de mobilização popular, de modo a estender no limite do possível sua hegemonia “[...] no conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder [...]” (DREIFUSS, 1987, p. 24). Cabe a estas classes dominantes, através da legitimação da ordem empresarial, definir os preceitos do admissível e do rejeitável, e os pontos de referência do debate público, “carimbando e separando *realismo* de *utopia*”.

Desse modo:

Diríamos, portanto que a elite orgânica procura “traduzir” (relacionar, transpor) as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional [...] A ação político-ideológica da elite orgânica se traduz pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico para o conjunto das classes dominantes, apresentando não só como de interesse coletivo do capital, mas até da própria nação [...] Ainda nesta tarefa (de pensadora da classe dominante), a elite orgânica produz “ estudos, análises e pesquisas sobre o princípios da política pública e da política empresarial, formulando diretrizes que deverão nortear o funcionamento” da “ sociedade” e do “Estado” (DREIFUSS, 1987, p. 24/26/27).

Um problema científico tem entre seus requisitos a delimitação periódica do tema de pesquisa, o método de elaboração teórica e sua aplicação. A insuficiência na produção do

trabalho de averiguação está diretamente relacionada com a perspectiva metodológica. No esforço desta presente investigação ambiciona-se um resultado útil à ação, isto é, a construção de uma síntese capaz de auxiliar no conhecimento prático.

Nelson Werneck Sodré (1978) chama a atenção para a tragédia que é a desumanização dos especialistas, isto é, cientistas sociais descomprometidos com uma causa prática. Assim sendo, e por sua vez mais danoso, soma-se o fato de que intelectuais engajados são vistos como *fábricas de ideologias* e não como provedores de conhecimento. Em especial, registre-se o contexto de debates entre o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) e a Universidade de São Paulo (USP), com o Instituto sendo taxado de produzir ideologia e a Universidade sendo taxada de elaborar ‘ciência’, no entanto, como afirma Sodré (1978, p. 7): “[...] há, realmente, pessoas, como Pôncio Pilatos, que participam dos processos e dos acontecimentos e não tomam conhecimentos deles”.

Nessa direção, este trabalho possui o anseio de ser engajado, em outras palavras, comprometido com a integração latino-americana e com papel – chave – ativo do Brasil. Assim sendo, as duas preposições nucleares desta pesquisa são, primeiramente, a defesa – no limite – do desafio da integração latino-americana e, em segundo a responsabilidade do Brasil nesse processo, donde a necessidade histórica de se fazer um balanço crítico sobre uma tradição ainda presente nas relações exteriores e que perpassa nosso tema central.

Destarte, deve-se entender o nacionalismo com a particularidade que requer, isto é, temos que jogar os conceitos para o interior das práticas materiais. O nacionalismo na realidade latino-americana tem suas raízes profundas e em todo tempo é relegado ao segundo plano pela historiografia dominante/ou posto em situação irônica ou com caráter negativo.

A adoção metodológica sistêmica que norteia a pesquisa é amparada pela prática histórica, constituindo o maior laboratório à disposição do cientista social. Como extensão, parte-se da premissa de que a luta pela história é um campo essencial na política, por consequência, a América Latina carece de consciência histórica muito mais do que outros continentes ou regiões.

Segundo Lukács:

Todas as demais leis da economia, sem prejuízo de sua legalidade, - que todavia tem carácter tendencial, já que são leis de complexos em movimento, - são de natureza histórica, já que sua entrada e sua conservação em vigor dependem de circunstâncias histórico-sociais determinadas [...]. (LUKÁCS, 2015, p.251).

A ruptura entre Economia Política e a Economia Vulgar é precisamente no tocante à consciência da historicidade, sendo a Economia Vulgar anti-histórica e, por sua vez, incapaz de fornecer uma análise transformadora, pois mistifica os sintomas e pormenores do processo econômico. A simples observação de um fenômeno em um circunscrito marco temporal é típico do pensamento burguês pós-economia-política, isto é, transforma as múltiplas partes da sociedade em outras tantas diferentes.

No entanto, destaca-se que o presente estudo - que focaliza um triênio de ‘corte’ da política exterior brasileira, de 2013 a 2016 - inicia a análise pelas causas do fenômeno observado e não pelos seus efeitos, já que isso seria, em menor das instâncias, reacionário.

Tendo como premissa a Economia que Marx classificava como vulgar, isto é, uma ciência economia falsamente desincrustada da economia política, é que as diretrizes da política externa em grande parte dos países latino-americanos são formuladas, negando à luta de classes, ao conjunto das relações de produção, à dinâmica de um sistema global de dominação, etc. - o que tentou provar José Serra Chirico, no Ministério de Relações Exteriores, em 2016, ao exprimir a ‘vontade do Brasil’ em se inserir no “novo”, no conceito de cadeias globais de valor¹⁶, passando a concepção de que tal posição é desincrustada da política, puramente técnica, não ideológica.

Dessa forma, tendo como fundamento a análise materialista, o princípio da totalidade é método de análise científica da realidade social, implicando na historicidade da teoria e empregando um horizonte temporal abrangente.

De acordo com Netto (2011):

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada [...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador [...] Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. (NETTO, 2011, p. 52/56).

Por último, e possivelmente o ponto essencial que vai marcar a viabilidade ou não deste esforço, é preciso expor como será possível mensurar a correlação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e as posições e direcionamentos do Itamaraty. Nesse âmbito, fazemos o seguinte questionamento: como se deve proceder?

¹⁶ Ver sexta e sétima diretriz, p.23 e 24.

Tal empreitada será, em grande medida, espelhada na metodologia utilizada por Alvaro Bianchi Mendez (2004) que, no caso em específico de sua tese, evidenciou as relações dos empresários com o Estado em meio a uma conjuntura de desestatização da economia nas décadas de 1980 e 1990, classificada pelo autor como ‘crise orgânica’. Deste modo, com um sofisticado conhecimento de *Gramsci*, Mendez (2004) faz uma aproximação entre associações empresariais e partido político, tendo em vista o contexto em que os ativismos de entidades patronais ganham força – *pari passu* do discurso –, em que era chegada a vez da ‘sociedade civil organizada’ no cenário político nacional. Resumidamente, sendo esta a parte que interessa para a presente pesquisa, Mendez (2004) analisou as publicações periódicas da Fiesp concomitante aos relatórios econômicos divulgados pela entidade somado com as fontes auxiliares que, de forma simplória, foram os cadernos econômicos da grande mídia.

De forma similar, analisaremos os periódicos institucionais da Fiesp a partir de 2013 e até 2016, bem como os pareceres de análises econômico-financeira produzido por esta entidade e observaremos os meios auxiliares – as colunas econômicas – de circulação nacional; entretanto, em nosso caso, notadamente os grandes periódicos de São Paulo são enfatizados.

Mendez (2004) chama a atenção para a utilização dessas fontes, haja vista que são endereçadas à classe capitalista, como um instrumento de pesquisa que tende a falsear em menor grau a realidade. Segundo ele:

Beth Mintz e Michel Shwartz (1985) em seu estudo sobre a estrutura de poder das empresas norte-americanas [...] selecionaram os veículos que lhes serviriam como fonte de pesquisa entre aqueles que, além de apresentar cobertura mais ampla, eram os mais influentes entre as comunidades de negócios. Depois de testar as informações publicadas [...] em alguns episódios chave [...] chegaram à conclusão de que era mais confiável do que a maioria dos meios de comunicação de massa. (MENDEZ, 2004, p.10).

Cabe ressaltar, entretanto, que “documentos constituem material para a história, mas não são a história” (SODRÉ, 1978, p. 19), significando que apontar uma possível correlação entre a entidade patronal de São Paulo e os horizontes trilhados pelo Brasil em política externa com base nestes periódicos é também dizer muito pouco, sendo necessário submeter a massa crítica processada neste estudo à base de dados qualitativos.

Estudar a economia latino-americana, bem como o caráter contraditório dos processos de integração regional “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de determinações e relações” (MARX, 2011, p.54), é uma tarefa que não pode se dar de forma isolada, isto é, fatiada do sistema mundial. É necessário que o pesquisador, após ter compreendido o método da economia política, faça um esforço de assimilar as categorias

simples do *concreto* em abstrato e elevá-las ao método científico *concreto*¹⁷. Conforme Marx (2011):

[...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 54).

Em suma, a realidade político-temporal não aponta de súbito como um raio no céu azul, isto é, a conjuntura não existe por si mesma, mas a atualidade histórica está essencialmente ligada aos conflitos de grupos e classes, às formações econômico-sociais e ao próprio movimento do capitalismo como sistema mundial.

2.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Jaime Osorio (2012), as análises econômicas, juntamente com outras áreas das ciências sociais, amargam um movimento infecundo para compreensão da vida social, pois consistem na fragmentação ou em recortes especializados da realidade social. Neste sentido, “retornar à totalidade, de maneira a dar conta da atividade unificadora, parece um requisito epistemológico de primeira importância” (OSORIO, 2012, p.38).

Assim, as técnicas de separar e/ou “cortar”, próprios ao processo de fragmentação, trazem ao seu lado a ausência da compreensão do movimento unificador, presente na vida em sociedade, a qual confere explicação aos múltiplos processos (OSORIO, 2012, p. 37).

Em um sentido oposto de compreensão cabe salientar a lógica do capital, isto é, sua noção de reprodução, onde este confere uma unidade totalizante. Tal atividade unificadora requer diferentes níveis de análise inter-relacionados, uns mais abstratos e outros mais concretos. Não obstante, quanto maior a concretude, mais específica e múltipla se tornam as características históricas.

¹⁷ Sobre O método da economia política, Marx (2011, p. 61), descreve o procedimento de sua análise iniciando-as, tal como: “1) as determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade [...] 2) as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida Pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação Internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do Câmbio. 5) O mercado mundial e as suas crises.

Osorio (2012) considera que:

O maior grau de abstração entre esses níveis de análise refere-se à sua capacidade de apreender relações sociais e processos que fundamentam a realidade social, para o que é necessário deixar de lado certos aspectos do movimento histórico a fim de compreender sua essência. Assim, a maior abstração é *fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos*. (OSORIO, 2012, p. 38).

Por outro lado, o sistema mundial capitalista se constitui um polo, um centro, e numa mesma unidade possui periferias, isto é, áreas satélites. Como ferramenta de análise para os níveis de maior abstração se estabelecem conceitos como o de *modo de produção capitalista e sistema mundial*. Desta forma:

É a partir da aurora do desenvolvimento do capitalismo que a história se constitui em história universal e que os mais diversos rincões do planeta se integram, com graus de intensidade variados, em um sistema mundial, dando passagem ao *sistema mundial capitalista*. Nesse nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso. (OSORIO, 2012, p.39).

Esses diferentes níveis (concreto e abstrato) de análise, que compreende uma mesma totalidade, têm dialeticamente, uma formação econômico-social *sui generis*, isto é, a integração ao modo de produção e ao sistema mundial capitalista transcorreu de forma particular em cada nação ou país, desenrolou-se de forma específica, concebendo unidades político-econômicas singulares, o que por sua vez, nos leva as determinações mais concretas, sendo essas, a *formação econômico-social e a noção conjuntura*.

De acordo com Osorio (2012):

A noção de formação econômico-social nos remete à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas. Essas unidades expressam uma contradição do capitalismo como processo histórico: uma vocação planetária que, no entanto, foi levada a cabo tendo de estabelecer-se em Estados nacionais, o que gera soluções (como taxas de lucro diferenciadas), mas também conflitos diversos (por fronteiras que ainda limitam sua ação). (OSORIO, 2012, p. 40).

Essas observações são importantes, pois a *formação econômico-social* põe em relevo o transcurso que o capital percorreu para ser dominante, isto é, para estabelecer sua ordem.

Por fim, a *noção de conjuntura* se destina a produzir uma leitura de ‘unidades políticas temporais’ que engendram alterações ou mudanças relevantes na correlação de forças

entre as classes sociais em disputa e nos projetos que conduzem. Isso, por sua vez, geram modificações no próprio seio das formações econômico-sociais: ou igualmente, ou quiçá no capitalismo como sistema mundial.

Assim, a conjuntura, “enquanto unidade mais concreta, constitui a síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas” (OSORIO, 2012, p. 40).

2.4.1 A centralidade da burguesia industrial e a noção de padrão de reprodução do capital

Tendo a burguesia industrial bandeirante no núcleo de nosso exame, é de grande contribuição metodológica a abordagem de *noção de reprodução do capital*, sendo tal categoria fruto do esforço intelectual próprio do continente, introduzida por Ruy Mauro Marini (2012) - recebendo contribuições de Nilson Araújo de Souza (1980) e aperfeiçoada por Jaime Osorio (2012). Sua importância não reside tão somente em permitir elaborar um entendimento da história do capitalismo na América Latina, lançando luz sob os diferentes padrões de reprodução do capital que se seguiram (LUCE, 2018), mas, também, em ser categoria que condensa um grupo de regularidades do movimento do capital no marco histórico e em regiões geoterritoriais determinadas, fazendo a intermediação entre os conceitos de *modo de produção capitalista*, *sistema mundial*, *formação econômico-social* e a *noção de conjuntura* (FERREIRA; OSORIO; LUCE, 2015).

Como destaca Souza (2005):

Para definirmos padrão de reprodução do capital, devemos partir da compreensão do processo de reprodução do capital. Este é a unidade contraditória entre o processo de produção e o de circulação. Mas não somente isso. [...] A reprodução não se dá somente na esfera da economia: é aí onde tem sua origem, porém se dá também, como consequência, na super - estrutura, [...] considerando que, ainda que as leis básicas de reprodução do capital se mantenham enquanto persiste o capitalismo, é natural que, em um *período dado* e em um *espaço dado*, o capital se reproduza de *determinada maneira*, distinta em alguns aspectos do modo como se reproduz em *outro período* e em *outro espaço*. Isso tem a ver com o “ambiente” econômico-sócio-político-cultural onde se desenvolve[...] (SOUZA, 2005, p. 37).

A noção de reprodução do capital traz contribuições conceituais e metodológicas. Para cada momento histórico, a reprodução do capital assume múltiplas formas, ajustando-se às alterações produzidas no sistema mundial, por exemplo, e/ou na divisão internacional do trabalho. Tal rearranjo na produção abre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de usos, ou seja, considera-se a forma de desenvolvimento que o capitalismo assume em cada momento

histórico. Isso permite historicizar a reprodução do capital, particularizando-a, esquematizando os diferentes padrões que se estabelecerão, entendendo melhor a conjuntura que se abre, inclusive na perspectiva dos embates sociais, bem como do carácter e profundidade das suas crises (SOUZA, 2005, p.42).

Nas palavras de Osorio (2012):

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, [...] estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concreto (formação econômico-social e conjuntura). (OSORIO, 2012, p. 40-41).

Em suma, é necessário captar essas especificidades. Como resultado é a viabilidade de historicizar a reprodução de capital, incluindo uma análise sistemática das determinações, que torna possível seu auge e por sua vez o seu declínio e crise.

Tanto Souza (2005) como Osorio (2012) entendem que por trás de cada noção de padrão de reprodução do capital há motivações econômicas como também políticas, sobretudo dominação política, isto é, a forma de controle dos setores dominados, o pacto de dominação e bloco de forças no poder, os setores burgueses hegemônicos e subordinados e a base social de apoio, que é o centro de nossa (pesquisa) correlação com a problemática da integração regional.

Por exemplo, a reprodução do capital envolve: a produção, circulação, acumulação e distribuição da riqueza material social. Já na primeira fase do ciclo do capital, antes mesmo de iniciar na esfera da produção - ou seja, ainda na esfera da circulação -, um questionamento prévio a ser feito e que diz respeito a uma conjuntura histórico particular é a origem do capital que iniciara o ciclo – é estrangeiro, nacional ou público estatal? Por conseguinte, na produção, há mais questionamentos de ordem econômico-política a serem feitos. Vamos produzir salsichas ou produzir canhões? Sua expansão terá como eixo qual setor, o produtor de meios de produção (máquinas e equipamentos), o de bens de consumo duráveis (carros, geladeira, fogões...) ou o setor produtor de bens de consumo para os trabalhadores (roupas, calçados), no dizer de Souza (2012), o Setor I, IIa ou IIb?¹⁸ De que tipo é a origem e o desenvolvimento do Setor I? Qual é a capacidade da classe trabalhadora de levar adiante suas reivindicações? Todas essas perguntas são caminhos singulares que perpassam por políticas estatais específicas,

¹⁸ Para Souza (2005), o Setor I é a indústria de meios de produção, isto é, máquinas, equipamentos, indústria química e eletroenergética. Já o Setor IIa corresponde às atividades produtoras de “bens de consumo operário” (ramos têxteis, vestuário e produtos alimentícios). Por último, temos o setor IIb, que representa os bens de consumo não-operários (santuários), ou seja, de luxo.

mercados consumidores (onde as mercadorias precisam ser vendidas), o lucro, taxa de lucro média, os impactos das crises. etc.

Desta maneira, a forma como o capital se reproduz em determinados momentos históricos são projetos de classe de setores determinados, eixos de acumulação e da reprodução do capital que inclusive podem estar subordinados a projetos de classe que são exógenos àquela realidade.

Por conseguinte, a valorização do capital indica as particularidades do capitalismo que será engendrado e o tabuleiro em que se apresentam os conflitos sociais. Conforme esclarece Osorio (2012):

O capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimentos, seja porque utiliza tecnologia e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez a matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e o destina para mercados – internos ou externo – adequados às duas necessidades, tudo o que, visto em conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz. (OSORIO, 2012, p. 60).

Em situações históricas específicas, o capital assume pautas, agendas. Estas, por sua vez, são indispensáveis para que o capital obtenha um padrão de reprodução. Tais agendas são a política econômica. De maneira precisa:

Toda política econômica tem, ao menos, quatro componentes básicos: i) um centro ou poder de decisão (Estado, Governo e etc.); ii) práticas e mecanismos de decisão (ações, meios, instrumentos, medidas etc.); iii) destinatários sociais das decisões (setores, classes, grupos etc.); e iv) propósitos das decisões (fins, objetivos, metas etc). (LICHTENSZTJN, 1997 *apud* OSORIO, 2012, p.70).

Eis a importância em destacar essa síntese, pois, na tentativa sistemática em obscurecer e ocultar o caráter de classe do Estado, é comum tecnocratas ao serviço de entidades patronais ou órgãos de governo construir uma disjuntiva entre decisões técnicas de um lado e decisões políticas de outro, as últimas tidas como ideológicas. Ora, nada mais falso e desonesto do que tais afirmações. Como desincrustar o econômico do político em ações de política econômica, sobretudo em países dependentes e subdesenvolvidos como os da América Latina?

A decisão de zelar pelos interesses de acumulação de determinado Estado ou região dentro de um país em particular, ou, ainda mais especificamente, a de favorecer as necessidades

de frações do capital em prejuízo de outras classes, inclusive frações da própria burguesia – a chamada lumpenburguesia - não conformam “escolhas técnicas”.

De forma esquemática, os instrumentos de política econômica podem ser classificados da seguinte forma:

Tabela 1 – Principais instrumentos de política econômica,

Campos de aplicação	Instrumentos
Monetário	Taxas de juros
Fiscal	Impostos (pessoas e empresas), gasto público
Comércio Exterior	Tipo de câmbio, nível de tarifas de importação
Investimento estrangeiro	Impostos sobre lucros e dividendos
Consumo	Impostos de compra e venda, seguridade social
Força de Trabalho	Taxas salariais
Produção	Subsídios, controles de preços
Investimento	Taxas de juros, isenção de impostos e investimentos públicos

Fonte: Dados trabalhados pelo autor, a partir de Osorio (2012, p. 71).

Esse arcabouço teórico será de suma importância em nosso último capítulo, cabendo apontar, neste momento, que as políticas econômicas encabeçadas por determinado Governo são igualmente frutos da correlação de forças. Como já apontado acima, e cabendo ressaltar novamente, a política econômica não é estabelecida de forma consensual. Nem mesmo do ponto de vista das regiões ou Estados que compõe uma mesma unidade federativa¹⁹, e da mesma forma entre as frações e setores do capital.

Assim, o consenso – que nunca é consenso -, seja de ruptura seja continuidade de determinada política econômica, significa perda de posição econômica, política e até mesmo a falência para agrupamentos humanos definidos (classes, frações, setores, grupos) e a

¹⁹ Como exemplo poderíamos citar a Lei Kandir, de 1996. Esta lei desobrigou a cobrança de ICMS apenas sobre produtos primários destinados à exportação. Sendo os Estados do Norte do Brasil majoritariamente extrativistas, isto é, que tinham suas receitas de ICMS oriundas da exportação de produtos de extração mineral, tal lei simplesmente liquidou a fonte de receita de tais Estados, em especial do Pará. Contudo, a Lei Kandir não se deu de maneira isolada, com ela veio a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que diz que “os Estados não podem gastar mais do que arrecadam”. Ora, se os Estados do Norte do Brasil já tiveram sua fonte de receita liquidadas por um lado e, posteriormente, veio outra medida impondo que não se pode gastar mais do que se arrecada, abertamente, estão condenando estes Estados ao pauperismo.

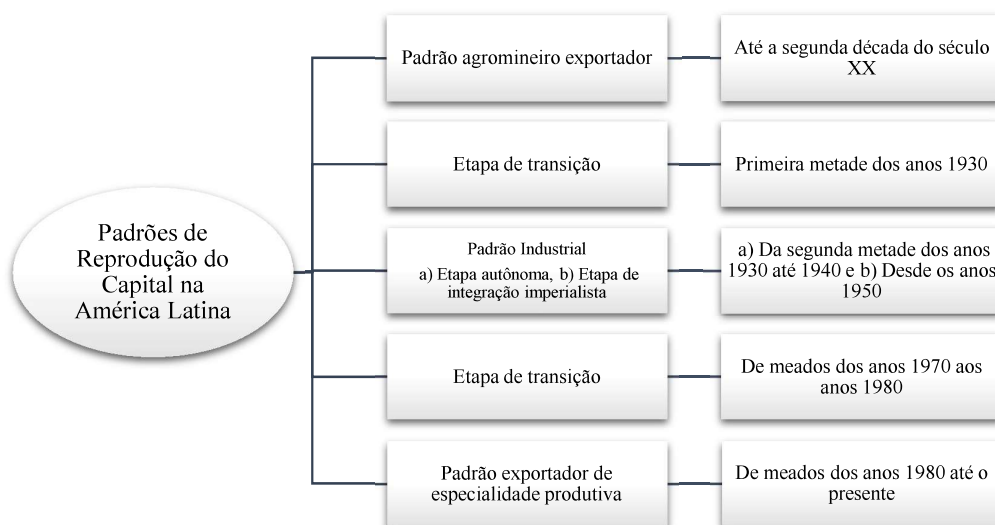
manutenção ou mudança do poder de decisão política – *centro fundamental de condensação do poder* -, para outros²⁰.

Tal leitura objetiva da realidade não se dá aleatoriamente e cada determinado padrão de reprodução do capital produz impactos territoriais igualmente definidos, ou seja:

intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige, [...] o mapa que o capital termina desenhando sobre o território difere de um padrão a outro. (OSORIO, 2012, p. 73/76).

De maneira prática, de acordo com Osorio (2012), os padrões históricos de reprodução do capital podem ser esquematizados em três, ilustrados a seguir: 1) padrão agrominerador; 2) padrão industrial com períodos de “passagens” e; 3) novo padrão exportador de especialização produtiva.

Ilustração 2 – Historicidade do capitalismo na América Latina identificada por seus respectivos padrões de reprodução do capital



Fonte: Dados trabalhados pelo autor, a partir de Osorio (2012, p. 78).

A partir deste momento vamos explorar o último padrão de reprodução do capital, que se inicia a partir de 1980, pois o exame dos demais padrões, assim como das políticas econômicas, serão realizadas no último capítulo.

²⁰A exemplo, nota-se o declínio de poder econômico e político de Estados - como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - antes decisivos e importantes para Brasil, pois pauperizados em decorrência das necessidades imediatas priorizadas pela política econômica brasileira, em especial pós 1994.

Qual a ideologia dominante que marcou o Brasil e suas relações exteriores no período comumente chamado de ‘Progressista’? Sem hesitação poderíamos aludir o otimismo com a idealização de que o Brasil se encontrava ao ponto de deixar a sua posição dependente e subdesenvolvida, somado à imaginação de que o país fora beneficiado pelo colapso econômico de 2008. Em alguns casos mais excêntricos apontava-se que a crise era a “oportunidade”. Por certo, “o dinamismo da crise global do capitalismo implicou na valorização dos preços das matérias primas e a possibilidade de uma renda adicional para os estados nacionais da periferia capitalista” (OURIQUES, 2011, p. 146).

Em vista disso, de forma material e segundo a própria CEPAL (OURIQUES, 2011), tal confiança poderia ser explicada pelo desempenho benigno dos *termos de intercâmbio*, quando de fato historicamente isso sempre foi nocivo para as economias da América Latina, sendo excepcionais as tendências favoráveis.

Como destaca Osorio (2012):

[...] certas economias dependentes podem contar com vantagens naturais, como jazidas de petróleo, o que lhes permite limitar em períodos conjunturais a transferência de valores ao centro no terreno comercial. Entretanto, tais limitações não impedem que outros mecanismos sigam operando (como a capacidade de empresas financeiras do centro captarem os excedentes obtidos por economias dependentes no comércio internacional), de modo que o processo heterogêneo de acumulação-desacumulação continue operando em médio e longo prazos. (OSORIO, 2012, p. 77).

A concepção colocada por Fernando Henrique Cardoso em sua discurso de posse (1995)²¹, de que o Brasil não era um país subdesenvolvido, mas um país injusto, foi algo que ganhou continuidade no imaginário coletivo. Ao mesmo tempo, significou o menosprezo ao acúmulo crítico do pensamento social latino-americano que identificou que a *transferência de valor* dos países periféricos para os centrais não se dá somente via preços de mercadorias exportadas e importadas (pois isto compreende apenas uma das formas), mas através do serviço da dívida (remessas de juros), remessas de lucros (*royalties* e dividendos) e apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (LUCE, 2018).

Contrariando as posições que apontavam o Brasil como *global player*, Osorio (2012) constata que, a partir das décadas de 1980, economias como a do Brasil e México estavam se inserindo em um novo padrão de reprodução, chamado *novo padrão exportador de especialização produtiva*. De maneira breve, significa nada mais do que o aprofundamento da região na divisão internacional do trabalho (DIT). Contudo, detalhadamente, em que consiste

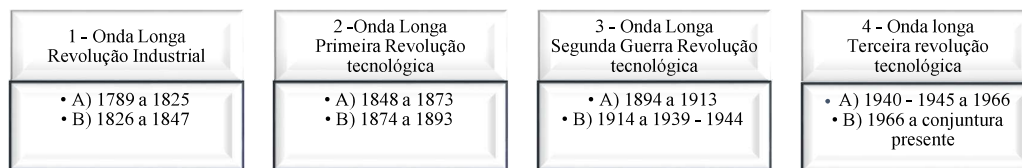
²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Posse**. 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995>.

esse novo padrão reprodução do capital? Antes de adentrarmos propriamente nesta questão cabe frisar duas observações:

- a) Dizer que há um novo padrão de reprodução não implica dizer que não se reproduzem realizações de padrões anteriores. O que ocorre é a subordinação (do velho) de um padrão à dinâmica de outro, o atual. Compreendendo entre o novo e o velho existem subetapas de transição.
- b) Assim, “deve-se considerar que eles fazem parte de um movimento mais geral, o sistema mundial capitalista, de modo que sua análise deve integrar-se aos processos que marcam o curso de tal sistema [...]” (OSORIO, 2012, p. 79).

Cumpra assinalar a íntima relação entre os conceitos de *padrão de reprodução do capital* e *ciclo longo* (ou *ondas longas*), isto é: a economia capitalista é uma unidade contraditória, se desenvolve de forma cíclica, passando por períodos A (de ascenso) e períodos B (de declínio), compreendendo uma expansão-prosperidade-declínio-crise, como ilustrado a seguir:

Ilustração 3 – Quando se expressam o ascenso e declínio do *ciclo longo* em perspectiva histórica



Fonte: Dados trabalhados pelo autor, a partir de Osorio (2012, p. 81).

De acordo com Souza (2005), o conceito de ‘ciclo longo’ foi primeiramente esboçado por Parvus e posteriormente por Kondratiev – sendo este último quem ficou com a fama – e sua relação com o padrão de reprodução auxiliam na definição da relação entre as crises e os períodos de expansão ou decadência do padrão de reprodução.

Cabe ressaltar que os países da América Latina, por se tratarem de nações dependentes e subdesenvolvidas, tendem a ter o seu padrão de reprodução condicionado a lógica da reprodução mundial do capital. “Isso é assim porque as condições gerais do *ciclo longo* só ocorrem a nível mundial, ainda que possam iniciar-se em um determinado e importante centro do sistema capitalista” (SOUZA, 2005, p. 42).

Para Osorio (2012):

Essas ondas expressam ciclos no movimento da taxa média de lucro – de incremento e posterior descenso, em períodos que abarcam aproximadamente entre cinquenta e sessenta anos –, a qual, uma vez recuperada, permite investimentos massivos. A passagem de uma onda longa para outra acarreta revoluções tecnológicas aplicadas à produção, que determinam reestruturações dos processos de reprodução do capital em todas as dimensões. Assim, por exemplo, a onda longa da primeira revolução tecnológica implicou a aplicação produtiva de maquinaria com motor a vapor; a onda longa da segunda, de motores a combustão interna e elétricos; e a onda longa da terceira implicou o controle de máquinas por meio de aparelhos eletrônicos. (OSORIO, 2012, p. 81).

Feitas essas observações, indagamos quais são as particularidades do atual *padrão exportador de especialização produtiva* que se projeta a partir das décadas de 1970/1980 na América Latina? A primeira delas é que a América Latina se insere na dinâmica de uma crise estrutural da economia mundial instaurada em meados de 1970 – lembrando que esta já vinha transcorrendo desde o final dos anos de 1960, ou seja, como uma fase B do ciclo longo, caracterizado pela queda da taxa de lucro.

Segundo Osorio (2012):

[...] os signos da conformação de um novo padrão de reprodução na América Latina, que qualificamos como padrão exportador de especialização produtiva, o qual começa a tomar forma a partir dos anos 1970 – 1980 e que se caracteriza pelo regresso a produções seletivas, seja bens secundários e/ou primários, seja de realocização de segmentos produtivos, [...] (OSORIO, 2012, p. 85).

Até fins da década de 1960, a América Latina figurava uma espécie de “classe média” dentro do assim chamado terceiro mundo, pois em condições relativas melhores do que Ásia e África. Contudo, as necessidades do imperialismo – acionado pelas transnacionais estadunidenses principalmente – de recompor sua posição implicaram uma reestruturação ou realocização de seus segmentos produtivos. O modelo de produção japonês, bem como o movimento pós-fordista ou *toyotismo* são diferentes maneiras de conceituar aquilo que em concretude significa uma reação à crise dos anos de 1970 e que implicou na ofensiva contra a classe trabalhadora. O processo não significou apenas flexibilizar os padrões institucionais existentes, mas representa uma conjuntura particular que altera a formação econômico social nos países centrais e mais violentamente nos países dependentes. No plano econômico, do mesmo modo, não se tratou do simples abandono dos manuais *keynesianos*, mas, do limiar de um novo padrão de reprodução do capital.

A segunda característica é a “nova” condição: para uma velha prática histórica oligárquica, isto é, a do viés exportador ou a ‘orgânica vocação exportadora latino-americana’.

Como apontado na Ilustração 3, anteriormente, o quarto ciclo longo é marcado pela terceira revolução tecnológica, sendo esta assinalada pelo avanço na microeletrônica que amplia e agiliza as comunicações. Por sua vez, observamos a tendência de queda nos preços dos transportes de mercadorias, a segmentação dos processos produtivos, bem como a realocação de plantas industriais, a mudança da plataforma de serviços e uma nova etapa do capital financeiro (OSORIO, 2012).

Em condições concretas, as transformações de caráter estrutural conduziram a América Latina para um novo modelo exportador. Distinto do que predominou no século XIX e princípios do século XX, pois o atual se põe com um grau de maior complexidade, ao redor de eixos como extração de produtos agrícolas e minerais, petróleo e derivados, montagem de automóveis, *call center*, máquinas eletrônicas têxteis, etc:

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local. (OSORIO, 2012, p. 113).

2.4.2 Padrões de dominação externa e *Lumpemburguesias*

Neste subitem introduzimos a contribuição de dois autores que dialogam com a controvérsia da dependência, inclusive há um debate se estão ou não inseridos dentro da tradição marxista – mas que para a nossa problemática é uma questão secundária: André Gunder Frank e Florestan Fernandes.

O primeiro contribuiu significativamente com o avanço da teoria marxista da dependência, inaugurando categorias e dialogando criticamente com a sociologia latino-americana e com todos os autores da primeira geração da TMD.

Já Florestan Fernandes entrou posteriormente na controvérsia, dialogando muito pouco com Ruy Mauro Marino, Vânia Bambirra ou Theotônio dos Santos²². Entretanto, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Florestan Fernandes (1973) faz referência à André Gunder Frank, de modo que é possível captar algumas convergências desde

²² Primeira geração da TMD.

trabalho de Fernandes (1973) com alguns dos postulados de Frank (1979), o que nos levou a referenciá-lo em nossa fundamentação teórica. Além disso, Fernandes (1973) auxilia com conceitos importantes para uma análise concreta do caráter de classe do Estado. A noção de *classes subalternas, democracia restrita e Padrões de Dominação Externa na América Latina*, são alguns dos exemplos.

Isto posto, André Gunder Frank (1979) oferece uma análise aguçada sobre o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. Como este produz ‘centros de gravidade’ (espécies de elos por onde penetra no interior de dada formação econômico-social), a expansão imperialista - real motivo pelo qual no interior de cada Estado ou território -, produz regiões ricas e regiões pobres, não sendo as últimas subdesenvolvidas por falta ou carência de relações capitalistas.

Assim, dentro do que André Gunder Frank (1973) classifica como “uma constelação de países” que conforma o *sistema mundial capitalista*, existem nações metrópoles e, por conseguinte, nações satélites dependentes. Por sua vez, há burguesias dominantes e burguesias satélites, tais como em Santiago, Buenos Aires e São Paulo, exemplos de núcleos que foram tragados pela dominação imperialista, retiraram e auferem vantagens relativas e, de modo consequente, irradiam no espaço sua lógica de acumulação. Em suas palavras:

Como una fotografía del mundo tomada desde un punto en el tiempo, este modelo se compone de una metrópoli mundial (hoy los Estados Unidos) con su clase gobernante, y de satélites nacionales e internacionales con sus dirigentes: satélites nacionales como los estados del Sur norteamericano y satélites nacionales como São Paulo. Siendo Paulo también una metrópoli nacional por su propio derecho, el prototipo incluye los satélites paulistas: las metrópolis provinciales como Recife o Belo Horizonte y sus satélites y locales. Este es, tomando una fotografía de una parte del mundo, obtenemos toda una cadena de metrópolis y satélites que abarca desde la metrópoli mundial hasta la hacienda e el comerciante rural, siendo estos satélites del centro metropolitano comercial de la localidad y metrópolis, a su vez, de sus respectivos campesinos. Si tomamos una fotografía del globo entero, obtenemos toda una serie de tales constelaciones de metrópolis y satélites. (FRANK, 1973, p. 151).

Ora, se existem ‘pontos satélites’, haveria ‘satélites privilegiados’? Eis a ideia que o uruguaio Vivian Trías (1989) vai trabalhar em *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*, que examinaremos mais à frente²³.

A ideia de ‘satélite privilegiado’ também encontra correspondência material dentro da própria tradição das burguesias dominantes na América Latina, tais como as *Relações Carnais*²⁴, na Argentina, ou a *Barganha Leal*, de Golbery do Couto e Silva, sendo a última foco

²³ Sobre esta questão adiantamos que não trabalharemos com a categoria de *subimperialismo*, inaugurada por Ruy Mauro Marini, a partir das observações de André Gunder Frank.

²⁴ Política externa argentina do governo Carlos Menem, entre 1989 e 1999.

de abordagem deste trabalho, visto que tal teoria possui correlação objetiva com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com Frank (1973), não se pode compreender uma determinada formação econômico-social sem observá-la de uma perspectiva histórica, como esta formação se deu como produto de uma política burguesa que responde aos interesses e estrutura de uma classe que é determinada pelo carácter de relações dependentes em sua relação com a metrópole, qual seja, colonial e imperialista²⁵.

Para Frank (1973), a dependência não se estabelece via um imperativo externo, mas é uma condição interna interligada às burguesias dominantes, de modo que a correlação de forças – desde as revoluções de independência até os nacionais-reformismos - foi na direção de limitar qualquer possibilidade de um capitalismo (privado) nacional.

Segundo Frank, as *lumpemburguesias* (burguesias nacionais) não podem oferecer saída possível para o subdesenvolvimento e a dependência, porque não têm isso em vista e porque não podem.

Ao término de cada ciclo – fenômeno um tanto repetitivo na América Latina, mas não idêntico, mecanicista – do que Frank (1973a) retrata como *lumpendesarrollo* temos duas novas resultantes: 1) o incremento do *desarrollo del subdesarrollo*; 2) as *lumpemburguesias* acham-se gradativamente mais subordinadas via financiamento, dependência científica e tecnológica, de bens de capital, de marcas e patentes etc.

Resultante da expansão da economia mundial, o capital transnacional, os interesses econômicos, políticos, agrícolas e comerciais – que assumem diferentes formas ao longo do tempo, ora a forma de oligarquias dominantes, ora de burguesias – em tempo algum conceberam lograr vantagens no mercado interno que não fosse mediante a superexploração. O livre mercado e/ou *laissez-faire*, não pressupõe o não desejo de criar e desenvolver as forças produtivas, mas dominante e tendencialmente a destruição das mesmas.

Como exemplo, observamos o neo-latifundismo, a transformação do “celeiro exportador, embora atrasado” sob uma nova reconfiguração dada por uma nova base produtiva de atividade exportadora (e que destrói a anterior), trazendo o *marketing* “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”. E, ao mesmo tempo, a ideologia da liberalização das economias nacionais aparece como mecanismo de “reciprocidade” e “ingresso” no ‘mercado internacional’, em particular Estados Unidos e União Europeia, visando impulsionar as exportações.

²⁵ Cabe frisar o cuidado para que a ideia de “constelação de metrópoles e satélites” não eluda a essência do imperialismo.

Isso tudo, entretanto, não consiste em nenhuma inovação ao logo do processo histórico latino-americano, tampouco um fenômeno contemporâneo em nossa formação econômico-social. Pois, essa vocação “voltada para fora” não resulta de fatores circunstanciais ou de cunho moral, do tipo as que relacionam o processo às “oligarquias parasitárias”, “elites cruéis”, ou ainda “classes dominantes de origem ibérica com suas heranças institucionais e religiosas”. O empreendimento colonial em muito pouco reproduz e/ou incorporou as instituições de Portugal ou Espanha, como observa Frank (1972),

Dessa forma, o neo-latifundismo é simplesmente o resultado das estruturas de poder e de classe que se compatibilizaram a determinado padrão de reprodução do capital, e apenas neste sentido é produto de mudanças ultramar, as quais implicam modificações em nossa formação econômico-social, mas não no fortalecimento do *lumpendesarrollo* (a não ser em atípicas exceções).

Para Frank (1979), a disjuntiva de uma integração ‘dependente’ ou ‘libertadora’ está presente desde de 1824, pois tanto os planos de dominação britânica (colocados por Lord Canning) como estadunidense (sob o pan-americanismo do secretário de Estado estadunidense James Blaine) não transcorreram de forma mecanicista ou passiva.

Na Argentina, por exemplo, os federados disputaram com os unitários do Porto de Buenos Aires as diretrizes da política econômica. Os federalistas, inclusive abraçaram o governo, com Juan Manuel de Rosas. A Argentina - apesar do observado no México - foi o caso mais emblemático dessa luta pela qual passou a América Latina para estandardizar o liberalismo, em especial no período logo após a independência formal (FRANK, 2012).

Por fim, cabe frisar que a ideologia dominante não nasce no campo moral, a doutrina do *laissez faire*, a resignação ideológica e o colonialismo cultural subordinam-se às determinações objetivas e materiais. Nesse sentido, Frank (2012) - a partir dos apontamentos de Claudio Véliz²⁶ - dá como exemplo o caso chileno, onde o núcleo de ligação com o imperialismo era Santiago e Valparaíso, pois nesses lugares a renda do cobre, prata, salitre e outros minerais provinham do livre comércio com a Europa e os Estados Unidos, que muniam de dólares ou libras a burguesia mercantil dominante local.

Assim, específicas regiões beneficiadas pela relação direta com o mercado mundial dificilmente praticariam o altruísmo de pagar impostos ou um valor mais elevado por uma manufatura de pior qualidade produzida no Chile. Não por acaso, os argumentos a favor da

²⁶ Historiador econômico chileno.

indústria proferidos pela oligarquia de Santiago em nada ecoam estranho ao compararmos com os discursos ditos, por exemplo, pela oligarquia do café no Brasil, e mesmo hoje:

si realmente valía a pena fomentar la industria chilena, ésta debía ser por lo menos lo bastante eficiente para competir con la europea, que debía pagar flete elevado antes de llegar a nuestras playas. (FRANK, 1979, p.81-82).

Segundo Frank (2012), a partir do estabelecimento da divisão internacional do trabalho e a consolidação das burguesias satélites²⁷ incumbidas da função de atração para a penetração imperialista, afirma-se o corolário da ‘cooperação de interesses econômicos interligados’.

O nacionalismo burguês surge posteriormente à Primeira Guerra mundial, precisamente em decorrência deste acontecimento ter reduzido o elo entre as burguesias satélites e metropolitanas. Com o enfraquecimento das forças centrípetas do sistema foram dadas as possibilidades para a emergência de movimentos de forças centrífugas.

Os interesses e núcleos exportadores locais da América Latina – apêndices das metrópoles – testemunharam o revigoramento de forças concorrentes, isto é, “*se vieron obligados a entrar en coalición con los todavía débiles intereses industriales y (al menos en Brasil) con los nuevos intereses regionales, que se hicieron incluir en el gobierno*” (FRANK, 1979 p. 103). Assim:

En el caso brasileño, lo que pasó con la depresión del 30 fue que se acabó por completo el negocio del café. No pudieron exportar casi el café y por lo tanto tampoco podían importar nada, porque no tenían divisas. Entonces, en repuesta a la crisis económica-política resultante hubo la llamada revolución burguesa del año 1930, en al cual surgió no al poder, pero sí para compartir el poder con las antiguas clases exportadoras, comerciales y productoras de café, una clase industrial burguesa, y también una región que antes había sido excluida del poder político, que es Río Grande do Sul, de donde precedió el nuevo presidente Getulio Vargas. (FRANK, 1979 p. 104).

Os movimentos reacionários ou restauradores terão êxitos parciais. No médio prazo, em países como México, Brasil, Argentina e Chile (em parte) - o que Vânia Bambirra classifica como (tipo A) - vão emergir a industrialização e o nacionalismo popular. Nas outras economias da região, em especial na Centro América e Caribe vão ocorrer ditaduras militares, pois a vitalidade imperialista é sistemática e intensiva, com dominação direta, o que faz Frank (2012) os definir como *países-compañía*.

²⁷ Na Argentina, o eixo satélite começa a partir de 1862, com o governo Mitre, e se consolida após 1880, com Roca e Pellegrini (hegemonia portenha). No Brasil, ocorre posteriormente a instauração da República (1889), mais precisamente no auge cafeeiro (da hegemonia paulista).

Sendo assim, a velha norma só regressará quando as burguesias satélites reativarem seus laços com o imperialismo da metrópole e tiverem força de subjugar novamente a ordem a seus ditames:

Este debilitamiento de los lazos económicos con la reducción de la intromisión metropolitana en América Latina, se inició con la depresión de 1930, se mantuvo con la recesión de 1937, y continuó con la Segunda Guerra Mundial y la consiguiente reconstrucción hasta principios de la década de 1950, creó condiciones económicas y permitió cambios políticos en América Latina que redundaron en el comienzo de una fuerte política e ideología nacionalista y su más grande industrialización independiente desde las décadas del siglo anterior.

Es esencial comprender que los relacionados cambios de la estructura de clases en Brasil, Argentina, Chile, Colombia, México y otras partes de América Latina, han ocurrido dentro de su estructura colonial externa e interna y en respuesta, sustancialmente, a cambios de sus relaciones coloniales generados por la metrópoli. Es importante interpretar estos cambios de la estructura colonial que los sustenta.

La conmoción económica resultante de la drástica reducción de la capacidad de América Latina para importar, del descenso de las exportaciones de manufacturas metropolitanas y de las inversiones y empréstitos extranjeros, causados por la gran depresión en la metrópoli tuvo consecuencias económicas y políticas de largo alcance en muchas partes de Latinoamérica. Es esencial comprender tanto el alcance como las limitaciones de estas consecuencias [...] (FRANK, 1979 p. 102).

É exatamente no cume do desenvolvimentismo burguês entre as décadas de 1950-1960 que as burguesias latino-americanas, e a brasileira especificamente, vão atestar sua condição de *lumpemburguesias*, isto é, de limitação medular: menos “porque não queriam transgredir os marcos da dependência e do subdesenvolvimento”, e mais em razão de sua subordinação aos interesses imperialistas, de forma que: “es un hecho que la clase responsable por llevar a cabo el programa desarrollista fue y sigue siendo débil para realizar la promesa burguesa en la periferia capitalista” (OURIQUES, 2013, p. 137).

Por outro lado, a esfera de desempenho das burguesias nacionais em raros casos não se limitou aos ramos de atividade do Setor IIa que correspondem às atividades produtoras de “bens de consumo operário” (ramos têxtil, vestuário e produtos alimentícios). Frise-se que o Setor I – máquinas e equipamentos –, foi implantado ao cargo do esforço e empenho dos Estados Nacionais. O Setor IIb – bens de consumo santuário, ou de luxo – só vem a se desenvolver após a Segunda Guerra, *pari passu* à expansão do capital monopolista e das transnacionais, induzido antes de tudo pelos Estados Unidos.

Essa é a causa que resultou na alteração do perfil da industrialização dos países latino-americanos, porém, não só modificou o caráter da economia, mas incidiu na correlação de forças, ou seja, na conjuntura e despertou transformações em nossa formação-econômico social, notadamente em países como Brasil, Argentina e México.

Quando o Setor IIb, que na prática representa o capital transnacional²⁸, começou a extrair ganhos reais de produtividade do Setor I e Setor IIa, começou também a provocar queda da taxa de lucro do setor nacional e, sequencialmente, estancamento e crise. Isso acarretou, no limite, o aprofundamento da própria dependência (SOUZA, 2005).

Os monopólios transnacionais gradativamente passaram a dominar a economia e os bens de consumo santuários - que se destinam à uma alta classe média, à uma restrita sociedade de consumo subdesenvolvida - passaram a ter destaque.

Com efeito, para a superação da ordem e o ascenso do conflito na correlação de forças, Frank (1972) indica que escorar posição junto às *lumpenburguesias* implicaria num erro crasso, um descaminho útil à contra a insurgência ou reação, de modo que para o autor a única via seria aquilo que chama de ‘capitalismo de Estado’. Nas palavras do autor:

¿Por qué se [desarrollaron], no sólo Colombia sino aún más los países más avanzados del semi-colonialismo, no a la independencia, sino al neocolonialismo, y a una dependencia aún mayor? Como vimos, ciertos países latinoamericanos comenzaron a producir los bienes de consumo que antes importaban. Pero este proceso de substitución de las importaciones conllevaba dos importantes limitaciones, ambas derivadas de la estructura de clases existentes. Primero, tenían que partir de la distribución del ingreso y la estructura de la demanda tal como era. Es decir, que tenían que concentrarse en la producción de bienes de consumo, particularmente para el mercado de altos ingresos. Sin un cambio grande en la distribución del ingreso, el mercado interno no podía crecer con bastante rapidez para sustentar indefinidamente el proceso de substitución de las importaciones. Para evitar esta limitación, estos países latinoamericanos tendrían que haber seguido el modelo de industrialización soviético, en el cual el Estado y no la demanda de los consumidores es el que determina qué bienes – bienes esenciales – se produce primero. Pero para eso habrían debido tener un Estado soviético, o sea, otra estructura de clases. Por la misma razón no produjeron suficiente equipo industrial o bienes de producción (el sector I en términos marxistas), a consecuencia de lo cual se vieron obligados a importarlos del exterior, a fin de mantener y continuar el proceso de substitución de las importaciones. Esto es, terminarían substituyendo únicamente un tipo de importaciones por otro, lo cual renovó su dependencia de la metrópoli y condujo a la renovación de las inversiones extranjeras. (FRANK, 1979, p. 113-114).

O desenvolvimentismo nas décadas de 1950 a 1960, quando foi possível incluir o nacional-desenvolvimento com ênfase, foi o máximo da consciência e aspirações das burguesias dependentes, qualificadas - neste sentido - por André Gunder Frank (1972) como *lumpemburguesias*.

²⁸ Darcy Ribeiro, golpeado do poder em 1964, qualificou a mudança no perfil da industrialização brasileira de *industrialização recolonizadora*.

É indispensável compreender a derrota de 1964 - assim como, em particular, os nacionalistas, para uma pretendida “*Izquierda Nacional* no Brasil” -, a partir das três vias possíveis segundo Hélio Jaguaribe (figura marcante do pensamento nacional pelo ISEB e da *lumpenburguesia*): 1) Dependência, 2) Autonomia ou 3) Revolução, que inclusive já não era viável há uma década, isto é, desde 1954.

A Revolução Nacional Brasileira, ao identificar na *autonomia* uma via distinta de *revolução* não captou que a correlação de forças já se fazia presente na formação econômico-social do Brasil e que apenas poderia se concretizar convertendo-se em uma “revolução contra a ordem”. Assim, a construção do socialismo (ou do ‘capitalismo de Estado’) segue sendo a única via, no limite imediato, para a autonomia, o que de forma concreta é a superação da dependência.

De acordo com Schilling (1992):

A burguesia industrial brasileira nasceu sob a proteção do Estado. A revolução nacionalista de Vargas (1930) proporcionou-lhe todas as condições necessárias para um desenvolvimento acelerado: capital (fornecido pelo Banco do Brasil), importação de tecnologia, ampla proteção alfandegária (que a garantia contra a concorrência forânea), pleno e total liberalismo interno (que lhe proporcionava lucros altos) e paz social (colocando os sindicatos sob controle do Ministério do Trabalho e proibindo as greves). Além disso, o Estado Populista fez-se cargo da indústria de base e da infraestrutura, fornecendo matéria-prima industrializada e serviço altamente subsidiados à indústria privada[...] Apesar de haver-se beneficiado enormemente com essa política nacionalista, a burguesia brasileira traiu em duas oportunidades seu benfeitor – Vargas: em 1945 e 1954. (SCHILLING, 1992, p.108).

2.4.3 Padrões de dominação

Por um lado, André Gunder Frank (1973) lança luz sobre a fração dominante, pondo ênfase no vínculo entre as burguesias satélites e metropolitanas, em que as burguesias satélites se conservam dentro de economias dependentes e subdesenvolvidas por privação de acesso ao seu próprio excedente e como produto da polarização e das contradições dessa espoliação. Por outro lado, Florestan Fernandes (1973) busca fundamentação das classes sociais, pondo em relevo os aspectos concretos da dominação externa e destacando as classes subalternas, ao buscar compreender e esquematizar os padrões de dominação externa.

O colonialismo organizado e sistemático inaugurado a partir de 1492, construído sobre a invasão e o extermínio, foi a base histórica de onde surge a sociedade de classes na América Latina. Neste sentido, as classes sociais são a exteriorização inerente à determinada formação histórico-social.

As inúmeras ‘integrações’ dessa sociedade vieram para institucionalizar e “promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)” (FERNANDES, 1973, p. 45).

Para Fernandes (1973), *o primeiro padrão de dominação* externa iniciou-se com a conquista e vai perdurar até as reformas liberais, junto com elas a vem a independência formal e tornando-se ainda mais complexa a dominação econômica, cultural e política com o modelo concreto de capitalismo.

[...] o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança natureza do capitalismo. (FERNANDES, 1973, p. 11).

A ideologia da ordem - adversa à abstração de que aqui há uma forma *sui generis* das relações capitalista e que, por sua vez, oculta a sua reponsabilidade pelas proporções imperfeitas ou pela selvageria que os padrões de dominação impõem - trata de externalizar os fracassos atribuindo-os - comumente - aos “de baixo” como se fossem falhas naturais ou morais, afinal “uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns extratos privilegiados” (FERNANDES, 1973, p.11).

O eixo sofisticado desse começo da dominação externa sobre a América Latina foi o caráter ilusório de ‘flexibilidade’ ou ‘não rigidez’ a respeito da transmissão social do poder na região, mas que - como é sabido - foi produzida por uma aglutinação de estamentos e castas, que foi vigorosamente restrita e ajeitava uma institucionalização política que outorgava a exclusão permanente do povo na história.

Todavia, para Fernandes (1973):

A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis de existência humana e da produção, para benefício das Coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 1973, p. 13).

É referente ao primeiro padrão de dominação externa o período em que os setores da economia colonial vão orientar e expandir – através da drenagem de suas riquezas – a maturação do capitalismo na Europa. Quer dizer, este processo aqueceu o capital comercial

européu, propiciando a criação do mercado mundial, “[...] não obstante, permitiu tanto o endosso dos interesses dos colonizadores, pelas Coroas como, inversamente, uma orientação de valores pela qual os colonizadores agiam em benefício de interesses das Coroas” (FERNANDES, 1973, p. 13).

É a fase que representou para o continente a sua *desacumulação primitiva* (CUEVA, 1992) e que marcará as debilidades das *revoluções burguesas* nacionais, entendendo estas não como alterações das estruturas, mas - nas palavras de Florestan (1973, p. 50) - como “o aburguesamento das oligarquias”, como veremos na sequência.

Para Fernandes (1973), há um padrão dual de acumulação originária de capital devido ao caráter de apropriação repartida de excedente econômico:

Veneza e, subsequentemente, a Holanda (juntamente com outros países europeus) forneceram o capital, a tecnologia, o equipamento e a base comercial do mercado internacional, convertendo-se nas potências centrais, como núcleos do capitalismo mercantil. Por isso, Espanha e Portugal desempenharam papéis econômicos intermediários e o padrão de exploração colonial tornou-se rapidamente demasiado duro, para os agentes privilegiados nas colônias latino-americanas. No caso do açúcar brasileiro, por exemplo, o “produtor” colonial retinha um lucro bruto que variava de 12 a 18%; a Coroa absorvia aproximadamente de 25 a 30%; os mercadores holandeses recebiam o soldo e outras vantagens, economicamente mais importantes (como os lucros produzidos pelo financiamento da produção, transporte, da Coroa etc.; ou os elevados lucros proporcionados pela refinação do produto e por sua comercialização dos mercados europeus). (FERNANDES, 1973, p. 14)

O dois primeiros *padrões de dominação externa* referidos por Fernandes (1973) compreendem o primeiro *padrão de reprodução do capital* na América Latina, como visto acima. Já o terceiro *padrão de dominação externa* para Fernandes (1973), chamado de ‘imperialismo restrito’, corresponde à ‘etapa de transição’ aludida por Osório (2012) e também ao padrão de reprodução que o autor frisa como de ‘industrial’. Assim, Osório (2012) ainda compreende uma ‘etapa autônoma’ dentro dos marcos do terceiro *padrão de dominação externa* desenvolvido por Fernandes (1973). Note-se, finalmente, que o quarto *padrão de dominação externa* desenvolvido por Fernandes (1973), identificado como “imperialismo total”, corresponde à etapa de transição do padrão de reprodução do capital industrial de Osório (2012) para o seu chamado ‘padrão de reprodução do capital com especialização produtiva’.

Desta forma, para Fernandes (1973), o segundo *padrão de dominação externa* na América Latina surge com a desagregação do antigo sistema colonial e a debilidade dos países ibéricos diante de suas disputas com outras nações europeias - Holanda, França, Inglaterra -, momento em que a América Latina entra em sua fase neocolonial.

Assim, no espaço histórico-social decorrente de fenômenos iniciados em *ultramar*, as guerras napoleônicas especificamente vão desencadear uma espécie de “vácuo de poder”. Não por acaso que o desenrolar dos processos de independência se dão entre as décadas de 1810 e 1820, resultado imediato desses acontecimentos na Europa.

São raros os casos de ações de ocupação direta imperial, ou melhor, de uma dominação aberta na América Latina²⁹. Isso se fez dispensável em decorrência da eficácia dos *padrões de dominação* precedentes: uma estrutura política e de classes, ou seja, uma *formação econômico-social* que permitia “o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras” (MARINI, 1991, p. 15).

Eis o motivo pelo qual, segundo Fernandes (2015), o período de transição neocolonial é muito prolongado na maioria dos países e nestes o Estado capitalista constitui uma *feitoria ampliada* pela qual verdadeiras burguesias compradoras utilizam o monopólio do poder político e, ao mesmo tempo, os países dominantes possuem o controle do mercado dos processos econômicos, sendo possível falar, *stricto sensu*, de neocolonialismo.

A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que da imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos uma parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas “economias coloniais” recebiam o primeiro impulso para internacionalização de um mercado capitalista moderno. (FERNANDES, 1991, p.15).

Em vista disso, para Fernandes (1973), o terceiro *padrão de dominação externa* é fruto da sistematização da economia mundial. A revolução industrial na Europa impulsionada pelo neocolonialismo engendrou, desta maneira, um novo o padrão de dominação, isto é, a etapa imperialista. Este é o marco onde se cristaliza o modelo de capitalismo característico na América Latina, isto é, o ‘capitalismo dependente’ mostra-se como uma realidade histórica e concreta³⁰.

²⁹A esse respeito, a leitura de *Dialéctica de la Dependencia* de Ruy Mauro Marini (1991) é basililar: “a medida que el mercado mundial alcanza formas más desarrolladas, el uso de la violencia política y militar para explotar a las naciones débiles se vuelve superfluo, y la explotación internacional puede descansar progresivamente en la reproducción de relaciones económicas que perpetúan y amplifican el atraso y la debilidad de esas naciones” (MARINI, 1991, p. 6).

³⁰ Compete frisar a advertência para não cair em “armadilhas”, já que o conceito de dependência não significa um modo de produção à parte. “Quando, na TMD, se fala em capitalismo dependente se está falando nas formas tendenciais específicas que o modo de produção capitalista enquanto economia mundial assume no complexo de complexos que é a realidade objetiva. Nesse sentido, os termos capitalismo *sui generis* e capitalismo dependente pretendem, tão somente, nominar a realidade específica da economia mundial e das formações econômico-sociais em que imperam tais formas e tendências, sendo vocábulos alternativos ao de economia dependente” (LUCE, 2018, p. 200–2001).

Quanto à análise dessa fase, Florestan (1973) se aproxima do conceito analítico de *burguesias satélites* de André Gunder Frank (1973) visto anteriormente, superando a visão dualista ao discorrer sobre os *polos dinâmicos e polos neutros internos* (FERNANDES, 1973, p. 59), ou seja, a apontar o *desenvolvimento desigual* e como estes núcleos mostram relevância para a existência, constância e renovação do capitalismo dependente.

Os *polos dinâmicos* são os eixos urbanos-industriais que agem como metrópoles e regem os padrões de reprodução do capital, “facultando condições mínimas de participação econômica, social e cultural, e concorre para promover a integração dos seus agentes humanos ao sistema nacional de poder” (FERNANDES, 1973, p. 81).

Por outro lado, o *polo neutro* serve à apropriação capitalista, o que por sua vez anula de forma intensiva sua participação socioeconômica, cultural ou de integração política. A existência de *polos dinâmicos internos* “separou a integração em escala nacional do mercado e do sistema de produção da nacionalização propriamente dita, seja da política, seja da mobilização sócio econômica, cultural e política da ordem [...]” (FERNANDES, 1973, p. 59). Sendo focos dependentes e subdesenvolvidos suas economias nacionais sofrem a partir de dentro, por parte dos agentes econômicos internos, uma *sobre-espoliação* e *sobre-apropriação* do trabalho.

Ademais, é do terceiro *padrão de dominação externa* a fase das revoluções burguesas na América Latina, sendo estas caracterizadas como o momento em que as oligarquias, que monopolizavam o poder sem grandes riscos, se aburguesaram. Nas palavras de Fernandes (1973, p. 63): “o aristocrata se aburguesa e o burguês se aristocratiza”.

Estas são as duas ações convergentes que atuarão para dissipar as tentativas de se conformar uma revolução contra a ordem, inclusive para escamotear e sufocar “as euforias das “vias próprias” de superação do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1973, p. 65).

Impõem-se um padrão de dominação exclusiva e exclusivista, com baixíssimo grau de impulsões relacionadas à redistribuição da riqueza e ao prestígio social ou com a democratização do poder.

É um erro crasso subestimar os papéis e as funções políticos das burguesias latino-americanas na condução de seus negócios e das sucessivas transições econômicas, que culminaram nas formas assumidas pela revolução comercial e pela revolução industrial no mundo capitalista latino-americano. Como as burguesias da Europa e dos Estados Unidos, elas envolvem os interesses nacionais e usam o Estado para atingir seus fins. Se o envolvimento dos interesses nacionais e os usos do Estado adquirem um teor antinacional e trabalham, a curto e a longo prazo, contra a integração nacional e a própria revolução nacional, isso ocorre porque, sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode realizar-se como classe e impor sua hegemonia de classe de outra maneira. (FERNANDES, 1973, p. 60).

No terceiro *padrão de dominação externa* é que surgem as relações de trabalho assalariado ou “trabalho livre” e a urbanização acentuada nos *polos dinâmicos internos*. Contudo, “o campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos “*campeões do desenvolvimento*, todos adeptos dos “milagres econômicos” proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento [...]” (FERNANDES, 1973, p. 84).

A *massa* tem a possibilidade de ser vista como classe social, a ideia de ascensão social por mérito, assim como a de *Povo* estarão presentes tanto pelo lado das classes subalternas (na medida que pensam em intensificar sua participação econômica, do prestígio social e do poder), quanto em nível das elites, em qual é conveniente passar a imagem do “carácter aberto do sistema”.

Contudo, conforme Fernandes (1973), a sociedade de classes, sob o capitalismo dependente, não se concilia com a intensificação e/ou aspirações das classes baixas e despossuídas. E isso, não apenas na esfera econômica, mas também na social e cultural, pois provêm tensões que ameaçam a sequência da ordem, isto é, o *status quo*.

As massas absorvem, assim, as ideologias e as utopias de compensação, que justificam em termos “nacionais” os surtos desenvolvimentistas, percorrendo desse modo um duro caminho, até que logram descobrir a sua falsidade ou falta de conteúdo ético (FERNANDES, 1973, p. 87).

De outra parte, os inúmeros surtos de crescimento econômico aperfeiçoam e fortalecem as ‘forças de preservação da ordem’. Conseqüentemente, impulsionam rearticulações em decorrência da absorção dos novos vigores econômicos, socioculturais e políticos, bem como reforçam a concentração da renda, do prestígio social e do poder:

A ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida degasta as “massas trabalhadoras”, a “gente pobre” e as “classes operárias”, reduzindo a quase nada suas potencialidades de canalizar institucionalmente seus anseios de reforma social progressiva. (FERNANDES, 1973, p. 83).

Os experimentos de conciliar o ‘irreconciliável’ em condições “normais” originam traumas como, por exemplo, a crise crônica das instituições políticas. Posto que os interesses, as concepções e as formas de solidariedade das classes “altas” e “médias” se dão pela coesão de uma “identidade classista”, seja pela mobilidade social, seja pela violência das

reivindicações das classes subalternas e neste sentido é que as práticas alteram-se da conciliação para o endurecimento (FERNANDES, 1973, p. 105).

São nos momentos de crise que o capitalismo dependente produz as repercussões mais extremas de ruptura com a ordem. Por outro lado, em conjunturas mais equilibradas, “[...] esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista. Nas modalidades mais ‘duras’ e extremas, [...] esse Estado é totalitário e dissimuladamente fascista” (FERNANDES, 1973, p. 106). Desta forma:

As classes possuidoras e privilegiadas percebem claramente a falta de alternativas e trabalham contra a rigidez da situação histórica, que elas mesmas criaram. Como já não podem identificar o Estado e a Nação com suas posições e interesses de classes. Nem lhes é dado aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem mistificadores, precisam assumir os riscos do uso aberto e sistemático da violência – por meios políticos indiretos e através do Estado, com suas formas armadas e superestruturas jurídicas - como instrumento de perpetuação do *status quo*. (FERNANDES, 1973, p. 40).

Entretanto, após o solapamento da mobilização social “de baixo para cima” há a necessidade de ajustamento, o que por inúmeras vezes se dá sob um clima de temor e pânico, de força repressiva e do cinismo do poder político institucionalizado. As classes monopolizadoras do poder, por sua vez, frequentemente reedificam a sua grande façanha política de ‘participação social’ aplicada às massas, isto é, o modelo desmoralizado da *democracia restrita*.

O que interessa, nessa evolução, é que o dimensionamento da expansão interna do capitalismo não foi determinado, exclusivamente ou predominantemente, nem *a partir de fora* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem *a partir de dentro* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, auto-sustentado e autopropelido), mas por uma combinação de influências internas e externas, que calibrou (e está calibrando) os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 1973, p.75).

A quarto e última condição de dominação externa é - corolário do aprofundamento da dependência e agravamento do subdesenvolvimento resultante do capital monopolista - a corporação multinacional e a internacionalização dos mercados. É o que Fernandes (1973) conceitua como *Imperialismo Total*. Note-se que os Estados Unidos como superpotência e, em menor grau, Japão e países europeus, conduzem nesse tempo histórico – o qual compreende de 1970 aos dias atuais – a expansão do grande capital monopolista sobre os países latino-americanos, originando com isso uma espécie de ‘nova classe dominante’, devidamente sincronizada com os interesses das empresas multinacionais:

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional auto-sustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou o “desenvolvimentismo”, recebendo um apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um pólo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores, moldadas para um mercado restritivo, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 1973, p. 22-23).

Para Fernandes (1973), nos países latino-americanos, as grandes empresas corporativas conceberam um ‘novo agente’ que atua de forma institucional na correlação de forças, pois se apodera de funções de controle e autoridade, de modo que a dominação externa se intensifica: já não atua apenas por via de ‘classes associadas’, mas se insere a partir de dentro. O que antes era um *imperialismo restrito* passa a ser um *imperialismo total*. Segundo Fernandes (1973):

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou instituições sociais, a modernização de infra e superestrutura da política nacional etc. (FERNANDES, 1973, p. 18).

Cabe frisar que o fenômeno conhecido como ‘capital monopolista’ não está circunscrito aos Estados Unidos, entretanto sua posição ao término da segunda guerra colocou esta nação na vanguarda em relação às outras.

Neste sentido, a contribuição de Florestan (1973) que auxilia nosso problema de pesquisa é a concepção de que o quarto *padrão de dominação externa* é de domínio e superioridade estadunidense. Entretanto, isso por si mesmo não diz muita coisa, já que o fato central é que, por sua posição geográfica, os países latino-americanos estão profundamente inseridos na concepção de ‘fronteira-econômica’, ‘espaço vital’ ou ‘segurança nacional’ dessa potência imperialista, e que, ao mesmo tempo, a fase do *imperialismo total* implica uma ação direta institucionalizada desde dentro dos próprios países atingidos.

Nossa premissa, portanto, é que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é uma das materializações dos moldes por onde opera de maneira institucionalizada o *quarto padrão de dominação externa*. Como afirma Vasconcelos (2014), a “[...] burguesia

industrial bandeirante surge como agente da acumulação dependente e representante político do capital monopolista estrangeiro, cujo desdobramento será o golpe da FIESP de 1964” (VASCONCELLOS, 2014, p. 420).

De acordo com Fernandes (1973):

Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. [...]. Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais. Elas abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos. (FERNANDES, 1973, p. 24).

Vimos até aqui, a partir de Fernandes (1973), que são quatro os *padrões de dominação externa* na América Latina que significam modificações complexas: 1) ‘capitalismo colonial’, 2) ‘capitalismo neocolonial’, 3) do ‘imperialismo restrito’ e 4) ‘imperialismo total’.

O primeiro padrão se caracteriza por ser um projeto de colonização organizado e sistemático. O segundo seria indicado pelo neocolonialismo, enfatizando que foi em menor grau uma imposição e em maior grau, uma cumplicidade por parte das elites exportadoras, quando “[...] suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1973, p.16).

O terceiro padrão de dominação externa afirma-se após a quarta e quinta década do século XIX, caracterizando-se pela passagem expansionista do neocolonialismo à cristalização do imperialismo, sobretudo o inglês, cenário no qual emerge o capitalismo dependente³¹, com suas leis específicas e como uma realidade histórica dada.

Finalmente, o quarto e último padrão de dominação externa na América Latina aparece sistematizado na transfiguração de um *imperialismo restrito* para um *imperialismo total*.

³¹ Cabe destacar que, para André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, a dependência nasce com a divisão internacional do trabalho, na década de 1840.

2.5 INTEGRAÇÃO E INDÚSTRIA BANDEIRANTE

O presente item colocará em relevo a correlação entre ‘burguesia satélite’, aqui identificada na Federação das Industriais do Estado de São Paulo (Fiesp), e a disjuntiva da integração brasileira com os países da América Latina, com ênfase nos países do Cone Sul. Por que uma disjuntiva?

Porque temos por pressuposto que a diretriz de política externa brasileira se insere em uma problemática mais ampla, ou seja, está atravessada pelo antagonismo essencial de posições que impulsionam os marcos de inserção da América Latina no contexto da economia mundial.

Ao mesmo tempo, Paulo Schilling (1979) bem como Vivian Trías (1989) dissertam habilidosamente sobre as teorias que circulam na Escola Superior de Guerra, na Escola de Estado Maior das Forças Armadas e igualmente no Itamaraty, donde se verifica que o pendor anti-‘Pátria Grande’ na diplomacia brasileira tem sua gênese ainda no período colonial.

Apesar disso, a linha de integração do Brasil com seus vizinhos latino-americanos é, na prática, um tema estritamente vinculado aos padrões de reprodução do capital e de dominação externa na América Latina³². Como exemplo, os quatros documentos que examinamos, oriundos da biblioteca da Escola Superior de Guerra (ESG) (GRASSI, 1972, 1973, 1976; NIGRIS, 1972), expõem uma inquestionável cooperação financeira, técnica e de estratégia entre grupos transnacionais ou multinacionais, a própria Escola Superior de Guerra, tecnocratas, o Estado Maior das Forças Armadas (E.M.F.A.) e a Federação das Indústrias de Estado de São Paulo (Fiesp).

2.5.1 O Bandeirantismo

Para Schilling (1981), a inclinação expansionista brasileira que entusiasma “sonhos heroicos”, em boa fração, do Itamaraty e dos geopolíticos brasileiros da ESG, nutre raízes no colonialismo lusitano: em uma aspiração imperialista resultante dos aspectos avançados da estratégia colonialista de Portugal, dentre os quais a constituição de um avançado sistema que abarcava quatro continentes e que movia fatores de produção como recursos humanos e financeiros (num processo de extração simultânea) de duas regiões (Índia e África) para uma

³² Cabe frisar que havia desde a Independência, com José Bonifácio, passando pelo Barão do Rio Branco, ações brasileiras a favor da integração.

terceira que cumpriria funções específicas³³ (América Latina) e cujos empreendimentos econômicos região se destinavam a um quarto continente (Europa), que seria o destino final.

De acordo com Schilling (1981), “os portugueses podem reivindicar o título de inspiradores dos monopólios globais de nossa época. Os Rockfeller e as ‘multinacionais’ inovaram muito pouco” (SCHILLING, 1981, p. 18). Contudo, as ambições do “espírito de Camões” topavam com uma limitação fundamental: umas das restrições objetivas do Império Português apresentava-se na incapacidade estrutural de dominar todo o vasto território sob seu domínio, que englobava Europa, África, América do Norte e o Cone Sul. Assim, ficava circunscrita à ocupação em pontos ou áreas estratégicas do litoral, motivo pelos qual contraíram a reputação de ‘civilização de caranguejos’ (SCHILLING, 1981, p. 19).

2.5.2 *El espíritu de las banderas*

Para uma reflexão ordenadora que indique a real problemática das relações exteriores brasileiras, enfocando a integração com os vizinhos do Sul, faz-se necessário considerar e ponderar qual é a narrativa que se desenvolveu nas nações limítrofes do Brasil, proveniente do acúmulo histórico desta convivência.

No senso comum ou no meio jornalístico, por exemplo, são rotineiras as referências atribuídas à diplomacia do Itamaraty de “apaziguadora”, “ponderada” e de “não intervenção em assuntos internos” de outras nações e o célebre “espírito do Rio Branco”.

No entanto, esse relato recebe forte contraste quando se investigada de uma perspectiva *desde afuera*, isto é, quando se toma a história desde uma concepção do Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina, dentre outros. O que sobressai são desconfianças e reservas decorrentes do “espírito bandeirante”.

Ora, como se constrói o tal legado? Como indicado anteriormente, a despeito de um avançado sistema colonialista e de técnicas de navegação, Portugal, por motivos alicerçadores, percebeu sua passagem bloqueada para a nova fase de acumulação que se descortinava no tocante a manter o mesmo patamar de *status* que detinha.

Os compatriotas de Camões vão adotar dois expedientes para manter e alargar seu grau de influência, mesmo em posição adversa: 1) a prática da interdependência com as novas potências de primeira classe, sobretudo com a Inglaterra; 2) estender suas fronteiras por meio da geopolítica de auto-colonização, como coloca Schilling (1981):

³³ O mais avançado complexo agroindustrial até então: o açucareiro.

A incapacidade lusitana em ocupar o *hinterland* brasileiro deu margem a um fenômeno geopolítico interessante, talvez até inédito na história. Quem expandiu em profundidade o império português na América, quem efetivamente conquistou e incorporou à coroa lusa um território de vários milhões de quilômetros quadrados, não foram os conquistadores europeus. Foram seus descendentes nascidos no Brasil – mestiços ou puros -, porém já autenticamente brasileiros: os bandeirantes. Foram os povoadores de São Paulo os que conquistaram o interior e levaram as fronteiras portuguesas muito mais além da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. (SCHILLING, 1981, p. 19).

Segundo Schilling (1981), a compreensão geopolítica de Portugal era a de se subordinar aos interesses Ingleses de maneira concreta, tal como desde em 1703, com o *Tratado de Methuen*. De maneira clara, isso se verifica com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, sob proteção britânica. Contudo, por outro lado, tencionar a progressão de seus domínios por intermédio dos bandeirantes de maneira concreta projetava o alcance do controle de duas bacias estratégicas: uma no Norte, a Bacia do Amazonas (abarcando a ilha do Marajó) e outra no Sul, a Bacia da Prata (Colônia do Sacramento)³⁴. Essas duas posições de controle outorgavam aos portugueses o controle e superioridade em toda América do Sul.

Para Trías (1979), ‘os bandeiras’ do Tratado de Tordesilhas foram instrumentos lúcido, mas não reconhecidos do colonialismo Português:

En la altiplanicie, separada de la costa azucarera por barreras montañosas, surgió una sociedad originalísima desde la cual partieron expediciones – las bandeiras – hacia el oeste en busca de riquezas e indios para el trabajo agrícola. [...] La historiografía argentina protesta contra el dinamismo usurpador de las bandeiras, que violan el Tratado de Tordesillas en sus avances hacia el oeste. M.A. Scenna las califica: “Solían partir de la población de Piratininga en el actual São Paulo, cruzaban la línea de Tordesillas y se metían en la zona española. Su arma principal era la audacia, su método la crueldad sin límites, su táctica la traición y la alevosía empleadas sin el menor escrúpulo. (TRÍAS, 1979, p. 107).

O termo ‘bandeira’ tem gênese no verbo castelhano de ‘bandeirizar’, no entanto, os povoadores originários de Piratininga - índios Tupi e portugueses mestiços -, que mais tarde se tornaria São Paulo dando origem aos chamados ‘Bandeirantes’ não tinham consciência que eram usados como peças de um tabuleiro geopolítico notável, incluído, a área militar. Assim, lutaram contra os franceses, combateram para desterrar os holandeses, como também auxiliaram no extermínio da República de Palmares.

Nas palavras de Schilling (1981):

³⁴ Conforme a linha original do Tratado de Tordesilhas, a fronteira sul de Portugal finalizava na península de Laguna, no atual Estado de Santa Catarina. Ver Trías (1979, p. 106).

[...] os bandeirantes não foram um instrumento consciente do colonialismo português. Tinham propósitos e interesses próprios. Quando conquistavam a Amazônia, ou destruíam as missões jesuíticas ao sul, não pensavam em “aumentar a glória e a riqueza da coroa de Portugal”, nem mesmo em “propagar a fé cristã”. Pretendiam, tão somente, descobrir ouro, prata, pedras preciosas, capturar e escravizar índios. (SCHILLING, 1981, p.19).

É desta maneira que, tomando as palavras de Vivian Trías, o “espírito de las bandeiiras se erige en un rasgo esencial de la presencia de Brasil en Iberoamérica, en un factor entrañable de su política exterior” (TRÍAS, 1979, p. 108).

2.5.3. O Satélite Privilegiado

Qual a importância dos apontamentos acima para a totalidade de nossa pesquisa? É que essa dualidade, de um lado, a cooperação antagônica e/ou associativa clara entre as ambições de frações de brasileiros e, de outro, o país na vanguarda do colonialismo (e, mais adiante do imperialismo), e que se particularizou com a instrumentalização dos “Bandeirantes”, ainda no Brasil colônia, será não apenas uma constante no decorrer da história da política externa brasileira, mas, exporá as raízes do comportamento da burguesia brasileira frente aos povos vizinhos.

Essa é a forma como a estratégia continental do Brasil (SCHILLING, 1981) traz consigo o espectro da composição de interesses nacionais e metropolitanos. Não obstante, cabe ressaltar algo pertinente: de maneira oposta aos bandeirantes do período colonial – que operavam de forma ‘inconsciente’ –, a burguesia dominante brasileira desempenhará semelhante papel, mas de forma consciente.

Para Gullo (2006), a oligarquia que formará a burguesia brasileira não é somente um grupo dirigente, tal como na Argentina ou Chile. Frise-se que na Argentina existiu e há grupos dirigentes ao invés de elites dirigentes. Assim, as oligarquias da América hispânica, por exemplo, ascendem ao poder pelos *cabildos*, ou seja, por uma típica organização municipal diversa da elite da América portuguesa que é herdeira de um ‘Império’ (GULLO, 2006). De modo que isso produz implicações quantitativas. Nas palavras de Gullo (2006):

O Brasil nasce gerado por uma elite imperial com experiência política no campo internacional, enquanto o grupo dirigente que surge da Revolução de Maio de 1810 tinha somente uma experiência política “municipal”, a experiência política que podia ser adquirida na capital de um vice-reino recente e marginal. Nenhum dos integrantes deste grupo havia ocupado altos cargos na administração colonial no nível de vice-reino, nenhum tinha experiência diplomática [...]. (GULLO, 2006, p. 92).

Assim, o fato que auxilia ademais essa diferenciação é o fato de que a oligarquia dominante brasileira, não havia se lançado no terreno internacional num primeiro momento, o que fez com que absorvesse toda uma massa crítica de uma elite imperial, que, se por um lado estava em franca decadência, por outro “ [...] os quinze mil portugueses e metade da moeda circulante em Portugal [...] deram ao Rio de Janeiro e a todo Brasil um impulso de excelência como nenhuma outra nação sul-americana recebeu” (GULLO, 2006, p. 93).

Porém, a oligarquia regional fluminense e/ou do Rio Grande do Sul³⁵, a título de exemplo, nunca logrou impor um perfil autônomo de classe. Pois, tratou-se da concentração e centralização do capital produzida no território bandeirante – e “[...] não devemos perder de vista que a FIESP faz parte da constelação imperialista do latifúndio [...]” (VASCONCELOS, 2014, p. 448) – em uma fase de declínio da mineração e com o início de um novo ciclo econômico, vigoroso, que sustentaria uma aliança oligárquico-monárquica capaz de propiciar às classes dominantes da então América portuguesa o condensamento entre capital e força para inaugurar o seu empreendimento republicano: “*Coffea, Brasilia e Fulcrum*”, ou seja, “*Café, esteio do Brasil*”.

Observa-se que o ciclo cafeeiro tem origem no Rio de Janeiro – o Império foi o café do complexo fluminense. Contudo, foi em São Paulo (no Oeste de S. Paulo), em meados de 1880 – no mesmo período em que se processa a tendência a queda da renda da terra, nas plantações do Vale do Paraíba –, que o transcurso do café vai atingir seu clímax (FRANCO, 1938).

A concepção de ‘ciclos econômicos’ que perpassam padrões de reprodução do capital é relevante, pois é com a etapa do café que o Brasil vai se retirando da órbita britânica e se colocando como satélite dos Estados Unidos. Ademais, não se compreende em profundidade a relação dialética entre Brasil-Argentina, não trazendo ao debate as subordinações distintas que experimentaram, isto é, primeiro foi Espanha e Portugal (os portugueses estando interdependentes econômica e diplomaticamente com a Inglaterra) e, posteriormente Inglaterra e Estados Unidos. Conforme observou Vivian Trías (1979):

Hasta la crisis del 30 Argentina vive su época de oro, su prestigio es muy grande en todo el continente. Brasil, en pleno ciclo cafetalero, cuyo cliente principal son los Estados Unidos, se vincula tempranamente a los circuitos del dólar. Por otra parte, su retraso con respecto a Argentina no le han permitido unificar, ni articular su espacio nacional heterogéneo, dislocado e inexplorado en su mayor parte. Es una época de

³⁵ A Revolução Farroupilha, ocorrida entre 1835-1845, quando o RS foi independente durante praticamente todo esse momento, foi o tempo histórico em que surgiu uma elite estancieira imbuída da implementação da República Rio Grandense e dos lemas da revolução francesa. Contudo, esta acabou sendo derrotada pelas tropas imperiais depois de 1845, o que ratificou a força, no final das contas, da elite de bandeira, imperialista latifundiária.

predominio platense y de “ausencia” brasileña. La rivalidad, atenuada por las energías que requiere al desarrollo interno, experimenta un nuevo cambio cualitativo. Sigue siendo una pugna entre las clases dominantes por la hegemonía continental, pero, con un cierto carácter vicario. Tras la confrontación argentino- brasileña, se realiza la puja entre Gran Bretaña y los Estados Unidos por Iberoamérica. En los organismos interamericanos, en su fase inicial. Buenos Aires encabeza la resistencia a la penetración del “imperialismo yanqui”, pero no puede ocultar la presencia de los intereses británicos en esa tesitura. En Cambio Brasil es cada vez más pro-norteamericano (FRANCO, 1938, p.73-84).

Desta feita, o Brasil se submete ao imperialismo estadunidense com a etapa do café, bem à frente do Uruguai e Argentina que ainda consolidavam, no mesmo período, sua posição na divisão do trabalho como ancilares do Império Britânico – ora, os Ingleses tomavam chá, não café (SCHILLING, 1981).

Assim é que os liames econômicos definiram concepções políticas diametralmente discordantes entre Brasil e Argentina dentro do conjunto interamericano:

Analisando a história das Conferências Pan-americanas observa-se a permanente resistência dos representantes diplomáticos das classes dominantes de Buenos Aires em aceitar a hegemonia norte-americana sobre todo o continente, fundada na Doutrina Monroe (*América para os americanos...* do Norte) e a total aceitação dessa dominação pelas classes dominantes brasileiras.

A resposta argentina à doutrina ianque foi expressa por Sarmiento – “*A Argentina para o mundo*”, querendo dizer Europa e, especialmente, Inglaterra. Já na primeira Conferência Pan-americana, realizada em Washington, em 1889, o chanceler argentino Roque Sáenz Peña se apunha vigorosamente às iniciativas hegemônicas do secretário de Estado ianque, James G. Blaine. [...] O Brasil, ao contrário fundamentou sua política exterior na sua aliança com os Estados Unidos. O grande historiador oficial brasileiro, Pedro Calmon, afirma categoricamente – “*A amizade dos Estados Unidos deu à diplomacia brasileira, a partir de 1889 (ou seja, desde a I Conferência Pan-americana), seu principal amparo*”. (SCHILLING, 1981, p. 203)

Em suma, a mudança da submissão brasileira da Londres para *Wall Street* implicou uma reconfiguração das estratégias de inserção de política externa. Seguindo a própria dinâmica de desenvolvimento do capital, esta se tornaria mais complexa e sofisticada.

2.5.4 A ‘barganha leal’ e a indústria bandeirante: ESG e FIESP

A Política externa de qualquer sociedade concreta, em uma etapa específica de seu desenvolvimento, está determinada pela formação econômico-social e pela conjuntura.

De acordo com Schilling (1981, p. 204), nossa diplomacia, incluindo os mais ilustres dos chanceleres brasileiros (com raras exceções, como Oliveira Lima), é ufanista da hegemonia Estadunidense. Rio Branco, por exemplo, era um entusiasta das Conferências Pan-americanas (1889), inclusive trouxe a III Conferência para o Rio de Janeiro, louvando-a como

êxito da diplomacia brasileira. Advogava a incapacidade de se escapar à influência dos Estados Unidos, devendo o Brasil procurar ser um país chave nas estratégias dos Estados Unidos, isto é, aliado preferencial.

Assim, no contexto de sua vinculação conflitiva com a Argentina, que em realidade expressava uma rivalidade entre burguesias satélites, sócios menores ou “testa de ferro” – uma ligada a Londres, outra a New York -, o General Mário Travassos lança o livro intitulado *Projeção Continental do Brasil*, de 1935. Este General foi apontado como o pai da ‘geopolítica brasileira’ que mais tarde seria aperfeiçoada por Golbery do Couto e Silva³⁶, foi incluído institucionalizadamente com a criação da Escola Superior de Guerra que, por sua vez, transformou-se na própria estratégia continental do Itamaraty.

Basicamente, o texto de Travassos (1937) acentua o antagonismo com a Argentina, é anti-bolívar e é de natureza expansionista – já indicando uma norte-americanização de parte do alto comando das Forças Armadas ainda no pré-Segunda Guerra–, apresentando uma perspectiva de inserção brasileira que ganhará intensidade após o conflito:

O envio da Força Expedicionária Brasileira para combater nos campos da Itália determinou a “pentagonização” dos militares brasileiros. Retornando dos campos de batalha, derrubaram o governo nacionalista de Vargas e lançaram as bases – em especial a Escola Superior de Guerra, uma réplica do *National War College de Washington* – do regime que, a partir de 1. Abril de 1964 – caracterizar-se-ia como o mais anti-popular e antinacional da história. (SCHILLING, 1981, p.205).

O fato é que o casamento entre os interesses dos militares (basicamente políticos, pois, o ‘combate a ideologias estranhas’ – isto é, ao comunismo) e a ‘defesa da civilização cristã ocidental’, ambos no contexto de Guerra Fria (que, vale ressaltar, começa antes mesmo do encerramento da Segunda Guerra³⁷) e, por outro lado, o interesse dos monopólios transnacionais

³⁶ O quartelão de 1 de abril de 1964 foi iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho em Juiz de Fora, Minas Gerais. Todavia, o desencadeamento levou ao poder outro general: Castelo Branco e, com este, um grupo de altos oficiais da Escola Superior de Guerra. Segundo Trías (1989, p. 233), eram conhecidos como “Castelistas” ou “grupo da Sorbonne”. O principal membro desse grupo, era o general Golbery do Couto e Silva, nascido no Rio Grande do Sul em 1911, foi um notável estrategista político: estudioso da área de geopolítica na qual teve formação na escola estadunidense de Fort Benning. O fato curioso e importante de ressaltar é que Golbery escreve o seu livro (publicado em 1957 pela biblioteca do exército) no exato momento em que o General Perón e o Peronismo argentino começava a fazer adeptos no Brasil, especialmente no tocante a economia política internacional. Ou seja, sua obra bem para afastar “caminhos de aventuras” e reafirmar a sintonia das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos. Golbery no governo de Castelo Branco assumiu o Serviço Nacional de Informações – SNI.

³⁷ Cabe recordar que o campo de atuação estadunidense no conflito era o Oceano Pacífico. A outra frente ficava ao encargo dos Soviéticos. Em 25 de Abril de 1945, os comunistas tomam Berlim, basicamente decretando o fim da Guerra. Todavia, o ponto de inflexão no conflito foi a derrota nazista, em 2 de fevereiro de 1943: ali estava claro que a correlação de forças havia se alterado. Note que os Estados Unidos só irão desembarcar na Europa em 6 de junho de 1944, isto é, quando o conflito já estava definido, tratando-se mais de conter o avanço Soviético e menos em derrotar o nazifascismo. Cabe também considerar que, em 22 de junho de 1944, se realizou a conferência de *Bretton Woods*, corroborando com a hipótese de que o conflito já estava decidido e, o que se acertou em *New Hampshire*, nos Estados Unidos, foi a transferência de hegemonia e liderança do sistema mundial capitalista, este

(fundamentalmente econômicos) é que vão explicar não só o golpe militar-civil-empresarial no Brasil em 1964, mas lançar luz sobre a conexão entre Escola Superior de Guerra, FIESP e Itamaraty. Ademais, tendo como materialidade dessa vinculação teremos o Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria da FIESP, assunto tratado no terceiro capítulo.

A esses elementos, acrescenta-se o fato de que nos embates das lutas sociais do Brasil entre 1954–1964, a despeito das deficiências e barreiras da *lumpemburguesia*, ocorriam alterações significativas, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos. Cabe destacar que a estratégia nacional-popular do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o velho PTB, de Getúlio Vargas, não se restringiam unicamente a uma coalizão tática com a *lumpemburguesia* nacional, - ou seja, construção do socialismo era também pensado num processo de duas etapas: a Nacional-Democrática e a Socialista –, mas, também, estava rodeado pelo recurso do Capitalismo de Estado e, por sua vez, tinham setores que advogavam por essa alternativa, ao exemplo da representação de Leonel Brizola que, quando Governador do Rio Grande do Sul, iniciou um plano de reforma agrária por impulso Estatal³⁸ - o MASTE, Movimento dos Agricultores Sem Terra (1961) – e, se não bastasse, estatizou companhias Estadunidenses como a ITT telefônica.

Assim, a cooptação dos militares brasileiros pelo Departamento de Estado Norte-Americano foi crucial para o desfecho que tirou o Brasil do caminho nacional e popular e de soberania, materializado nas ‘reformas de base’. Os militares brasileiros foram utilizados pelo capital monopolista e multinacionais para alterar a correlação de forças dos embates que se viviam na conjuntura da Revolução Brasileira – tal como Vargas já tinha posto à luz, em 1954, em sua carta testamento, quando afirmou: “a campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários [...]” (VARGAS, 1954, p.3). Para Vivian Trías:

[...] La fracción transnacionalizada de la burguesía, es muy débil para imponer, por si misma, un régimen autoritario y represivo que crea las condiciones políticas para atraer al capital extranjero. En Brasil se encontró con que una honda alteración en la correlación de fuerzas había encumbrado al comando de las F.F.A.A a u grupo de hombres que habían elaborado un proyecto de desarrollo nacional coincidente con el de la burguesía transnacionalizada, en medio de un clima de agitación convulsa en que las masas presionan y hasta se sublevan los sargentos y marineros cuestionando la verticalidad de las F.F.A.A., e débil gobierno de Goulart es depuesto entre el 31 de

agora, sob comando total estadunidense. O Banco Mundial - *World Bank Group* (1944), o Fundo Monetário Internacional – FMI (1945) são organismos que emergiram antes do fim do conflito, mas num cenário de vitória certa dos Aliados, o que, por sua vez, faz aflorar o conflito entre os vencedores, Estados Unidos e URSS. Sendo a utilização, pela primeira vez na história, da bomba atômica (6 e 9 de agosto de 1945) um resultados desse novo conflito.

³⁸ Por decreto do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA).

marzo y el 1 de abril de abril de 1964. Las insuficiencias que padecieron las fuerzas brasileñas en Italia, los condujo a la conclusión que era indispensable crear un instituto de estudios superiores de la problemática brasileña y temas estratégicos.

Vino al Brasil una misión americana especializada que se radicó en 1948 a 1960. La “Escuela Superior de Guerra” se fundó en 1949 y desde un principio participaron en sus cursos profesores o conferencistas provenientes del más alto nivel empresarial y académico. Los fracasos de los partidos, desde la quiebra del populismo, indujo a calificados oficiales al convencimiento de que los políticos no eran aptos para realizar un fecundo proyecto nacional. De esa inquietud habría de nacer el concepto medular que vincula simbióticamente **seguridad con el desarrollo**, basado en conclusión de que el principal enemigo del Estado-nación no proviene tanto de fuera, como de dentro: es la, subversión interna, una de las estrategias del “comunismo internacional” en su afán por la conquista del mundo. El anti-comunismo en su sentido más lato que incluye en el mismo casillero desde el reformismo de un sindicato, hasta el terrorismo foquista, será el cemento que mejor ligue a las F.F.A.A., con la burguesía transnacionalizada. (TRÍAS, 1980, p. 131).

Portanto, o modelo de industrialização brasileiro que se desdobrará após o “gorilaço” de 1964 será gestado por monopólios internacionais e que viriam a se alojar mais intensamente no Brasil, assentados prevalentemente em São Paulo, consolidando sua posição de base preferencial das multinacionais na América do Sul (SCHILLING, 1981).

Como aponta Schilling (1981):

Havia que se disfarçar a dominação norte-americana. E a melhor maneira de fazê-lo seria eleger um satélite privilegiado, um sócio menor, um testa-de-ferro que, dentro do Mercado Comum Latino-Americano, represente os interesses ianques. A ideia fundamental consistia em estabelecer uma base territorial preferencial para os monopólios internacionais. Repetir-se-ia então, em âmbito continental, a experiência protagonizada por São Paulo - a grande base territorial do capital estrangeiro no Brasil. A situação privilegiada que o Estado bandeirante ocupa hoje dentro do contexto brasileiro (uma grande parte da mais valia gerada no resto do país aflui em S. Paulo, assegurando aos paulistas – inclusive os trabalhadores – um nível de vida muito superior ao nacional) é uma amostra do que seria a posição que ocuparia o Brasil dentro de uma América Latina, ou menos, uma América do Sul integrada segundo os planos ianques-brasileiros. (SCHILLING, 1981, p.28).

A concepção de *fronteiras ideológicas* é acompanhada da de *doutrina de cerco*, e ambas da premissa que o Brasil estaria cercado por países ou regimes hostis, o que em realidade é uma construção que visa fundamentar a violação de soberania de qualquer nação no cone sul, em qualquer processo histórico que representasse uma ameaça ao *status quo* da burguesia dominante brasileira e seus associados, quais sejam, os monopólios internacionais, especificamente o domínio estadunidense.

A ‘barganha leal’ do General Golbery (1952)³⁹ é a versão ‘científica’ do *modus operandi* bandeirante, uma espécie de “neonacionalismo”, que longe de significar um ideologia de emancipação nacional ou de rechaço ao imperialismo. Tal “Neonacionalismo” esculpe “[...]”

³⁹ *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, impresso em 1952, pela biblioteca do Exército.

una de las concepciones más cipayas que se hayan lucubrado al sur del río bravo” (TRÍAS, 1989, p. 242). Destarte, Golbery do Couto e Silva, ganhou uma bolsa para estudar em *Fort Bemmig*, nos Estados Unidos, de forma que seu livro - resultado desse estudo - teve o propósito de contrapor o *continentalismo* do General Perón que, com a questão ‘Braden ou Perón’ por exemplo, estava encetando simpatia na oficialidade brasileira.

Em suma, a ‘barganha leal’ (também podendo ser chamada de ‘segurança-desenvolvimento’)⁴⁰ foi intensamente discutida sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, na Escola Superior de Guerra e nos cursos de Estado Maior das F.A brasileiras e incorporadas à estratégia diplomática do Itamaraty (SCHILLING, 1981, p.100), sendo este grupo de discussão, conhecido como ‘grupo de Sorbonne’, que tomará o poder com o General Castelo Branco, em 1964.

É com este sentido que incumbiria ao Brasil salvar a América Latina do comunismo, o *Key Country* da civilização. Desta forma, “Couto e Silva postula, en efecto, un ‘neonacionalismo’ que lejos de realizarse en la lucha liberadora contra el más flerte y opressor poder imperialista, se associa a él para ejercerse contra la debilidad inerme de su pueblos Hermanos” (TRÍAS, 1989, p. 242). Por outro lado, como barganha, isso implicava no plano político à burguesia bandeirante, à Escola Superior de Guerra e ao Itamaraty não somente o domínio sobre qualquer acontecimento abaixo do Rio Bravo, mas serem o núcleo exclusivo dos monopólios transnacionais.

Para Schilling (1981), a estratégia ‘segurança-desenvolvimento’ ou ‘barganha leal’ consistia em conseguir um crescimento econômico acelerado, uma frenética acumulação de capital interno com total lealdade às empresas transnacionais, o que implica uma intensa exploração social e o sacrifício de uma já tênue soberania. Para as classes subalternas incide a ideia de um ‘inimigo interno’, de modo que:

[...]criticar as violações dos direitos humanos que se verificam no Brasil sem mencionar suas causas fundamentais, - o desumano sistema social vigente e a dependência externa - não só é parcial como, também, desonesto. (SCHILLING, 1981, p. 219).

Assim:

⁴⁰ Vivian Trías (1989) faz um apanhado cronológico dessas obras na seguinte ordem: *Geopolítica do Brasil* (1947), de Lysias A. Rodríguez; *Projeção continental do Brasil* (1937), *Introdução a Geografia das Comunicações Brasileiras* (1942) e *As condições Geográficas e Problema Militar Brasileiro*, do General Mario Travassos; *A Geopolítica Geral e do Brasil* (1952), de Everaldo Beckheuser e, por fim; Golbery, com *Aspectos Geopolíticos do Brasil* (1952).

A burguesia industrial brasileira tinha sido conquistada paulatinamente pelas teses geopolíticas dos militares da E.S.G, uma vez que muitos de seus representantes fizeram cursos naquela escola. A associação entre burguesia industrial e os militares (uma versão subdesenvolvida do “Estado militarista” vigente nos Estados Unidos, brilhantemente analisado por Fred J. Cook) tinha como objetivos fundamentais a manutenção do status interno ameaçado, durante o governo de Goulart, pelos planos reformistas e pelo avanço acelerado das massas), e a abolição das fronteiras econômicas no continente, o que assegurava aos monopólios internacionais estabelecidos no Brasil e à burguesia industrial brasileira associada aos menos uma considerável ampliação de mercado. Em vez de incorporar ao mercado de consumo e massa rural brasileira (como pretendiam os setores nacionalistas populares), tentar-se-ia conseguir clientes além-fronteiras. (SCHILLING, 1981, p.28).

Em resumo: a partir das mudanças estruturais oriundas da própria dinâmica capitalista, vai se formular uma nova diplomacia da ordem, isto é, uma política externa que congrega os interesses de uma burguesia satélite e os interesses dos monopólios estrangeiros. Como destaca Vivian Trías (1989), no governo de Castelo Branco, estabiliza-se um pacto que vinha há tempos sendo gestado: a aliança burguesia-latifúndio-imperialismo.

Assim, verifica-se que a associação entre a alta burguesia e o exército foi fundamental para estabelecer, no Brasil, o início do quarto padrão de dominação externo, como destacara Fernandes (1973): é o imperialismo total, que se anuncia como um maior entrelaçamento da burguesia brasileira com as multinacionais, sobretudo estadunidenses – mas não só –, acompanhado de uma maior interferência institucional no país por parte do grande capital. Desde já observa-se - como destaca Dantas e Carvalho (2018) - um fortalecimento do capital financeiro brasileiro e internacional no país, em muitos casos aprofundando e ratificando a operação de um capital financeiro associado (nacional e internacional) que visava não só explorar os principais setores econômicos e ter uma maior influência nos canais institucionais/governamentais, como também servir de apoio para o fortalecimento de uma burguesia brasileira bandeirante que sonhava em ampliar as bases em termos de geopolítica, em especial na América do Sul. Veja-se que é a burguesia bandeirante se fortalecendo, mas como destacam Dantas e Carvalho (2018), uma burguesia nada nacionalista, porque cada vez mais associada aos interesses forâneos.

Neste segundo capítulo, examinamos com mais detalhes a controvérsia da integração iberoamericana⁴¹ e o choque com a fase da integração ao sistema imperialista, ou seja, do *imperialismo total*. Todavia, já adiantando uma premissa, a integração iberoamericana deve ser entre iguais, sem subordinações ou hegemonias. O Brasil possui particularidades para ter o papel de líder neste processo, sendo um catalizador da unidade, contudo, sua direção deve

⁴¹ Ao longo deste trabalho, muito em decorrência da influência da tradição do pensamento da *Izquierda nacional*, passamos a preferir utilizar o termos ‘integração ibero-americana’ ao invés de ‘integração latino-americana’.

preceder - de preferência - um bloco argentino-brasileiro, orientados por governos populares unidos de consciência anti-imperialista e socialista. Como pontua Vivian Trías (1979, p.24) e a tradição de *Izquierda Nacional*⁴², seria uma dupla precaução contra qualquer fascinação hegemônica ou expansionista.

⁴² A *Izquierda Nacional* é uma corrente que surge primeiramente na Argentina, como uma perspectiva latino-americanista sofisticada, precede de pensadores como Manuel Ugarte e Arturo Martín Jauretche e Juan José Hernández Arregui. Entretanto, só a partir do dia 17 de outubro – dia da lealdade peronista -, vai assumir uma forma orgânica e definida. Jorge Abelardo Ramos e Jorge Enea Spilimbergo são os intelectuais mais destacados na Argentina. Todavia, tal movimento ganha extensão na Bolívia com Andrés Soliz Rada e no Chile com Pedro Godoy. Mas é no Uruguai que terá a maior consistência fora da Argentina, e contribuições de peso como as Vivian Trías e Alberto Methol Ferré. Fato importante é que o Uruguai é o elo de ligação entre a *Izquierda Nacional* e o Brasil. Paulo Schilling e Darcy Ribeiro sofrem influência concreta desse movimento em seu exílio em Montevideo. Usando como critério as obras de Darcy Ribeiro pós-exílio e sua experiência política prática, poderíamos dizer que o “*socialismo moreno*”, e o PDT da carta de Lisboa (1979) são a evolução do *Trabalismo* de primeira geração, aproximando este, do socialismo e da tradição latino-americanista, em outras palavras, da *Izquierda Nacional*.

3 A DISJUNTIVA INTEGRACIONISTA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA

De un extremado conservatismo político y social, piensa en términos de patria chica: está contra Venezuela y su intolerable chavismo, contra Bolivia y sus pretensiones de soberanía política y económica. Basta con revisar la prensa y los medios comerciales del Brasil para percibir su cerrazón inabarcable. Se opone a Hugo Chávez por los mismos motivos por los cuales fogueó la lucha contra Vargas: decidió deshacerse del Gaúcho cuando percibió que éste, en su voluntad de unidad con la Argentina, podía transmitir al Brasil el virus del sindicalismo sólido y patriótico de la CGT de esos tiempos (GOROJOVSKY , 2007, p. 6-7)

Neste capítulo examinaremos a dinâmica de inserção internacional da América Latina bem como a problemática em seus processos de integração.

3.1 O PRINCÍPIO É A ECONOMIA MUNDIAL

Para André Gunder Frank (2008), o motor da história nos processos de formação das estruturas de classes e políticas na América Latina está na inserção da região no *moderno sistema mundial capitalista* - datada por volta de 1492 -, denominado pelo autor de *afro-euroasiático* (FRANK, 2008, p.32), sendo este uma constelação (em expansão) de países, sendo alguns, centrais e outros, periféricos, com uma força gravitacional que impõe uma devida tendência: as metrópoles tendem a se desenvolver e os satélites a se subdesenvolver.

No desencadeamento da expansão do capitalismo mercantil (ibérico) e do processo de acumulação originária de capital foi integrada uma parte do mundo que, só por volta do século XIX, passou a ser descrita como América Latina (RUIZ, 2012, p. 01). De acordo com Frank (2008), qualquer tentativa que mire a compreensão dos países latino-americanos a partir de uma visão tradicional, positivista e/ou weberiana, do ‘desenvolvimento’ é mistificadora, pois, tais postulados “esquecem” – em geral, muito convenientemente para o padrão de dominação de turno – que o sistema mundial capitalista é a determinação responsável pelas seguidas transformações nas estruturas econômicas e de classes em dada formação econômico-social e, inclusive na esfera da cultura. Isso implica dizer que o subdesenvolvimento é uma condição: eis aí o erro crasso em apontar o subdesenvolvimento e a dependência como etapas pela qual os países, hoje centrais ou desenvolvidos, passaram (FURTADO, 1974).

Os agentes da ordem costumam defender a ideologia na qual o subdesenvolvimento da região é fruto da escassez de capital, sendo uma ‘lei de bronze’ que circula nos meios jornalísticos e inclusive acadêmicos latino-americanos. Todavia, como demonstra Frank

(1979), o cerne do tema de modo algum foi ou é a falta de capitais, como planteia, por exemplo, o professor W.W. Rostow (1961) e Fernando Henrique Cardoso (1979). Pelo contrário, as economias latino-americanas são exportadoras de capitais e os fluxos de investimentos externos diretos - os IED's, quase que sagrados na região -, defendidos com veemência pelas burguesias nativas, principalmente na etapa do capital monopolista, de nenhum modo promoverão o tão e eternamente aguardado 'desenvolvimento'. Suscitarão, sim, o *lumpendesarrollo* num primeiro momento, não tardando em incrementar o 'estrutural desenvolvimento do subdesenvolvimento', já que o fluxo de investimentos externos diretos tem tendência à queda após sua instalação e, por outro lado, a drenagem ou exportação de capitais tem tendência ao aumento.

Assim, a conclusão é a de que, longe de viabilizar "uma tal decolagem" dos países subdesenvolvidos, na realidade, os IEDs; as famosas "ajudas" via exportação de bens de capitais ultrapassados e/ou depreciados; os pacotes (embustes) tecnológicos e, por fim, o controle seja via financeiro ou pelo pagamento de dívidas, quão mais intensos se entrelaçarem com alguma sociedade dependente, mas se agudizará o subdesenvolvimento.

Frank (1979) também chama atenção para os impactos da dominação descrita acima na estrutura econômica e de classes, pois desde o período colonial, a estrutura conformada na América Latina é baseada na aguda concentração de renda e em um mercado interno *lumpen*, onde "a metade da população, que recebe só 13% da renda nacional, não pode ter acesso a bens de consumos duráveis" (FRANK, 1969, p. 7).

Este é uns dos eixos da problemática de André Gunder Frank (1979): a dependência externa envolve igualmente relações internas, ao ponto de formar a estrutura de classes, determinado os limites das camadas superiores e médias, e sentenciando as baixas.

O enfoque histórico-estrutural formulado pela CEPAL, entre os anos 1950-1960, por seu carácter de classe, não tocava nessas questões, o que seria essencial, mas se limitava em propor planos, dos quais: 1) mobilização dos recursos internos, 2) reforma agrária, 3) política de emprego, 4) políticas regionais de âmbito nacionais, 5) expansão das exportações, 6) assistência técnica estrangeira e 7) **a integração latino-americana**. Em sua totalidade resultaram num completo malogro. Para a CEPAL, a superação da condição de dependência seria possível a partir de 'políticas de desenvolvimento' – ficando muito centrada nas questões comerciais -, pois a situação periférica era entendida como uma condição imposta externamente por um conjunto de fatores que inibiam o desenvolvimento capitalista (OURIQUES, 1995). E o mais expressivo, a industrialização, oferecida como um fim em si mesma, nos países latino-

americanos não deu conta de romper com a principal dependência a que se propunha resolver: as crises cíclicas na balança de pagamentos.

Não obstante, outra contribuição de Frank (1971) está em refutar o *dualismo estrutural* como referencial de análise das sociedades latino-americanas, cuja compreensão era a de que no interior das regiões tradicionais subdesenvolvidas existia uma relação entre um polo *arcaico* e outro *moderno* (FRANK, 1971). Nesse sentido, segundo Frank (1986):

El actual sistema mundial tiene una larga y continua historia en el [viejo] y [oriental] hemisferio afroeuroasiático. El sistema mundial se formó por lo menos hace unos 500 años [...] La acumulación competitiva de capital ha sido la fuerza motriz de la expansión del sistema mundial desde sus inicios [...] identificables han sido su estructura centro-periferia (1968, p. 23).

De acordo com o autor, a hegemonia do sistema vigente tem origem no Oriente, mais precisamente na Ásia. Posteriormente passou por hegemonias no norte de África, Europa e transpassou o Oceano Atlântico para a atual hegemonia do Norte da América. E possivelmente regressará ao Oriente, muito provavelmente à China (FRANK, 1971). Desse modo, podemos extrair – para a problemática da integração latino-americana – que as mobilidades dentro desse sistema são realizadas por regiões e não por países. Neste sentido, é importante notar que o centro hegemônico na história deste *sistema* nunca esteve no hemisfério Sul, mas sempre longínquo do que conhecemos como América Latina ou iberoamérica, e que no período áureo das sociedades indo-ameríndicas, estas ainda não estavam integradas à *economia-mundo*, isto é, antes de 1492 (FRANK, 1993).

Estes fatos acentuam a controvérsia de se pensar sobre a problemática da integração: deve buscar ser dependente ou libertadora?

A consciência da historicidade, ordenada por este horizonte de longa duração, é relevante, sobretudo, por fornecer as ferramentas capazes de explicar de forma histórica causal o percurso de formação da estrutura de poder e das classes sociais.

O que levou as burguesias da Europa Ocidental e, posteriormente, a dos Estados Unidos a alcançarem a hegemonia no sistema interestatal? De acordo com Frank (2008), nenhuma das explicações para essas questões devem ser buscadas em uma suposta virtude excepcional, racionalidade, instituições, mentalidade empresarial, tecnologia ou, quiçá, superioridade racial. As respostas a essas perguntas devem ser buscadas de forma histórico-concreta, na existência de uma economia e sistema mundial cíclico e evolutivo, não eliminando o fato de que este é composto por sistemas regionais (FRANK, 2008).

De modo sintético, a inserção, condição e posição regional que a América Latina desempenha no desenvolvimento da economia-mundo determinam o seu modo de produção que, por sua vez, determina a estrutura de classes e, por fim, cria os interesses estratégicos de sua burguesia ou classe dirigente.

Segundo Frank (2008), o êxito dessas burguesias foi menos em consequência do manejo da economia atlântica (das rotas triangulares de comércio), da exploração direta de suas colônias caribenhas e americanas, bem como o controle do comércio do tráfico de seres humanos (escravos) e mais pelo fato de elas terem se servido através do saque do ouro e prata americanos, introduzindo esse dinheiro na produção e se lançando na conquista dos mercados e comércios da região até então central, isto é, a do Oriente.

Seguindo essa trilha, observa-se o caráter limitado que possui determinada/o burguesia/país para alterar o curso desse sistema, visto que as reais mudanças ocorrem apenas em momentos de bifurcação em que se altera o polo metrópole-satélite intrínseco ao *continuum* fluxo da *economia-mundo capitalista*. O enfoque histórico e estrutural de Frank (1973 p. 14) é relativamente simples, “[...] as metrópoles tendem a desenvolver-se e os satélites a subdesenvolver -se”.

Desta forma, a conquista ou colonização da América – exceto a Anglo-Saxônica – representou uma ordenação socioeconômica singular. Dessa maneira:

[...] fue formada y transformada por el desarrollo de la estructura colonial del capitalismo, desde el mercantilismo hasta el imperialismo. A través de esta estructura colonial las sucesivas metrópolis ibéricas, británica y norte americana han sometido a Latinoamérica a una explotación económica y dominación política que determinaron su actual estructura clasista y sociocultural. La misma estructura colonial se extiende dentro de Latinoamérica, donde las metrópolis nacionales someten a sus centros provinciales, y éstos a los locales, a un semejante colonialismo interno. Puesto que las estructuras de clases latinoamericana por la estructura colonial no quita que las contradicciones fundamentales en Latinoamérica sean [internas] (FRANK, 1968, p. 3).

A incorporação da América Latina na expansão capitalista, a partir do século XVI, teve uma dupla articulação: por um lado, na forma política, e, de outro, na forma econômica. A compreensão desta problemática necessita envolver não apenas as categorias endógenas dos países, mas, precisa também buscar uma articulação exógena, evitando que a estrutura colonial e de classes estejam separadas, quando na verdade se relacionam mutuamente.

Sendo assim, um exame atento demonstra que enquanto em uma *particularidade histórica* há presença de duas determinações (estruturas colonial e de classes) formadoras, há, porém, uma unidade indissolúvel:

[...] vale hacer una distinción entre la estructura colonial (o neocolonial) y la estructura de clases en América Latina. La estructura de clases puede identificarse mediante la relación del pueblo con los medios de producción y su participación en los procesos productivos en este lugar. La estructura colonial relaciona entre si los lugares, sectores, grupos raciales o étnicos identificables. El sistema capitalista posee una estructura colonial que sirve a la metrópoli imperialista para explotar a sus colonias latinoamericanas, a otras (y a sus colonias afroamericanas internas en el ámbito nacional), y sirve a las metrópolis nacionales de América Latina para explotar, por la vía del [colonialismo interno], a sus centros provinciales, los que a su vez explotan a sus respectivos **hinterlands** locales, formándose así una cadena expoliadora que se extiende ininterrumpidamente desde el centro imperialista hasta la más aislada región rural de los países subdesarrollados de América Latina y otros continentes. (FRANK, 1968, p.6).

Com a finalidade de problematizar sobre as classes proprietárias na América Latina, mais à frente retomaremos o debate nos apropriando de distintas visões de autores que se debruçaram sobre este tema e desenvolveram esquemas que nos permitem avançar em nossa articulação.

3.1.1 O antagonismo essencial entre Bolívar e Monroe

Manuel Ugarte, em *El porvenir de la América Española* (1910), lançou os primeiros passos de um “quebra-cabeças”, fruto de uma reflexão sistemática que enseja a ideia de se formar uma Confederação de Repúblicas no Continente Sul, ou seja, abriu o debate para uma integração real dos países da iberoamerica, ultrapassando o romantismo e o utopismo no que tange à unidade. Assim, sua causa militante passou a ser a formação de uma nacionalidade latino-americana.

Qual a importância do resgate de Manuel Ugarte para as reflexões de integração latino-americana? De modo bem simples, grande parte dos debates e estudos sobre o tema se centram em analogias ou comparações com a formação da União Europeia e focam teorias esquemáticas, tais como a de Bela Balassa⁴³.

Seu propósito investigativo era conhecer a natureza do imperialismo, um dos motivos pelos quais virou, segundo ele próprio, um “defunto intelectual” ou um “intelectual defunto”, como todo pensador anti-imperialista (UGARTE, 2010). Para encontrar resposta para o seu problema de pesquisa percorreu todos os países da América do Sul antes de ir para a América do Norte. Lá teve a oportunidade histórica de acompanhar um fenômeno concreto que

⁴³ Para o referido autor, o processo de integração se processa por 5 etapas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total.

inclusive modificaria o próprio sistema mundial capitalista: a conformação de um novo núcleo de poder, com a usurpação do território mexicano e o expansionismo estadunidense, formando-se um Estado bi oceânico, significando nada menos do que a formação da primeira nação continental industrial do capitalismo.⁴⁴

Sabendo analisar a conjuntura como poucos, o autor captou, ainda no século XIX, dois fenômenos que seriam marcadamente presentes no século XXI: um referente à natureza dos padrões de reprodução do capital e outro, de natureza geopolítica que iniciaria nos finais do século XX e se estende até os dias atuais.

Como expõe o geopolítico argentino Miguel Ángel Barrios (2017):

El “orden” mundial se va tornando multipolar, desoccidental y multicizacional por primera vez desde que existe la política mundial desde el siglo XV. Evidentemente, los Estados que unifican un poder político continental serán los únicos actores con capacidad de autonomía, o sea, soberanía. No estamos ante el fin del Estado, sino ante al nacimiento de un nuevo tipo de Estado: el Estado Continental Industrial (BARRIOS, 2017, p. 01).

Nesse momento, Ugarte (1901) desde uma análise de situação concreta testemunha o nascimento de um “diablo”, isto é, “*El peligro yanqui*”. Por outro lado, as nações latino-americanas, divididas em inúmeras republiquetas, estavam destinadas a serem escravizadas pelo novo padrão imperialista de dominação para a qual, ao contrário da estratégia inglesa para a América Latina (dividir para explorar), a estratégia a norte-americana adotaria o expediente de integrar para explorar melhor, mais sistemicamente. Ou seja, de dividir para reinar, agora, aquele novo imperialismo, era integrador.

Por essa razão que, para Ugarte e Galasso (1978), a fecundação da noção de ‘Pátria Grande’ seria uma resposta defensiva, isto é, um escudo contra a integração imperialista “ianque”. A integração dos países do Sul seria a antítese do conjunto de nações fragmentadas - pequenos países -, do mosaico de Estado sem destinos próprio – “cuanto más lejos de la Patria Chica más cerca de la Pátria Grande”⁴⁵.

Nas palavras de Ugarte:

Nuestra América, fraccionada y mal dirigida, entregada comercialmente al extranjero, resbala por el camino de las concesiones y de las deudas hacia un protectorado, más o menos evidente, según las zonas. Los Estados Unidos van extendiendo

⁴⁴ Escreveu em periódicos e promoveu pequenos atos de massa no México contra os Estados Unidos, desde então foi perseguido pela CIA e pela embaixada de Washington.

⁴⁵ Para Barrios (2016), Manuel Ugarte se transforma en el nexa programático del unionismo hispano-americano de libertadores con el continentalismo latino-americano de los movimientos nacionales y populares, desde al varguismo al peronismo.

gradualmente su radio de acción con ayuda de métodos imperialistas que ora se basan en irradiación económica, ora recurren al soborno o a la imposición, aprovechando siempre las desavenencias locales de nuestros pueblos o el loco afán de gobernar de nuestros políticos. Veinte repúblicas que ocupan los territorios más ricos del Nuevo Mundo y que reúnen cien millones de habitantes se encorvan bajo una hegemonía que nada puede disimular. Yo he creído siempre que esas veinte repúblicas tienen, no sólo el derecho sino la posibilidad de desarrollarse de una manera autónoma, salvando con su porvenir y su personalidad, las prolongaciones hispanas y los derechos de nuestra civilización en América. El vasallaje actual, la inferioridad presente, provienen de causas interiores sobre todo. El remedio a nuestros males está en nuestras propias manos. Hay que sacudir, ante todo, la dominación de las oligarquías aliadas al extranjero, atadas a un absurdo sentimiento de casta, que sólo han gobernado para sus egoísmos, sin la menor preocupación por los problemas vitales del Continente, sin la idea más vaga de las necesidades urgentes de la colectividad. Es de la incapacidad de esas clases dirigentes, cuando no de la infidencia de ellas, de donde ha sacado el invasor los primeros elementos para asentar su dominación, en zonas donde los gobiernos centralistas y ensimismados abandonaron las riquezas, mantuvieron el analfabetismo, ignoraron los más elementales preceptos de la economía política y abrieron, como en los pueblos dormidos del Asia o del Africa, de par en par, las puertas a la irrupción de los extranjeros (UGARTE; GALASSO, 1978, p. 65).

Desta forma, “nuestras patrias actuales son como las ruedas de un vehículo: no puede romperse una sin que se inmovilicen las demás” (UGARTE; GALASSO, 1978, p. 91), não havendo outra disjuntiva possível: é Bolívar ou Monroe. Pátria Grande ou nada. O isolacionismo do *cada uno para sí* é o consentir das oligarquias para o *big stick*, a política da terra usurpada ou *Gran Garrote*.

3.1.2 As ondas de integração

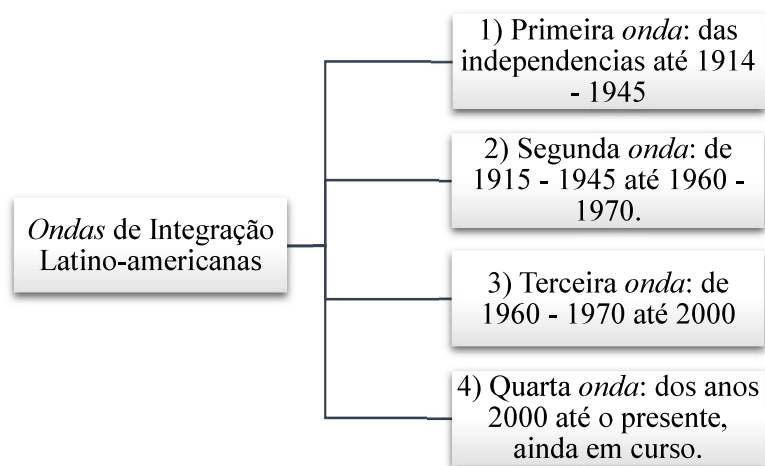
Para Souza (2015) são quatro os pressupostos para se compreender a integração latino-americana: 1) o regionalismo, como já citado acima, porque unicamente os espaços geográficos continentais é que terão possibilidade de atuar na etapa atual do sistema mundial capitalista; 2) a postura defensiva, isto é, de resistência ao império de turno; 3) correlacionado com o segundo, temos que quanto mais próximo ou adjunto do império de turno, menos serão as possibilidades de integração latino-americana e; 4) os processos de integração não ocorrem sem fluxo e refluxo, estando sujeitos a recuos e modo que o processo vem se realizando por meio de *ondas*.

Com o objetivo de ser simples e didático, Souza (2015) esquematiza o pensamento integrador em quatro *ondas*. Tal esquema está baseado nos padrões de reprodução e ciclos do capital, conforme descritos no capítulo anterior e não por acaso que são quatro, igualmente, o número de *ondas longas* que expressam o movimento da taxa média de lucro e que compreende a radiografia de um padrão de reprodução do capital.

Desta forma, como destaca Osorio (2012. p. 41), “a reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho”, de outra forma, nos possibilita esquematizar períodos singulares e em espaços geográficos determinados.

Por sua vez, vimos, do mesmo modo, que cada padrão de reprodução implica um padrão de dominação externa. Por conseguinte, a integração latino-americana se dá no marco de nações historicamente submetidas a tais padrões. Eis aí, que a gênese da integração está nos anseios de superar a dominação externa e atingir uma independência de fato. As energias e captação de forças são gestados nas fases A (ascenso) ou expansão uma *onda longa* que, não por acaso, é onde se consolida um padrão de dominação. Contudo, é na fase de B (declínio) de um ciclo de acumulação onde se permitirão que as forças insurgentes se coloquem como agentes históricos.

Ilustração 4 - As *ondas* de integração de acordo com os padrões de reprodução e dominação externa



Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

Dessa maneira se processa a conformação do mercado mundial e a marcha do primeiro padrão de reprodução do capital - o qual Osorio (2012) classifica de ‘agromineiro exportador’ -, o que constituirá a primeira *onda* de integração. Pois, é do descenso do capitalismo mercantil e de seu padrão de dominação externa que estarão propícias as condições de um projeto político libertador, o que ocorrerá no decurso dos processos de independência até a grande crise mundial, isto é, de 1914 a 1945.

Não obstante, como exposto no ponto tópico anterior, a integração da ‘América pobre’ é atravessada pelo expansionismo da ‘América rica’, ou seja: desde o seu nascimento, a ideia de conformar uma federação ou confederação de repúblicas latino-americanas antagoniza com a anexação de territórios por parte dos Estados Unidos, país que idealizadamente conceituou o processo como *Manifest Destiny* e, em 1823, declarou a *Doutrina Monroe*. Como materialidade, em 1889, este país colocará em prática as Conferências Pan-americanas as quais perdurarão até 1928 – data que, não por acaso, é quando se inicia um novo padrão de reprodução e o obriga a repensar suas estratégias de dominação.

Cabe frisar que distintamente do plano político da primeira independência e/ou a concepção de Confederação tecida por Bolívar nesta primeira *onda* de integração (que descende de *Nuestra América*, isto é, de uma construção entre várias nações visando uma hispanoamérica emancipada e unida), a *Doutrina Monroe* consiste em um manifesto unilateral, proferida pelo presidente estadunidense James Monroe, e que coloca a ‘América pobre’ sob direito de proteção da ‘América rica’, numa conveniente salvaguarda que em realidade dissimula a conquista e a espoliação, em outras palavras o célebre “pátio trasero”.

É do final dessa segunda *onda* de integração, a fecundação do primeiro pensamento integrador latino-americano anti-imperialista, do qual Manuel Ugarte e o cubano José Martí são elementares.

A segunda *onda* percorre o período de ascensão da hegemonia do império estadunidense - que vai de 1945 até 1970, isto é, do período do pós-guerra até a *reestruturação do capital* - o que, por sua vez, compreende uma *onda longa* ou novo ciclo de Kondratieff. Por conseguinte, temos um novo padrão de reprodução do capital e de dominação que, em sua fase de crise ou descenso do ciclo, abrirá novamente uma oportunidade para a ‘insubordinação’.

Sobre a disjuntiva essencial entre Bolívar e Monroe temos, de um lado da América, o avanço das ideias de Ugarte. Veremos surgir a Aliança Popular Revolucionária Americana (PARA), de Victor Raul Haya de la Torre, movimento influenciado pela reforma universitária de Córdoba, em 1918, pelo pensamento interpretador da realidade latino-americana, com José Carlos Mariátegui, sendo o primeiro movimento nacional-popular latino-americano.

Isto posto, é nesta segunda *onda* de integração que despontará a primeira experiência concreta de criação de um bloco regional terceiro-mundista e latino-americano. Perón abraça Ugarte e o indica como embaixador no México e em outros países da região.

Como destaca Barrios (2017a):

Las grandes revoluciones latinoamericanas – la mexicana y la bolivariana -, los movimientos nacionales-populares – como el aprismo, peronismo, varguismo -, y los movimientos sociales de base o de reivindicaciones específicas han producido un caudal de ideas y de cultura política que no están lo suficiente valoradas, estudiadas y sistematizadas. En esta etapa se consolida el continentalismo de Juan Perón que lo convierte en el primer teórico y político de un realismo liberacionista a partir del núcleo geopolítico del Nuevo ABC – Argentina, Brasil y Chile – como núcleo básico de aglutinación para un Estado Continental. (BARRIOS, 2017a, p. 2).

Ponto central a ser notado, ao final dessa segunda *onda* de integração, é que este período marca também o advento do que Florestan retrata como *Imperialismo Total*, o que implica não apenas numa modificação quantitativa, mas qualitativa de dominação.

Desse modo, o pan-americanismo era um competidor restrito das iniciativas de expansão dos Estados Unidos após a segunda guerra e o advento desse novo padrão de reprodução/dominação, o progressivo integracionismo ‘ianque’, será total: político, militar e ideológico.

Como destaca Vivian Trías (1978), isso um ponto relevante, pois causa muita confusão nas correntes nacionalistas e socialistas de esquerda em decorrência de que na primeira *onda* de integração o *modus operandi* imperialista era ‘dividir para governar’, de forma que se criou um dogma em que a ‘integração’ (de forma abstrata) estaria sempre do lado dos movimentos nacionais populares, esquecendo-se, contudo, de que a partir do novo padrão de reprodução do capital abre-se um nova categoria: a integração dependente. Dessa maneira, poder-se-ia dizer que há uma ‘integração libertadora’ e uma ‘integração dependente’, e a disjuntiva Bolívar ou Monroe vai se tornando mais complexa.

Como exemplos dessa ‘integração dependente’ podemos citar a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, e da Aliança para o Progresso (ALPRO), em 1961.

Dito isto, colocamos a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, como uma iniciativa que absorve perfeitamente as disjuntivas de integração (seja dependente ou libertadora). Não há como negar que, no início, a comissão da ONU para a América Latina não foi bem recebida em Washington, pois era entendida como difusora de tendências estranhas de nacionalismos, inclusive para contrapor a OEA, todavia, vai sofrendo modificações ao serviço da sociologia da ordem.

Já na última década dessa *onda* de integração, também se pretenderá uma integração capaz de resgatar o continentalismo iberoamericano de Perón e Vargas, o chamado ‘Tratado de

Uruguaiana’, em 1961, por iniciativa de Frondizzi e Jânio Quadros. Contudo, como resultado, o primeiro sofre um golpe militar e o segundo antecipa sua renúncia.

A terceira *onda* de integração (1960-1970 a 2000) é quando ocorre a fase B (declínio) da quarta *onda longa*, etapa de transição entre o padrão de reprodução do capital conceituado por Osorio (2012) de *padrão industrial* e o padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, também marcado pelo que se conhece como Terceira Revolução tecnológica.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, segundo Souza (2015), esse declínio da quarta *onda longa* é um fenômeno *sui generis* por dois motivos: 1) o declínio da hegemonia dos EUA e 2) o fato de não ser apenas uma crise financeira, mas uma crise estrutural como expressão do declínio da *onda longa* do pós-guerra ou como resultado do esgotamento do padrão de reprodução do pós-guerra.

Do ponto de vista da perspectiva do continentalismo defensivo da unidade latino-americano, destacamos:

- i) Entre 1960 e o início dos anos de 1970: o advento de governos nacionais-populares, inclusive socialistas, como foi o caso no Chile, com Salvador Allende; de governos nacionais revolucionários, tais como o do general Velasco Alvarado, no Peru, Guillermo Rodríguez Lara, no Equador, e Carlos Andrés Pérez, na Venezuela.
- ii) No Brasil, passa a existir uma reorientação na política externa, por conseguinte, da relação do país com os Estados Unidos, o que será evidente quando de choques entre a embaixada de Washington e o regime militar. Ao mesmo tempo, inicia-se uma importante oposição ao regime.
- iii) A guerra entre Argentina e Inglaterra: conjuntura em que o país portenho se lança a recuperar um território seu por direito (as ilhas Malvinas). Como resultado, “rasga-se” o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947 e, aproximam-se Brasil e Argentina.
- iv) A intensificação das iniciativas institucionais de integração como o Mercosul: em 1986, os presidentes José Sarney, pelo Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina – primeiros representantes pós-ditaduras – assinam a Ata de integração Brasil-Argentina, a qual criava o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

Assim, a contraproposta do *Monroenismo* à unidade latino-americana será a atualização do Pan-americanismo. Em 1989, o presidente George Bush lança a iniciativa para ‘As Américas’, que objetivava formar uma zona de livre-comércio desde o Alasca, no extremo da América do Norte, até Terra do Fogo, no extremo da América do Sul.

Por fim, a quarta - e ainda presente⁴⁶ - *onda* de integração desencadeia-se entre as décadas de 1990 a 2000. Cabe frisar que esse período foi de franca ofensiva do imperialismo sobre os países da América Latina. Isso é importante de ser destacado, pois como sugere Ouriques (2009) existe no Brasil uma crônica carência de percepção da realidade quanto aos embates e conflitos sociais na região. Seria um erro crasso homogeneizar a mudança na correlação de forças no continente, observada mais precisamente pós anos 2000, como “progressismo” e, por conseguinte, mesmo imputar as significativas mudanças “como simples reação de setores sociais ao desgaste inexorável do neo-liberalismo (OURIQUES, 2009).

Para Ouriques (2009), assim como para Barrios e Gullo (2006), os momentos de crises seriam uma oportunidade, mas isso não significa necessariamente que se insurgirão forças populares, insubordinadas e/ou anti-imperialistas. É possível haver uma oportunidade perdida caso não exista um movimento de vanguarda.

Em vista disto, Ouriques (2009) e Barrios (2017) colocam como ponto de inflexão para a contenção do avanço expansionista norte-americano o aparecimento do nacionalismo-revolucionário encabeçado por Hugo Chávez.

O ‘Caracaço’, acompanhado, em seguida, da queda da ‘República de Punto Fijo’ representaram uma contra-ofensiva desde ‘baixo’, tratando-se de um fenômeno que dialogou com a tradição dos movimentos nacionais populares em vista de uma percepção estratégica da necessidade de criação de uma orientação anti-imperialista, de soberania nacional, descolonização, controle dos recursos essenciais do país, nacionalizações e estatizações e, o mais importante, da queda do que era conhecido como ‘Venezuela Saudita’. Isso trouxe um novo futuro ao socialismo e representou marco da crise orgânica da democracia representativa.

Neste sentido é que o ‘progressismo’ como movimento pode ser no máximo anti-hegemônico⁴⁷, mas jamais anti-imperialista e, de modo contrário, veio para renovar as esperanças na ‘democracia participativa’.

Deste modo, a quarta *onda* de integração se dá sob duas tendências: 1) o nacionalismo revolucionário bolivariano; 2) o progressismo dentro dos limites da democracia restrita.

⁴⁶ Ou está em crise ou se iniciou uma quinta *onda*.

⁴⁷ Nem mesmo conceituado como pós-liberal, pois para Miguel Ángel Barrios o progressismo é “Social-Liberal”.

As duas tendências vão se encontrar no fato emblemático da recusa pela ALCA,⁴⁸ em 2005. Todavia, acreditamos que no conjunto conformou-se uma cooperação antagônica entre ‘progressismo’ e ‘nacionalismo revolucionário’, sobretudo, no que tange à execução de projetos estratégicos para a região, tais como o Gasoduto do Sul, Banco do Sul, TeleSur, PetroSur, Sucre, ALBA e etc.

3.2 INFANTICÍDIO INDUSTRIAL E LUMPEMBURGUESIA

Quando nos debruçamos sobre as formações econômico-sociais dos países latino-americanos, esforçamo-nos para esquematizar quatro períodos históricos que se compartilham em séculos, sendo eles: 1) A conquista e colonização (século XVI); 2) A crise da mineração do prata e a crise do açúcar (século XVII); 3) As Reformas Bourbonicas e Pombalinas (século XVIII) e 4) Os processos de independências (1791-1824), realizadas em etapas e/ou parcelas (século XIX).

Os espanhóis desenvolveram uma forma imediata de extração de excedentes, isso porque na América hispânica – além dos metais preciosos – existiam sociedades com estrutura social concentrada e com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, com conhecimento agrícola, comportamento sedentário, que lembrava uma divisão social do trabalho e, até mesmo, sistema de cobrança de impostos (PRADO JÚNIOR, 1978).

Quanto ao nível de especialização econômica dessas sociedades favoráveis à exploração, sabe-se que detinham o conhecimento e domínio – em algum grau – da metalurgia. Adicionalmente, ainda existia um sistema de *Mita*, uma espécie de tributo, pago através da força de trabalho. Esses dois fatores seriam as determinações responsáveis por uma engrenagem social articulada em torno dos polos produtores de mineração, em especial a prata.

É importante frisar essas determinações singulares para contrastar a particularidade da América portuguesa que terá o seu primeiro ciclo econômico baseado no extrativismo, isto é, na comercialização do pau-brasil. “Será a colonização, de início, uma rudimentar empresa condicionada pelas desfavoráveis circunstâncias”. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 30)

Os portugueses ‘mais colonizaram e menos conquistaram’ em decorrência de que, em seus territórios aportados, encontraram sociedades com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e povos comunais, nômades,...

⁴⁸ Ademais, com participação ativa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), vamos abordar o caso mais à frente.

Afonso Arinos *apud* Prado Júnior (1978, p. 30) descreve perfeitamente os ciclos econômicos do Brasil e seus comércios encilares, de forma que o primeiro ciclo — de extração de madeira preciosa — só perdura até 1530. A partir desse período passa a ser implantada uma forma de extração de excedentes econômicos que os portugueses já conheciam de suas ilhas do atlântico.. A *sociedade do açúcar* marca o segundo ciclo econômico da América portuguesa.

Antes, porém, cabe frisar uma diferença importante entre a América espanhola e a portuguesa, considerando os recursos necessários ‘à conquista’: a primeira tinha como agente motor a ação individual, os *encomienderos*. No caso português, havia uma participação da Coroa, porém, limitrofe, tendo em vista a imensa massa de recursos necessários para empreender um engenho. De outra parte, os espanhóis efetuaram a conquista da indo-américa montados a cavalo e o sistema de mineração criou *veias*, isto é, graus de interligações, ao exemplo do caminho Lima-Cusco-Buenos Aires. Por outro lado, na América portuguesa, a colonização do território ficou predominantemente na região do litoral, posto que o instrumento português de colonização foram mais os rios e mares (CASTRO, 1994). A isso, cabe acrescentar dois ocorridos: o primeiro, ainda no século XVI, que foi a derrota da armada espanhola pela marinha inglesa (em 1588) e o segundo, no início do século XVIII, que foi a assinatura por parte de Portugal do Tratado de *Methuen* (em 1703) (FRANK, 1973). Ambos os fatos conformam uma totalidade que sinaliza os países ibéricos em um segundo plano no processo de expansão do capitalismo e, por conseguinte, o enfraquecimento da dominação colonial, o que vai culminar, no século XIX, com a grande transformação da América Latina e colaborar para que as reformas bubônicas⁴⁹, no fim do século XVIII, não tivessem qualquer possibilidade de êxito. As reformas bubônicas, como consequência de transformações econômicas e políticas ocorridas na Europa, levaram os países ibéricos a implementarem reformas institucionais administrativas (FURTADO, 2007)⁵⁰.

Podemos conceituar esse complexo histórico como uma tentativa por parte das Coroas espanhola e portuguesa de empreender uma espécie de ‘mercantilismo industrialista tardio’. Segundo Frank (1971), a gênese do capitalismo se deu por meio de países nitidamente católicos, tais como Itália, Portugal e Espanha. O fato de estes terem ficado para trás no processo histórico da dinâmica de expansão do sistema mundial – sobretudo na revolução industrial – não é mero resultado de fenômenos religiosos, mas em correlação à circunstâncias das

⁴⁹ As reformas bubônicas foram uma ampla gama de reformas iniciadas no século XVIII com a intenção de reabilitar a economia nacional espanhola, sobretudo das manufaturas, constituindo uma espécie de “mercantilismo tardio”.

⁵⁰ Nesta obra o autor centra a análise da formação brasileira e o porquê de não ter havido uma fragmentação da América portuguesa.

importantes mudanças ocorridas no polo dinâmico de acumulação. Não restam dúvidas de que o declínio da hegemonia dos países mercantilistas foi um fato inerente do mesmo processo econômico, social e político que culminou com a industrialização da Inglaterra (FRANK, 1971). Assim, a ascensão de Napoleão vem *pari passu* com a ascensão da Inglaterra como grande produtora de manufaturas o que, por sua vez, demandava cada vez mais matérias primas e minerais.

Os países ibéricos na condição de entrepostos comerciais, além de encarecer os produtos manufaturados nas colônias impediam as oligarquias de negociar diretamente seus produtos com a Inglaterra. Eis aí, que Napoleão acendeu o fósforo de um incêndio revolucionário, quando a elite oligárquica *criolla* vê a oportunidade de ascender aos altos cargos administrativos, aderindo crescentemente a uma posição independentista.

A independência política em momento algum significou uma independência econômica ou, como queria Bolívar, a possibilidade de unificar a América Latina; pelo contrário, as ideias liberais da classe *criolla* fortaleciam e reforçavam a economia exportadora o que, por sua vez, promoveu a balcanização da América espanhola. “Las [...] oligarquias regionales que sostuvieron a los ejércitos libertadores [...] “padres de la patria”, se volvieron contra los unificadores cuando el comercio libre estuvo garantizado.” (RAMOS, 2012, p. 284).

Karl Marx, em 1847, em um debate com Proudhon, cita o Brasil e a América do Norte ao descrever o desenvolvimento de um moderno modo de produção nascente e como que a escravidão de seres humanos é uma categoria econômica que é motor do processo de acumulação primitiva, auxiliando a indústria e, por sua vez, mostrando que “não é o comércio neste caso que revoluciona a indústria, mas a indústria que revoluciona o comércio”.

Assim:

A escravidão é o pivô da indústria burguesa tanto quanto as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão, não há algodão; sem o algodão, não existe indústria moderna, a escravidão é o que dá o seu valor à colônia, são as colônias que criaram o comércio universal, é o comércio do universo a condição da grande indústria. [...]façamos desaparecer a escravidão e teremos apagado a América da carta das nações (MARX, 2008, p.137). Observe-se que, para Marx (2013), há um vínculo entre determinada produtividade material e as relações sociais; estas, por sua vez, são produtos *históricos e transitórios* conforme o princípio da *práxis* (MARX, 2008).

Portanto:

[...] relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens tanto quanto a lã, o linho, etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo as novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a sua vida, mudam todas as suas relações sociais. O moinho manual nos dará a sociedade com o senhor feudal; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 2008, p.135).

É importante perceber como Marx coloca Brasil e América do Norte juntos, nesse movimento, de maneira que a tese weberiana da ética protestante que alavanca o capitalismo é insuficiente para explicar a *plantation* de exportação no Sul da América do Norte Britânica e nas colônias do Caribe (MARX, 2008).

O encadeamento de fatos que terminam na consolidação das condições fundamentais para a estrutura da sociedade capitalista não pode ser entendido de modo positivista, isto é, como uma ‘evolução contínua’ e/ou ‘natural’.

Neste sentido, o processo de acumulação originária de capital é descrito por Marx (2013) como a era da “pré-história do capital e do modo de produção que a corresponde, [...] essa desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia” (MARX, 2013, p. 785).

Agustín Cueva (1983) mostra que a acumulação primitiva de capital na economia latino-americana aconteceu no último terço do século XIX. Segundo seu entendimento, o processo de acumulação originária é uma expressão das leis que regem a formação, o funcionamento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, de modo que “a afirmação de que a história não pode repetir-se é uma dessas meias verdades” (1983, p. 69).

Deste modo, uma das razões do subdesenvolvimento da América Latina é o fato de que, na sua fase colonial, a própria acumulação originária não realizou, mas, ao contrário, contribuiu para a acumulação originária na Europa, particularmente na Inglaterra. No segundo momento, após a independência, com divisão internacional do trabalho (DIT) (a partir de 1840), passa a funcionar para fornecer matérias primas e alimentos para o centro industrial, ao mesmo tempo que compra suas manufaturas.

As “repetições” são, na realidade, sentenças de leis extraídas da análise da realidade, contudo, isso não quer dizer que não se expressam de maneira característica, própria, de determinada formação histórico social.

Nesse sentido, por exemplo, duas leis são condição para implantação da produção e reprodução especificamente capitalista – constituindo uma das formas de acumulação primitiva: uma é a propriedade privada dos meios de produção e outra é o trabalho “livre”.

Essas, por sua vez, pela forma com que o colonizador realizou a sua “missão civilizatória”, tornaram desnecessária a realização histórica, por via clássica (ou seja, revolucionária), da acumulação primitiva. Isso, porque o interesse no comércio livre não implicava no interesse do trabalho livre, o que trazia um paradoxo: se, por um lado, o intercâmbio desigual restringia a acumulação por meio externo, a letargia em separar o produtor direto dos meios de produção condicionava, na América Latina, o funcionamento de uma acumulação primitiva sobre uma base interna restrita, impedindo, assim, um sistema protecionista que Cueva (1983) - citando Marx - descreve como o ‘meio de fabricar fabricantes’, de capitalizar os meios de produção e subsistências nacionais, isto é, uma política econômica que abreviasse a passagem para um modo de produção “avançado”. “Aqui não se tratava de ‘fabricar fabricantes’ e acelerar desta forma o desenvolvimento industrial, e sim constituir uma economia primário-exportadora ‘complementar’ para o capitalismo industrial” [...] (CUEVA, 1983, p. 71).

Para Cueva (1983), o que há sob essa ótica é um período de “desacumulação primitiva”, onde a índole feudal-escravista da sociedade latino-americana é tanto estimulada *pari passu* quanto limitada pelo exterior. Esse processo de ‘desacumulação’ e/ou acumulação primitiva que se realizou durante o século XIX não foi constituído de forma homogênea entre os países latino americanos. Especificamente, destacamos que no México, a questão da expropriação da terra foi central; no Brasil, houve um modo de produção ampla e profundamente escravista e; na Argentina, onde os elementos escravistas e feudais eram débeis e a concentração da terra já se fazia presente, se colocava em relevo o processo de cerramento dos campos.

Finalmente, existem os casos extremos, como o da República Dominicana, em que o processo de acumulação primitiva se deu – no limiar do século XX - através puramente de impulsos externos, isto é, com o poder estrangeiro direto o que, por sua vez, acarretou situações que o autor chamou de economia de ‘enclave’.

Neste ponto que Cueva (1983) discordava da tese de André Gunder Frank (1980) - que vamos abordar a seguir - de que já havia capitalismo na América Latina desde o século XVI, e no caso do Brasil, por exemplo, este sempre fora capitalista, desde o período colonial. Para o primeiro, no entanto, trata-se de compreender que temos uma economia pré-monetária e relações pré-capitalistas de produção persistentes e em imensas porções no corpo social latino-americano do século XIX.

O fato é que, se considerarmos que a América Latina se insere nos marcos do capitalismo pelas vias do capital comercial já no século XVI - como destacara Fernandes (1973) e em consonância com Frank (1972) –, é possível perceber que, nos três primeiros

séculos, toda a riqueza material socialmente produzida foi drenada para as metrópoles centrais e, como destaca Carvalho (2016), só posteriormente aos processos de independência na América Latina é que se processa uma ‘acumulação primitiva’ - por assim dizer - e que se concentra nas mãos da agora elite *Criolla* latino-americana. Ademais, Carvalho (2016) defende que o período que compreende desde as independências nacionais - que foram apenas políticas - até o princípio dos processos de industrialização, nos anos de 1930, foi curto demais para uma acumulação primitiva em mãos latino-americanas que possibilitasse o desenvolvimento de um capitalismo verdadeiramente autônomo. Daí um dos pontos, ainda centrais, do surgimento do capitalismo (dependente e associado) nos jovens Estados Nacionais, pois ainda que a burguesia pretendesse controlar os setores mais importantes da economia faltavam-lhes os capitais, razão pela qual teve que se associar aos capitais internacionais.

Constata-se, assim (com exceção do período de industrialização autônoma pós-anos 1930), que, no caso brasileiro, nasce uma burguesia bandeirante que assume o protagonismo na implantação de uma reprodução capitalista nos moldes clássicos - onde, de um lado, há o proprietário do capital e, do outro, o trabalhador livre -, mas, trata-se de uma reprodução capitalista que é ‘associada’, em muitos casos, pois segue a lógica do imperialismo e do capital financeiro do início do século XX, a qual exporta não apenas mercadorias para as regiões periféricas, mais sobretudo capitais que são destinados aos setores em geral mais importantes da região.

No caso específico da acumulação primitiva de capital, com as economias com sistema de *plantation*, sendo este gerado no arranjo da antiga sociedade por ações (e com o uso intensivo de créditos empregados, escravos e equipamentos), é previsível que grande fatia do lucro do empreendimento não se conservasse internamente, mas fosse repassada aos mercadores e financiadores.

Todavia, Frank (1980) não comunga da ideia de que as colônias seriam nações ‘vitimadas por forças externas’ ou que seu subdesenvolvimento possa ser explicado por qualquer pretensão metodológica onde fatores religiosos ecoem.

Averiguar a dinâmica interna determinante do processo histórico de acumulação não implica na exclusão dos complexos que perpassam a realidade.

Assim, o conceito *lumpem*-burguesia que Frank (1979) utilizou para caracterizar a classe capitalista na América Latina faz referência à incapacidade destas de resistirem à investida de interesses não apenas externos, mas, no *front* interior.

Tem-se, assim:

Com exceção talvez das plantations de açúcar do Caribe, que representavam a forma extrema de produzir subdesenvolvimento, esta estrutura de classe e colonial não excluía totalmente o crescimento das manufaturas e de outros processos e interesses produtivos, e estes procuraram defender seus interesses econômicos e promover um desenvolvimento capitalista, particularmente na América Latina – foram frustradas, deve-se ao fato de serem econômica e politicamente muito fracas para resistirem à ofensiva dos interesses opostos, no *front* doméstico, ligados à importação e exportação comercial e à produção de matérias-primas [...] (FRANK, 1980, p.144)

Frank (1980) cita, por exemplo, o esforço paraguaio de inspiração bismarckiano ou japonês – que, por meio de uma acumulação de capital nacional, fomentou a implantação de manufaturas e uma ferrovia de integração interna. Também, fazendo referência às obras de Artesato e Rosa, faz alusão ao México, que instalou a mais moderna maquinaria têxtil, mas sobre o qual muitos sabiam que o livre-comércio resultaria no extermínio de uma indústria nascente⁵¹. Além disso, menciona os centros manufatureiros de Antióquia, na Colômbia, e nas cidades interiores de Mendonza e Tucumán, na Argentina.

Dessa maneira, o ‘empenho’ latino-americano pelos diferentes países - iniciado no final do século XVIII até o segundo terço do século XIX - de promover políticas de industrialização teve como entraves não somente as oligarquias exportadoras somadas ao setor comercial, mas tratou-se de sua subordinação e aniquilamento como resultado de investidas político-militares na região.

É importante frisar que Gunder Frank está envolvido em um grande debate, que marcou a década de 1960 e 1970, na América Latina, em que a capacidade da burguesia latino-americana de dirigir a luta anti-imperialista foi discutida. Onde o autor entrar em discordância frontal e plena - por exemplo - com os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Primeiro, porque, Caio Prado Jr (1978) sustentava que a América Latina estava, desde sua conquista, inserida na expansão do sistema capitalista mundial, desenvolvendo, então, a tese de que feudalismo e/ou resquícios deste na América Latina era um mito. Segundo, pois os isebianos não descartavam uma aliança com a burguesia interna como método de estratégia, visando uma ‘revolução brasileira’, entendida por nos como uma ‘revolução democrático-burguesa’.

Em especial, para Frank (1980), a revolução democrático-burguesa teve sua situação concreta para realização durante o processo histórico entre o final do século XVIII e a consolidação das independências nacionais. Entretanto:

⁵¹ Ver documento do parlamento mexicano: *Símula em Favor das Fiandeiros e Tecelões*.

Distintamente dos Estados Unidos, estas guerras civis na América Latina sempre terminaram com a vitória do mais forte dos partidos, o qual – graças ao desenvolvimento anterior dos interesses e forças produtivas vinculados à produção de matérias-primas e, depois, ao desenvolvimento da produção manufatureira metropolitana – o qual sempre acabava sendo o partido dos produtores e exportadores de matérias-primas. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 98)

Conforme Frank (1980), não haveria sentido falar em 'revolução nacional-democrática' na América Latina em tempos recentes, tendo em vista que as burguesias latino-americanas já eram lumpemburguesias no início do século XIX

Já para Sodré (1978), as alterações na fisionomia social brasileira vão ocorrer no período da mineração colonial, iniciando nela uma residual acumulação de riqueza. No ciclo brasileiro do açúcar, por exemplo, observa-se uma rigidez nas estruturas, a propriedade da terra e a propriedade do escravo são nitidamente fundidas; não existia espaço para a mínima alteração: sem o “trabalho livre, não existe coisa pública, não existe povo, e não pode existir pois, classe média. E nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia” (SODRÉ, 1978, p. 29).

Por outro lado, a exploração aurífera confere alterações importantes, entre elas a integração - ainda que rudimentar – de uma rede de estradas ligando diferentes regiões, implicando em circulação interna de mercadorias (a cidade de Ouro Preto é um exemplo do estabelecimento de uma vida urbana, propiciando espaço para o trabalho livre). No fim do século XVIII, em áreas como a Amazônia e o Rio grande Sul, locais onde a escravidão não estava tão presente massivamente em comparação com o conjunto da colônia, as transformações que estão ocorrendo serão denunciadas com o aparecimento de uma classe média que também - em um momento mais diante – vai provocar perturbações profundas e importantes.

A economia mineradora passou a ser não apenas o centro dinâmico e polarizador da economia colonial, mas também cumpriu papel destacado na constituição de uma economia nacional integrada. Integrou o Rio grande pecuário através da compra de gado e muare para a alimentação e transporte; através da relação com a pecuária do sertão nordestino, vinculou-se ao litoral açucareiro e logrou alcançar, inclusive, a nascente economia algodoeira, rizícola e extrativista que se desenvolvia no Maranhão e Pará (SOUZA, 1989, p. 19).

É na fase mineradora que, pela primeira vez, as classes dominantes coloniais e metropolitanas entram em um choque de interesses. A luta de Tiradentes – os Inconfidentes – sintetiza esse momento que, para muitos é a gênese do nacionalismo brasileiro (SOUZA, 1989). Em Minas Gerais, surge uma pré-indústria ligada à manufatura têxtil e ao ferro que perdurará até 1785, quando a Coroa portuguesa decreta os fechamentos das fábricas, não só Minas, mas

em todo o Brasil - atitude imposta pela Inglaterra como condição da manutenção das relações comerciais com Portugal (SOUZA, 1989).

Não se podem fazer hipóteses senão tendo em vista um fim determinado. A deste capítulo, em particular, trata de problematizar a formação das frações da classe capitalista da América Latina, apontando para uma singularidade do caso brasileiro. Assim sendo, é que, por último, traz-se o aporte de Jacob Gorender exteriorizado no seu livro *A Burguesia Brasileira* (1981), onde se verifica, de forma incisiva e clara, como a base para acumulação originária do capital teve início ainda no período em que o Brasil foi colônia.

A acumulação originária se refere a um acúmulo de capital realizado por meios ainda não propriamente capitalistas, de forma que não é utilizado o mecanismo de produção da mais-valia por meio da exploração do trabalho assalariado livre. Para Gorender (1982), nunca houve feudalismo no Brasil - de modo que ele concorda com as teses de Caio Prado Jr. e André Gunder Frank -, entretanto, discorda da posição de Florestan Fernandes, quando esse afirma em *A Revolução Burguesa no Brasil* que toda renda produzida no país era drenada para fora. A posição de Gorender (1982) é a de que uma parcela considerável do que era gerado na colônia ficava na própria colônia, em particular para expansão da produção escravista em mãos dos proprietários de terras, plantadores, “sob a forma de capital mercantil, em mãos dos mercadores, que financiavam e comercializavam a produção das plantagens escravistas” (GORENDER, 1982, p.9).

A constituição de um Estado nacional unificado, sob os auspícios de uma oligarquia escravista, vai contribuir para o incremento de uma burguesia mercantil e, mais à frente, para aparecimento de núcleos da burguesia industrial. Entretanto, Gorender (1982) considera supervalorizado historicamente - do ponto de vista da base material – fatos como A Abertura dos Portos (1808) e a Independência política brasileira (1822), pois:

A abertura dos Portos, decretada pelo Regente D. João em 1808, e a Independência política, conquistada em 1822, não alteraram em nada a essência do modo de produção dominante na formação social vigente no Brasil. O modo de produção continuou tão escravista e tão colonial (no sentido econômico) quanto fora sob domínio da Metrópole portuguesa. Em 1850, quando se extinguiu o tráfico de escravos africanos, o quantitativo servil no País alcançou seu pico máximo (2.500.000 escravos, em termos estimados). Se acrescentarmos a este fato a prosperidade da cafeicultura, concluiremos que a acumulação do capital mercantil se incrementou, no Brasil independente, por consequência da expansão do próprio escravismo colonial (GORENDER, 1982, p. 9).

A burguesia mercantil é caracterizada especialmente por comerciantes e banqueiros, constituindo as forças motoras nas formações anteriores ao capitalismo e já

presentes na formação histórico social brasileira. É essa fração de classe que engendra a burguesia industrial no Brasil, “na medida que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender” (GORENDER, 1982, p. 9). Gorender (1982) lembra o caso pioneiro de Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), o Visconde de Mauá, cujas atitudes teriam sido impraticáveis se já não existisse capital acumulado por uma burguesia mercantil, - por outras palavras, “uma transição capitalista, inserida em uma formação escravista”. Assim:

Notemos que Mauá foi banqueiro e quase todas suas iniciativas empresariais visaram suprir serviços públicos, como concessões do Estado em condição de monopólio[...] organizou empresas de transportes urbanos e de iluminação pública e gás, companhias de ferro e a comunicação de cabo submarino. Entre suas numerosas empresas, quase a única de transformação industrial direta – o Estaleiro e Fundação da Ponta da Areia -, [...] O fenômeno Mauá teria sido impossível se já não houvesse capitais acumulados dentro do Brasil e cuja disponibilidade aumentou após a cessação do tráfico de escravos africanos (GORENDER, 1982, p. 12-13).

Ainda, segundo o autor, a formação da burguesia industrial brasileira foi engendrada por pequenos e médios empresários, datada dos anos 40 aos 80 do século XIX, em inúmeras regiões do país, nos mais variados setores, tal como a indústria têxtil, a cervejeira, a alimentícia, a de chapéus e calçados, etc. A produção das primeiras fábricas têxteis nacionais que, em 1881, somavam 44, era a das roupas para os escravos e para as camadas pobres da população livre, bem como acessórios ao setor agroexportador, fornecendo sacarias aos produtos agrícolas. Em geral, eram produtos que concorriam com a produção local de motivação artesanal. Essas fábricas empregavam escravos, juntamente com operários livres, como força motriz à roda de água, posteriormente substituída pela máquina a vapor. Como Gorender (1982) observa, “não se tratava ainda da substituição de importações, porém da substituição do artesanato local” (GORENDER, 1982, p. 14).

A ideia de nações inconclusas – entendimento de que as independências na América Latina não se realizaram ‘até o fim’, isto é, em sua raiz - é uma contribuição de Jorge Abelardo Ramos (2012), mas já bem assinalada anteriormente por Manuel Ugarte (1875-1971). Este último é considerado o pai de uma *Izquierda Nacional* latino-americana, sendo o mais expressivo teórico na luta por uma América Latina única – ‘Pátria Grande’ – e que, ainda no início do século XX, denunciou juntamente com Lênin o caráter imperialista da Social Democracia Europeia no Congresso da Internacional Socialista, realizado em Stuttgart, em 1907 (RAMOS, 2012a), advertindo que o cosmopolitismo e/ou internacionalismo socialista estava sendo complacente com o imperialismo. Ugarte, nesta ocasião delegado argentino no

congresso em Stuttgart, sai indignado ao escutar as alegações do social democrata holandês Henri Van Kol que sublinhou a ‘necessária’ política colonial como uma obra de civilização (RAMOS, 2014).

Ora, é inconcebível a concepção integracionista latino-americana ficar reflexa, em caráter de imitação, da produção sociológica acerca das experiências de países subdesenvolvidos.

Ugarte de acordo com Ramos (2014) propõe uma estrutura - para integrar os países latino-americanos - onde a integração política⁵² tem que preceder a econômica, pois os Estados que Bolívar e San Martín “fizeram o possível para reunir e confederalizar desde o começo, se desenvolvem independentemente, sem acordo e sem plano” (RAMOS, 2014, p. 19). Se a viabilidade de andarmos unidos em uma ‘Pátria Grande’ for banalizada por aspectos comercialistas de livre mercado, lembrando que isso seria a primeira etapa no esquema de Bela Balassa. A terceira e última etapa seria a criação de uma cidadania comum, ou seja, “ter uma mesma representação exterior”.

Lumpemburguesias e ‘nações inconclusas’ seriam a tempestade perfeita da determinação particular que constituiu os Estados nacionais na América Latina, e estão assinaladas repetidamente pela gênese da integração pela via colonial e por meio das classes dominantes locais como gerentes daquele pacto. A partir do momento em que as colônias passaram a ser Estados independentes no plano político, a particularidade histórico-concreta do antigo modo de acumulação consolidou interesses que as impediram de buscar novos caminhos, sendo conveniente e prático “continuar regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles” (RIBEIRO, 1986, p. 149) orientadas, sobretudo, por um campo ideológico alheio à realidade local.

Neste sentido:

El pensamiento liberal del siglo XVIII, que en Europa sirvió para realizar la revolución democrático-burguesa, en América latina fue utilizado para cumplir solamente una de sus tareas: la independencia política. Los argumentos de la burguesía europea contra el feudalismo fueron adoptados por la burguesía criolla para luchar contra la opresión de la monarquía española. En Europa, el pensamiento liberal fue la bandera de la burguesía industrial, en América latina fue la ideología de los terratenientes, mineros y comerciantes. La misma terminología liberal era utilizada en función de intereses de clase distintos. Mientras en Europa el liberalismo servía como instrumento de la burguesía industrial contra los terratenientes, aquí era utilizado por los terratenientes y mineros contra el monopolio español. Allí servía para el proteccionismo industrial, acá para el libre comercio (FRANK, 1973, p. 89).

⁵² A Unasul e Banco do Sul poderiam ser citados como exemplos contemporâneos de integração política tal como proposto por Manuel Ugarte, destaca a pesquisadora de sua obra, Iglesias (1996).

Não restam dúvidas de que o resultado desse processo na realidade imediata foi a conformação de Estados *anti-país*. Na visão de Ramos (2012), a autoconsciência da *nação inconclusa* reflete a dupla correlação entre o resultado da independentização que culminou com a ruína do plano bolivariano e, por outro lado, com a manutenção da economia de monocultivo demandada pelo comércio internacional.

A formação de múltiplos desses estados debilitados foi incapaz de mudar, entre outras coisas, a condição subjugada do indígena, de modo que “paneándose con ejércitos sin armas, aduanas de bajas tarifas, territorios desolados, monedas perpetuamente devaluadas” (RAMOS, 2012, p. 284).

De acordo com Mariátegui (2012), as repúblicas latino-americanas constituem o reflexo de suas oligarquias agro-exportadoras, sendo a do Perú, pelas condições materiais, para o autor, ainda mais retrógada que a do Brasil e Argentina, posto que, por um lado, devem sua existência à estrutura colonial e por isso cooperam com o imperialismo: “[...] as burguesias nativas não se sentem solidárias com o povo, pelo laço de uma história e de uma cultura comuns [...] depreciam o popular, o nacional. Sentem-se, antes de tudo, brancos” (MARIÁTEGUI, 2012, p.64). Por outro lado, é da exploração interna que provêm sua maior fonte de ganhos, por isso não se preocupam com soberania, rechaçando - o que seria lutar consigo mesmo - lutar pela conclusão da nação e/ou segunda independência. Mariátegui (2012) ressalta que não se pode cair no erro crasso de achar que essas elites - sejam oriundas do Vice-Reino do Peru, Vice-reino do Rio da Prata ou da América portuguesa - são frutos ou consequências de uma mentalidade ‘retrógada’ e católica, derivada de práticas institucionais ‘arcaicas’ que vieram de uma Espanha e Portugal de cunho ‘atrasado’ ou “anti-capitalista”, e que isso contrastaria com uma mentalidade ‘progressista’, protestante e empresarial dos burgueses centrais que ergueram suas instituições com base na sociedade inglesa ou holandesa. Todavia, vale destacar o esforço brasileiro empreendido em esquecer Portugal por parte dos fazendeiros paulistas de café, os quais buscaram forjar em seu meio uma *intelligentsia* francesa. Porém, a despeito de uma volumosa historiografia, a atuação das elites paulistanas cafeeiras sempre foi de cunho restaurador, vinculada - até o último dia - ao escravismo, enquanto que sua ‘vanguarda’ na industrialização; não passa de um mito (GORENDER, 1982). Coube ao Rio de Janeiro, cidade empregada da cultura lusa, a primazia da industrialização no Brasil⁵³.

⁵³ Em 1907, a indústria de transformação da região fluminense representava 37,8% da produção nacional contra apenas 7,5% de São Paulo. A última só passou a se interessar pela industrialização com o declínio do café, isto é, depois dos anos de 1920 (GORENDER, 1982).

O dilema que envolve a constituição e formação dos Estados nacionais na América Latina foi - para além do domínio inglês, francês ou ibérico - uma batalha ideológica de bases materiais e seria ingênuo achar que no período de independência - tal como se processou no México - não existiram, por toda a região, oligarquias com interesses pró industrialização de cunho nacionalista. Entretanto, os *caudillos*, que lutaram pelo protecionismo e manufatura local, foram derrotados por uma força desproporcionalmente mais vigorosa, assentada em uma estrutura não cultural, mas material e concreta. *Os padrões de dominação externa na América Latina* conferem poder às atividades ligadas e demandadas pelo mercado externo. A alta concentração dos meios de produção, monopolização e restrição da população em adquirir terras, obrigando-a a trabalhar na base da escravidão, subsistência ou com salários irrisórios, ocasionou uma alta concentração de renda em poucos indivíduos e a restrição do mercado interno.

Temos claro que grande parte do excedente econômico aqui produzido era transferido para os países do centro, entretanto, a dominação externa por si só não se realiza, sendo importante frisar os mecanismos internos, isto é, os atores nos desdobramentos posteriores aos processos de independência, pois, internamente, haviam elites locais fortalecidas e interessadas na manutenção da estrutura de classes e na condição, já então, neo-colonial.

Talvez, como bem mostrou Frank (1973), o único Estado em que uma elite 'autônoma e nacionalista' alcançou o poder foi o Paraguai, sendo este o primeiro a se tornar independente, evitando o momento de intercâmbio desigual, mas sem se isolar das relações comerciais com o mercado externo. O objetivo dos governos de Francia, e posteriormente dos López, foi buscar um desenvolvimento nacional no molde bismarckiano, bonapartista, de modo inédito e impensável para as estruturas de classes dos países latino-americanos do período. Uma industrialização com base na contratação de técnicos dos países centrais sem permitir investimentos externos - "um modelo japonês antes do Japão" - permitiu não só pensar em infraestrutura, mas em manufatura, no analfabetismo, na reforma agrária e incorporação dos indígenas guaranis. Não obstante, as classes dirigentes locais, aliadas das burguesias metropolitanas, e que tinham seus ganhos na atividade mineira e agrária combatiam não só no plano interno tais ideias, mas atuavam também nos embates expressados pelas guerras civis de independência e pós-independência.

Uma nação latino-americana que alcançasse um caminho distinto do *laissezfaire*, *laissezpasser* (deixai fazer, deixai ir, deixai passar) implicaria em efeito cascata ou de contágio, isto é, seria seguida por outros países de tal forma que só isso talvez possa explicar uma trílice

aliança contra o Paraguai. Era caráter estratégico para os laços recíprocos de interesses (relações metrópole-satélite) que as oligarquias dos três países eliminassem a possibilidade de sucesso de políticas de inserção das massas, tais como educação pública, reforma agrária e etc. A irradiação para dentro de seus territórios era um risco que tais classes não poderiam correr. Em vista disto:

Las potencias metropolitanas ayudaron a sus socios menores de Latinoamérica con armas, bloqueo navales e intervención militar directa e instigación de nuevas guerras, donde quiera que fue necesario, como la de la Triple Alianza contra Paraguay, que perdió los 6/7 de supoblación masculina en defensa de su ferro carril financiado nacionalmente y de su esfuerzo de desarrollo autónomo genuinamente Independiente (FRANK, 1968, p.12).

Assim sendo, o que marca o caráter *lumpen* das burguesias nacionais dos países latino-americanos? O que seria uma lumpemburguesia?

Na perspectiva desta investigação, é nada mais do que uma classe limitada pela sua própria situação de ‘satélite’, que tem surtos materiais de autonomia, porém incapazes de fazê-las se sobrepor à outras frações internas da burguesia e resistir às investidas imperialistas. Um caso concreto e que teve um desfecho distinto das inúmeras experiências latino-americanas foi a luta política e bélica - intra-burguesa - que ocorreu entre os anos de 1861-1865 no Norte da América.

De acordo com Frank (1973), a região Sul da América do Norte, capitaneada por uma oligarquia rural e escravista, satélite do desenvolvimento industrial europeu, em especial do inglês, enfrentou a burguesia do Norte da América do Norte, que não era em nada *Lumpen*, nem sua região tinha sido explorada ou subdesenvolvida, mas possuía uma indústria nascente, advogava pela ruptura dos seus laços com a metrópole, pelo protecionismo e incorporação do território sob esse (seu) “consenso” nacional.

Assim, ‘Revolução Americana’ foi a vitória de uma região que não havia sido explorada e/ou dependente, o que permitiu conceber uma elite que reuniu forças suficientes para vencer a guerra contra as classes dominantes que eram típicas da América Latina, isto é, partícipes como ‘satélites’ no sistema capitalista mundial. A burguesia bandeirante foi capaz de assumir esse protagonismo? Eis a discussão que se segue.

4 MENOS BRASILEIRA DO QUE BANDEIRANTE: APANHADO HISTÓRICO DA BURGUESIA SATÉLITE BRASILEIRA

Hasta nuevo aviso, la política exterior brasileña es por lo tanto menos brasileña que bandeirante. [...] la burguesía bandeirante de São Paulo carece de vocación nacional brasileña y mucho más de vocación nacional sudamericana. Está en esto mucho más próxima a la oligarquía mitrista argentina, centrada en Buenos Aires [...]. (GOROJOVSKY, 2007, p. 01)

Neste nos propomos a discutir o carácter exógeno da burguesia industrial paulista, cuja razão é transferir valor para os núcleos cêntricos do capitalismo mundial.

4.1 MITO E VERDADE DO UFANISMO BURGUEÊS

As primeiras estruturas de classes e políticas engendradas no Brasil sobre as quais transcorrerá o período colonial ou *peonagem colonial* (RAMOS, 1961) a excluía qualquer possibilidade de participação popular. Somente a oligarquia ligada à terra podia praticar o sufrágio. O cenário era de ocupações dispersas, insulares, em que a vida se passava num horizonte estritamente local. O senhor territorial, que assemelhava um senhor medieval, exercia o poder absoluto, sendo a autoridade máxima, econômica, jurídica e também religiosa (RAMOS, 1961, p. 50-51).

Com a formação do Estado-Nação e a necessidade de se organizarem as esferas do governo, as oligarquias passaram a competir pelo poder, formando alianças orientadas por critérios parentais e regionais, as quais resultaria na escolha de um chefe, isto é, de um coronel. O Estado se fazia presente na figura do governador, que dispunha do poder coercitivo, tal como a guarda nacional (RAMOS, 1961, p. 51). Historicamente, observa-se o caráter intransigente dessas oligarquias, inclusive é questionável subestimar o seu papel de atuação política no Brasil contemporâneo.

Para Ramos (1961), as ‘derrubadas’ e ‘deposições’, tão frequentes no período imperial e republicano, até 1930, atestam o temperamento intolerante desses latifundistas. A Corte cumpria o papel de ‘campo magnético’ em que, utilizando-se do uso da força ou por meio de prebendas (títulos como “Barão”, “Visconde”, por exemplo), equalizava as forças e mantinha a coesão nacional e, por conseguinte, territorial. Sob o regime imperial, o grande desafio foi precisamente vestir essa estrutura de poder de um espírito de “nacional”. Cabia aos

dois partidos da ordem, na ocasião, o Liberal e o Conservador, organizar um círculo de cúpula, transmitindo a operacionalidade de um Estado-Nação.

Durante a vigência imperial, em vários momentos se puseram em relevo ameaças de cunho separatista. A questão envolvendo a escravatura foi um dos temas que mais levantaram tal possibilidade (CONRAD, 1975). Após 1850⁵⁴, a mão de obra escrava passou a se concentrar nas províncias do Café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, em destaque), o que, por sua vez, produziu choques entre essas e as oligarquias do Rio Grande do Sul, Norte do Brasil e até mesmo do Nordeste.

Eram os representantes dessas últimas, que retomavam repetidas vezes o debate abolicionista, por se encontrarem prejudicadas, pelo fato de suas economias não suportarem o dispêndio via trabalho escravo, o que as obrigava a utilizar trabalho servil ou livre, implicando assimetria e favorecimentos institucionais às regiões cafeeiras. A resposta a essas críticas vieram sempre de forma dura, partindo de representantes - em especial de São Paulo -, auxiliada sempre de ameaças de desmembrar o Império, como se verificou em 1879, na Câmara dos Deputados, em que Martin Francisco Ribeiro de Andrada assinalou “que os interesses do café prefeririam desmembrar o Império a ver o sistema de trabalho destruído por uma legislatura dominada pelos deputados de outras regiões” (CONRAD, 1975, p. 167).

O ciclo da mineração, como foi pontuado no capítulo anterior, acrescido do período de participação do Império brasileiro na guerra do Paraguai (1864-1879), produziu mudanças qualitativas nos círculos de cúpula do poder.

Para Conrad (1975), por ocasião da viagem do Imperador Dom Pedro II, em 1865, ao Rio Grande do Sul, indo até a zona de guerra, este se viu afetado, pondo-se imediatamente na posição de reformar a escravatura quando de seu retorno ao Rio de Janeiro. Todavia, a questão central foi que a escravidão tinha se tornado obsoleta para a expansão do capitalismo engendrado na cafeicultura de exportação; somada ao fortalecimento das lutas abolicionistas.

No ano de 1866 foi decretado o fim de trabalho escravo em obras governamentais. É claro, entretanto, que o esforço de guerra auxiliou na formação de uma consciência nacional, pondo a abolição como um conteúdo de maior relevância. O empenho de guerra resultou na emancipação de inúmeros escravos, os quais foram objeto de um incentivo baixado em decreto, em novembro de 1866, que concedeu a liberdade aos escravos de propriedade do estado, que quisessem servir ao exército. Os possuidores particulares e as ordens religiosas, particularmente, as carmelitas e os beneditinos, que se calculava possuírem, em conjunto e em

⁵⁴ Ano do fim do tráfico de escravos africanos.

diversas províncias, a soma aproximada de quatro mil escravos, foram extremamente pressionados para seguirem o exemplo do governo e o próprio Imperador libertou 190 de seus escravos para trabalhar no Paraguai. No decorrer dessa guerra, na realidade, em torno de 20 mil pessoas (incluindo as mulheres dos soldados libertados) encontraram seu caminho para a liberdade como resultado de alistamento voluntário ou pela substituição de seus *possuintes* a Guarda Nacional. O governo chegou mesmo a conceder títulos de nobreza a donos que forneciam escravos para o serviço no exército (CONRAD, 1975, p. 94).

A repercussão da Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, e, em sequência a derrota dos Estados Confederados do Norte escravagista, igualmente, faria ganhar força - em meio a frações do latifúndio - movimentos emancipacionistas, dentre os quais, ainda que marginais, um com sede em Recife e outro em São Paulo, nas respectivas faculdades de Direito.

A corrente abolicionista da Academia de São Paulo, que condensava estudantes vindos de várias partes do Brasil, como do estrangeiro, não encontrava correspondência internamente, tampouco entre a comunidade externa, políticos e proprietários de São Paulo. Era um “corpo estranho” no coração de uma sociedade de plantadores cuja proteção da escravatura aumentaria em relevância no final da década de 1860 (CONRAD, 1975, p. 105).

Em 1870, coincidindo com o fim da guerra do Paraguai, os vencedores da guerra civil nos Estados Unidos lançaram ameaças concretas sobre a Espanha e a intenção de intervir nas ilhas de Cuba e Porto Rico, com o pretexto de combate à escravatura. Tal ação fez a Espanha baixar a lei que autorizava a liberdade tanto aos recém-nascidos quanto aos escravos idosos, nas duas ilhas (CONRAD, 1975, p. 109).

Dentro de uma luta política rígida, restrita à classe latifundiário-mercantil, fez-se um debate nacional sobre a Lei de reforma da escravatura, sendo a mais apreciável a de iniciativa do diplomata Rio Branco. Este, ao regressar de viagens por Uruguai e Argentina, se assegurou da necessidade de pôr em prática reformas no Brasil já anunciadas, não podendo serem mais adiadas (CONRAD, 1975, p. 111).

Uma frente de contra-reforma, para a manutenção da escravatura - com adesão de número expressivo de defensores do *status quo* -, usando-se de argumentos econômicos e sobre as possíveis consequências que causariam uma mudança rápida no regime, arrastou a abolição por mais 18 anos.

De acordo com Guerreiro Ramos (1961), pouco se alterou com a República. Uma análise da proclamação da República foi feita de forma brilhante por Lima Barreto, em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* -, onde não há distinções entre os partidos da

Monarquia e os da República. Pois, encerrada a etapa de efervescência que marcou os governos militares dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) - contando com Rui Barbosa de Oliveira como ministro da Fazenda, que aspirou entre outras coisas, a industrialização do país -, restaurou-se a política econômica oligárquica com a eleição do presidente paulista Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902).

O primeiro nomeou para a pasta de Rui Barbosa, Rodrigues Alves, monarquista paulista e cafeicultor. Já a Campos Sales coube firmar o movimento restaurador, interrompendo o bonapartismo.⁵⁵

Nas palavras de Guerreiro Ramos (1961):

No plano econômico, Campos Sales procurou combater o que considerava a “mania de grandeza”, numa referência provável a Rui Barbosa e seus adeptos, que, mediante o “ultraprotecionismo”, “tarifas proibitivas”, “monopólios de fato”, “prejudicavam a agricultura”. Taxativamente afirmou em uma de suas mensagens presidenciais: “É tempo de tomar o caminho certo; e o que devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós (RAMOS, 1961, p. 27).

Na eleição de Prudente de Moraes, apenas 2,21 % da população teve o direito ao voto, isto é, 345.097 pessoas, em uma população de 15.583.000 milhões. Somente com os desdobramentos pós-revolução de 1930 é que a população com direito a voto vai conseguir alcançar dois dígitos percentuais sobre a total da população.

Jacob Gorender foi o marxista brasileiro que elaborou uma contribuição original e, talvez única, sobre o escravismo no Brasil. O autor, no fim de sua maior obra, *O Escravismo Colonial*, avançou sobre um tema espinhoso - uma espécie de “vaca-amarela”- a respeito do qual muitos pesquisadores sérios, de indiscutível importância, da altura de Celso Furtado, por exemplo, penderam.

Tal questão alude à visão charmosa - ‘*paulistocêntrica*’ - de um suposto papel de dianteira dos cafeicultores paulistas nos processos de transformações progressistas do Brasil, especialmente, na abolição e industrialização, por exemplo.

Para Gorender (1982), essa “alentada literatura historiográfica” tem sua gênese na celebrada Semana de Arte Moderna, em 1922, considerando o fato de que inúmeros dos agitados escritores, responsáveis pelo episódio, frequentavam ou descendiam diretamente das oligarquias cafeeiras, fato que os possibilitava sair do país e absorver o cosmopolitismo europeu da época.

⁵⁵ Joaquim Duarte Murtinho foi o Ministro da Fazenda de Campos Sales.

Posto isto, décadas mais tarde, surgirá uma sociologia que irá adocicar ainda mais a versão que a burguesia bandeirante queria ouvir de si mesma. O principal precursor do ufanismo burguês paulista foi Sérgio Buarque de Holanda, recebendo contribuição posterior de Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto e Octavio Ianni (GORENDER, 1980). Por sua vez, vale ressaltar que essa historiografia irá receber uma contraposição sólida de Robert Conrad, além do próprio Jacob Gorender.

De todo modo, Buarque de Holanda coloca que no oeste de São Paulo o café adquire forma distinta da cultura de cultivo fluminense ou do Vale do Paraíba. Nestes últimos seria um cultivo mais técnico, em que o cenário já não era o da *casa grande e senzala* – este, um passado nordestino -, surgindo uma “nova raça de senhores rurais”, por sua vez, de vínculos com a cidade e preferência ao meio urbano.

O que fica sem resposta nessa narrativa, como pontua Jacob Gorender, é quais seriam os efeitos causais para o suposto excepcionalíssimo do oeste paulista. Por que a mesma particularidade não teria ocorrido no Vale do Paraíba? Para cobrir essa lacuna, Fernando Henrique Cardoso argumentará sobre o desenvolvimento tardio das plantações do oeste paulista. Em razão desse atraso, já não seria economicamente rentável usar trabalho escravo, tendo em vista o ano de 1850 (de proibição do tráfico negreiro), que ocasionou uma crescente alta no preço. Desse modo, são criadas as condições para a utilização da força de trabalho livre (imigrante) e com ela vai se introduzindo a racionalidade econômica: criam-se linhas férreas de escoamento da lavoura, um mercado mais diversificado, bancos, casas comissárias e etc. (GORENDER, 1980).⁵⁶

Ora, não é mera coincidência que os bastante ávidos conhecedores da história do Brasil, que apregoam que os plantadores de café do norte e do oeste de São Paulo integravam uma vanguarda de contestação à escravidão, estejam ligados a essa própria região, isto é, à própria particularidade local paulista.

A despeito de todo esse acúmulo historiográfico produzido (CONRAD, 1975), na realidade, os plantadores de café de São Paulo conformavam um dos mais poderosos e determinados grupos pró-escravatura no Brasil até 1887 e, na prática, somente quando a situação nacional vai se transformando que, por sua vez, haverá pressão para que a província de São Paulo mude rapidamente, pois o trabalho não escravo já estava sendo utilizado há décadas em outras regiões do país. Desse modo, a conversão paulista ao trabalho livre será

⁵⁶ Gorender (1980), da mesma forma, comenta a perspectiva elaborada por Octavio Ianni (que acentua a racionalidade econômica desse novo empresário), Paula Beiguelman (dando ênfase ao fator de imigração) e Boris Fausto (que irá avançar ainda mais, afirmando que o burguês do café só utilizava escravos esporadicamente).

tardia, porém, a classe oligárquica local se nutre desse recurso até o limite permitido, fato este registrado por Joaquim Nabuco na célebre frase: “O último dos apóstolos pode vir a ser o primeiro de todos, como São Paulo, em serviços e em proselitismo” (CONRAD, 1975, p. 17).

Percebe-se assim:

Um grupo pequeno, mas poderoso, de fazendeiros e de seus representantes defenderam seus direitos “legais” até o final, inteiramente conscientes de que a escravatura não podia ser conservada por um longo período de tempo, mas determinados a obter lucro dos trabalhadores que ainda restavam, até que os processos da idade e da morte reduzissem sua importância econômica à insignificância (CONRAD, 1975, p. 17).

Para o autor, no Brasil, em todo o período escravagista, jamais se observou um movimento enérgico efetivamente a favor da causa abolicionista. O primeiro grupo de vanguarda envolvendo a abolição é datado de 1880 e ganhará notoriedade 8 anos de já promulgada a lei áurea (CONRAD, 1975).

Na visão de Conrad (1975), o declínio econômico do açúcar, somado à estagnação econômica do sul e do norte do Brasil, ocorreu *pari passu* à ascensão das províncias produtoras de café – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, sendo esta última em especial a região que logrou conter a acelerada redução da população cativa.

Divergindo da narrativa paulista, Conrad (1975) assinala que o preço de custo do escravo é um dado relevante, mas os resultados extraídos daí – como o obtido por Fernando Henrique Cardoso - são errôneos. Após a proibição do tráfico internacional de escravo no Brasil (1850), fruto em grande medida por pressão inglesa, realmente vai haver uma alta exponencial no valor de aquisição do trabalho escravo. Entretanto, é justamente por seu elevado preço que somente as regiões prósperas naquela conjuntura podiam contar com esse instrumento. Resumindo: não é o preço do escravo que determina a sua utilização ou não. É a taxa de lucro do capital investido.

Sendo assim, as regiões ligadas ao café, por seu vigor produtivo, irão absorver os negros de outras localidades. Após a ruptura do comércio internacional de escravos vai haver uma forte pressão e investida para aquisição destes internamente, isto é, inicia-se o tráfico interprovincial, onde serão embarcados milhares de seres humanos do nordeste, norte e sul do Brasil em direção ao sudeste. Em suma, a transferência das zonas economicamente menos florescente para as mais prósperas.

Com base nisso, constata-se que tanto no norte quanto no sul já se verificava uma séria carência de mão-de-obra escrava, o que, por sua vez, pressionava o processo de

emancipação dos negros, embora a estratégia de saída para o dilema também fosse distinta de região para região. Assim, os produtores de café não só conservavam teimosamente seus escravos, como continuavam adquirindo de outras regiões até 1881 (CONRAD, 1975, p. 151). A alternativa adotada pelas oligarquias do norte e nordeste do país, por exemplo, visando compensar a ausência que a venda de seus escravos tinha ocasionado foi empregar a população mestiça - os peões - que conformava o grosso da população rural, de modo que uma necessidade estrutural foi o motor da “inclusão” destes. Já para as áreas onde havia um vigor de mão-de-obra escrava, a população de origem indígena e portuguesa eram considerados párias, subsistindo em bases econômicas periféricas, atividades que não podiam nem ser classificadas como acessórias:

Havia milhões que viviam num barbarismo parcial ou completo, raramente trabalhando, devido a estarem habituados às privações e à miséria[...]. Numa sociedade em que o trabalho era servil, mal pago e identificado com a escravidão, o pária brasileiro preferia, em muitos casos sua precária existência rural ao emprego regular nas fazendas. [...]. As principais causas deste dilema, como Nabuco e outros abolicionistas vieram afirmar durante os últimos anos da escravatura, eram a própria escravatura e o sistema das fazendas (CONRAD, 1975, p. 53-54).

Gorender (1982) põe em relevo outro mito cujo charme seduziu tantos autores, como também os próprios trabalhadores. Trata-se da crença do enriquecimento pelo trabalho. São inúmeras as narrativas em que o imigrante vindo sem posses ao Brasil, isto é, “que chegou com as mãos vazias e, à custa de uma vida a pão e banana, alcançou a justa recompensa da riqueza”. Essa caracterização omite uma lei fundamental das relações de produção capitalista - sobretudo na formação econômico-social brasileira, onde o trabalho servil será uma constante até a década de 1930 -, uma regra de ouro que se resume no fato de que o salário não deve ultrapassar o valor da força de trabalho, devendo ser, de preferência, inferior a esse valor.

Aqueles que no período pós-abolição (1888) estavam submetidos ao trabalho intenso e que viviam de “salário” não teriam a mínima possibilidade de poupar. Com isso, Gorender (1982) - é importante salientar - não nega que o imigrante foi líder na formação da burguesia industrial brasileira. O que o autor discorda é quanto a esse imigrante ser - como certa historiografia sugere - o mesmo que foi inserido em substituição ao trabalho escravo na lavoura de café. Nesses termos, os imigrantes bem-sucedidos como capitalistas não foram os que necessitaram assalariar a própria força de trabalho na qualidade de operários manuais. Já chegaram com certa acumulação originária de capital (humilde que fosse), isto é, os traços de

classes já provinham intrínsecas à massa imigrante. Ademais, utilizavam-se até do pauperismo de seus compatriotas, estimulando diásporas.

Ora, os principais pontos de imigração no Brasil eram as regiões meridionais do país, tal como Rio de Janeiro. Não por acaso que 1904 será o de criação do Centro Industrial do Brasil, estando à frente da presidência Serzedelo Correia e como presidente honorário, Vieira Souto, Jorge Street e Francisco de Oliveira Passos.

Dois casos notórios que sintetizam o imigrante na posição de vanguarda - não caindo no erro crasso de objetivar nisso uma falta de racionalidade capitalista do povo brasileiro - do processo de industrialização brasileira é o grupo industrial Renner, que tem sua gênese no comércio, nos anos de 1847, numa localidade colonial do Rio Grande do Sul, fundado por Franz Trein, e o outro é o grupo têxtil Hering, iniciado no Estado de Santa Catarina (Blumenau) em 1879, onde por meio de reduzida manufatura (pequena escala), de tipo familiar, alcançou dinamismo e grande projeção (GORENDER, 1982).

Para Gorender (1982) são exceções os industriais oriundos da oligarquia do café. Os mais destacados são Álvares Penteado e Antônio da Silva Prado. De forma que extraído estes, pouco ou nenhum membro da aristocracia cafeeira pode ser posto em pé de igualdade a um Francisco Matarazzo, Antônio Ignacio (Votorantim), Antônio Proost Rodovalho, Klabin-Láfer, Jafet, Ometto-Dedini e Roberto Simonsen.

Temos, pois, a participação ativa do imigrante - na formação da burguesia brasileira - que já veio com algum capital ou que foi contratado como representante de companhias estrangeiras. Nesse último caso, poder-se-ia citar Rodolfo Crespi.

Mas, afinal, se não foi o poder do latifúndio o motor da burguesia industrial brasileira, então qual teria sido? De acordo com Gorender (1982), o dito complexo cafeeiro é relevante, entretanto, atribuir a este um “vanguardismo” seria exagero. Na realidade concreta, a frente que exerceu uma dinâmica com todo vigor no desenvolvimento capitalista no Brasil foi o mecanismo bancário e o comercial, e em destaque o comércio importador.

Segundo Gorender (1982), o burguês importador precedeu o burguês industrial:

[...] Matarazzo, o maior industrial da primeira época do capitalismo brasileiro, de importador de banha americana passou a fabricante do produto[...]. Às vezes, o importador começava a produzir peças componentes do produto importado como meio de oferecer serviços de manutenção aos clientes. Daí passava à produção do artigo completo[...]. A importação, em outros casos, objetivou determinada matéria-prima ou bem intermediário, inexistente ou escasso no País, porém indispensável à produção de certos artigos finais. A família Klabin fez sua primeira inversão numa tipografia, depois adquiriu uma máquina para fabricar livros-caixa e papel de embrulho e, finalmente, fundou uma fábrica de papel, o que a conduziu ao negócio de

importação de celulose. Mais tarde, deixaria de importar celulose para produzi-la no País (GORENDER, 1982, p. 42-43).

A conformação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - insere-se numa conjuntura específica, vivenciada pela formação econômico-social brasileira do começo do século XX.

Mendez (2004) traz dados quantitativos que corroboram com a análise feita até aqui. Os dados demonstram que somente 15,7% dos empresários paulistas eram oriundos de famílias já residentes - por gerações - no Brasil. No caso particular da burguesia bandeirante, 34,8% eram de origem italiana, por sua vez, 12,8% de linhagens alemãs e austríacas.

Como já mencionado anteriormente, é no Rio de Janeiro, em 1904, que aparece a primeira associação de intervenção política do setor burguês industrial (Centro Industrial do Brasil, resultado da união entre o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e da velha Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional) (DINIZ, 1978).

Na visão de Ramos (1961), os *grupos de pressão* formam um fenômeno particular da estrutura econômica capitalista, indissociável na sua fase avançada. O propósito dessa política de pressão, exercida através de entidades associativas, é o de penetrar e influenciar as decisões do Estado e da opinião pública.

De acordo com Ramos (1961):

Os grupos de pressão constituem maneira de se arregimentarem as pretensões dos diferentes círculos. Atuam junto às autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário com o objetivo de condicionar as decisões em seu proveito. Não são “donos” do poder como as oligarquias. Por isso mesmo reconhecem o fundamento público do poder, a ele se dirigem como postulantes. (RAMOS, 1961, p. 57).

Desta feita, 24 anos após a constituição do primeiro grupo de pressão de cunho industrial no Rio de Janeiro é que emergirá, em 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Cabe frisar que no ano de sua fundação, as lavouras de café já vinham atravessando por crises, ou seja, já haviam gerado as condições para o uso das divisas acumuladas mediante a exportação agrícola na diversificação da produção interna.

Eli Diniz (1978) lança luz sobre algo seminal, que marcará profundamente o desenvolvimento da burguesia paulista. Trata-se da particularidade de sua gestação, que até o limite da década de 1920 teve como seu fundamental porta-voz a Associação Comercial de São Paulo (1894), que congregava os homens de negócios do estado de São Paulo e que tinha absorvido o Centro do Comércio e da Indústria de São Paulo em 1917. Englobavam-se as mais variadas frações da elite econômica, fazendeiros, comerciantes e manufatores.

Note-se que a catastrófica queda dos preços na monocultura do café, que notadamente era a principal fonte de divisas brasileiras, foi fator determinante para aflorar uma crise política e econômica. Os movimentos militares de 1922⁵⁷ e 1924⁵⁸ foram os levantes que tiveram como corolário a revolução de 1930 (RAMOS, 2012).

A exaustão da dominação paulista e do Partido Republicano implicou contradições e rupturas na antiga classe latifundiária-mercantil. Dessas, a mais expressiva foi a cisão na Associação Comercial que, por sua vez, resultou em uma nova organização, a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), tendo como patriarcas Matarazzo e Simonsen.

Nícia Vilela Luz (1978), no livro *A luta pela Industrialização do Brasil*, põe em relevo o conflito entre o *status quo* latifundiário e os muitos intentos de industrialização no país, que, segundo a autora, inicia-se em 1808, quando o Brasil se desvencilha do regime colonial. Assim, o fragmento agroexportador, essencialmente vinculado ao café, já debilitado no período pré-crise, tendo sua condição agravada ainda mais com o *crash* da Bolsa Valores de Nova York (1929), abriu espaço para eclosão e protagonismo de setores progressistas da economia brasileira, porém estes estiveram - com raras exceções - tradicionalmente colocados em posição subordinada pela conformação de interesses oligárquicos e do capital imperialista.

Vale destacar o papel dos militares. É um fato que o exército constitui o núcleo de todo Estado, ou seja, o Estado-Nação se consolidada através de suas forças armadas. Por sua vez, a afirmação destas possibilitou à classe média, pela primeira vez, pleitear a sua emergência na história. O movimento em volta de Floriano Peixoto e da Proclamação da República (1889) foram indícios disso, como destaca Guerreiro Ramos (1961):

[...] a pausa bonapartista de 1889 a 1894 em que, mediante o setor militar, círculos de classe média fizeram a sua primeira incursão na área cêntrica do poder, o latifúndio e o alto comércio governaram o País desde 1822 até 1930 (RAMOS, 1961, p. 24).

O movimento cívico-militar revolucionário de 1930 foi heterogêneo, entretanto, tendeu a uma concepção nacional dos problemas do Brasil. Foi, talvez, o mais importante movimento nacionalista brasileiro. A modificação da estrutura social do país, provocada por esses jovens gaúchos e jovens oficiais do Exército, por força de um conjunto de relações objetivas, alçou Getúlio Vargas à chefia do governo. *Pari passu* a burguesia industrial paulista

⁵⁷ Liderado por Hermes da Fonseca.

⁵⁸ Em 1924 houve a Revolução Paulista, sob a liderança de Miguel da Costa, quando formou-se uma coluna que foi se encontrar em Foz do Iguaçu com outra coluna que vinha do sul, sob liderança de Luís Carlos Prestes, formando *A Coluna Prestes*, a qual percorreu o Brasil de 1925 a 1927.

pode se por à frente, igualmente, nesse novo protagonismo. Para Aberlado Ramos (2012), a burguesia industrial paulista é irmã da oligarquia portenha *mitrista*, esta, em sua maioria, oriunda de imigrantes, alheios a uma consciência crítica de si mesmos e do seu país.

Eli Diniz (1979) acentua que o caráter centralizado do poder, amparado por uma instituição de igual perfil, o Exército, que rompeu com o isolacionismo dos estados e ensejou o sentido de brasilidade, fez com que a burguesia industrial bandeirante tomasse posição reacionária no processo, pois via com temor a possibilidade de que seus interesses e poder de decisão fossem reduzidos, diante das disputas entre oligarquias regionais que se sobrepuseram à natureza de classe.

Após a vitória da revolução, os industriais paulistas manteriam uma posição ambígua em relação ao novo governo, divididos entre a insatisfação e desconfiança provocadas pela perda da autonomia local e o gradual alívio despertado pela forma moderada pela qual o governo ia enfrentando a questão trabalhista, o que progressivamente iria atenuando o temor de que prevalecesse uma orientação radical, na regulamentação das relações patrão empregado. Predominariam, porém, os fatores de descontentamento, o que, finalmente determinaria o apoio da burguesia à revolução constitucionalista de 1932 (DINIZ, 1978, p. 249).

Assim, essa burguesia industrial vai se somar às fileiras da velha oligarquia agro-exportadora. Neste ponto, a história se repete: de modo igual à abolição da escravatura, a classe dominante de São Paulo se entrincheira no tradicional Partido Republicano Paulista (PRP), notório partido dos cartolas do café, e defende a velha ordem até o limite do possível.

O desacordo estrutural relativo à forma de condução da política entre lavoura e indústria, é colado em segundo plano. Pois, a mudança das políticas tarifária, tributária e cambial implicava na mudança do núcleo de poder: centralização no poder executivo e diminuição da influência política dos Estados. Ademais, essas duas frações da classe dominante se identificavam com o hábito conservador, e sua perspectiva do Brasil era agudamente regional, o que fez com que Roberto Simonsen (presidente, então, da Fiesp), por exemplo, mobilizasse a indústria para lutar na contra-revolução cartola, resistindo intensamente ao trabalhismo.

Nas palavras de Eli Diniz (1978):

Os industriais paulistas, apesar de conscientes da importância do mercado interno para a expansão da indústria, mantiveram-se ainda por muito tempo fiéis ao princípio da autonomia estadual. [...]. Assim, é que a lei de férias, a redução da jornada de trabalho, o descanso remunerado foram duramente combatidos, sob alegação de que qualquer medida que elevasse o custo da produção deveria ser evitada, a fim de não afetar o ritmo de crescimento do país (DINIZ, 1978, p. 263-267).

A união burguesia-latifúndio no movimento reacionário de 1932 não é um fato isolado, esporádico. Ao longo desta pesquisa, vê-se que, como força política, a burguesia industrial brasileira não luta por sua sobrevivência, mas, ao contrário, seja em 1932, 1954, 1964, 1979, 1994 e, por fim, 2013. Não obstante seu interesse de classe objetivo, ela se soma historicamente a fileiras frontalmente contrárias à sua manutenção como classe. É uma tendência “suicida”, um paradoxo que requer ser identificado.

Qual o motor fundamental para ocorrência de tal fenômeno? Não pode haver dúvida, portanto, de que a base escravocrata foi a infraestrutura da independência “dentro da ordem”, porém, com a queda da escravidão, houve golpe sobre a maquinaria e indústria. Nasceu então, o café republicano, a civilização cafeeira, a grandeza de São Paulo – eixo dos ‘negócios do café’ –, por sua vez, a hegemonia dos cartolas do pacto do ‘café-com-leite’, quase todos formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, cuidadores da descentralização política e do *laissez-faire* econômico e que faziam da República uma coisa deles (RIBEIRO, 2006).

O cineasta Glauber Rocha costumava dizer que o golpe de 1964 no Brasil teve sua origem na guerra do Paraguai, “pois é dela, a gênese do bonapartismo de Floriano Peixoto e, por conseguinte, é da derrocada deste último, que a burguesia bandeirante toma as rédeas da república” (TEIXEIRA, 2018, p. 01). Para Roger Bastide (1979), o declínio da civilização do açúcar implica uma revolução política, dado que o poder se moveu do norte para o sul do Brasil, dos senhores de engenho para o baronato do café.

A indústria paulista foi a principal usufruidora dos principais planos econômicos desde a revolução de 1930, sobretudo com o Plano de Metas do Governo Kubitschek, quando recebeu deste as plantas industriais do setor automobilístico transnacional.

Para Vasconcelos (2014), a Fiesp tornou-se já nos anos de 1960 - por particularidades intrínsecas da elite bandeirante como ponta de lança dos monopólios estrangeiros - a gênese da aproximação entre burguesia multinacional e sindicatos patronais, e gênese do capital imperialista na América Latina, inclusive do colonialismo interno no Brasil, de onde retira vantagens do pauperismo das outras regiões do país.

A aliança burguesia-latifúndio-imperialismo promoveu a industrialização *reflexa* e *recolonizadora* ainda no grupo misto CEPAL-BNDE, assim:

Enquanto o processo de substituição de importação avançava, a industrialização processava-se com rapidez por meio da atração para dentro do País de grandes corporações estrangeiras. Na verdade, estava-se entregando a alma, ao Diabo, como depois ficou comprovado. O número de empresas de capital nacional aumentava, dependentes, porém, das corporações transnacionais na crucial questão tecnológica. [...] A CEPAL deu as costas à nossa realidade e pôs-se a implantar pacotes externos,

sob o argumento de que isso iria favorecer o desenvolvimento. Como alcançá-lo com o uso desses pacotes? [...] O neoliberalismo, quando veio, encontrou no Brasil caminho favorável a sua dominação, preparado pela doutrina de dependência tecnológica da CEPAL (VIDAL; VASCONCELOS, 2002, p. 128-140).

Trata-se da quarta etapa de dominação externa, do imperialismo total operando nos marcos da sociedade brasileira.

4.2. A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Darcy Ribeiro (2006) afirmou que Getúlio foi detestado pelas elites, pois obrigou o empresariado urbano (de descendentes de senhores de escravos) a admitir direitos aos trabalhadores. Abordamos anteriormente que a luta pela industrialização no Brasil e especialmente da maioria do meio empresarial industrial paulista era constituída de imigrantes. Entretanto, cabe esclarecer: uma coisa é a burguesia industrial nacional brasileira (que logicamente é debitaria dos industriais paulistas como a DKW-Vomag, por exemplo) e outra coisa é a história da burguesia bandeirante e burguesia industrial bandeirante.

Dentro da luta pela industrialização no Brasil, para usar de uma analogia, o que a burguesia bandeirante fez não foi por a cabeça da fração industrial nacional dentro da boca do leão, mas por o leão dentro de casa. Isso significou, além de se permitir devorar seus “irmãos”, devorar os “pais”, isto é, esfacular aos poucos as indústrias estatais, a verdadeira força motriz da história industrial nacional.

O enfrentamento mais poderoso que fez foi sua inclinação para substituir o financiamento do Estado - até então mantido por empréstimos externos - através do imposto de exportação e o confisco cambial (1931), medidas determinantes para a eclosão do separatismo em 1932 (RIBEIRO, 2006, p. 269).

Focalizando na constituição da entidade industrial aqui estudada, Mendez (2004) realça o Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, instituído por Vargas, que originou uma centralidade nos aparelhos de representação patronal ou grupos de pressão. Os sindicatos municipais, federações estaduais e confederações nacionais formariam uma conformação que passou a se integrar à máquina estatal.

A nova legislação foi do nacionalista Oliveira Viana. Desse modo, os sindicatos necessitariam passar pelo escrutínio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para serem constituídos. Em contrapartida, passariam a ser membros consultivos e técnicos no

tocante aos estudos e soluções que viessem a ser adotados pelo governo Federal, ou seja, no processo decisório.

A legislação de 1931, de acordo com Mendez (2004), objetivou reorganizar a associação entre Estado e classes. As confederações nacionais descentralizavam a pressão ou a tutela política exercida pelos clãs locais ou regionais e as levava para uma esfera estatal mais ampla, tolerando que as classes dominantes dos estados periféricos participassem dos círculos de poder. Sincronicamente, englobava de forma segura as classes subalternas.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é resultado de uma adaptação do industrial paulista à nova legislação promulgada por Vargas. Entretanto, é de suma importância salientar que esse processo não se resume a uma simples modificação de nome, de Ciesp para Fiesp, pois:

O Ciesp era uma associação de empresas, mas a Fiesp se constituía como uma entidade mista com o objetivo de congregar “todas as indústrias e as associações da classe industrial existentes que venham a existir no Estado de São Paulo, com a forma sindical, promovendo oportunamente a formação da Confederação Nacional da Indústria e Comercio. Criar os sindicatos como organizações da primeira ordem e unificá-los em uma federação estadual eram, assim, importantes desafios organizativos (MENDEZ, 2004, p. 73).

Em 1934, através do decreto 24.694/1934, o processo de sindicalização patronal se consolida e, por meio de uma brecha jurídica (MENDEZ, 2004) da nova legislação, se permite que cada setor industrial crie mais de uma entidade. A burguesia paulista, aspirando não perder sua força, decide criar a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com *status* de sociedade civil que aglutinava empresas e a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), essa última, uma entidade de segunda ordem, tendo reconhecimento do Ministério do Trabalho, todavia funcionando nas dependências da sociedade civil.

A subdivisão foi de cunho tático estratégico, pois possibilitava à federação sindical, como previa o Decreto de 1934, *contribuir* no tocante às decisões do Estado e, em numerosos casos, o governo terceirizará suas atividades, tais como a de esquematizar as *necessidades* da indústria às próprias entidades patronais.

Conforme Mendez (2004), a criação do Conselho da Economia Nacional (CEN) teve a missão consultiva institucional - com participação direta das entidades empresárias - de, entre outras coisas, emitir pareceres sobre qualquer projeto do governo ou das Câmaras que se relacionassem à produção industrial. Tal Conselho, fruto da nova Constituição de 10 de novembro de 1937 - já no Estado Novo -, todavia, nunca saiu do papel.

Contudo:

[...] em 1938, o Conselho Federal do Comércio Exterior foi reformulado e passou a assumir funções de coordenação e fomento da produção nacional (Diniz, 1978). Além dessa reformulação cabe destacar a criação do Conselho Nacional do Petróleo e do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, em 1938; o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia, em 1939; a Comissão de defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fabrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, de 1940 (MENDEZ, 2004, p. 85).

O complexo Fiesp-Ciesp penetra o aparelho do Estado com complacência e estímulo dos governos de Getúlio Vargas. Posteriormente, a Fiesp firma-se como entidade hegemônica no interior da Confederação Nacional da Indústria – CNI e será um dos pilares para a manutenção da ordem política, o “centro nervoso das decisões políticas” (MENDEZ, 2004, p. 73).

4.2.1. Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP

De acordo com Mendez (2004), a Ciesp, constituída como associação civil em 28 de março de 1928, passa a ser porta voz dos industriais paulistas, todavia, seu complexo associativo permite afiliação não somente empresários, mas de todos que se identificassem pelo “progresso industrial e comercial do Estado de São Paulo e do Brasil” (MENDEZ, 2004, p. 69).

O surgimento da Fiesp, em 1931, deve ser entendido não como uma alteração ou mudança de nome em relação à Ciesp, mas a conformação de um complexo que envolve uma associação civil de empresas (a própria Ciesp) que tem como missão prestar serviços às indústrias e outra entidade mista de intuito não lucrativo (entidade sindical patronal) que visa agrupar todas as indústrias e associações industriais que estejam localizadas em São Paulo ou que neste estado venham se estabelecer (MENDEZ, 2004).

Já o Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado São Paulo evidencia, ao mesmo tempo, a importância do empresário paulista nos desdobramentos das lutas sociais no Brasil nos anos de 1960 como também sua rede de relações com os militares da ESG e as multinacionais. Segundo Grassi (1972):

Em princípios de 1963 um grupo de empresários de São Paulo, desejando prestar um trabalho visando a defesa dos nossos ideais democráticos e cristãos, articulou-se junto à Presidência da Federação das Indústrias do Est. de São Paulo, e em ligação com o então Governador do Estado, oficiais Superiores do II exército, o comandante da Força Pública do Est. de S. Paula, iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de marca de 1964 em S. Paulo. Estes lances de muito e confiança nos destinos da nação, pertencem à história. (GRASSI, 1972, p. 20).

Dentro desta linha de ação, o ex-presidente da Fiesp, Quirino Grassi, expôs em palestra realizada na ESG que:

Durante os anos 1962, 1963 e 1964, os já conhecidos problemas que agitaram a Nação conscientizando dentre os brasileiros, grande parte dos empresários, fez com que estes se agrupassem, inicialmente de forma esparsa e heterogênea num movimento de defesa grupal dos princípios democráticos tão caros ao nosso povo. Movimento este que tomou corpo e no começo do ano de 1964, cristalizou-se num grupo de trabalho que apoiou as atividades dos bravos oficiais que deflagraram o movimento de 31 de março (GRASSI, 1973, p. 5).

Assim, vemos aqui, que, a despeito de ter tomado uma posição ambígua na Revolução de 1930, Vargas impulsionou a burguesia bandeirante. Antes, o que se observava era a predominância da oligarquia do café e da burguesia mercantil. Com o Estado Novo, instituído em 1937, o federalismo ganha força. Entretanto, ao contrário, a integração do estado nacional e redução ou eliminação de impostos interestaduais fortaleceram a burguesia industrial e, paradoxalmente, impulsionaram a hegemonia paulista (VASCONCELOS, 2014).

Theobaldo de Nigris (1972), outro ex-presidente da Fiesp, de mesmo modo realizou conferência na ESG, a qual nos traz noções relevantes:

Se o conceito de segurança nacional fosse o mesmo de outros tempos e se constituísse em problema privativo das Forças Armadas, como equivocadamente se pensava, a participação de um homem de empresa neste ciclo de conferências seria inoportuna e desadequada. Contudo, nestes quase cinco lustros de vida, vossa instituição projetou-se no cenário internacional, não como um simples Curso de alto comando, mas sim como um respeitável organismo de integração nacional, de identificação entre civis e militares, de estudos sérios e aprofundados sobre problemas de informática, de estratégia de segurança interna e, precipuamente, como artífice de uma doutrina brasileira capaz de estratificar uma Democracia estável, dentro da inspiração dos objetivos nacionais permanentes. Desse modo, quando a ideia de desenvolvimento se associou à de segurança nacional, que tem sido a filosofia básica dos cursos desta Escola, estávamos nós, empresários industriais brasileiros, compulsoriamente convocados para participar das fileiras de vossos colaboradores. Ademais, quando nos recordamos das palavras que vos dirigiu o presidente Medici, inaugurando os cursos de 1970, através das quais desejou que aqui se tratasse de iniciativas de natureza tecnológica e científica e de problemas capazes de acelerar o progresso e a integração deste País, compreendemos a generosidade de vosso convite e nos sentimos inteiramente à vontade para vos expor o que tem feito a indústria paulista na memorável batalha do desenvolvimento nacional. E não haveria melhor lugar para fazê-lo, já que a vossa prestigiosa Escola, na expressão feliz do presidente Castelo Branco “está aberta a brasileiros das mais diversas categorias, homens de profissões liberais, empresários, funcionários dos problemas fundamentais do Brasil”. Não fora isso, já nos habituamos a dialogar, nestes longos anos de luta em favor das causas e objetivos nacionais, com os esclarecidos membros da Escola Superior de Guerra, que todos os anos, para alegria dos empresários de nosso Estado, recebemos na Casa da Indústria Paulista. As palavras que vos direi em seguida são, em consequência, mas um elo de continuidade desse intercâmbio de ideias e ações que se vem firmando entre as áreas militares e industriais, duas inegáveis forças que se congregam e completam na consecução de um só e grande objetivo: SEGURANÇA E PROSPERIDADE DA PÁTRIA (NIGRIS, 1972, p. 1-2).

Portanto, pode-se observar que a burguesia bandeirante, ao longo da sua trajetória existencial, desde princípios do século XX, vem se fortalecendo e exercendo forte influência sobre os rumos do país nas questões políticas, econômicas, culturais e nacionais em geral, tem visado sobremaneira a manutenção do seu *status quo* e, sempre que necessário, se aliado aos interesses internacionais para manter a ‘ordem e o progresso’.

5 DE VOLTA AO SATÉLITE PRIVILEGIADO E AO VELHO PAN-AMERICANISMO

When Executives Turned Revolutionaries. “A story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil’s Communist-infected government” (FORTUNE, 1964, p. 1).

Neste último capítulo, matiza-se em profundidade o marco teórico desta investigação.

5.1. A QUARTA ONDA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Para Fernandes (1973), há que suspeitar daqueles cientistas sociais que possuem a capacidade de isolar o processo de produção científica dos conflitos da própria sociedade em que vive e dos conflitos que aflige o destino de nossos povos. Assim, o neutralismo científico, em não raros dos casos, dissimulam os mais profundos interesses.

Nosso esforço de análise teórica teve como objetivo lançar luz na correlação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os projetos de integração regional do Cone Sul latino-americano. Todavia, nosso programa de pesquisa não se processou de modo accidental. Nossa inquietação, isto é, a esfinge a ser decifrada era discernir o momento, e com originalidade, a mudança qualitativa pela qual passou a política exterior brasileira (2013-2016).

Desse modo, erigimos uma fundamentação teórica capaz - a nosso juízo - de rastrear e explicar a inflexão brasileira com relação aos países de *Nuestra América*. Sendo assim, vale destacar as premissas que servem de referência para esta investigação: a primeira delas é a categoria de ‘padrões de reprodução do capital’ que perpassa intrinsecamente pelos Ciclos do Capital, isto é, as *ondas largas*, e que autoriza elaborar uma esquematização histórica do capitalismo na América Latina.

A segunda premissa decorre da primeira: a integração da América Latina não está dissociada da integração do sistema mundial capitalista como totalidade, ou seja, os processos de integração latino-americanos se processam como *ondas* e estão profundamente ligados aos ciclos e padrões de reprodução do capital.

A terceira premissa é o modelo de estrutura metrópole-satélite, em que a metrópole expropria o excedente econômico de seus satélites e o enceta em seu próprio desenvolvimento. Desta forma os satélites se conservam como economias dependentes e subdesenvolvidas por

privação de acesso ao seu próprio excedente. Além disso, como um produto da polarização e das contradições dessa espoliação que a metrópole introduz, reproduz-se no interior do satélite a contração metrópole-satélite, em outras palavras, este padrão não se acha exclusivamente entre a economia metrópole imperialista de turno e os países periféricos, mas se encontra igualmente entre as próprias regiões dependentes, tais como a América Latina e no interior de cada país periférico. Reproduz-se, assim, a dinâmica de expropriação-apropriação de excedentes em benefício da metrópole do sistema mundial capitalista.

Daí decorre a quarta premissa: dentro do modelo exposto acima decorre a “satelitização”, isto é, ao redor da burguesia metropolitana se conformam várias burguesias satélites periféricas, gravitando por força *centrípeta*, ou seja, como insulares e com pouca atividade entre si. Por conseguinte, nessa constelação há setores ‘satélites privilegiados’ que, em outras palavras, são burguesias “apadrinhadas” pelo imperialismo. Por fim, no interior da economia dependente circula um setor de classe “local” burguês – cada vez menor – de força *centrífuga* que, pela hierarquização e dinâmica do sistema mundial, se encontra em posição *lumpem*, sendo *lempemburguesias*.

Finalmente, a quinta premissa é a de que as burguesias satélites se vinculam com a metrópole através do comércio de exportação, articulando um crescente padrão de dominação externo que, na fase de penetração profunda das corporações transnacionais, produz um *Imperialismo Total*, onde a dominação é endógena, invisível, inclusive vista como “nacional”.

5.1.1 O padrão exportador de especialização produtiva

Um dos grandes receios do pesquisador, fruto da exigência de formular uma análise concreta de uma situação concreta, é o de não confundir a aparência com a essência. De modo que um curto marco temporal, como 2013 – 2016, condensa uma totalidade social que aflora na superfície – com mais intensidade nos momentos de crise –, ensejando a possibilidade de se captar as estruturas de larga e curta duração.

O exame do processo de reprodução do capital e de ‘ciclo longo’ nos possibilita sair da superfície e adentrar em camadas mais profundas da análise social. Para Souza (1992), quando se investiga o processo de reprodução do capital, o de crise mundial e/ou de qualquer país em específico, deve-se examinar em que fase se encontra o ‘ciclo longo’ do capital, bem como qual a posição que a economia em questão ocupa na cadeia mundial do sistema. Vale realçar que sempre que o capital monopolista projeta a integração mundial da economia, o comando central se encontra no seio de uma economia nacional pertencente a um clube seletivo

de países centrais. Desse modo não há como traçar uma análise particular latino-americana (como economias dependentes) sem observar a expansão da internacionalização do capital nesses países do “centro”, isto é, nas nações que condicionam, no limite, a dinâmica capitalista em escala global.

Na conceituação de Souza (1992):

Entendemos por padrão de reprodução a *forma* como o capital se reproduz em um período e em um espaço dados, tanto em termos de seus elementos materiais quanto – e sobretudo – em termo de valor; ou seja, enquanto relação social, que supõe as condições sócio políticas dessa reprodução. Isso implica distinguir a forma de inserção no sistema imperialista mundial (país imperialista ou dependente, caráter da dependência); a forma fundamental de extração de mais-valia (absoluta, relativa ou superexploração); ênfase do progresso das forças produtivas (processo de trabalho, meios de trabalho ou objeto de trabalho); as relações entre setores produtivos (se a expansão se baseia no setor I, II ou III; se se baseia na existência de um setor I interno ou na importação de meios de produção); o processo de circulação e os correspondentes padrões de distribuição de renda e de realização (predomínio do mercado interno ou externo, conformação do mercado interno); a forma de dominação política imposta pela burguesia (forma de controle sobre a classe operária e demais setores dominados pacto de dominação e bloco de forças no poder, setores da burgueses subordinados, base social de apoio) (SOUZA, 1992. P. 83).

Eis, portanto, que um padrão de reprodução pode se desenvolver de forma particular em uma determinada região ou país, todavia, na fase monopolista do capital ele invariavelmente estará atrelado ao padrão dominante a nível mundial⁵⁹.

Desse modo, como frisamos no capítulo anterior, é no descenso de um padrão de reprodução do capital na América Latina, ou seja, na “derrubada econômica” e/ou instalação de sua crise que emergem, a partir das contradições desta última, movimentos de sublevação que abrem *ondas* de inflexão e que possibilitam a emergência de forças insurgentes de cunho integracionista, defensivo e latino-americanista. Todavia, não há uma correlação imediata, mecânica entre a dinâmica de reprodução do capital e a luta de classes⁶⁰ (SOUZA, 1992).

De acordo com Jaime Osorio (2014), o capital é uma unidade complexa e não homogênea, isto é, não é repartido ou distribuído de forma equitativa. Dessa forma, a integração a um padrão de reprodução implica necessariamente em perdas ou ganhos para determinados subagrupamentos humanos inseridos no seio do capital. Por isso, perguntas de Economia Política elementar, tais como, o que investem produzem, como produzem e para quem produzem permitem identificar agrupamentos da ordem são beneficiados pela modelo de reprodução adotado e quais as implicações para as classes subalternas.

⁵⁹ Com exceção de economias de Capitalismo de Estado.

⁶⁰ Vamos aprofundar essa ideia no próximo tópico.

Assim, para Osorio (2014), desde os anos 1980 e 1990, está em marca um novo padrão de reprodução do capital na América Latina: o padrão exportador de especialização produtiva, que implica uma reconfiguração especial e territorial da região que está relacionada, entre outras causas, à uma revolução tecnológica produzida na tentativa de recuperar a queda tendencial da taxa de lucro iniciada desde a segunda metade dos anos 60 do século XX, período que marcado pelo estabelecimento de uma larga crise mundial dado pelo fim da “Era de Keynes” e, por conseguinte, do “fundo de monetarização do continente”. Produz uma modificação radical da relação de forças entre capital/trabalho, permitindo uma segmentação dos processos produtivos que, em outras palavras, simboliza o descarregar da crise sobre a classe trabalhadora. É isso que jornalistas e os economistas da ordem, seguidos pelos tecnocratas do Itamaraty e da Fiesp chamam de ‘Cadeias Globais de valor e/ou produção’ que, em sua grande maioria, consistem na manufatura de bens não duráveis⁶¹ de grandes corporações transnacionais. Todavia, são produzidos por empresas subcontratadas, em regime de trabalho terceirizado e em situação de intensa superexploração conhecida como *Sweatshop* (fábrica de suor). Na América Latina, também é nomeada como ‘maquiladora’, tendo como exemplo clássico o México e recentemente o Paraguai.

Segundo Osorio (2014), um novo padrão de reprodução pode se conformar em dada região com ritmo e intensidade particulares a cada economia, por exemplo, o México e o Centro América se subordinam à nova lógica de acumulação de maneira desconforme à do Brasil e Argentina.

Assim:

En América Latina se asiste a la puesta en marcha de un nuevo patrón de reproducción de capital desde las últimas tres décadas del siglo XX en adelante. Este es calificado como *patrón exportador de especialización productiva*. [...] Hablamos de un *patrón exportador*, porque parte sustancial de la producción de las ramas y sectores ejes del actual proceso de reproducción del capital se orientan hacia los mercados exteriores. En economías que se sustentan en la superexploración, esto propicia el desarrollo de estructuras productivas que dan las espaldas a las necesidades de la mayoría de la población trabajadora. [...] La condición exportadora del nuevo patrón presenta la tendencia a la *especialización productiva*. Esa lógica ha privilegiado sectores y *rubros productivos con ventajas naturales* en el mercado mundial [...]. Ahora se trata de avanzar sin proyecto alguno, que no sea la simple búsqueda de ganancias, en producir todo aquello que sea demandado en el mercado mundial y sobre lo cual la región cuenta con ventajas naturales. [...] Con la recreación de las maquilas vuelve a tomar peso el hecho que esta producción no tiene mayor vinculación con la demanda de bienes locales. Se hace con componentes provenientes del exterior y su producción fundamental es hacia el exterior. Los bajos salarios son el aporte fundamental de este tipo de producción (OSORIO, 2014, p. 115-116).

⁶¹ Compreendendo aí vestuários e produtos eletrônicos tal como smartphones, computadores e televisores.

Tal quadro é refletido – recebe correspondência em algum grau – nos estudos e informativos emitidos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na narrativa que a entidade intitula de duas formas – e sobre as quais vamos escrutinar criticamente: 1) ‘reprimarização’ e; 2) ‘desindustrialização’.

Pesquisa recém-exposta pela Fiesp (2018) e entregue a todos os candidatos à presidência na eleição de 2018, revela a estagnação da indústria de transformação com relação ao PIB, destacando a ‘reprimarização’ da pauta de exportações. As exportações de manufaturados, em 2017, estão no mesmo ponto de 2007 e são 13,7% inferiores em relação ao valor de 2013. Por outro lado, as exportações de produtos básicos, isto é, sem acabamento ou tecnologia, tais como minério de ferro, petróleo e produtos agrícolas alcançaram aumento significativo. Assim, em 2000, para cada US\$ 1 exportado em produtos básicos, o Brasil exportava outros US\$ 2,6 em produtos manufaturados, ao passo que em 2017, para cada US\$ 1 exportado em produtos básicos, o Brasil exportou apenas US\$ 0,8 em produtos manufaturados.

Ilustração 5 - Gráfico das exportações brasileiras por bens, por fator agregado (em US\$ bilhões)



Fonte: Fiesp e Ciesp (2018, p. 103).

De acordo com Osorio (2016), o afloramento desse novo padrão de reprodução implica necessariamente o abandono de projetos industrializantes de maior vigor por parte das burguesias satélites, pois na ordem do dia está uma política econômica em que nenhum governo pode gerar déficits, uma espécie de “evangelho” da ‘austeridade’ e do ‘equilíbrio fiscal’. Por conseguinte, a cruzada em favor da desregulamentação, visando o incremento dos movimentos

de mercadorias em nível global e a rapinagem dos recursos naturais dos países dependentes, está intimamente ligado à expansão do capital financeiro e especulativo em associação direta com frações comerciais e produtivas da burguesia satélite.

Osorio (2014, p. 123) assinala um *Bunker Hegemónico*, conformado por Banco Central e Ministério da Fazenda como agentes que velam a ofensiva monetarista de obsessão anti-inflacionária e norteiam o padrão de reprodução em marcha. Essa noção de *Bunker*, espécie de um ‘colonialismo por dentro’ converge para o padrão de dominação que Fernandes (1973) conceitua como *Imperialismo Total*: as grandes corporações, bancos e especuladores financeiros estrangeiros atuando por seus tecnocomcratas desde dentro, orientando a totalidade da vida nacional:

Con el nuevo patrón, productor de segmentos industriales, maquila, alimentos y materias primas para demanda externas, el capital local manifiesta su abandono de la idea de proyectos de desarrollo industrial autónomos e integrales. Asume así, sin ocultarlo, su condición subordinada a las decisiones de capitales transnacionales que encabezan cadenas globales de producción y/o comercialización. Las ideas de desarrollo orgánico o desarrollo nacional quedan en la pre-historia y como proyectos frustrados. Con la producción de materias primas y alimentos, la especialización productiva en marcha, con grandes beneficios en la última década, impide preguntar cómo desarrollar nuevos sectores productivos, cómo ganar en conocimientos y tecnologías. Bajo el nuevo patrón exportador se ha incrementado la dependencia y la subordinación de América Latina (OSORIO, 2016, p. 295).

Eis que, a despeito dos discursos e noções de apelo ‘reindustrializante’, no ponto chave e naquilo que é essencial, isto é, quanto ao ‘modelo econômico’, a burguesia bandeirante através da FIESP manifesta total adesão ao padrão de reprodução, inclusive não apenas no tocante à manutenção, mas ao aprofundamento da política econômica que reforça a especialização produtiva em curso.

Em 2013, a Fiesp, através do seu Departamento de Competitividade e Tecnologia, lançou um estudo intitulado *Por que reindustrializar o Brasil?*, onde faz um balanço da experiência industrial brasileira, apontando a expansão da indústria de transformação nos países asiáticos (Índia e Turquia) e o robusto plano de reinserção industrial dos Estados Unidos como uma das causas do processo precoce de ‘desindustrialização’. Todavia, a entidade não expõe qualquer projeto analítico dos industriais para o Brasil. Limita-se a indicar que:

uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo se faz necessária ao Brasil, se pretendemos atingir o nível de renda per capita de entrada de um país desenvolvido, num menor período de tempo (FIESP, 2013, p. 4).

Nas palavras da entidade:

No Brasil, a desindustrialização começou em 1985, antes de a economia chinesa ter a influência que exerce atualmente na economia mundial (em 1985 o PIB da China era próximo de 3% do PIB mundial, inferior ao PIB do Brasil). Cerca de metade da perda de participação da indústria de transformação brasileira no PIB ocorreu entre 1985 e 1995 e a outra metade após esse período, mais intensamente após 2005. Portanto, **a origem e boa parte da desindustrialização ocorrida no Brasil antecede o e feito China**. Outro fato que reforça esse ponto é que até 1995 as importações do Brasil a partir da China representavam apenas 0,82% das importações da indústria de transformação brasileira, percentual que passou para 2,4% em 2000 e saltou para 17,3% em 2012. No período mais recente, em 2012, a participação da indústria de transformação brasileira no PIB retrocedeu ao nível que tínhamos alcançado em 1955, antes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek [...] (FIESP, 2013b, p. 15).

Vemos que a Fiesp atesta que “algo aconteceu” entre as décadas de 1980 e 1990, contudo, por seu caráter de classe não toca no fato de que o declínio do êxito relativo da indústria condiz com as supressões unilaterais de tarifa de importação e com a apropriação da receita pública pelos rentistas portadores da dívida pública. Isso se coaduna com o processo de reprodução do capital, na medida em que “para que a reprodução gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas por meio da repetição” (OSORIO, 2012, p. 70).

Cabe mencionar que o Plano Real, instituído no Brasil em 1994⁶², instrumentalizou os mecanismos fundamentais que golpearam de morte a burguesia industrial nacional brasileira⁶³ em seu conjunto. Tal plano teve sua gênese no segundo semestre de 1989 em Washington, capital dos Estados Unidos, onde se realizou uma reunião promovida pela Sociedade Internacional de Economia, à época presidida por John Williamson, mas de maneira concreta era um encontro amparado e patrocinado pelo governo dos Estado Unidos (SOUZA, 2005).

Dessa reunião se produziu um documento tido como “Consenso”, o ‘Consenso de Washington’, que é constituído por dez pontos, mas que podem ser esquematizados em quatro pilares:

⁶² Segundo Souza (2005, p. 435), “o plano estratégico do plano real” não passou apenas pela abertura ao capital, aos produtos estrangeiros e pela pilhagem do patrimônio público. Mas, teve como âncora uma política macroeconômica bem delineada. Fernando Color de Mello expôs posteriormente ao seu *impeachment* que, em 1992, André Lara Resende lhe ofereceu um plano intitulado “Brasil Ouro”. Em realidade, era *ipsis litteris* o Plano Real.

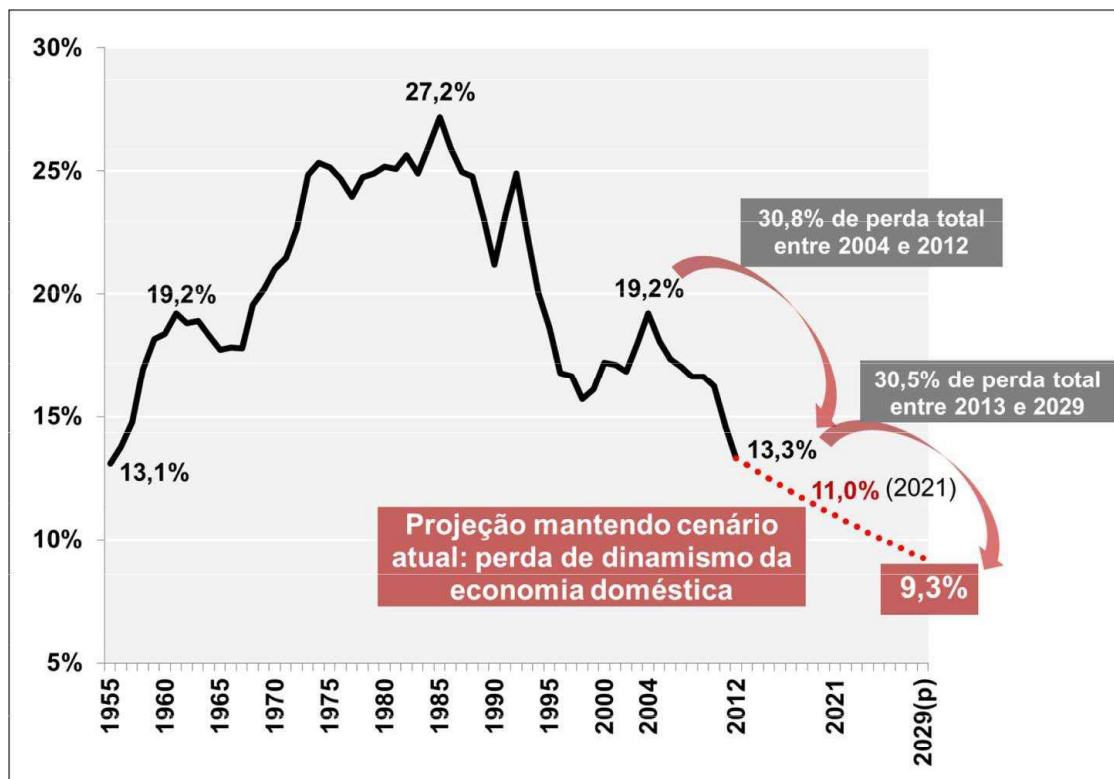
⁶³ Em uma cronologia levada ao extremo, poder-se-ia dizer que a burguesia industrial nacional brasileira foi ferida em 1954, com a morte de Getúlio Vargas; entrou na UTI, em 1964, com o Roberto Campo e Castelo Branco; passou ao coma, em 1979, com a crise da dívida latino-americana e; teve seu golpe de morte, em 1994, com Fernando Henrique Cardoso.

- 1) a ‘abertura econômica’, isto é, o fim das barreiras protecionistas entre as nações, cujo objetivo básico era abrir mercados mundiais, particularmente os da América Latina, para as quinquilharias e sucatas produzidas pelos decadentes cartéis norte-americanos;
- 2) a ‘desestatização’, isto é, a privatização das empresas estatais, cujo objetivo básico era passar para o controle das transnacionais norte-americanas os recursos minerais e setores estratégicos da América Latina, a fim de suprir de matérias-primas abundantes e baratas a economia dos EUA (cujos recursos minerais e fósseis estão em fase de esgotamento), melhorando ao mesmo tempo, sua competitividade internacional;
- 3) a ‘desregulamentação’, isto é, o fim das regras que limitam o movimento do capital em nível internacional e no interior de cada país, particularmente do capital especulativo, com o objetivo básico de viabilizar campos de aplicação rentáveis e seguros para os excedentes financeiros que escapam do processo produtivo e circulam na esfera puramente especulativa;
- 4) a ‘flexibilização das relações de trabalho’, isto é, o fim dos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciário, sobretudo nos países da América Latina, a fim de que os cartéis norte-americanos pudessem instalar nesses países determinadas etapas do processo produtivo, particularmente as de mão-de-obra intensiva, à moda das “maquiladoras” mexicanas, com vistas a baratear os custos de seus produtos e melhorar suas condições competitivas no mercado internacional; visou, também, abrir novos campos de investimento, em especial na previdência privada, para os capitais excedentes dos EUA (SOUZA, 2005, p. 436 – 437).

O relatório divulgado pela Fiesp, de 2013, em momento algum menciona os efeitos do programa de política econômica, enfeitado como herança de Fernando Henrique Cardoso, consistindo num diagnóstico que se esvoaça sobre a superfície, sem se esforçar – de forma conveniente – para identificar o que há mais ao fundo.

Ainda deste relatório, extraímos o gráfico a seguir que expõe a projeção da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro como sendo inferior a 2 dígitos para meados do 2029. Recentemente, a Fiesp/Ciesp atualizou e expôs uma atualização do panorama da indústria, indicando que, em 1995 (início do governo FHC), a indústria participava com 16,6% do PIB brasileiro; ao final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva participava com 13,9% e; no período da presidenta Dilma Rousseff (até 2017, isto é, incluindo o governo de Michel Temer) participava com 11,8 % (FIESP; CIESP, 2019).

Ilustração 6 – Evolução e projeção gráfica da participação da Indústria de Transformação no Brasil em porcentagem do PIB, 1955 a 2029.



Fonte: SCN/IBGE. Depecon/FIESP. (p) Projeção FEA/USP, Ribeirão Preto (2013)⁶⁴.

Quando submetemos à luz do padrão exportador de especialização produtiva são captados os paradigmas que norteiam – no momento atual – a burguesia bandeirante. Em especial, quanto ao marco do que seria o “remédio” ou a saída para reparar o que a Fiesp exhibe como ‘reprimarização’ e ‘deindustrialização’, esta prescreve como concepção de política econômica:

⁶⁴ Série 1955-1994 com ajuste Depecon/FIESP devido à alteração no Sistema de Contas Nacionais.

[...] A necessidade de ampliação das taxas de crescimento do país impõe a contenção dos aumentos nos gastos em relação ao PIB, liberando assim parcela do orçamento para investimentos e incentivos ao setor privado, sem a necessidade de maior carga tributária. Para este fim, as propostas são: Imposição de limites à expansão das despesas com gastos com pessoal e encargos sociais: crescimento em termos reais da despesa com funcionalismo de 50% do crescimento do PIB, até atingir um piso de 4% do PIB. Essa política pode ser conseguida por meio de ganhos de eficiência do setor público, que permitirão contenção da expansão da quantidade de funcionários, bem como por meio de crescimento real do gasto com servidores inferior ao crescimento real do PIB. [...] Custeio do governo central: participações constantes em relação ao PIB de despesas sociais (Lei Orgânica de Assistência Social [LOAS], Fundo de Amparo ao Trabalhador [FAT], Educação, etc.). Demais despesas de custeio com crescimento real inferior ao crescimento real do PIB. [...] Custeio de estados e municípios com regras semelhantes ao governo central. [...] Redução paulatina do ritmo de expansão dos gastos previdenciários: aumentos reais do piso previdenciário inferiores ao crescimento real do PIB. Ampliação da idade mínima de aposentaria e contribuição. Extensão do período contributivo para quem se aposenta por idade. Política monetária Mudança da composição dos títulos em prol de uma participação maior de pré-fixados ou indexados a índice de preços, acabando com títulos vinculados à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), diminuindo a volatilidade e a exposição à taxa de juros, permitindo maior previsibilidade e, portanto, alongamento de prazos. Desindexação de preços administrados: substituição do Índice Geral de Preços (IGP) e do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) por índices que reflitam os custos setoriais dos bens e serviços. Câmbio adotar uma posição ativa internacionalmente, com o objetivo de reduzir movimentos de valorização cambial artificial (guerra cambial). [...] ESTRATÉGIA DE POTENCIAL SOCIOECONÔMICO PLENO PARA O BRASIL [...] Sistema tributário [...] Promoção da isonomia fiscal entre setores, regiões e produtos nacionais e importados. [...] Eliminação da cumulatividade de impostos, definindo um conceito de valor líquido tributável para servir de base à tributação de qualquer bem ou serviço. [...] Unificação dos tributos incidentes sobre o valor adicionado em um único imposto, em substituição a: ICMS, Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição de Intervenção no Domínio Público (CIDE) – Combustíveis. [...] Unificação dos tributos sobre a renda (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [CSLL] e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica [IRPJ]). [...] Utilização do imposto sobre produtos industrializados como instrumento de política industrial. [...] A destinação das receitas do imposto sobre o valor adicionado e sobre a renda seguirá a atual vinculação de destinação, em especial para as áreas sociais. [...] Eliminação da acumulação de créditos tributários (FIESP, 2013a, p. 85-86).

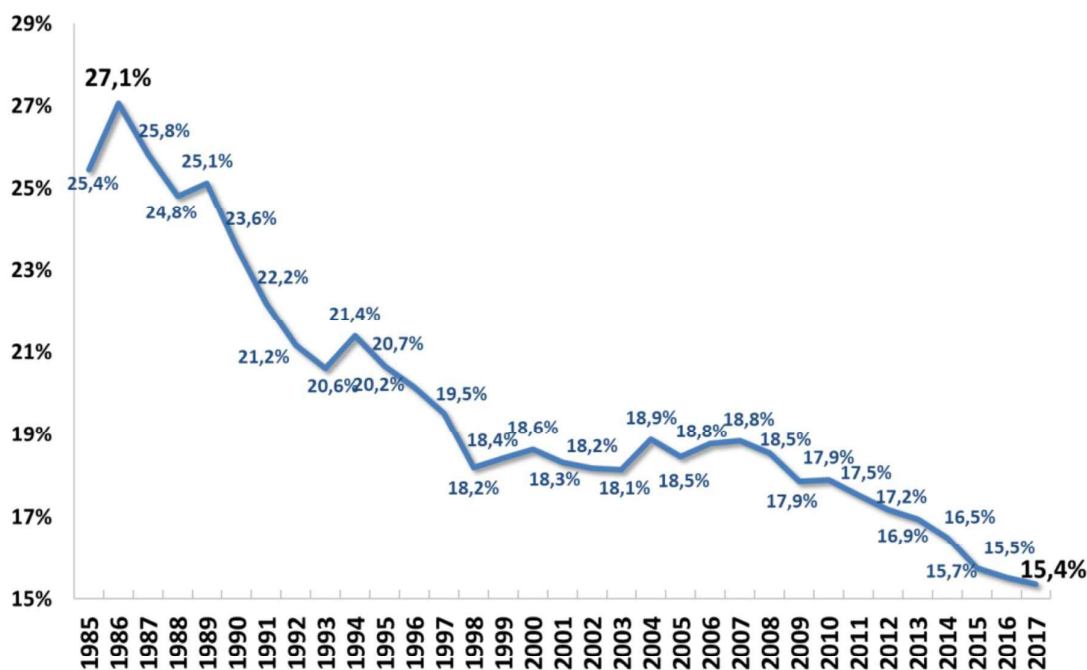
Um observador não muito atento destacaria que tais propostas não advêm de uma burguesia industrial, mas sim de especuladores do mercado financeiro ou banqueiros. Todavia, é nas ilusões do discurso e apelos para uma reversão da ‘desindustrialização’ que se oculta o essencial: a ‘desindustrialização’ é um projeto, um processo consciente e bem orientado de reprodução do capital que envolve o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência.

Assim, para Osorio (2012), a regressão da indústria de transformação se insere no processo de ‘relocalização’, isto é, de reposicionamento dos segmentos produtivos em nível mundial, o que reserva para a América Latina um papel ainda mais subalterno, diferentemente

do observado com a industrialização reflexa (RIBEIRO, 1978) dos anos de 1950-1960. Agora, trata-se de uma oficina espúria, em que a lógica e os eixos articuladores e organizadores estão intimamente atados à valorização do capital na esfera bancário-financeira e com as cadeias produtivas sob comando das transnacionais.

Vejamos, por exemplo, o gráfico a seguir em que a Fiesp assinala a queda tendencial da força de trabalho empregada na indústria brasileira. Neste contexto, supõe-se que qualquer política econômica que vise reverter este quadro deve ter como norte uma estratégia de produção e o emprego.

Ilustração 7: Evolução gráfica da presença da Indústria de Transformação no Emprego Formal no Brasil (1985 a 2017)



Fonte: Fiesp e Ciesp (2019, p. 7).

Contudo, observemos quais as medidas recomendadas como resolução do quadro:

A desindustrialização ocorrida até meados dos anos 1990 tem suas causas relacionadas a incertezas de um período de altas taxas de inflação, a rápida e profunda abertura comercial, entre outros fatores que foram já bem documentados pela literatura econômica. Sobre a desindustrialização recente, após 2004, está se formando um consenso de que o câmbio sobrevalorizado e o elevado Custo Brasil são as causas principais. O Custo Brasil é composto pela elevada e complexa carga tributária incidente na manufatura, elevadas taxas de juros para capital de giro, infraestrutura logística defasada e deficiente, alto custo da energia elétrica e das principais matérias-primas, elevada burocracia, entre outros fatores. [...] em resumo, o Brasil começou a se desindustrializar a partir de um nível de renda per capita baixo, de aproximadamente 36,5% da média dos países desenvolvidos, e desde então vem crescendo pouco. Atualmente o PIB per capita brasileiro é de US\$ 10,3 mil PPC em valores constantes de 2005, ainda muito inferior aos US\$ 19,5 mil PPC em valores constantes de 2005, renda per capita média dos países desenvolvidos de quando eles começaram a se desindustrializar. Foi possível observar que se o atual cenário se mantiver, a tendência é que a indústria de transformação se reduza ainda mais e a renda per capita aumente marginalmente. Qual a estratégia de desenvolvimento para reverter esse quadro? Quais os principais determinantes do crescimento? [...] (FIESPE, 2013b, p. 16-17).

Primeiramente, cabe frisar duas noções que aparecem na citação acima e que são concebidas como ‘técnicas’, mas que carregam as variáveis do novo padrão dominante, quais sejam: ‘altas taxas de inflação’ e ‘custo Brasil’. O controle sistemático da primeira (ideologia na qual o obstáculo básico que interdita o desenvolvimento é a inflação) e a redução da segunda (do custo Brasil), são “receitas” apresentadas seguidamente pela Fiesp que, por sua vez, em nada a identifica com a burguesia industrial inglesa do século XVIII que assimila que o déficit é indiscutível no processo de acumulação de capital, a começar na ocasião em que a Inglaterra originou um banco apoiado na dívida Estatal e forjou o impulso capitalista basilar para se posicionar como “oficina do mundo” (OURIQUES, 2016).

São, pois, “receitas” que se inserem pela imposição de uma ideologia que remete à super-estrutura desse novo padrão de reprodução do capital:

[...] Segundo a qual a raiz da crise encontra-se na desordem das finanças públicas, causada por governos “populistas” e “irresponsáveis” que, por ambição desmedida, prometem à população mais do que o sistema pode assegurar. Para cumprir suas promessas de campanha - seguem argumentando -, não resta outra alternativa senão emitir moeda e alimentar a inflação que termina por punir os mais débeis, os mais pobres entre os pobres. Por esta razão, a “estabilidade da moeda” é convertida em credo popular como sendo o único meio de defesa das classes subalternas que não podem comprar dólares e transferi-los para contas em bancos estrangeiros ou paraísos financeiros (OURIQUES; CARVALHO; RUTKOSKI, 2002, p. 208).

Assim, a obsessão pelo “controle de inflação” bem como pela “saúde das finanças públicas” e as fórmulas monetaristas ortodoxas que desvinculam o caráter social da economia política foram popularizadas no debate político e inclusive do campo dos partidos de esquerda: a defesa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) passa a ser defendida de forma unânime na

luta pelo orçamento enxuto. Entretanto, para esse novo padrão a austeridade no setor público por si só não funciona, por isso a rigidez tem que atingir sobretudo o “custo Brasil” que, em realidade, é o que a Fiesp chama de “males da República”, isto é, muita “bondade” social aos trabalhadores.

Fato é que hoje a burguesia industrial bandeirante, a despeito da Fiesp conformar um grupo organizacional ligado ao setor produtivo, deriva o seu capital - valor que se valoriza - do plano especulativo, o que, por sua vez, exige e requer operações fora (e, em vários casos, contra) de sua atividade principal. Sendo assim, para Ouriques, Carvalho e Rutkoski (2002, p. 206), o “Estado na América Latina está dirigido pela grande burguesia, porém, hegemônico por uma fração aqui denominada de aristocracia financeira (bancos, corretoras, fundos de toda natureza, etc)”.

Por essa razão a súplica pela redução do “Custo Brasil”, longe de representar o aumento do mercado interno ou investimentos maciços em ciência e tecnologia, é em realidade: “o declínio dos salários e das condições de vida da maioria faz[endo] parte de um violento processo de transferência de recursos do fundo de consumo dos assalariados” (OSORIO, 2012, p. 132).

De forma concreta, podemos compreender quando a Fiesp, em defesa de reduzir o “Custo Brasil”, advoga pela terceirização:

A terceirização já é uma realidade para quase 15 milhões de brasileiros. O que o Projeto de Lei 4330 da Câmara, que agora está em discussão no Senado como PLC 30/2015 faz, é regulamentar uma situação que já existe e que, por não estar regulamentada, traz insegurança tanto para o trabalhador quanto para as empresas. O Projeto não exclui nem reduz direitos dos trabalhadores, ao contrário do que vem sendo afirmado. Todos os trabalhadores contratados pelas terceirizadas têm seus contratos de trabalho regidos pela CLT, fazendo jus à irredutibilidade do salário, ao recebimento de 13o salário, férias, FGTS, INSS e demais garantias estabelecidas pela legislação trabalhista e previdenciária. Os acordos coletivos e convenções de cada categoria profissional continuam válidos. Com a regulamentação, a tomadora de serviços terá de zelar pelas condições de segurança, higiene e saúde dos terceirizados. É sua obrigação também fiscalizar a prestadora. Se ela não cumprir suas responsabilidades trabalhistas ou previdenciárias, a tomadora será totalmente solidária, e para isso, está prevista a criação de um fundo-caução de 4% do valor do contrato, algo que hoje não existe. A lei em discussão inova ao garantir aos trabalhadores terceirizados o acesso aos serviços de alimentação, ambulatório médico e transporte da empresa tomadora. A regulamentação representa segurança jurídica para as empresas, o que estimula o investimento na abertura de novas vagas e na ampliação de oportunidades para profissionais especializados. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estima que, depois de entrar em vigor, deverá criar 3 milhões de novos empregos no Brasil. Terceirização é especialização, uma tendência mundial que traz às empresas brasileiras as condições de competitividade para o século XXI. Ser contra o PL 4330 é ser contra o progresso, contra os trabalhadores, contra o futuro e contra o Brasil. A votação do projeto de lei que regulamenta a terceirização vem causando acalorados debates na sociedade, que, em muitas situações, estão sendo pautados muito mais pela ideologia que pelos fatos

e dados da realidade. O presente trabalho mostra que não há diferenças salariais entre trabalhadores terceirizados e diretos e que o índice de acidentes é ligeiramente maior entre os diretos. Dessa maneira, essa nota técnica visa ampliar o conhecimento a respeito do tema, contribuindo, assim, para essa discussão (FIESP, 2015, p. 2).

Para a entidade, a defesa da terceirização seria a medida eficaz para equacionar o decréscimo do número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação, como evidenciado no gráfico anterior.

A ampliação da abrangência da terceirização possibilitará o surgimento de empresas especializadas em serviços de mais elevado valor agregado. Com trabalhadores mais qualificados e melhores condições de trabalho, será elevada a produtividade total de economia do país (FIESP, 2015, p. 12).

Entretanto, pelo contrário, a pauperização da força de trabalho através de subcontratações ou terceirizações compreende uma das ‘reformas institucionais’ requeridas pelo novo padrão exportador de especialização produtiva nas economias latino-americanas, segundo Osorio (2014). A *maquila* eletrônica, têxtil e automobilística não rivaliza e/ou concorre com a política econômica de valorização do capital financeiro e tampouco com a elevação das exportações de produtos agrícolas e minerais⁶⁵, inclusive esta última em variadas ponderações oficiais é caracterizada como sinal de vigor econômico e desenvolvimento. De tal forma que se configura uma coesão da ordem, de cima para baixo, e que marca a reinserção da região no mercado mundial e tendo como base a produção de bens primários e alimentos com pouco processamento, aprofundando o atraso tecnológico e científico. Neste compasso até mesmo a manutenção das universidades públicas federais – no caso brasileiro e argentino por exemplo – passa a ser questionada, tendo em vista que no novo padrão de acumulação elas se tornam dispensáveis. Privilegia-se um trabalhador de nível técnico, com o mínimo necessário de conhecimento para ser inserido na indústria de *ensamblagem* ou *maquila*, o que, por sua vez, é uma manufatura totalmente desarticulada e por isso confere o nome a esse padrão de *exportador de especialização produtiva*.

Sob o prisma metodológico dos padrões de reprodução do capital, e não fugindo ao nosso objetivo principal que consiste em analisar a correlação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e as diretrizes brasileiras de política externa centradas para América Latina, é fundamental marcar duas mudanças, uma quantitativa e outra qualitativa no seio da burguesia bandeirante:

⁶⁵ De setores e itens rentáveis em termos de vantagens naturais, também chamados vulgarmente de extrativistas.

1) quantitativa no tocante à sua regressão propriamente industrial, devido ao aprofundamento da lógica posta em prática ainda nos anos de 1960, quando a burguesia industrial bandeirante passou a ser “inversionista”, ou seja, um executivo de plantas das multinacionais e possuidora de títulos ou ações de empresas das burguesias metropolitanas. O orgulho burguês industrial paulista, incluindo o de ser o hospedeiro majoritário dos IED em nada se assemelha ao dos anos de 50-60 do século XX;

2) qualitativa, porque se a Fiesp é ator relevante para as orientações do Mercosul e mudanças de conduta quanto à integração latino-americana não é devido ao seu vigor produtivo e/ou industrial ou ao fato de sua sede na Avenida Paulista ser o núcleo de encontro das manifestações de massa que levaram à queda do governo da presidenta Dilma Rousseff. O protagonismo da Fiesp resulta da metamorfose da própria burguesia industrial bandeirante, no sentido de sua força decorrer do rentismo e de sua ligação com o imperialismo, o que - como vimos- no novo padrão de reprodução exige o aprofundamento de reformas do Estado.

Finalmente, o dogma que o imaginário tem despertado com a industrialização ainda produz esperanças e mistificações:

Eis o nó górdio da crise, que o sindicalismo brasileiro, como também os partidos de esquerda e as forças populares de maneira geral, ainda não desataram e sem o qual não poderá existir projeto alternativo popular possível. Em seu lugar podemos observar uma cantilena sobre a necessidade de políticas industriais e infinitas orações pela volta do processo de acumulação em que o setor produtivo retome as rédeas do assunto, para “gerar empregos e distribuir renda”. Ainda que rodeadas de boa intenção e sempre apresentadas como ponte para um plano estratégico futuro que nunca conheceremos, tudo se configura como se pudéssemos conquistar o “melhor dos mundos possíveis” sem ferir centralmente os interesses dos capitalistas em geral e de suas frações dominantes [...] (OURIQUES, CARVALHO, RUTKOSKI, p. 219).

Assim, no jornal Folha de São Paulo, em 17 dezembro de 2015, Paulo Skaf - presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) -, lança um artigo com o título *O Verdadeiro Golpe*, que citaremos em sua integridade devido ao seu caráter de classe e à noção de conjuntura que matiza:

Muito se tem ouvido ultimamente a palavra golpe no debate político. Com frequência, para se referir ao processo de análise do pedido de julgamento e afastamento da presidente da República pelo Congresso Nacional. Esse processo, o impeachment, é previsto na Constituição Federal, vem sendo conduzido dentro das regras do Estado de Direito pelo Legislativo e se desenrola sob a vigilância do Supremo Tribunal Federal. No momento, cada instituição cumpre seu papel, dentro das regras do jogo da democracia. Não há qualquer sombra de golpe institucional. Se formos, porém, buscar o significado da palavra golpe no dicionário, podemos, aí sim, apontar sua existência nas mais variadas dimensões da vida brasileira, muitas vezes tendo como autores aqueles que hoje tentam se colocar no papel de vítima. Se golpe tem, entre suas definições, as de “ferimento ou pancada”, e também as de “desgraça e infortúnio”, chegamos à triste constatação de que vítima de golpe está sendo, sim, a nação brasileira. Afinal, é ou não é um golpe para as forças produtivas do país, por exemplo, a redução de mais de 3% do PIB neste ano? Trata-se de uma verdadeira pancada, pois nossa economia encolhe. O golpe é maior ainda porque as expectativas para 2016 são também muito ruins. E não se venha por a culpa novamente em uma suposta crise mundial. A economia do resto do mundo vai crescer cerca de 3%, e a previsão para os países emergentes chega a 4%. Quem vem andando para trás somos nós. Esse é um golpe e tanto, principalmente quando as dificuldades são agravadas por erros do governo, que só fazem aprofundar a recessão, que já ameaça virar depressão – triste palavra que designa também aqueles que sofreram duros golpes. A queda de 9% na indústria em 2015, em relação a 2014, é o maior tombo desde 2003 e levou o setor à mesma participação que tinha no PIB nos anos do governo Juscelino Kubitschek. Isso fere não só a indústria, mas toda a economia brasileira. O que dizer de outro duríssimo golpe, que é ter que demitir ou ser demitido em consequência da queda da economia? O ano de 2015 deve fechar com 1,6 milhão de demissões de trabalhadores com carteira assinada. Segundo o IBGE, 9 milhões de pessoas procuraram emprego, sem encontrar, no terceiro trimestre do ano, elevando a taxa de desemprego para 8,9%, a maior desde 2012, quando começou a série histórica. Uma desgraça na vida desses brasileiros e de suas famílias, sem dúvida. Cito outros exemplos. Existe golpe mais explícito em quem paga seus impostos com muito sacrifício do que a proposta de criar, aumentar e recriar impostos, como a CPMF? É golpista a ação de um governo que, incapaz de fazer o dever de casa e reduzir seus próprios gastos e desperdícios, tenta jogar a conta no colo da sociedade com a cobrança de mais impostos. Mas a sociedade não quer mais “pagar o pato”. No mesmo dia em que foi admitido o processo de impeachment, o Planalto comemorou a aprovação do projeto que mudou a meta fiscal e autorizou o governo a fechar este ano com um rombo de R\$ 120 bilhões no orçamento. Isso é escandaloso e deveria ser motivo de vergonha, de um pedido de desculpas à nação. Nunca de comemoração. Estão festejando o quê? A incompetência para acertar as contas públicas? A irresponsabilidade por gastar demais? Por fim, um dos maiores golpes que as autoridades podem desferir contra a população: a corrupção, que desvia recursos públicos da educação, da saúde e de outros serviços que deveriam estar sendo prestados à sociedade. Diariamente somos golpeados com revelações estarrecedoras envolvendo agentes públicos, pagamento de propinas e negociações diversas. Maior empresa do país e um de nossos orgulhos, a Petrobras foi duramente atingida. O processo de impeachment, que segue seu curso dentro das normas constitucionais, é a chance para que a nação faça seu julgamento. É preciso que todos atuem em nome dos interesses maiores do Brasil (SKAF, 2015a, p. 01).

O artigo de Paulo Skaf sintetiza o que explanamos durante o tópico. Ademais, no dia 16/09/2015, em Brasília, em conversa com o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, lembrou que “não é o Governo que constrói o país” e que “o Brasil não comporta o tamanho do Estado brasileiro”. Por conseguinte, “Não tem jeito. Ou diminui o tamanho do Estado brasileiro ou vai vir crise em cima de crise”. (SKAF, 2015, p. 1).

Tratam-se de frases de efeito visando atrair setores da classe média e da pequena burguesia, mas que submetidas ao escrutínio de uma crítica radical - seguindo os passos do novo padrão de reprodução na América Latina – evidenciam que a Fiesp não irá “pagar o pato”, mas classe trabalhadora em seu conjunto, com supressão das demandas sociais da Constituição, acompanhada de privatização de empresas públicas e da abertura da economia para os mercados internacionais. Isso implica, como vimos, em reformas trabalhistas e de pensões, experimentos que, segundo Jaime Osorio (2012), foram realizados pioneiramente no Chile, mas que foram se normatizando no continente nas décadas de 1980-1990.

5.2. COOPERÇÃO ANTAGÔNICA ENTRE DEMOCRÁTICO-PROGRESSISMO E NACIONALISMO-REVOLUCIONÁRIO

Neste tópico não trataremos de maneira detalhada a respeito da contradição entre o democrático-progressismo e o nacionalismo-revolucionário, tendo em vista que desviaria bastante do tema central de nosso estudo em particular. Todavia, é importante frisar essa disjuntiva que perpassa a história recente e a quarta *onda* de integração latino-americana.

5.2.1 O Democrático-Progressismo

Neste tópico não trataremos de maneira detalhada a respeito da contradição entre o democrático-progressismo e o nacionalismo-revolucionário, tendo em vista que desviaria bastante do tema central de nosso estudo em particular. Todavia, é importante frisar essa disjuntiva que perpassa a história recente e a quarta *onda* de integração latino-americana.

Segundo Ouriques (1995), nos finais dos anos de 1970, e durante toda a década de 1980, se assistiu na América Latina a uma “direitização do continente”, isto é, a uma ofensiva imperialista oriunda da própria crise e contradição capitalista e que, por sua vez, não esteve desconectada da contrarrevolução em escala mundial. É a gênese do novo padrão de especialização produtiva, como vimos segundo Jaime Osorio (2012).

É nesse período, no Brasil, que emergem dois fenômenos que merecem ser destacados: 1) o processo de redemocratização (também presente no Cone Sul) e; 2) o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para Ouriques (1995, p.187), “[...] el PT es fruto de la agrupación de la izquierda marxista-leninista con grupos cristianos, con intelectuales de todos los matices y con el llamado “nuevo sindicalismo” surgido con fuerza a partir de las huelgas paulistas de 1978/1980”.

Observa-se na formação dessa ‘nova esquerda’ no Brasil uma hostilidade quanto ao passado e negligência quanto ao contexto latino-americano, na medida em que o tangencia, mas também um rechaço tanto em relação ao nacional-reformismo de Goulart, Prestes e Brizola quanto em relação à teoria marxista da dependência (TMD) (PRADO, 2011; MARTINS et al, 2014).

A TMD, segundo Ouriques (1995), constitui uma perspectiva de libertação do continente, não se tratando de buscar imitar experiências ou de praticar “melhorismos”, mas de empreender uma compreensão teórica a partir da realidade latino-americana, visando a transformação de sua realidade. Tal teoria assimilou e compreendeu perfeitamente a derrota sofrida no continente nos de 1960.

Para Ouriques (1995), no embalo democratizante do fim da ditadura brasileira, o novo sindicalismo entendia a teoria da dependência como uma versão “catastrófica”, mecanicista e estagnacionista da realidade. Revelou seu profundo desconhecimento quanto ao pensamento crítico latino-americano, inclusive atuou de forma antidemocrática ao rechaçar o debate de ideias, mas com direito à deturpação dos postulados de Ruy Mauri Marini e André Gunder Frank.

O Partido dos Trabalhadores nasceu submerso em uma grande crise teórica, assinalada pelo progressismo e pelo abandono de qualquer perspectiva revolucionária, não obstante o vilipêndio do passado (OURIQUES, 1995).

Desse modo, com grupos ligados à igreja católica, com intelectuais de diversos entendimentos teóricos e com o sindicalismo ligado às multinacionais, de acordo com Ouriques (1995), desenvolve-se um adoçamento do capitalismo dependente, como se o grande entrave fosse o autoritarismo da ditadura.

Para se produzirem tais sínteses, foram deturpadas as reflexões críticas de Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. Centrou-se na redemocratização, em interpretações como as de João Manuel Cardoso de Mello, em *O Capitalismo Tadio*, bem como de Fernando Henrique Cardoso, de que “no hay como oponer desarrollo a subdesarrollo” (OURIQUES, 1995, p. 183).

Qual a importância de se frisar isso? É que sem compreender tal composição, não se entenderá o comportamento do PT ao chegar governo, igualmente da CUT, e como ambos conduzirão sua mediação com a burguesia dominante brasileira.

Sem surpresas, destaca-se Guido Mantega, assessor de Lula em 1989⁶⁶ e Ministro de Dilma até 27 de novembro de 2014, e que, de acordo com Ouriques (1995), vulgarizou e distorceu, em mesmo grau que FHC, as teses de Ruy Mauro e André Gunder Frank, e até mesmo Trotski, em seus trabalhos. Isso demonstra que, no campo teórico, sobretudo no tocante à economia política, o PT não estava tão distante da compreensão de realidade praticada por FHC e José Serra. Ou seja, não se tratava de nada além do velho ufanismo da burguesia (em especial da burguesia paulista bandeirante) que vê com otimismo e progressismo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nas palavras de Ouriques (1995):

Se supone por tanto que el capitalismo brasileiro ha alcanzado ya condiciones para practicar una política social y salarial más “civilizada” eliminando los métodos groseros del llamado capitalismo “salvaje” y sustituyéndola por una exploración más “científica”, basada en métodos suficientemente sofisticados para permitir aumentos de ganancias concomitantes con la elevación del nivel de vida de la población trabajadora. (OURIQUES, 1995, p. 198).

5.2.2 O nacionalismo-revolucionário

Para Jaime Osorio (2014), uma das características do novo padrão de reprodução de especialização produtiva é a perda de legitimidade política, ou seja, o desprezo pelo sistema político. Isso ocorre como consequência do caráter agressivo do modelo de política econômica implementado, que não tarda em produzir efervescência social. Em suma, a pauperização gerada em grande escala pelo novo padrão faz eclodir a atividade revolucionária no continente.

O novo padrão ao reboque da ‘transição à democracia’, como já vimos, é executado de fato com Menem, Fernando Henrique Cardoso, Aylwin e Frei, Sánchez de Losada o Fujimori (OSORIO, 2016). Não obstante, há uma recomposição na correlação de forças que se inicia massivamente na Venezuela e Bolívia, bem como na Argentina, em 2001, com a queda de Fernando de la Rúa. O que há de comum entre eles? É o ‘nacionalismo-revolucionário’ que joga por terra a mistificação da ‘democracia restrita’, para usar uma categoria de Florestan Fernandes (1973). Há o rechaço completo das políticas econômicas do novo padrão de reprodução do capital, a nacionalização e estatização dos recursos estratégicos e o rompimento da dicotomia entre democracia/autoritarismo.

⁶⁶ Foi também Ministro (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) no governo Lula. Teve também passagem pela presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a demissão de Carlos Lessa.

Para Osorio (2016, p. 224), o nacionalismo-revolucionário na Bolívia (2000), por exemplo, resgata as raízes comunitárias indígenas e da luta campesina que se mantinha viva em diversas partes do subcontinente, “donde las tendencias del valor que se valoriza no han terminado de enraizar, y que han operado como diques de contención a la descastación económica y política”.

Nas palavras de Osorio (2014):

La lucha de clases tiene consecuencias en la valorización del capital. De pronto puede perturbarla, en las ocasiones en las que las clases dominantes tiene capacidad de enfrentar y oponerse a los proyectos del capital. La presencia de gobiernos populares en Venezuela y Bolivia en la segunda década del siglo XXI, mediante movilizaciones que enfrentaban la construcción de centrales hidroeléctricas, la tala de bosques, o los aumentos salariales y reducción de jornadas, constituyen expresión de las dificultades que la lucha de clases le puede plantear al capital, aunque tales dificultades no impliquen liquidar las operaciones del capital en general (OSORIO, 2014, p. 64).

O detonar político que mudou substancialmente a correlação de forças na região, impondo um refluxo do novo padrão de reprodução do capital, foi o Caracaço, em 1988, que precede a práxis política em 2001, na Argentina, isto é, inicia-se um movimento *¡Que se vayan todos!*

Desse modo, o Caracaço não significou apenas o fim da “República de Ponto Fijo”, mas abriu uma fissura no cerco da dominação externa sobre a América Latina. Ademais, fez emergir na história o comandante Hugo Chávez Frías.

Para Barrios (2016), a Venezuela tem uma posição geopolítica singular: é caribenha, sul-americana e latino-americana. Chávez aparece como um “terremoto” em todo o continente, pois estando do lado das classes insurgentes via Cuba (cercada em meio a ofensiva do assalto aos Estados latino-americanos nos de 1980), atua como um líder político militar de origem nas camadas populares. Assim, o Caracaço, em 1988, significou o amadurecimento de um nacionalismo-revolucionário que pôs abaixo uma das burguesias mais degeneradas e ligadas ao imperialismo estadunidense.

Havia, nesse contexto, um pleno apogeu do consenso (que nunca foi consenso) de Washington. Entretanto, Chavéz se converte em uma liderança real de contraposição que dinamiza o processo de integração latino-americana (BARRIOS, 2016). É a figura vital criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que pretendia tirar os países da orbita da OEA e, por conseguinte, dos Estados Unidos. Foi idealizador da Aliança dos Povos de Nossa América e Caribe (ALBA), da TeleSur, do BancoSur, etc.

Para Barrios (2016), o ‘negrito de Sabaneta’ salvou a América Latina de ser anexada pelos Estados Unidos quando da tentativa de implementação da ALCA. Também, reestruturou a Academia Militar da Venezuela, momento em que seu professor, Jacinto Pérez Arcay, o aconselhou a se aproximar da Bacia do Prata, coração da integração, donde o interesse da Venezuela pelo Mercosul.

Nas palavras de Barrios (2019):

Este militar tipicamente nacionalista ibero-americano se convierte en un geopolítico militante de la idea geopolítica de Juan Domingo Perón del continentalismo suramericano, o Estados Unidos del Sur, que tiene sus antecedentes en Bolívar, San Martín, Ugarte, Perón y Vargas (BARRIOS, 2019, p. 01).

Portanto, a quarta onda de integração na América Latina, que se estrutura nos anos 2000, é o do desabrochar de movimentos sociais e populares distintos.

5.2.3 Lumpemburguesia e progressismo

A temática de nosso estudo focaliza a fronteira final do democrático-progressismo no Brasil. Entretanto, julga-se que para ter uma noção concreta da conjuntura faz-se necessário a todo momento executar o diálogo passado-presente e presente-passado. Assim, esse tópico traz algo presente e que justifica parte do título de nosso estudo, *lumpemburguesia e integração*.

Em 19 de novembro de 2004, o jornal Estado de São Paulo publica a seguinte matéria: “Enrolado na bandeira do Brasil, Lessa diz que elite engana Lula”. Segundo a matéria do jornal paulista:

Enrolado na bandeira brasileira, o presidente do BNDES Carlos Lessa acusou hoje a elite de fazer “uma manobra astuciosa para enganar o presidente Lula”. Durante ato em homenagem a ele em frente ao prédio do BNDES, no Rio, ele atribuiu sua destituição do cargo à “uma manobra forte de desvio de uma iniciativa popular (eleição de Lula para presidente)”. Ele atacou a política econômica afirmando que ela “não gera emprego”. Lessa fez um discurso em defesa do presidente ao dizer que Lula “é a demonstração inequívoca da capacidade do povo brasileiro”. “Estamos assistindo é mais uma manobra astuciosa da elite para frustrar os sonhos populares” (LESSA, 2004, P. 01).

Ora, como já mencionado anteriormente, o novo ciclo de dominação que se abriu com o novo padrão exportador de especialização produtiva impôs um *imperialismo total* que na prática significa não apenas a adoração de agendas ultraneoliberais, mas implica no comando da economia, do patrimônio estratégico, dos principais ativos produtivos, recursos naturais e, até mesmo, do território, desde de dentro, isto é, por via e mecanismos institucionais.

Levando esses aspectos em consideração, não há exemplo melhor que comprove tais premissas do que a atuação do BNDES, criado por Getúlio Vargas para ser o vetor da industrialização brasileira, aliás, são raros os países no mundo que podem contar com um banco de desenvolvimento. Todavia, no novo marco de dominação e reprodução, este passou a ser o banco de instrumento da transferência do patrimônio nacional brasileiro para grupos externos, ou seja, passou a ser o financiador das privatizações. Eis aí onde entra Carlos Lessa.

O economista Carlos Lessa e Darc Costa, foram os primeiros nomeados a comandar o BNDES, respectivamente como presidente e vice-presidente, na gestão do democrático-progressismo ou, de outra forma, nos governos petistas. Considerando o papel adotado pelo banco no período de FHC, isso significou uma espécie de “cavalo-de-pau”. Seria a volta do banco às suas origens? Fato é que Carlos Lessa e Darc Costa passam a ser boicotados pelo novo governo de cunho popular. Ponto crítico foi a investida do BNDES em evitar ou corrigir as privatizações e/ou desnacionalizações do período anterior.

Assim, conforme matéria da Folha de São Paulo, de 18 de novembro de 2003:

Cresce a reprovação, dentro do governo, a decisões recentes tomadas pelo presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Carlos Lessa. Além de ter sido duramente repreendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião com ministros na quinta-feira passada pela compra de ações da Valepar (empresa que controla a mineradora Vale do Rio Doce) [...]. Para a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o BNDES fez um mau negócio [...]. O BNDES alega ter protegido o interesse nacional ao autorizar a operação da Valepar. O Planalto não vê justificativa para tal operação ter sido aprovada sem autorização direta do presidente. [...] A BNDESPar (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações), subsidiária do BNDES, adquiriu a participação de 10,4% que o clube de investimentos Investvale detinha no capital votante da Valepar. O motivo apresentado para a operação foi a preocupação do BNDES com a possibilidade de a mineradora vir um dia a ser controlada por estrangeiros. “Temos uma preocupação geral, mais ampla, de preservar o controle de empresas que são estratégicas para o país em mãos nacionais”, afirmou dias depois Fabio Erber, diretor da área de Operações Indiretas do BNDES. Na quinta-feira passada, numa reunião que deveria discutir política industrial, Lula chamou a atenção de Lessa em tom duro. [...] O presidente disse que a compra das ações da Valepar foi um negócio ruim e que passou uma ideia errada aos investidores: a de que o governo poderia reestatizar empresas privatizadas (FSP, 2003, p. 01 - 02).

Estas iniciativas se completaram com a posição de tratar de modo distinto as empresas multinacionais, ou seja, impondo taxa de juros mais elevadas para não residentes, o

que corrigia, ainda que setorialmente, umas das grandes anomalias da era Cardoso. Nas palavras de Darc Costa (2004, p. 1): “É triste um país não poder diferenciar o capital nacional do capital estrangeiro. Isso normalmente acontece em colônia”.

Diante dessa realidade, a gota d'água para demissão de ambos foi a crítica de Carlos Lessa à Henrique Meirelles: “Meirelles tem status de ministro e comanda uma instituição cuja diretoria não é eleita pelo povo, mas que determina as variáveis chaves do cotidiano do país” (LESSA *apud* LOBATO, 2004, p. 2), tendo acrescentado também que: “Estou absolutamente convencido de que o presidente do Banco Central faz parte de uma articulação para desmontar o BNDES. Não sei se ele é o financiador da orquestra, mas ele é o regente” (LESSA *apud* LOBATO, 2004, p. 1).

Tal fato histórico permite focalizar de forma cristalina o modelo que seria traçado. Com a saída dos nacionalistas do BNDES, o pêndulo se ajusta em Luciano Coutinho após a rápida passagem de Guido Mantega. Eis o rosário de ilações, em que Coutinho passa a ser o “gestor dos sonhos” para o democrático-progressismo: equilíbrio macroeconômico com neo-desenvolvimentismo.

Colocou-se, então, a estratégia de transformar as empresas nacionais em corporações transnacionais, nas chamadas “campeãs nacionais”. Em nossa avaliação, e já munido de tudo que vimos até agora, a atuação de Carlos Lessa e Darc Costa compreendia uma visão totalizante da economia mundial, sendo que os anos de 1980 e 1990 significaram profundos danos à soberania nacional e qualidade de vida da classe trabalhadora. Vale lembrar que nem Lessa nem Darc Costa são marxistas revolucionários, mas, para ambos, estava claro o caráter *lumpem* da burguesia nacional brasileira. Em entrevista à Guilherme Barros, Darc Costa (2004) credita sua demissão à pressão feita pelas multinacionais, mas é consciente quanto ao apoio da *lumpem* burguesia nacional para a destituição da gestão Carlos Lessa:

[...]. Isto aqui não é entidade filantrópica. Não estou aqui para ficar repassando recursos sem garantias. [...]. Havia um pleito enorme do empresariado para que abrissemos a possibilidade de libertá-los da garantia pessoal na concessão de empréstimos, e achávamos que isso não devia ser feito. Afinal de contas, o dinheiro do BNDES é do povo brasileiro e não o espaço de acumulação primitiva para meia dúzia de empresários. Aqui é um espaço para a construção de ativos produtivos e geração de empregos. É isso que precisa ficar claro. Se um dia conseguirmos colocar toda a população na condição de classe média, resolvemos o problema do Brasil. Infelizmente, no ano passado, por causa dessa política econômica, 2,5 milhões de pessoas foram excluídas da classe média (COSTA, 2004, p. 01-05).

É essa meia dúzia de empresários frisados por Darc Costa que serão projetados como as multinacionais brasileiras, as “lumpemcampeãs” na gestão de Luciano Coutinho. Com base no acúmulo da reflexão produzida até aqui, a via seguida pelo democrático-progressismo se aproxima da ambivalência ‘desenvolvimentismo com dependência’ de Juscelino Kubitschek. Qual o dilema - e a cada dia mais difícil – de se reprisar o modelo JK, isto é, de se sujeitar às regras do padrão de reprodução do capital de turno (sinalizando para a ordem), buscando conservar a iniciativa popular (sinalizando para o povo)? Primeiramente trata-se do carácter agressivo no novo padrão de especialização produtiva que intensifica o processo de concentração e centralização de capitais e, segundo, da peculiaridade do quarto padrão de dominação externa em que o capital monopolista internacional atua no interior da economia satélite. Veja-se que isso já tinha sido destacado por Ribeiro (1978) e Fernandes (1973) nos anos de 1970, como se viu nos capítulos anteriores, mostrando que quando a história se repete é como farsa, ou seja, o subdesenvolvimento dificilmente será superado sem a superação da dependência.

De todo modo, observa-se que Carlos Lessa e Darc Costa viram com clareza que, pela correlação de forças, era impossível praticar um processo de estatização ou nacionalização de empresas, mas sendo um governo de cunho popular o horizonte era reassumir setores essenciais e estratégicos da economia.

Ambos foram críticos da gestão de Luciano Coutinho, refletido em seu expediente de criar as “campeãs nacionais”:

[...]. Acho que o BNDES deve financiar. Só deve assumir posições acionárias quando isso for estratégico. Eu não acho que a empresa nacional deve ser apoiada para virar multinacional. É minha posição pessoal” [...]. Nos últimos doze anos, o BNDES financiou a expansão de empresas brasileiras com atuação internacional, como a Odebrecht, o grupo JBS/Friboi e as empresas do grupo OGX, de Eike Batista. O grupo de Eike Batista obteve R\$ 6 bilhões do BNDES. “Eu acho o caso do grupo Eike um caso feio. Mas é minha opinião” [...]. O Brasil perdeu uma chance histórica ao não aproveitar as condições econômicas internacionais favoráveis durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, [...] a partir de 2004, a explosão da demanda dos países asiáticos por matéria-prima e a redução do preço dos produtos manufaturados foram extremamente favoráveis ao Brasil. “Desperdiçamos uma chance histórica de consolidar as forças produtivas brasileiras. Mas as forças produtivas não cresceram” (LESSA, *apud* VITAL, 2015, p. 01-02).

Com o exposto até agora, é cada vez mais difícil que a América Latina possa ser conduzida por um modelo de dependência estável (FRANK, 1972). A união de interesses conflitivos dentro de um satélite capitalista (FRANK, 1973), sua lua de mel, tende a ser cada vez mais breve.

Desse modo, considerando os anos de 1950-1960, a burguesia nacional obteve o adjetivo *lumpem*, por André Gunder Frank, devido às suas limitações estruturais básicas (ligadas à própria formação econômico-social brasileira) e ao seu aprofundamento (relacionado ao novo caráter da dependência e à expansão do capital monopolista). Entretanto, agora, no novo padrão de produção, indicado por Jaime Osorio, atinge-se a zênite. Examinando as ponderações de Carlos Lessa *apud* Studart (2005, p.02) sobre os poucos casos exitosos dentro do projeto das “campeãs nacionais”, destacamos: “Esses meninos da AmBev, por exemplo, usaram o BNDES e depois se entregaram aos belgas para converter o patrimônio em euro” que, por sua vez, a despeito da justificativa de que participação aumentaria a exportação de cerveja, na realidade, importavam cerveja para o Brasil.

Nas palavras de Lessa (2004):

“Essas empresas [Brahma e Antarctica, que formam a AmBev] já tomaram mais de 700 financiamentos do BNDES de 1960 a 2000”. [...]. “Nós ajudamos esses três rapazes [Marcel Telles, Jorge Paulo Lemann e Carlos Alberto Sicupira] a serem as maiores fortunas do país. Mas esses três senhores se converteram em três belgas de sucesso”. [...]. “Do ponto de vista deles, perfeito. Do ponto de vista do Brasil, é uma porcaria de negócio” (LESSA, 2004, p 01 - 02).

A burguesia satélite brasileira concebeu um “tripé capitalista” - o que pode ser confirmado pelos documentos da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP - estruturado da seguinte maneira: uma perna nas grandes companhias estatais, outra perna na *lumpem* burguesia nacional com núcleo no setor de engenharia intensa, segmentos da indústria e grandes atacados (comércio) e a última perna nas transnacionais com núcleo na indústria metal mecânica e automobilística.

Ora, com o novo padrão de reprodução de especialização produtiva na América Latina, a partir dos anos de 1980, esse tripé se transformou em peça de museu. A abertura econômica, as desestatizações e o fim das normas que limitavam o movimento do capital entre burguesias satélites e metropolitanas (também conhecido como desregulamentação), potencializou a especulação financeira. O investimento externo direto (IED) desnacionalizou a *lumpem* burguesia nacional, avançado até mesmo sobre áreas como planos de saúde e sistema de ensino.

Caso emblemático do grau de degradação da *lumpem* burguesa nacional foi o de Abílio Diniz com sua empresa Pão de Açúcar, partícipe do tal tripé e que inaugura, ainda em 1995, o processo de internacionalização de grandes empresas brasileiras, mas que, ao fim, ficou longe de significar aumento de emprego, renda e desenvolvimento de forças produtivas.

Segundo Carlos Lessa, “[...] a associação Pão de Açúcar-Cassino não gerou superávit comercial para o Brasil; a rede importa muito mais do que exporta” (LESSA, 2011, p. 01). Atentou para a condição a que o BNDES foi submetido, num “[...] vulgar banco de investimento. Esse tipo de banco, voltado para o mercado de capitais, é orientado por lucro financeiro, não por desenvolvimento de emprego e renda na economia nacional” (LESSA, 2011, p.02). Ainda:

[...] se o Brasil abrir mão de seus bancos sociais, não sobrá absolutamente nada para construir o futuro. Vejo com muita aflição a colocação do BNDES sob suspeita e, nesse sentido, acredito que o BNDES errou de maneira impressionante em algumas de suas apostas, como a dos campeões nacionais. Essa é uma aposta perigosíssima porque, de repente, a sorte da instituição passa a estar associada à sorte do sistema internacional. Acho assustador ainda que haja uma renúncia do desenvolvimento das forças produtivas internas do país. Na verdade, a ideia de campeões nacionais é uma ideia perigosíssima; aliás, estamos vendo isso agora de maneira nítida, porque a JBS é o maior grupo operador de proteína na escala mundial. E qual é a vantagem que o Brasil leva nisso? Eu não sei. Acho que a multiplicação de pequenas indústrias tem um impacto muito mais expressivo na vida brasileira do que a criação de uma JBS. Na verdade, a ideia de desenvolver as forças produtivas brasileiras é a ideia central que animou a trajetória do BNDES, mas o investimento em gigantes nacionais abandonou esse caminho (LESSA, 2017, p. 04-05).

De fato, a estratégia de lançar as “campeãs nacionais” apenas promoveu ainda mais a internacionalização da burguesia nacional, convertendo-a em uma fração cosmopolita que, no limite, as transformou em co-proprietária ou associada menor, *lumpemburguesias*, justamente por não se posicionar no topo. Ademais, acentua-se outros dois de seus traços *lumpem*, quais sejam, a incapacidade de se transfigurar em burguesia autônoma e a inaptidão para erigir uma ordenação social que não fosse modernização reflexa ou regressiva, como destacara Ribeiro (1978). Note-se que, como posto em relevo por Carlos Lessa, a extração de recursos públicos via créditos subsidiados – a fim de ‘socializar êxitos empreendedores’ – em nada fomentou a capacidade produtiva nacional.

Em dados recém divulgados pelo BNDES, dos 50 maiores tomadores de recursos (entre 2004 e 2018), um terço foi destinado a grandes empresas nacionais e a outra parte foi para estatais e multinacionais. O Estado de São Paulo aparece como o sexto tomador de recursos.

Tabela 2 - Listagem dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES

Tomador de recursos	Total	Financiamentos
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	62.429.487.199,59	37.675.949.125,59
EMBRAER S.A.	49.377.315.046,16	49.377.315.046,16
NORTE ENERGIA S/A	25.387.812.308,00	25.387.812.308,00
VALE S.A.	22.488.922.393,82	20.283.142.534,82
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.	18.133.362.952,41	18.133.362.952,41
ESTADO DE SAO PAULO	14.483.810.163,00	14.483.810.163,00
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. – TAG	13.302.144.494,00	13.302.144.494,00
TIM CELULAR S.A.	12.142.315.400,00	12.142.315.400,00
TELEFONICA BRASIL S.A.	10.265.088.383,93	10.265.088.383,93
FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.	10.028.285.892,46	10.028.285.892,46
PETROBRAS NETHERLANDS B V	9.877.869.968,00	9.877.869.968,00
OI MOVEI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	9.828.307.923,00	9.828.307.923,00
ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.	9.420.000.000,00	9.420.000.000,00
FIBRIA CELULOSE S.A.	9.391.120.517,34	7.156.945.958,34
KLABIN S.A.	9.039.094.562,98	8.077.123.970,98
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.718.841.893,00	8.718.841.893,00
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	8.125.172.399,00	8.125.172.399,00
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	8.000.000.000,00	8.000.000.000,00
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	7.694.631.799,36	7.694.631.799,36
JBS S.A.	7.661.550.695,36	2.711.708.714,36
BRASKEM S.A.	7.341.465.788,18	7.101.574.359,18
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL	7.254.347.892,94	7.254.347.892,94
BANCO DO BRASIL S.A.	7.244.692.185,26	7.244.692.185,26
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	7.178.367.521,61	6.476.069.714,61
PORTO DO ACU OPERACOES S.A.	6.712.593.322,00	6.712.593.322,00
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR	6.181.227.520,00	6.181.227.520,00
MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.	5.907.241.715,95	5.907.241.715,95
CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA	5.847.974.369,39	5.847.974.369,39
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	5.622.430.117,00	5.622.430.117,00
WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A	5.537.411.520,17	5.537.411.520,17
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	5.512.052.854,49	5.512.052.854,49
PETROBRAS TRANSPORTE S.A – TRANSPETRO	5.441.850.832,00	5.441.850.832,00

(continua)

(continuação)

Tomador de recursos	Total	Financiamentos
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A	5.323.292.391,79	5.323.292.391,79
XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	5.213.550.000,00	5.213.550.000,00
ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A	5.075.045.633,44	5.075.045.633,44
ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A	4.973.119.400,00	4.973.119.400,00
ESTADO DO CEARA	4.930.046.911,00	4.930.046.911,00
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES	4.814.286.961,00	4.814.286.961,00
AMBEV S.A.	4.765.170.007,39	4.765.170.007,39
CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	4.677.300.000,00	4.677.300.000,00
BRF - BRASIL FOODS S.A.	4.640.065.076,99	4.234.626.016,99
ESTADO DO MARANHAO	4.602.790.865,00	4.602.790.865,00
OI S.A.	4.301.498.671,00	3.551.699.000,00
RENAULT DO BRASIL S.A	4.130.197.210,27	4.130.197.210,27
ESTADO DO ESPIRITO SANTO	4.119.370.001,00	4.119.370.001,00
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	4.058.400.250,18	458.508.864,18
MRS LOGISTICA S.A	3.976.035.471,99	3.976.035.471,99
RUMO MALHA NORTE S.A	3.968.075.201,11	3.968.075.201,11
ESTADO DE SANTA CATARINA	3.945.806.097,00	3.945.806.097,00
SCANIA LATIN AMERICA LTDA	3.741.152.135,67	3.741.152.135,67

Fonte: BNDES (2019).

O problema que se coloca é que no plano econômico o democrático-progressismo ensejou uma prosperidade que realçava uma economia orientada ou submetida ao novo projeto exportador, onde a *especialização produtiva* estava apoiada em torno de eixos no exterior. Com base em Jaime Osorio:

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições, até o imaginário despertado com a industrialização em torno da produção sob direção local e com respostas a necessidades nacionais acabou por ser derrubado. Se no sistema mundial capitalista a soberania sempre foi objeto de uma distribuição desigual, mais forte nas economias centras e mais débil nas regiões e economias periféricas, tal situação foi agudizada nas atuais condições de cadeias globais de

direção transnacional, com elos e segmentos distribuídos pelo mundo (OSORIO, 2012, p. 113).

Essas circunstâncias explicam, atualmente, o projeto que o BNDES tem para o país: de privatizar o que ainda restou de público, de tal forma que se existir um subimperialismo brasileiro, deste o país não extrai vantagem alguma, a não ser para um pequeno núcleo, uma burguesia satélite, que se utiliza do BNDES como ferramental para rapina financeira e assalto ao Estado, ou seja, para facilitar a venda dos ativos brasileiros. Por outro lado, o pauperismo e a massa excedentária aumentam quanto mais se intensifica o padrão de reprodução transnacional de exportação⁶⁷. Por conseguinte, no passo em que a crise se intensifica e deprecia os ativos nacionais (tensionado concentração e centralização do capital), isto é, reduz seu valor, promove-se a anti-nação: a transferência de riquezas do Brasil (que foram o resultado de anos de trabalho acumulado da classe trabalhadora) por preços simbólicos. Com qual propósito? Para supostamente lançar o Brasil como “celeiro” do mercado mundial? Todavia, condena-se a população que a rigor não está desempregada ao pauperismo e a descarta estruturalmente como massa sobranse, exército industrial de reserva que aumenta assustadoramente.

Em suma, sucessivos governos promovem o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, com uma plataforma de especialização produtiva e exportação que não é sua, nem produz para satisfazer as necessidades de uma nação que se pretenda soberana. Trata-se tão somente de explorar as vantagens que o meio físico, econômico e social oferece aos donos do capital – especialmente estrangeiro – que aqui se estabelece.

Nessas condições, o democrático-progressismo desenvolve uma dupla atitude como força indutora da ‘integração latino-americana’, pois oculta a categoria do imperialismo e frisa que nossos problemas podem ser resolvidos internamente (reduções de assimetrias) com base em políticas públicas. Em outras palavras, ao mesmo tempo que indica o ‘processo de integração’ como a busca de autonomia ou como uma política ativa, apoia o projeto da *lumpemburguesia*, a qual até pode apoiar as iniciativas de ‘integração’, mas desde que estejam garantidos lucros financeiros e de curto prazo, posto que esta última “[...] em última análise, não aspira a substituir-se às empresas estrangeiras, mas tão somente a coexistir com elas e também que, entre as empresas estatais e as corporações internacionais, preferem estas últimas” (RIBEIRO, 1978, p. 114).

⁶⁷ Darcy Ribeiro (1978) estabeleceu a categoria ‘modernização reflexa’, importante de ser resgatada no momento em que se propaga na América Latina a necessidade de se realizarem “reformas modernizadoras”. A ‘modernização reflexa’ é a modernização sem desenvolvimento e/ou o crescimento sem emprego. André Gunder Frank (1973), caracteriza essa ‘modernização reflexa’ como ‘desenvolvimento do Subdesenvolvimento’.

5.2.4 A FIESP e a integração democrático-progressista

Cumprir analisar, a partir de agora, alguns postulados emitidos pela Fiesp e as mudanças significativas na correlação de forças na América Latina. Para Osorio (2015) não é possível analisar de forma rigorosa a fase contemporânea do capitalismo dependente latino-americano sem a percepção de que, por longo período, enormes lucros foram extraídos por muitas burguesias e Estados da região, como resultado imediato da elevação dos preços internacionais dos principais bens primários exportados por essa região – como foi o caso do petróleo e derivados, gás natural, cobre, ferro, soja e seus derivados, carne, para citar os mais destacados.

A Fiesp, atualmente, congrega 131 sindicatos filiados, fragmentados em 23 esferas produtivas, representando mais ou menos 150 mil empresas de diversos portes e pertencentes a diferentes níveis das cadeias produtivas no estado de São Paulo. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA/SINFAVEA), por exemplo, é sem dúvidas uma das entidades mais poderosas, pois aglutina os interesses das multinacionais ligadas à indústria automobilística. Por outro lado, em 2007, a FIESP fundou o Departamento do Agronegócio (Deagro) que, de acordo com a própria federação patronal, possui a finalidade de:

[...] conferir maior suporte às demandas específicas de cada setor do complexo agroindustrial brasileiro, a partir da elaboração de propostas para temas estruturais que atingem as cadeias produtivas como um todo. Atua também nas questões que impactam a competitividade do agronegócio no mercado internacional (FIESP, 2018, p. 01).

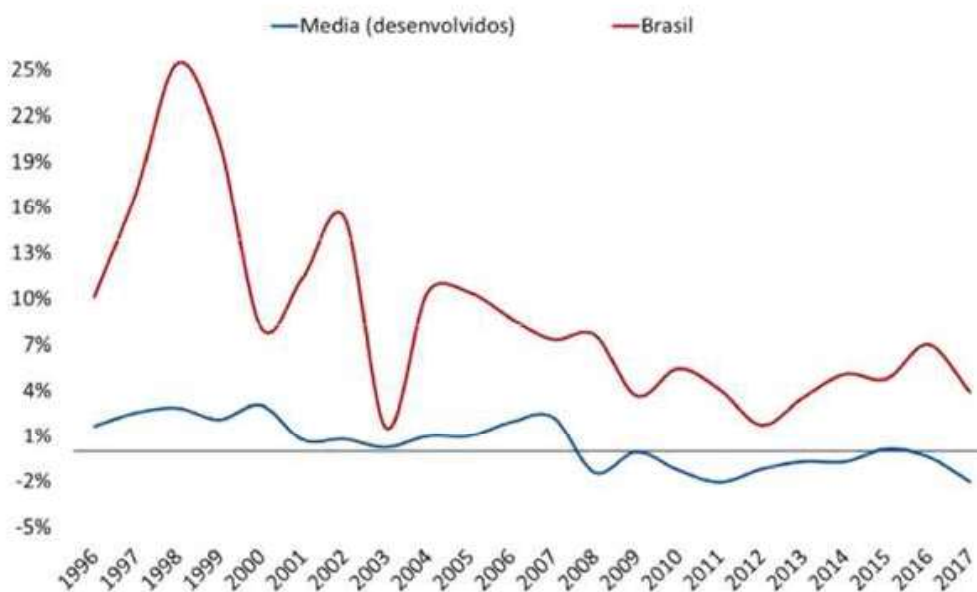
Assim, não se pode desvincular o papel da burguesia industrial produtora de *Commodities* e a burguesia bandeirante “historicamente industrial”. Em matéria divulgada pela Fiesp, com o título *Reformas Econômicas e Ajuste Fiscal Criam Condições para o Crescimento sustentado do Agronegócio na Próxima Década*, a entidade afirma:

O agronegócio brasileiro, responsável em grande parte pelo início da recuperação econômica brasileira em 2017, continuará como um dos protagonistas no cenário internacional. [...]. “O desemprego deve continuar a trajetória de queda e a taxa básica de juros tende a ficar em patamar historicamente baixo. No curto prazo, o setor de alimentos estará entre os mais beneficiados pela recuperação do poder de compra da população, com impacto positivo no consumo de produtos que dependem mais do mercado interno. É o caso das proteínas animais, como as carnes e os derivados do leite, e também dos alimentos mais elaborados”, aponta o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Para Skaf, no horizonte projetado, as reformas estruturais já feitas e as que ainda virão darão maior eficiência ao Estado e abrirão caminho para implementar políticas

públicas mais eficazes. “A agrícola, por exemplo, poderá iniciar sua migração para um modelo mais robusto. [...]. Por outro lado, o estudo aponta que neste cenário, o real tende a ficar mais valorizado em relação ao dólar, o que deve significar margens apertadas aos produtores, como ocorreu em 2017, exigindo investimentos cada vez maiores em tecnologia e gestão [...] (CARVALHO, 2017, p. 01)⁶⁸.

Ora, a implementação de reformas regressivas, como já apontada por Jaime Osorio, constitui um intenso instrumento de consolidação do padrão de reprodução e, conseqüentemente, do padrão de dominação. Contudo, o que a Fiesp não expõe na citação acima e, que merece indagação, é: qual o motivo da manutenção do ‘real forte’ (isto é, do real valorizado em relação ao dólar)? Para Pinto (2010), a razão central é o nível da taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) no Brasil o que, por sua vez, marca a ‘rentabilidade sobre o patrimônio’, isto é, as receitas bancárias financeiras, em especial, a renda de títulos e valores imobiliários intrinsecamente ligadas aos títulos da dívida pública interna.

Ilustração 8 – Evolução gráfica da taxa de juros real no Brasil (1996-2017)



Fonte: Fiesp e Ciesp (2018, p. 43).

⁶⁸ CARVALHO, Cristina. **Reformas Econômicas e Ajuste Fiscal Criam Condições para o Crescimento sustentado do Agronegócio na Próxima Década:** Cenário brasileiro para 2018 é de retomada mais consistente da economia, sendo o agronegócio um destaque. 2017. Indusnet Fiesp. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/reformas-economicas-e-ajuste-fiscal-criam-condicoes-para-o-crescimento-sustentado-do-agronegocio-na-proxima-decada-aponta-estudo-da-fiesp/>. Acesso em: 18 dez. 2017.

Sobre a ilustração anterior, convém explicar que a taxa real de juros considera o desconto da inflação. Em azul, a série histórica de juros reais praticados pelos países que a Fiesp considera como ‘desenvolvidos’ incluem Canadá, Dinamarca, EUA, Reino Unido e Suíça.

Por outro lado, teoricamente, o ‘real forte’ seria prejudicial tanto para a burguesia industrial quanto para a fração “industrial *de commodities*”, posto que seria um desincentivo às exportações. Por isso, a Fiesp cita que a valorização da moeda “deve significar margens apertadas aos produtores, como ocorreu em 2017”. Desta forma, é apenas hipoteticamente danoso, pois como ressalta Ouriques (2001):

Na prática o superendividamento estatal é a peça-angular do processo de estabilização em curso, pois é a partir da elevada taxa de juros – a mais alta do mundo durante muitos anos consecutivos – que as classes dominantes locais garantem não apenas superlucros para todas as frações do capital, como asseguram mais poder político e controle da política econômica no longo prazo por parte dos detentores da dívida pública (OURIQUES, 2001, p. 133).

Nessas condições é preciso não confundir essência com aparência: o setor produtivo, representado pela Fiesp, protesta em campanhas televisivas – com slogans do tipo “não vamos pagar o pato” e “a sociedade está cansada de engolir o sapo” – contra alta dos impostos ou da taxa de juros. Todavia, o rentismo nunca é colocado como um inimigo a ser combatido, mas por um motivo simples: o rentismo é o que promove o pacto de classes entre as diversas frações do capital (uma soldagem tão bem feita que inclui medidas compensatórias, tais como subsídios – podendo ser na forma de crédito –, renúncia fiscal, perdões de dívidas e inclusive para multinacionais).

Analisamos inúmeros relatórios da Fiesp e a conclusão é que há uma crônica ausência propositiva no tocante à uma política industrial para o país, sendo tênues, espermáticas e genéricas suas sugestões re-industrializantes. Em termos de ciência e tecnologia, idem. Em seu conjunto, concentra seus protestos contra a carga tributária, a burocracia estatal e remuneração da força de trabalho. Medidas que, como sabemos, transferem (quando não, aumentam) para as classes subalternas o ônus dos problemas. Contudo, eis aí o êxito do democrático-progressismo: este soube, pela realidade histórica posta, compensar as classes populares com programas de transferência de renda. Como sintetiza Pinto (2010):

Uma política social focalizada de combate à pobreza com estreita ligação com a sua política econômica. Política social esta que se originou no âmbito do FMI e do Banco Mundial, sobretudo ao longo dos anos 1980 e 1990, haja vista a “preocupação” destas instituições com instabilidade política dos países periféricos que adotaram o MLP. Com isso, estas políticas sociais focalizadas assumem muito mais uma função de amortecedor dos conflitos sociais, no âmbito do projeto neoliberal, do que um

mecanismo capaz de desarmar os mecanismos estruturais da 'pobreza. Sendo assim, cria-se um efeito perverso para a pobreza já que não é possível eliminá-la, mas mantê-la em níveis decentes, como diz Lula, "dar um prato de comida a cada um". Ou seja, a questão é socorrer os pobres no extremo da linha (OLIVEIRA, 2009). Em outras palavras, a política social, sob o governo Lula, assume um caráter focalizado. A "porta de saída" dos beneficiários dos programas de transferência de renda não passa de um "grande mito", pois nessa configuração não existe porta, janela, nem mesmo fresta para que esse subproletariado deixe essa condição (PINTO, 2010, p. 282).

5.2.5.1 A renúncia da tradição

Nessas condições, a elaboração teórica do chamado 'democrático-progressismo' renuncia tanto ao legado do pensamento crítico brasileiro quanto do latino-americano. Todavia, abdica até do mais elementar ensinamento burguês desenvolvimentista, isto é, da velha teoria cepalina da 'deterioração dos termos de intercâmbio', postulada por Raul Prebisch, que demonstra que o comércio internacional não promove vantagens aos países da América Latina uma vez que os consolida em posição subalterna, qual seja, de fornecedores de produtos agrícolas e minerais, considerando que esses tipos de produtos exportados pela região possuem tendência natural de queda de preços frente aos produtos manufaturados.

Um estudo que tenha a pretensão de investigar os aspectos econômicos e políticos sob uma perspectiva latino-americana deve inexoravelmente passar pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Em 1949, o argentino Raúl Prebisch esboçou os primeiros estudos que vão muito além de incorporar o sistema "centro-periferia", fazendo uma revisão crítica da teoria ricardiana de comércio exterior, também conhecida como "Teoria das vantagens comparativas". No que consiste essa teoria? Consiste em que se os países atrasados se especializassem em produzir produtos primários e os avançados em manufaturados, nas trocas comerciais entre eles, os que se especializassem em produtos primários levariam vantagens devido a poder absorver a produtividade dos países avançados. (OURIQUES, 1995).

Prebisch demonstrou que as economias centrais não repassam seu aumento de produtividade para os países subdesenvolvidos, o que gera como resultado do intercâmbio de mercadorias uma inclinação dos preços que favorece sempre os produtos industrializados, por suposto, seus países produtores.

Frise-se que CEPAL tinha como missão desvendar o subdesenvolvimento da América Latina em relação às regiões centrais desenvolvidas e encontrar meios para superá-lo. O diagnóstico feito é: a) a causa do subdesenvolvimento decorre da estrutura interna das nações periféricas, marcada pela produção de produtos primários com reduzida integração entre os setores da economia, somada ao desemprego estrutural e concentração da renda. b) o motivo da condição de dependência é fruto das relações comerciais com o centro capitalista, pois se

registra uma queda regular do poder de compra para produtos manufaturados em relação aos bens primários. (OURIQUES, 1995).

Nas palavras de Ouriques (1995):

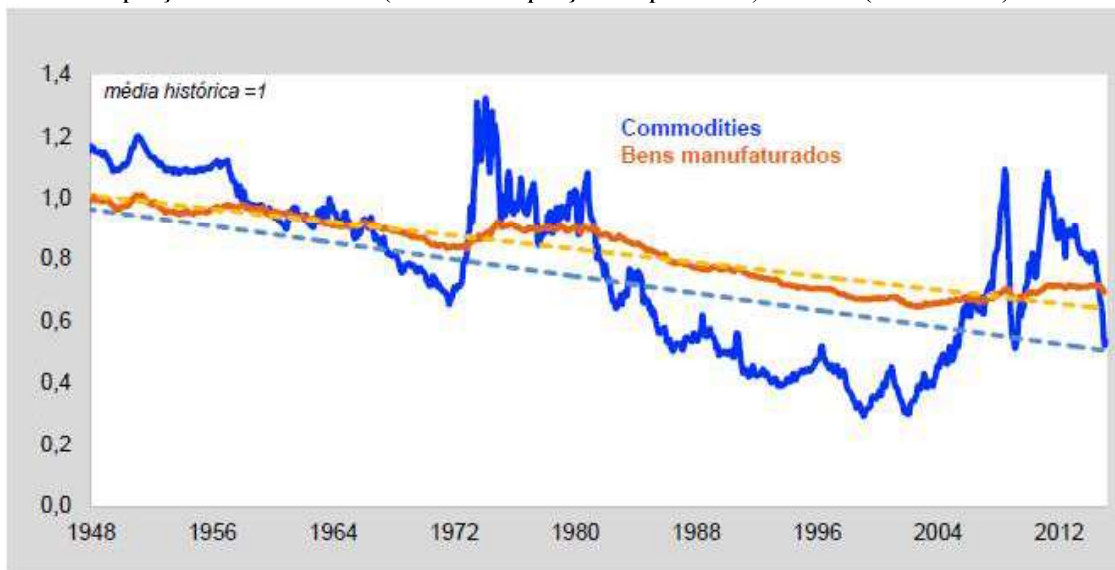
En sus primeros estudios, la Cepal, que en aquel entonces era sinónimo de Raul Prebisch, empezó a identificar un elemento “estructural” en el funcionamiento y relación de las economías periféricas con las centrales. El fenómeno corresponde al deterioro de los términos de intercambio que fue durante años una suerte de manifiesto y programa de muchos gobiernos latinoamericanos. El fenómeno del deterioro en la relación de precios de intercambio fue identificado en el año de 1930 y, según afirmar Prebisch, no constituía, entonces una posición económica, sino que solamente se consolidaría años después. ¿En qué consistía este manifiesto y cuál es la base teórica que Prebisch o la Cepal irían a ofrecer más adelante? El razonamiento es relativamente simple. Se identificaba el deterioro en la relación de precios de intercambio y se proponía el proceso de industrialización como superación para ello. La idea subyacente era que los países dependientes exportaban productos (básicamente materias primas: productos agrícolas y minerales) e importaban productos manufacturados. Estos tenían un alto valor agregado por el componente tecnológico que sólo podría ser contrarrestado cuando se pusiera en marcha un amplio proceso de industrialización por parte de los países periféricos. Como se puede ver, el fenómeno es identificado a partir de la esfera de la circulación, particularmente por las relaciones de precios. Estamos lejos todavía de pensar las reformas estructurales en que la Cepal hará hincapié años después y que representará el período de maduración y radicalidad burguesa de la entidad (OURIQUES, 1995, p. 26 – 27).

Assim, do ponto de vista da Economia Política Internacional, o *shock* - e seus desdobramentos (flutuação descendente das *commodities*) -, que se iniciou em 2011 e que chegou no seu menor nível em 2014, não significou uma ruptura, mas o retorno a uma configuração estrutural.

Revela-se, portanto, que o *deterioro de los términos de intercambio* é um componente básico. A partir de uma compressão totalizante, o horizonte se amplia e abarca outros mecanismos complexos que operam no mercado mundial, transferindo valor da periferia para o centro, tais como o serviço de remessas de juros (serviço da dívida), as remessas de lucros, *royalties* e dividendos e, pôr fim, a apropriação da renda diferencial e da renda absoluta do monopólio sobre recursos naturais. Todas essas formas de transferência de valor se agudizaram, fazendo com que se percebesse que as bases materiais nas quais se assentou o ‘democrático-progressismo’ fossem compreendidas como uma verdadeira bomba relógio.

A ilustração a seguir traz esse dado, desde 1948 até 2014 de forma gráfica, onde se observa a queda em termos reais das *commodities* e bens manufaturados.

Ilustração 9 – Evolução gráfica dos termos de intercâmbio: índice agregado de *commodities* e índice de preços de bens finais (da série de preços ao produtor) – EUA (1947-2014)



Fonte: Bureau of Labor Statistics, Bloomberg *apud* Itaú (2015, p. 3).

Segundo Luce (2018), o alcance da categoria de transferência de valor vai bem além das questões estritamente comerciais – a exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados –, ou pensando o imperialismo como fator um externo e sem categorias mediadoras. Nas palavras de Luce (2018):

Existem economias que se apropriam de valor/riqueza produzida por outras economias, em relações sob as quais as últimas encontram-se submetidas às primeiras através das transferências de valor como relação de subordinação no mercado mundial. Nesta relação antagônica, o que para umas é apropriação, para as demais é transferência/perda de valor riqueza. Eis o significado da categoria transferência de valor como intercâmbio desigual (LUCE, 2018, p. 84).

Ilustração 10 – Evolução gráfica dos preços de *commodities* nos últimos 100 anos

Fonte: Bureau of Labor Statistics, Bloomberg *apud* Itaú (2015, p.1)

Como se vê, então, o democrático-progressismo teve boa relação com a Fiesp e, por conseguinte, promoveu a manutenção da política econômica do padrão de reprodução do capital. Daí surge a pergunta: o que terá ocorrido em 2013 para tenha se alterado a correlação de forças?

Em seu conjunto, os desdobramentos iniciados em 2013 não foram fruto de uma improvisação, mas de uma política calculada da burguesia. A chegada do democrático-progressismo no Brasil acomodou a luta de classes em um momento em que ascensão do radicalismo no continente, sobretudo, a eclosão do nacionalismo-revolucionário, mudou a correlação de forças na América Latina, colocando o pan-americanismo de “sobrevivo”, o qual recuou e tomou medidas para que o nacionalismo-revolucionário não se propagasse por outros países da região, já que as burguesias satélites não podiam avançar com intensidade naquele instante. De modo que, esvaziou-se o radicalismo e alterou-se a correlação de forças, descartando-se a conciliação quando necessário e a conjuntura autorizasse.

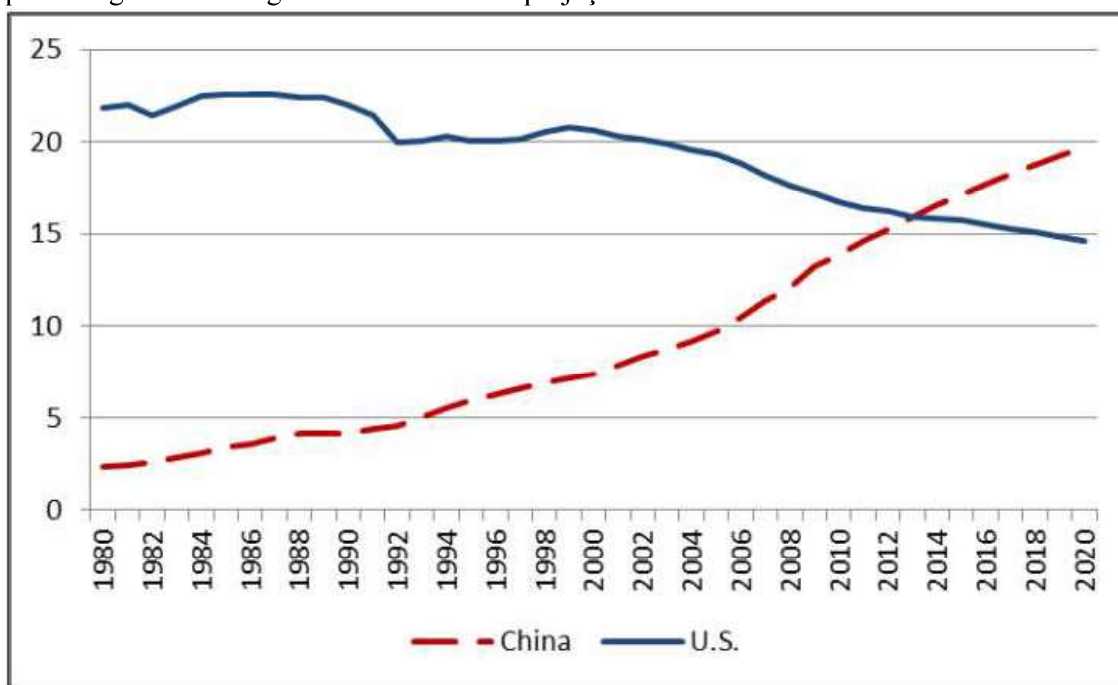
5.3. A VOLTA DO SATÉLITE PRIVILEGIADO E O VELHO PAN-AMERICANISMO

Assistiu-se ao afastamento de Dilma Rousseff (Presidenta) por 180 dias até ser golpeada definitivamente pelo Senado Federal, em 31 de Agosto de 2016. Iniciou-se o governo interino de Michel Temer, momento no qual a alta cúpula das Forças Armadas se apresentou explicitamente no palco político da nova república, com a nomeação (no dia 12 de maio de

2016) do general Sérgio Etchegoyen para o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Coincidentemente, é a mesma data em que um dos personagens mais obscuros da história do Brasil assume o ministério de Relações Exteriores, isto é, o ufanista da burguesia - como diria Ruy Mauro Marini - José Serra Chirico, marcando algo que também é senso comum, a correspondência entre diplomacia e defesa.

Neste passo, os governos se ampararam pela coesão que fazem internamente. Como marcado anteriormente, o pacto de classes foi rompido menos pelo descuido com as contas públicas (como creditado pela Fiesp) e mais pelos acontecimentos da nova conjuntura internacional. No entanto, apenas isso não explica a ascensão de José Serra Chirico e do general Sérgio Etchegoyena.

Ilustração 11 – Evolução gráfica do PIB chinês e norte-americano (Base PPP) como porcentagem do total global: 1980- 2016 e projeções até 2020



Fonte: Morrison (2018, p. 14).

Para Osorio (2012, p. 80) “um problema teórico e metodológico de maior importância é desvendar os elementos que tornam possível que as mudanças nos centros imperiais propiciem mudanças nas economias dependentes”. O gráfico acima retrata algo fundamental: muitas das análises geopolíticas tratam a presença chinesa na América Latina como determinante para o que seria uma “ofensiva conservadora”, entretanto, temos claro que o princípio é a economia mundial, de modo que a questão sensível é o deslocamento do núcleo

dinâmico para a Ásia. Nessa direção, um ponto de inflexão, em 2013, é sem dúvida a presença chinesa no PIB mundial.

Em relatório divulgado pela Fiesp (2013b), a entidade entende claramente que os “Estados Unidos delinearam um plano abrangente para a revitalização da manufatura americana, incluindo propostas legislativas e ações executivas que já estão sendo implementadas”, neste sentido:

Investir em tecnologias criadas nos EUA e em trabalhadores americanos; criar uma rede de institutos de inovação manufatureira; criar um fundo para treinamento de trabalhadores em manufaturas avançadas. b) Acabar com incentivos fiscais a empresas que enviam postos de trabalho para fora do país e tornar os EUA mais competitivo; Reformar o código tributário de forma a reduzir os impostos sobre a atividade industrial; Expandir, simplificar e tornar permanente crédito tributário à P&D; Eliminar deduções de impostos para empresas que enviam postos de trabalho para fora do país e fornecer créditos tributários para companhias que trouxerem empregos de volta para os EUA; Ampliar a dedução de impostos sobre as manufaturas avançadas; Requerer das companhias o pagamento de um imposto mínimo sobre o lucro das operações no exterior; Conceder auxílios para pequenos produtores. c) Trazer postos de trabalho manufatureiros de volta ao país; fornecer assistência financeira e apoio técnico a “comunidades manufatureiras” por meio de agências federais; promover esforços federais para atrair investimento empresarial para os EUA; conceder incentivos às “comunidades manufatureiras” que enfrentaram grandes perdas de postos de trabalho. d) Abrir novos mercados para produtos fabricados nos EUA e posicionar indústrias americanas na liderança global em manufaturas avançadas. Realizar acordos comerciais para expandir as exportações dos EUA e abrir mercados para produtos fabricados nos EUA; Implementar medidas para garantir isonomia entre empresas americanas e firmas de outros países como ações para barrar práticas desleais no comércio internacional; Realizar investimentos em energias limpas e em padrões de eficiência de combustível para assegurar liderança americana na manufatura avançada do setor automobilístico; Ampliar programas de P&D em manufaturas avançadas chaves, como robótica, nano-manufacturing, bio-manufacturing, materiais avançados e tecnologias de defesa (FIESP, 2013b, p. 45).

A Fiesp sabia das alterações no interior da economia mundial, não sendo surpresa que em nenhum momento em seus relatórios tenha se colocado com pretensão de disputar posição na economia mundial, sobretudo nas áreas sensíveis à ciência e tecnologia, tampouco de concorrer com monopólios internacionais, tendo em vista que os assenta. As palavras chaves que perpassam inúmeros boletins, em 2014-2014, é “desglobalização” ou “reglobalização”, muito antes da eleição de Donald Trump e quanto às ideias, limitam-se a indagar como será a estratégia de reinserção do Brasil dentro do novo cenário.

Neste contexto, revela-se que nem o Brasil nem a Fiesp tinham a América Latina em seu horizonte estratégico, isto é, uma política externa focalizada na integração latino-americana. Ou seja, a região tinha deixado de ser um eixo estratégico ainda em pleno funcionamento do democrático-progressismo. Ainda, em 2013, a Fiesp assinalava:

A **Agenda de Integração Externa** não pretende escolher países em detrimento da relevância de outros, mas apenas esboçar uma estratégia que atenda à demanda atual por ações específicas que representem o melhor custo-benefício para a economia nacional. A FIESP confia no esforço e na capacidade formuladores de política e negociadores brasileiros, e espera que estes, cientes das particularidades que circundam as ações aqui propostas, possam implementar um trabalho contínuo em prol de uma maior integração do nosso país na economia mundial. O reconhecimento dessa excelência não é somente da indústria – recentemente, países desenvolvidos e em desenvolvimento também expressaram opinião semelhante ao eleger o Embaixador brasileiro Roberto Azevedo como Diretor Geral da OMC. Todavia, é primordial que governo, em consonância com o setor privado, estabeleça cronogramas, objetivos e metas reais de atuação para que a implementação da Agenda de Integração Externa ocorra de maneira contínua e em sua totalidade. **A FIESP reconhece a importância da regulação multilateral de determinados temas ligados à agenda de comércio, como subsídios, câmbio, meio ambiente, entre outros. Entretanto, a entidade também encara como prioridade o engajamento do Brasil no plano bilateral de negociação.** Por fim, destaca que ambas as esferas negociadoras devam ser contempladas no âmbito da estratégia brasileira de inserção no plano econômico mundial, principalmente por meio da construção de novas parcerias, da manutenção e aprofundamento das já existentes e da reforma do processo decisório interno [destacado nosso] (FIESP, 2013, p. 30).

A concepção foi optar ambigualmente para algo ainda em gestação, os Brics, conservando a ideia de uma política externa ‘independente’ menos no estilo dos presidentes Quadros e João Goulart e mais no estilo do ‘Pragmatismo Responsável e Ecumênico’ do General Geisel. Todavia, tornou-se impossível levar adiante tal política em um mundo dividido geopoliticamente e imperializado.

Assim, quando, em 5 de março de 2013, morre Hugo Rafael Chávez Frias - segundo Ouriques (2009):

Há no Brasil uma crônica falta de percepção da importância desta significativa mudança na correlação de forças porque grande parte dos analistas ainda julga os conflitos do período atual como uma simples reação de setores sociais ao desgaste inexorável do neoliberalismo. Portanto, descartam a existência de uma ofensiva do nacionalismo revolucionário que abriu novas portas e elucidou uma nova correlação de forças no nacionalismo na América Latina (OURIQUES, 2009, p. 04).

Resulta que o “plano abrangente para a revitalização da manufatura americana”, apontado pela Fiesp, coloca os Estados Unidos em uma posição protecionista, cenário que se consolida com a eleição de Donald Trump. Nesta circunstância, a posição defensiva estadunidense frente ao avanço relativo da produtividade chinesa é a de fazer com que a América Latina seja envolvida em um contexto de conflitos que parecem não comportar soluções equilibradas duráveis e, com isso, tornando-a sua zona de segurança nacional, acumulação e reserva estratégica de recursos.

A partir disso, dentro do marco esquemático de André Gunder Frank - metrópole/satélite e os nexos entre os níveis nacional, regional e internacional -, infere-se que

a Fiesp se coloca na vanguarda dos desdobramentos históricos para posicionar o Brasil novamente em uma posição de ‘satélite privilegiado’ do imperialismo estadunidense. Foi por essa razão que o fracasso do democrático-progressismo, com seu experimento de um capitalismo de “corporações nacionais” incorporado nos marcos do capitalismo dependente, se mostrou esgotado. Em 2016, a Fiesp divulgou um estudo para “Analisar a evolução do endividamento e da capacidade de pagamento das maiores empresas da indústria de transformação no período de 2010 a 2015 [...]”⁶⁹ e concluiu que:

Caso continue a atual tendência, a expectativa é de que a grande maioria das empresas se encontre em situação bastante preocupante de endividamento e geração de caixa nos próximos anos, comprometendo, dessa forma, um dos únicos vetores restantes de crescimento para o país: o investimento (FIESP, 2016a, p. 11).

Os dados mostram que, desde 2010, a indústria de transformação já apresentava dificuldades financeiras, de maneira que a crise deflagrada a partir de 2013 não seria uma novidade, pois a Fiesp já estava ciente de sua existência. Na ocasião, 2016, a entidade responsabilizou a taxa de câmbio valorizada e os juros altos, considerando que “a alta na SELIC tem efeito perverso sobre o spread e a inadimplência” (FIESP, 2016a, p. 08), todavia - como foi visto anteriormente - o câmbio valorizado foi efeito da elevação da SELIC, a qual foi convenientemente tratada de forma superficial pela entidade, apesar de ter manifestado preocupação com a “desnacionalização acelerada das principais empresas industriais brasileiras” (FIESP, 2016a, p. 36). Como solução imediata sugeriu “ampliar apoio à fusão e aquisição de empresas com dificuldades financeiras” (FIESP, 2016a, p. 42) via financiamento do BNDES, ou seja, atuação estatal no mercado.

Observa-se, desta forma, que, sem a ruptura com a dependência no horizonte histórico, não existe outra opção para as ‘burguesias satélites’ que não seja recorrer ao binômio ‘satélite privilegiado’ e velho pan-americanismo, como outrora sugerira Golbery.

Portanto, historicamente, o Brasil não consegue romper com a dicotomia metrópole/satélite aludida por Frank (1979), aprofundando-se o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ na medida em que a reprimarização se torna a marca característica do chamado “desenvolvimento” no século XXI e a burguesia brasileira ratifica-se como uma *lumperburguesia*. Do mesmo modo, poderíamos dizer que a incapacidade do Brasil de promover um capitalismo autônomo nos albores do século XX, como destacou Fernandes

⁶⁹ Ver DECOMTEC, Departamento de Competitividade e Tecnologia. **Situação Econômica do país e a deterioração financeira da indústria de transformação**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo –Fiesp, 2016, p. 11.

(1973), decorre da revolução burguesa que se caracterizou por estar “dentro da ordem” e ocorrer “de cima para baixo”, relegando a massa brasileira ao esquecimento e convertendo a burguesia brasileira numa burguesia apequenada e associada às forças imperialistas da reprodução do capital internacional. Na atualidade essas forças imperialistas compreendem o quarto padrão de dominação externa: o do ‘Imperialismo Total’, ou, visto de outro modo, o novo ‘padrão de reprodução de capital’, denominado por Osório (2012) de padrão de reprodução com especialização produtiva.

Finalmente, ratifica-se também a inépcia da elite brasileira no sentido de historicamente se inserir – desde o processo de independência – naquilo que Ribeiro (1978) denominou de ‘atualização histórica’: o relegar da aceleração evolutiva que é própria dos países capitalistas desenvolvidos, convertendo-se desde muito cedo numa burguesia subordinada aos interesses internacionais, optando pelo desenvolvimento parcial e pela ‘modernização reflexa’, e ao mesmo tempo constituindo uma ordenação social formalmente autônoma, mas dependente dos centros externos de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um pendor dentro da concepção de política externa brasileira frente aos países latino-americanos. É uma tendência que atravessa o próprio aparelho de Estado Brasileiro (idealizado de maneira “científica” pela Escola Superior de Guerra – ESG) e que possui várias expressões dentro do Itamaraty, como o de “interdependência”, “satélite privilegiado”, “fronteiras ideológicas” e “gendarme mantenedor”. É a existência de teorias apócrifas, na medida em que são estudos que partem da estratégia estadunidense para o continente, mas, por outro lado, expressam a dualidade que caracterizou a ação dos bandeirantes brasileiros para com os países limítrofes (afinal, “o espírito das bandeiras” é um traço entranhado na política externa brasileira).

A concepção de ‘barganha leal’, por exemplo, é uma fecundação oligárquica, na medida que alguns privilegiados se beneficiam ou retiram vantagens via integração dependente. Em nossa investigação, vimos que o pensamento de Mario Travassos (em um primeiro momento) e o de Golbery do Couto e Silva (de forma bem mais profundamente) – mas incluímos o “desenvolvimento dependente e associado”, de Fernando Henrique Cardoso – trazem em sua gênese o *modus operandi* bandeirantista, que tem a burguesia paulista bandeirante como ponta de lança do imperialismo de turno e que se beneficia da superexploração do conjunto da região. Do ponto de vista de uma compreensão latino-americanista, seria uma classe verdadeiramente anti-caudilhista menos por ser avessa à mistificação concebida como “populista” e mais por ser uma classe que “conduz a nação”, não obstante, para o abismo.

A metodologia ‘metrópole-satélite’ de André Gunder Frank nos auxiliou a captar como determinadas burguesias tem se colocado em condições de ‘satélites privilegiados’, e, como - na medida em que preservam seus interesses - condenam o resto de seu próprio país e outras nações que estejam em seu raio de ação à indigência. Neste sentido, o ‘integracionismo dependente’, que se iniciou com os golpes militares nos fins da década de 1960, contou com o papel ativo da burguesia paulista. A dualidade da ação dos bandeirantes segue triunfando ao longo da história brasileira como uma conjunção de interesses particulares e de rapina colonial – subsequentes do imperialismo.

Ademais, com base nos padrões de reprodução do capital, verificou-se que os ascensos e descensos das *ondas* largas marcam a tipologia dos processos integracionistas latino-americanos. Estes estão sempre oscilantes entre duas polaridades: a dos anseios de liberdade de uma América pobre e a do imperialismo expansionista de uma América rica.

Sob este aspecto, o que vimos de comum entre Rosas, López, Perón, Getúlio e Hugo Chávez?

O despertar do nacionalismo continental quando aflorado de forma libertadora dentro das forças populares não tarda em ameaçar o *statu quo*, motivo pelo qual historicamente tenta ser sepultado a sangue e fogo pelas forças opressoras. O Brasil, quanto à sua participação nisto, possui um largo histórico de ações contra revolucionárias na região da latino-americana, ao exemplo da derrubada de Rosas ou da destruição completa do Paraguai de Lopez, tendo, nos dois casos, como seu aliado menor, a oligarquia da Argentina Mitrista.

No último quartel do século XX, emergiu - como consequência da crise estrutural capitalista, sobretudo pós anos de 1970 - um novo padrão de reprodução na América Latina e que passou a posicionar o continente em graus extremos de subordinação via políticas econômicas de cunho “fundomonetaristas”.

Entretanto, não tardou o aparecimento das forças insurgentes na cena histórica, o que foi marcado pelo nacionalismo revolucionário bolivarianista. Gravitando essencialmente as mudanças na correlação de forças, nenhuma liderança na região teve mais popularidade do que Chávez, sobretudo, após a derrota do golpe de Estado planejado por Washington, em 2002.

Por outro lado, a “contrarrevolução monetarista”, tendo a “escola de Chicago” como seu núcleo de formação mais conhecido, abriu uma verdadeira guerra contra os Estados nacionais e, sobretudo, os povos tradicionais dos países latino-americanos.

Com o crescente do movimento e sentimento anti-norteamericanista, tencionou-se a correlação de forças, permitindo a emergência de outros campos populares, dentre eles o democrático-progressismo que, como se viu, foi baseado em concepções que renunciaram ao radicalismo popular – buscando firmar uma “socialdemocracia na periferia” –, como também romperam com o passado trabalhista brasileiro e com o pensamento crítico latino-americano, em especial com a teoria marxista da dependência. O sucesso da política externa brasileira sob vigência do democrático-progressismo se pautou em uma ampla rede de cooperação-antagônica no plano externo e em uma conciliação ou pacto de classe no nível interno.

Nesse contexto, a coesão no plano interno foi concebida pela ideia do ‘neo-desenvolvimentismo’ e, nesse sentido, vemos um acolhimento singular no tocante aos interesses das multinacionais e uma aliança íntima com a *lumpemburguesia* nacional, sobretudo a bandeirante. A passagem de Carlos Lessa pelo BNDES foi profundamente sintomática da contradição colocada por essa decisão e condição, e que atestou as limitações de tal experiência histórica. Por conseguinte, a manutenção da extração mítica de um “modelo” de política econômica orientado pelo novo padrão de reprodução na América Latina atestou mais

convergência entre progressismo e neoliberalismo do que um possível antagonismo entre ambos.

No plano externo, o vóo democrático-progressista se manifestou quanto à política externa, tendo se assentado sobre um pacto consolidado quanto à política econômica. Quanto a isso, a natureza progressista da política externa do democrático-progressismo revelou seus pendores quando o cenário se alterou: 1) com a tendência à redução dos preços dos produtos agrícolas e minerais; 2) com a morte de Hugo Chávez e; 3) através dos ganhos de produtividades da economia chinesa, o que fez que os Estados Unidos se colocassem em uma posição protecionista e colocassem a América Latina sob a perspectiva de uma ‘seguridade nacional’.

Analisando-se a perspectiva da Fiesp, constatou-se uma perfeita sinergia e compreensão dos desdobramentos ocorridos no Brasil e no cenário mundial, entre 2013 e 2016, os quais afetavam a *lumpemburguesia*. Isto é, dada a mudança na correlação de forças, essa instituição reativou pautas que na conjuntura passada eram inviáveis. Disto também cabe salientar: é perfeito o entendimento de ação entre a Fiesp, o Itamaraty e o Ministério da Defesa. É o que explica a nomeação de generais da Nova República e a nomeação de José Serra. Sobre os primeiros, após uma análise dos discursos de Etchegoyen, Heleno e Mourão, é como se dentro da esfera do aparelho de Estado o Brasil não tivesse vivenciado 13 anos de um período democrático-progressista ou como se um governo de esquerda nunca tivesse existido. Golbery converteu-se em ícone desse triunvirato que reafirma a importância do ‘o esquema estratégico-militar para a manutenção do status e paz imperial no continente intimamente’.

Finalmente, vale observar que nos anos de 1990, a indústria ‘maquiladora’ se assenta *pari passu* em algumas partes da América Latina, a começar pelo México. O Brasil, todavia, não se inseriu no sistema de ‘maquila’ de produção, contudo, dado o aumento da reprimarização no país (em função dos desígnios do mercado internacional e do padrão de reprodução de capital adotado pela burguesia satélite - associado à um aumento na disputa entre EUA-China em termos produtivos/comerciais), os reflexos mais imediatos têm aparecido através da crescente desindustrialização no país. Nessa direção, é possível que o fortalecimento dos acordos bilaterais, sobretudo, com os EUA, venha acompanhado da introdução no país de um conjunto de empresas e setores ‘maquilas’ e novas formas de superexploração da força de trabalho, o que aprofundará ainda mais o desenvolvimento do subdesenvolvimento no médio e longo prazos.

Por último, o histórico de rivalidades entre Brasil e Argentina, decorrente da posição de satélites seculares dos EUA e Inglaterra, poderá ser reeditado com a crescente influência chinesa e o recrudescimento do imperialismo estadunidense na região (uma “nova

Doutrina Monroe”). Se o monroísmo voltou à cena com a intenção de ratificar o campo de influência dos EUA na América Latina e delimitar a esfera de influência de outras nações, no Brasil, sobretudo, esse movimento parece estar claro à *lumpemburguesia*, a qual sem dúvida buscará tirar proveito da disputa. Contudo, não será através da construção do continentalismo latino-americanista dos movimentos nacionais populares e menos ainda de extração anti-imperialista. O caminho a ser seguido, porque inspira parte do Itamaraty, das Forças Armadas e da *lumpembueguesia*, será o de uma atualização histórica e anacrônica de uma concepção geopolítica já conhecida, qual seja, o a interdependência com a estratégia do Departamento de Estado Estadunidense.

Ainda que possa ser paradoxal, entende-se que, com o avanço de uma “nova Doutrina Monroe”, abrir-se-ão possibilidades de uma nova onda de integração e fortalecimento econômico e político dos Estados nacionais latino-americanos, o que implica repensar criticamente nossas estratégias para não se repetirem velhos e cometerem novos erros. Como bem sintetiza o professor Miguel Barrios: *El dilema será y ya es Patria Grande o la Nada*.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAMBIRRA, V. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Edunb, 1993.

____ et al. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

BARBOSA, C. A. **A FIESP e o Estado Nacional: de escudeiros a opositores (uma breve história do empresariado industrial paulista e a crise do regime autoritário 1979 a 1985)**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01102009-165641/pt-br.php>>. Acesso em: 10 out. 2017

BARRIOS, M. Á. La patria grande de Manuel Ugarte es el irrenunciable destino o la nada. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, Equador, 02/12/2016, p. 01-02. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/182130>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

____ Nuestra América de José Martí ante el mayor desafío geopolítico de la globalización. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, Equador, 31/12/2017, p.1-5. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/183197>>. Acesso em: 15 jan. 2019

____ Las etapas geopolíticas del pensamiento político latinoamericano. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, Equador, 15/02/2017a, p.01 - 03. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/183544>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

____ Fundamentos geopolíticos del porque el imperio quiere sepultar históricamente a Chávez. 2017b. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, Equador, 24/04/2017, p. 1-4. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/185021>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

____ Venezuela y el interrogante geopolítico al continentalismo. 2019. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, Equador, 28/01/2019, p. 01 - 03. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/197803>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BATISDE, R. **Brasil, Terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1979.

BIANCHI, Alvaro. **O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. 314p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279956>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BNDES. Quem são os nossos 50 maiores tomadores de recursos. Brasília: ., 2019. 2 p. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRICEÑO RUIZ, José. **Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano**. Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía, J. Briceño Ruiz, A. Rivarola Puntigliano, ÁM Casas Gragea (eds.), Fondo de Cultura Económica, Madrid, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 143.

CÂMARA BRASIL-ALEMANHA de São Paulo (AHK São Paulo). *Site...*, São Paulo, Seção Associativo. Disponível em: <<http://www.ahkbrasilien.com.br/pt/camara-brasil-alemanha-de-sao-paulo-mobile/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CARCANHOLO, R. A. A atual crise do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 29, p. 49-57, 2009.

CARVALHO, C. Reformas econômicas e ajuste fiscal criam condições para o crescimento sustentado do agronegócio na próxima década: cenário brasileiro para 2018 é de retomada mais consistente da economia, sendo o agronegócio um destaque, **Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) - site**, São Paulo, Seção Notícias, 18/12/2017, Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/reformas-economicas-e-ajuste-fiscal-criam-condicoes-para-o-crescimento-sustentado-do-agronegocio-na-proxima-decada-aponta-estudo-da-fiesp/>>. Acesso em: 10 dez. 2018

CARVALHO, W. R. As possibilidades do desenvolvimento econômico num país de capitalismo dependente. In: CRUZ, C. A. S. et al (Org.). **América Latina: olhares e perspectivas**. Florianópolis: Insular Editora, 2015, p. 331-347.

CONRAD, R. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CÓRDOVA, L. N. **As empresas multinacionais e a Integração Latino-Americana: Relações entre Brasil e Argentina**. 2014. 132 f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124302/Monografia%20do%20Luciano%20Neves%20Cordova.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: xx

COSTA, D. Múltis tiraram Lessa do BNDES, diz Darc. [Entrevista concedida a] Guilherme Barros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 01 -04, 21/11/2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2111200422.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

COSTA, F. N. da. Reforma. [Entrevista concedida a] Centro Acadêmico de Economia. **Jornal do CAECO**, Campinas/SP, 07/06/2010. Disponível em: <<http://ieunicamp.wordpress.com/2010/06/07/reforma-%E2%80%93-entrevista-com-prof-fernando-nogueira-da-costa/>>. Acesso em: 26 dez. 2018

COSTA, J. D.; CARVALHO, W. R. Considerações acerca do neoliberalismo e suas alternativas. In: JORNADAS BOLIVARIANAS, XIV, 2018, Florianópolis **Anais...** Florianópolis, 2018, p. 01- 15. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/anais-da-xiv-edicao-das-jornadas-bolivarianas/jornadas-bolivarianas/xiv-edicao/artigo/consideracoes>>. Acesso em 04/03/2019.

CUEVA, A. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. In:

CASTRO, Therezinha de. *Nossa América - Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 362.

DINIZ, E. **Empresário, Estado, e capitalismo no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DREIFUSS, R. **A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Poder e Contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – *site*. **Seção Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro)**, 2018. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/agronegocio-deagro/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Janeiro: Editora Ufrj, 2010.

FRANCO, A. A. de M. **Síntese da história econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Mec, 1938.

FRANK, A. G. *Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista*. **Pensamiento Crítico**, La Habana, n. 13, p. 3-41, 1968.

_____. *Hacia una teoría histórica del sub-desarrollo capitalista en Asia, África y América Latina*. **Revista de la Universidad Nacional (1944-1992)**, Colômbia, n. 8, p. 109-132, 1971. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/article/view/11939>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

_____. **Lumpenburguesia: lumpendesarrollo: dependencia clase y política en Latinoamérica**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973a.

_____. *Burguesía nacional y golpe militar en Brasil*. In: _____. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. Ciudad de México: Ediciones Era S.A, 1976. p. 301-308.

_____. **Lumpenburguesía:lumpendesarrollo: dependencia, clase y política en Latinoamérica**. Barcelona: Laia, 1979.

_____. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. **Re-orientar: la economía global en la era del predominio asiático**. Valencia: Ed. Universidad de Valencia, 2008.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

____ **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FSP. Folha de São Paulo, Editorial. Lula e ministros criticam investimentos do BNDES. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18/11/2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u76822.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2018.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Integral, 1974.

____ **A economia latino-americana: a economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Formação histórica e problemas contemporâneos)

GOROJOVSKY, N. M. La burguesía paulista y el abandono del gran gasoducto del sur. **Revista de Patria y Pueblo**, Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://www.formacionpoliticapyp.com/2015/01/la-burguesia-paulista-y-el-abandono-del-gran-gasoducto-del-sur/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GOUVÊA, M. M. de M. **Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia**. 2016. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/MarinaMachadoGouvea.pdf>. Acesso em: xx

GULLO, M. **Argentina-Brasil: a grande oportunidade**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2006.

____ **A Insubordinação fundadora: breve história da construção do poder pelas nações**. Florianópolis: Insular, 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais - Brasil 2016**, n. 64, Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101619_informativo.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

IGLESIAS, M. N. P. **Los proyectos de integración Iberoamericana**. Buenos aiars: Siglo XIX, 1996.

KAN, J. **La integración desde arriba: los empresarios argentino frente al Mercosur y el ALCA**. Buenos Aires: Ciccus, 2015.

LESSA, C. Lessa critica AmBev e ex-dirigentes do BNDES. [Entrevista concedida a] Pedro Soares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 01 - 04, 27/10/2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2710200410.htm>. Acesso em: 27 out. 2004.

LESSA, Carlos. **Lula e ministros criticam investimentos do BNDES**. 2003. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u76822.shtml>>. Acesso em: 20 nov.2018.

____ Riscos sobre o BNDES. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/07/2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1107201107.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

____ Prefiro o possível e o impossível que Dilma fará do que a política de desemprego cruel que Fraga faria. [Entrevista concedida a] IHU Online. **IHU Online**, São Leopoldo/RS, 27/11/2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537900-a-politica-nao-esta-definidas-mas-as-pecas-centrais-estao-na-mesa-entrevista-especial-com-carlos-lessa>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

____ Ex-presidente do BNDES no Governo Lula nega pressões políticas. 2015. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/495828-EX-PRESIDENTE-DO-BNDES-NO-GOVERNO-LULA-NEGA-PRESSOES-POLITICAS.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

____ O testamento de Lessa. 2016. **ISTOÉ Dinheiro**. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20050209/testamento-lessa/20759>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

____ **Crise brasileira, os erros do BNDES e a urgência em renovar os quadros políticos**. [Entrevista concedida a] Patrícia Fachin. **IHU Online**, São Leopoldo/RS, 24/05/2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567956- crise-brasileira-os-erros-do-bndes-e-a-urgencia-em-renovar-os-quadros-politicos-entrevista-especial-com-carlos-lessa>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

LOBATO, E. Gestão de Meirelles é "pesadelo", diz Lessa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/11/2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u90703.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14394>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

____ **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978, p. 224.

LUCÁKS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**: ontologia do ser social. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARIÁTEGUI, J. C. Ponto de vista antiimperialista. **Revista Novos Rumos**, n. 18/19 (5), p. 64-66, 1190 Disponível em: <
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2068/1700>>.
 Acesso em: 26 jan. 2017.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

____ O método da economia política. In: ____ **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 788.

____ **O Capital**. Tomo I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMÓRIA del saqueo. **Direção de Fernando Solanas**. Argentina. CineSur S.A, ADR Productions, Thelma Film AG, 2003 (1h54min). Disponível em:
 <<https://www.youtube.com/watch?v=uSE-EkshbbQ>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

MENDEZ, A. G. B. **O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. 2004. 314 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279956>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

MARTINS, C. et al. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. **Revista Marx e o marxismo**, v.2, n.3, p. 357-381, 2014. Disponível em:
 <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/67>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. **Reforma – Entrevista com Prof Fernando Nogueira da Costa**. Campinas: 2010. Entrevista concedida ao Centro Acadêmico de Economia. Disponível em: <http://ieunicamp.wordpress.com/2010/06/07/reforma-%E2%80%93-entrevista-com-prof-fernando-nogueira-da-costa/>.

OSORIO, J. M. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva— estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J. M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**, São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103-133.

____ **Estado, reproducción del capital y lucha de clases**. México: IIEC-UNAM, 2014.

____ **Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2016.

OURIQUES, N. D. **La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica**. 1995. 264 f. Tese (Doutorado) - Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 1995.

____ Entre o medo e a esperança: limites e possibilidades de um governo popular no Brasil. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 37-46, 2002. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6060>>. Acesso em: 26 agot. 2018.

____ Política externa brasileira: como enfrentar o espectro de Bolívar? **Carta Maior**. 07/10/2009. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Politica-externa-brasileira-como-enfrentar-o-espectro-de-Bolivar-/22478>>. Acesso em: 03 out. 2018.

____ De renúncias e tradições - a propósito de Maria da Conceição Tavares. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2010.

____ A crise capitalista mundial e a periferia latino-americana. In: MATTEI, L. **América Latina no Limiar do Século XXI: temas em debate**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 119-151.

____ Crise mundial e integração latino-americana. **Le Monde Diplomatique Brasil Online**, São Paulo, edição 54, v. 54 p. 01- 12, 04/12/2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/crise-mundial-e-integracao-latino-americana/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

____ La crisis del neodesarrollismo y la teoría marxista de la dependencia. **Argumentos (México, DF)**, México, v. 26, n. 72, p. 129-140, mai-ago., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952013000200007>. Acesso em: 02 set. 2017.

____ Plano Real: o mito da estabilidade e do crescimento. **Le Monde Diplomatique Brasil Online**, São Paulo, edição 85, v. 4, 04/08/2014. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/plano-real-o-mito-da-estabilidade-e-do-crescimento/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

____ A integração latino-americana foi comandada pela expansão das multinacionais. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, p. 6-7. fev., 2016. Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/anexos/69A6C105AA3A1EA6646CD91A411DA82C.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

____ Sobre as leis de bronze da lumpemburguesia. **Partido Comunista Brasileiro (PCB) – site**. 09/09/2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/12021/sobre-as-leis-de-bronze-da-lumpemburguesia/>>. Acesso em: 09 jun. 2018

OURIQUES, N. D.; CARVALHO, W. R.; RUTKOSKI, M. M. **A aristocracia financeira e o assalto ao Estado na América Latina**. In: FERREIRA, A. C.; ALVIM, V. A trama da privatização. Florianópolis: Editora Insular, 2002, p. 205-223.

PINTO, E. **Bloco no poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Eduardo_Costa.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), v. 29, n. 22, p. 68-94, 2011.

PRADO JUNIOR, C. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RAMOS, A. G. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

_____. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, J. A. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: Peña Lillo, 2012.

_____. Un debate en el Congreso de Stuttgart. In: RAMOS, J. A. **Historia de la Nación Latinoamericana**. Buenos Aires: PeñaLillo, 2012a, p. 379-383.

RAMOS, V. **Manuel Ugart: o sonho da Pátria Grande**. Florianópolis: Insular, 2014.

RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. **América Latina: A Pátria Grande**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. Nossa Herança Política. In: MUNTEAL, O; VENTAPENE, J.; FREIXO, A. de. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 201-220.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril, 1982.

ROSTOW, Walt Whitman. Etapas do desenvolvimento econômico: (Um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 227.

RUIZ, José B. Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano. In: RUIZ, J. B.; PUNTIGLIANO, A.; RIVAROLA, G., A. M. C. (eds.). **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía**, Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.

SCHILLING, P. R. **Como se coloca a direita no poder: os protagonistas**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamataty**. São Paulo: Global, 1981.

_____. **Mercosul: integração ou dominação?** São Paulo: Cedi, 1992.

SEVERO, L. W. Integração da América do Sul: a liderança que o Brasil não exerce. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v. 3, n. 2, p. 604-615, dez., 2015.

SILVA, Golbery Couto. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. Bibl. do Exército-Editora, 1957, p. 81.

SILVEIRA, E. R. **São Paulo 1917-1921, aprendendo a ser patrão: o “fazer-se” da fração industrial da burguesia.** 2016. 325 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14022017-094227/pt-br.php>>. Acesso em: 13 abril. 2018.

SIMONSEN, R C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

SODRÉ, N. W. O Problema da Burguesia. In: ____ **Introdução à revolução brasileira.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

SOUZA, N. A. de. **Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974/1979.** 1980. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Divisão de estudos de Pós-Graduação, Universidade Autônoma do México, Cidade do México, 1980.

____ **Revolução Brasileira.** São Paulo: Global, 1989.

____ **Teoria Marxista das Crises.** São Paulo: Global, 1992. 100 p.

____ **A longa agonia da dependência: economia brasileira contemporânea (JK-FH).** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2005.

____ América Latina: inserção internacional, integração e desenvolvimento. In: CRUZ, C. A. S.; CORAZZA, G.; SOUZA, N. A. de. **América Latina: olhares e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2015, p. 219-351.

STUDART, H. O testamento de Lessa - Ex-presidente do BNDES antecipa trechos do livro em que ataca política econômica e revela bastidores do poder. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, p. 20-23, 09/02/2005. Disponível em:

<<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20050209/testamento-lessa/20759>>.

Acesso em: 01 dez. 2016.

TAVARES, R. **Forget the nation-state: cities will transform the way we conduct foreign affairs.** In: World Economic Forum 2016. Disponível em:

<https://unu.edu/publications/articles/forget-the-nation-state-cities-will-transform-the-way-we-conduct-foreign-affairs.html>.

TEIXEIRA, R. L. D. B. Da necessidade histórica de vilipendiar o petucanismo. **Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA)**, Florianópolis, 10 ago. 2018. Disponível em:

<<http://www.iela.ufsc.br/noticia/da-necessidade-historica-de-vilipendiar-o-petucanismo>>.

Acesso em: 10 ago. 2018.

TONIN, V. H. **A ideologia tardia da burguesia brasileira: crítica a “O capitalismo tardio”.** 2011. 104 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121103>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1947, p. 253.

TRÍAS, V. Las transnacionales y la influencia de la “Escuela de Chicago” en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 38, p. 5-19, sep-oct., 1978. Disponível em: <https://nuso.org/media/articulos/downloads/466_1.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

_____. Brasil-Argentina, clave de la integración iberoamericana: ¿Dependiente o Liberadora? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 45, p. 105-126, nov-dic., 1979.

_____. Las Fuerzas Armadas en las sociedades iberoamericanas. **Nueva sociedad**, Buenos Aires, n. 49, p. 113-133, jul-ago., 1980.

_____. **Imperialismo y geopolítica en América Latina**. Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

UGARTE, M. El peligro yanqui. **Diario El País**, 1901.

_____. **La Patria Grande**: estudio preliminar María Pia Lopez. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A, 2010.

UGARTE, M.; GALASSO, N. **La nación latinoamericana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

VASCONCELOS, G. F. **O xará de Apipucos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1987.

_____. Retorno ao recalcado: o nacionalismo na cultura brasileira. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História (PUC-São Paulo)**, São Paulo, v. 36, n. 1, p.1-14, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2362>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

_____. Nildo Ouriques, discípulo de Ruy Mauro Marini, detona os cipayos esclarecidos de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (Rebela)**: Instituto de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 1-41, set-dez, 2014. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/200/514>>. 22 out. 2018.

VARGAS, Getúlio. **Carta-testamento**. 1954. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/index.php/carta-testamento-de-getulio-vargas-63-anos-de-um-marco-nacional/>>. Acesso em:

VIDAL, J. W. B.; VASCONCELLOS, G. F. **Dialética dos trópicos**. Brasília: Instituto do Sol, 2002.

VITAL, A. Ex-presidente do BNDES no Governo Lula nega pressões políticas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 10/09/2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/495828-EX-PRESIDENTE-DO-BNDES-NO-GOVERNO-LULA-NEGA-PRESSOES-POLITICAS.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

WALLERSTEIN, I. **The politics of the world-economy: the states, the movements and the civilizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DOCUMENTOS

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Documento de posição – agenda de integração externa**, São Paulo: Fiesp, 2013. Disponível em: < <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/propostas-de-integracao-externa-da-industria/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

____ **Estratégia de Potencial Socioeconômico Pleno para o Brasil**, São Paulo: Fiesp 2013a. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/estrategia-de-potencial-socioeconomico-pleno-para-o-brasil/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

____ **Por que reindustrializar o Brasil**. Departamento de Competitividade e Tecnologia, São Paulo: Fiesp, 2013b. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/por-que-reindustrializar-o-brasil/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

____ **A participação da indústria de transformação no PIB: novas séries, piores resultados**. Departamento de Competitividade e Tecnologia, São Paulo: Fiesp, 2015.

____ **Nota Técnica Terceirização**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. São Paulo: Fiesp, 2015. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/nota-tecnica-terceirizacao/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

____ **Desempenho do Saldo Comercial Brasileiro**. Departamento de Competitividade e Tecnologia, São Paulo: Fiesp, 2016. Disponível em: < www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=186746>.

____ **Situação Econômica do país e a deterioração financeira da indústria de transformação**. Departamento de Competitividade e Tecnologia, São Paulo: Fiesp, 2016a. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=224653>>. Acesso em: 25 out. 2018

____ **O desafio de posicionar o Brasil na rota do desenvolvimento**. São Paulo: Fiesp/Ciesp, 2018. Disponível em: < http://simefre.org.br/wp-content/uploads/2016/08/O_DESAFIO_DE_POSICIONAR_O_BRASIL_NA_ROTA_DO_DESENVOLVIMENTO_OUT_2018.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2018

FIESP; CIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. **Panorama da Indústria de Transformação Brasileira**. 17. ed. Departamento de Competitividade e Tecnologia, São Paulo: Fiesp/Ciesp, 2019. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

GRASSI, Q. **Problemática da implantação de um curso de mobilização nacional na Escola Superior de Guerra**: contribuição individual. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1972. (Departamento de Estudos).

____ **Grupo permanente de mobilização das Federações de indústria:** T 170 - 13. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1973. (Departamento de Estudos).

____ **A empresa e a mobilização nacional:** CE-il76. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976. (Departamento de Estudos).

ITAÚ, Banco. **Declínio secular das commodities, de volta à tendência?** A queda dos últimos anos trouxe os preços reais das commodities de volta à tendência de declínio secular. 31/03/2015. Macro Visão. Disponível em: <<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/declinio-secular-das-commodities-de-volta-a-tendencia>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

MORRISON, W. M. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States.** Washington: Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

NIGRIS, T. de. **A industrialização, a segurança nacional e o grupo de permanente de mobilização industrial da FIESP:** C4 - 12 - 72. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1972. (Departamento de Estudos).

PMDB. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SIEKMAN, Philip. When executives turned revolutionaries: a story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil's Communist-infected government. **Fortune**, New York: Magazine Fortune, 147 – 150, set. 1964. (Anexo A).

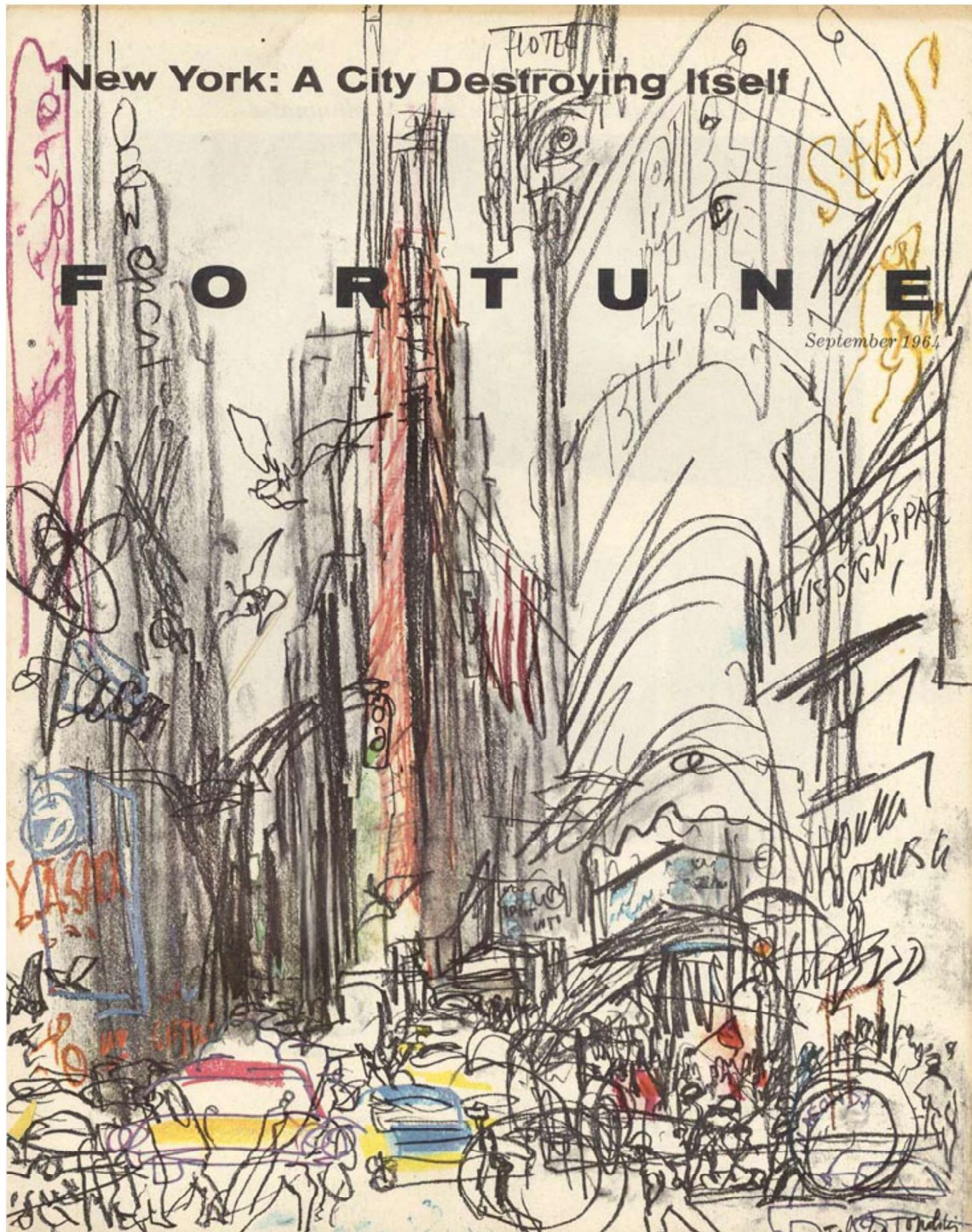
BRASIL. Ministro das Relações Exteriores. (2016-2017: José Serra Chirico). **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores.** Brasília, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SKAF, P. Gastança do governo desperdiça suor da testa dos brasileiros. **Fiesp – site**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/gastanca-do-governo-desperdica-suor-da-testa-dos-brasileiros-afirma-paulo-skaf/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

____ **O verdadeiro golpe Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015a.. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/paulo-skaf-o-verdadeiro-golpe/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Artigo de SIEKMAN, Philip. When executives turned revolutionaries: a story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil's Communist-infected government. **Fortune**, New York: Magazine Fortune, 147 – 150, set. 1964.



The Pinch Is on Supply
 Businessmen in the News 45
 Investigation of Liggett & Myers—and others)
 Business Around the Globe 59
 All at the Altar
 Mutual Investing 75
 Tiger
 Fortune 96
 Editor's Desk 105
 107
 "Succulent Passion"
 110
 Margins in Vietnam



FORTUNE

September 1964

Fortune's Wheel a review of this issue 2

- A City Destroying Itself* by Richard J. Whalen 115
Turnaround Year for Monsanto by Robert Sheehan 124
L.B.J.'s Romance with Business by Harold B. Meyers 131
A Verdant Investment (A Portfolio) 134
What's in It for Eddie, Bob, and Vic? by Stanley H. Brown 139
Nervi's Expanding Paper Mill (A Portfolio) 144
When Executives Turned Revolutionaries by Philip Siekman 147
Breaking TV Out of Its Box by Lawrence Lessing 150
The Squeeze in American Motors' Road by Edmund K. Faltermayer 154
The Nationalization of U.S. Science by Spencer Klaw 158
At the Crucial Points of Decision by Walter Guzzardi Jr. 161
 (Third in a series on the Young Executives)

ANDAR 14 PRAT. 9
 EST. 2 N. de ORD. 1/20

Processes 197

FORTUNE, September 1964, Vol. 43, No. 3
 Published monthly by Time Inc.,
 340 N. Michigan Ave., Chicago, Illinois 60611
 Subscriptions: U.S., U.S. possessions, and
 Canada, one year \$10; elsewhere, one
 year \$15. Single copies \$1.50.
 Address all subscriptions and correspondence
 concerning them to FORTUNE, 340 N. Michigan
 Ave., Chicago, Illinois 60611.
 Second-class postage paid at Chicago, Illinois,
 and at additional mailing offices.

Authorized as second-class mail by the Post Office
 Department, Ottawa, Canada, and for payment
 of postage in cash.
 This issue published in national and separate editions.
 Additional pages of separate editions numbered or
 allowed for as follows: Foreign 20A-20H, 20A-20H
 Member, Audit Bureau of Circulations
 © 1964 Time Inc. All rights reserved.
 Reproduction in whole or in part without
 written permission is strictly prohibited.

What's In It for Eddie, Bob, and Vic?

Their corporate collection includes Fifth Avenue Coach Lines, the Mercantile National Bank of Chicago, American Steel & Pump, Baltimore Paint & Chemical, and Defiance Industries. They also have designs on Teleprompter, American Hardware, and Lionel Corp. Eddie Krock, Bob Huffines, and Victor Muscat, or the "Muscat Group" as they are sometimes called, have left a trail of complex deals, often acrimonious and litigious.

139

What's in it for them seems to be corporate titles, salaries, expense allowances, and stock options, which net each something like \$200,000 a year. They display small interest in the companies they control. If they have a pattern of operation, it is to use assets of one company to acquire another. They are perpetually scanning the landscape for new deals. And, according to one, it is their common love of this kind of "action" that keeps them together.

When Executives Turned Revolutionaries



But from business and professional men. Most of them live in São Paulo, and their part in the recent revolt is described here for the first time.

Brazil, with its enormous economic potential and with \$1 billion of U.S. private investment, was literally snatched from the brink of disaster by last March's revolution.

This was no ordinary Latin-American military coup. Much of the inspiration and planning for João Goulart's overthrow came not from generals

147

The revolution was unusual in another way. It put Brazil's government back in the hands of men who believe strongly in orthodox economic policies. Already they are trying to slow the country's galloping inflation, which soared to a rate of 120 percent a year in Goulart's final months, and to attract new foreign investment. Some companies that operate in Brazil have adopted a wait-and-see attitude. But many of their local representatives are enthusiastic about the new regime. "With only a fairly good government," says one American businessman on the scene, "we could really go in this country."

Breaking TV Out of Its Box

U.S. television early became concentrated in the rather cramped VHF (very high frequency) portion of the radio spectrum. As a result only nine of the nation's ninety largest market areas have four or more VHF channels and some cities have none at all. The much roomier UHF (ultrahigh frequency) band has gone largely unused. The chief reason is lack of UHF receivers.

Convinced that UHF offers the only hope of bringing multi-channel television to many communities, Congress passed a law

150

requiring that all TV sets manufactured after May, 1964, be equipped to receive both UHF and VHF programs. But it will be at least five years before half the country's homes have "all-channel" receivers. Meanwhile the proliferation of pay TV and such systems for relaying VHF broadcasts to remote areas as community-antenna TV and the translator station could discourage the setting up of UHF stations, resulting in an even more tangled pattern of broadcasting rather than the simplified one Congress sought.

The Squeeze in American Motors' Road

New-model cars began rolling off the assembly lines early last month, to be hustled off to secret storage pending formal unveiling of the 1965 lines. No other company had its heart beating as fast as American Motors as it waited for the public's verdict. For American has poured more money into tooling for the three new lines of cars it will offer than it ever has for a model change before. It is trying to reverse a downward trend that was serious at midyear and looked even more ominous when figures for nine months were recently released—sales off 10 percent, profits down 24 percent from a year ago.

Can American Motors hold its own against the industry's Big

154

Three and their vast resources?

The signs are hopeful. American has a strong and seasoned management, cash to back its ideas, and no long-term debt. The dealer organization is sound, and foreign sales are good and growing. The company's 1964 sales goal is 490,000 cars. If that comes off, there may be some late-Sixties realism in President Roy Abernethy's ambitious vow: "We're going to sell a million cars one of these years."



158

sities, some critics say, government-spurred science is benefiting at the expense of the humanities. Within science itself, the easy availability of government research grants is encouraging many graduate students to avoid classroom teaching duties. A relative handful of big-name universities get the lion's share of the funds channeled to the academic world, thus perpetuating the concentration of top talent in a few centers. Some scientists believe that government should be more cautious in handing out funds, but most think present restrictions should rather be eased. The article discusses a number of the more prominent proposals for change.

The Nationalization of U.S. Science

Federal spending on research and development has quintupled in the last ten years to \$15 billion. Washington provides 65 cents of every dollar spent on R. and D. by private industry, and the proportion is even higher in universities. Increasingly, both scientists and government are pondering the implications of this massive federal involvement, for good or ill.

Much of the recent ferment concerns basic research, which is heavily concentrated in universities. Here the potential dangers and benefits of government support are far greater than the size of the \$1.6-billion annual outlay might indicate. In many univer-

161

The Young Executives III: At the Crucial Points of Decision

"The first problem is the president. I could shatter him, but I won't. For now, I'm a hero maker. I'm going to change him from a \$7-million-company president to a \$40-million one. He used to think about \$100,000 a year for research, and now I'm telling him about \$1,500,000."

Speaking is the youthful chief accountant of a southern corporation who is responsible for expanding a recently acquired company.

executive slowly "gets the president's head turned around." An unprofitable product is discontinued, an unwise proposal for a new plant is abandoned, and production bottlenecks are avoided.

This third article in FORTUNE's series on young executives shows there is no conformist pattern in the aggressively independent attitudes of these men. It also reveals the enormous power that accrues to men in the second layer of corporate management, often as a result of a merger or spin-off. Far from constricting the creative result of a merger, the large corporation is very likely to place a young man in a position of decision.

A story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil's Communist-infected government.

When Executives Turned Revolutionaries

by Philip Siekman

"God is a Brazilian," a popular Brazilian adage holds. Looking back over recent events, one is tempted to conclude that Brazil has indeed been favored by divine providence. Early this year only two roads seemed to stretch before the country. One led to a Communist-dominated totalitarian state like Castro's Cuba, the other to a full-scale civil war as bloody as the one that ravaged Spain in the Thirties. Either of these fearful possibilities would have sent disastrous shock waves through the rest of Latin America and confronted the U.S. with its gravest foreign-policy defeat since the fall of China.

By last March the Brazilian economy, harassed by inflation and political strikes, was on the edge of collapse. The government of President João Goulart was riddled with Communists and their sympathizers, who were fomenting chaos and preparing to capitalize on it. And desperately frightened opponents of the regime were arming themselves to fight in the streets.

Then, suddenly and almost miraculously, it was all over. In a revolt that began in the early hours of March 31 and ended two days later, the Brazilian Army rose up to flex its battalions of men and tanks, Goulart fled into exile, and his leading supporters were rounded up and jailed. The day the government fell, Rio's Copacabana beach district erupted in a revel that matched the joyous celebrations of carnival. São Paulo was another bedlam of joy. A local businessman says that he has seen the city react as it did on only three other occasions: when the war ended in Europe in May, 1945, and in 1958 and 1962 when the Brazilian team won the World Cup soccer championship.

Now a capable civilian government, cautiously chaperoned by the Army, is trying to create order and stability out of the mess it has inherited. Gilberto Freyre, the noted Brazilian sociologist, says the present Cabinet "may be the most competent in the history of the republic."



But the optimism that is encouraged by the talent and attitudes of the new men in power must be tempered by the magnitude of the political, social, and economic problems with which they are faced.

Nevertheless, some foreign companies (Willys-Overland, Philips' Lamp, ASEA), which have waited a long time for a Brazilian government that would honestly try to govern, have been so heartened that they are already making sizable additions to their Brazilian investments. Most U.S. investors, conditioned to expect Brazilian promises to evaporate like a morning fog, are cautiously waiting and watching. Their skepticism is partly explained by the fact that the story of Brazil's revolution, with all its encouraging aspects, has not, up to now, been fully told in the American press.

In typically sardonic fashion, one Brazilian remarked about the March coup, "Now that it has turned out so beautiful, everybody wants to be father of the child." The Army generals provided the critical show of force that provoked the showdown. But this was not just another Latin-American military take-over. Significantly, much of the inspiration and planning was provided by business executives and professional men, aroused by Brazil's leftward drift. Not only were they aroused, they organized to do something about it. Most of these leaders were from the state of São Paulo, and the March 31 uprising can justly be called "the Paulistas' revolt."

São Paulo is the most prosperous and politically powerful of Brazil's twenty-two states. It contains one of Latin America's most important ports, Santos, and Brazil's largest metropolis, the city of São Paulo (population: four million). Its wealth and power were once based on coffee, but now it houses the greatest concentration of industry in Latin America. In factory suburbs that sprawl across the gentle hills outside the capital city, Paulistas manufacture most of Brazil's automobiles, plastics, electronic equipment, textiles, chemicals, and machinery.



Leaders in the conspiracy against Goulart included Lieutenant Colonel Rubens Resstel (above, right), who brought in veterans of Brazil's World War II Expeditionary Force, and Júlio de Mesquita Filho (below, center), a São Paulo publisher, who rounded up support from businessmen and politicians. The group struck just in time to block a Communist take-over. Says Resstel, "We decided to have them for lunch before they had us for supper."



Fiercely individualistic and proud of a tradition of self-reliance and hard work, the Paulistas have always looked on any Brazilian central government with suspicion—including those they controlled in the early days of the republic. At one time their attitude toward public issues was rooted in the single idea that what was good for the coffee market was good for Brazil. But the businessmen and professionals who have come up since World War II are far more concerned than their predecessors about the social tensions and individual injustices rampant in a society where perhaps a third of the 77 million people are condemned at birth to a life of poverty and ignorance. They believe that Brazil needs sweeping change—through the operations of limited government, private enterprise, and individual freedom.

Among these Paulistas is a soft-spoken pharmaceutical-company executive, Paulo Ayres Filho (*filho* is the Portuguese equivalent of junior). Now forty-five, Ayres succeeded his father in 1956 as president of Instituto Pinheiros, an ethical-drug firm named after the outlying district of the city of São Paulo in which it is located. His family owns 25 percent of the company, which he runs from a small office on the factory grounds.

A drug maker's antidote

In the early Fifties, Ayres was becoming increasingly concerned about the demagoguery and left-wing activity that were infecting Brazilian politics. At this point he became aware of the work of the Foundation for Economic Education in Irvington-on-Hudson, New York. Mostly through booklets and pamphlets, the U.S. foundation proselytizes in the cause of limited government and free enterprise, as an antidote for what it calls the "something for nothing" philosophy. Ayres read a number of the foundation's publications (e.g., Henry Hazlitt's *Economics in One Lesson*) and began to circulate its pamphlets as well as translated excerpts from other works among scores of his friends.

Looking back on those early years of activity, Ayres recalls: "We were losing the fight." In 1955, Juscelino Kubitschek was elected President of Brazil as the candidate of the Social Democratic party, and with the backing of the leftist-dominated Labor party. Kubitschek pushed Brazil into a frenzy of development and government spending. Whole new industries were built, São Paulo boomed, and Brasília, the new capital, appeared like a concrete mirage cast in the wilderness. Millions upon millions of cruzeiros were spent, wasted, and stolen. Brazil's chronic inflation was inflamed. And, at least as Ayres and others saw it, "Communists began showing up in student groups, labor unions, and even professional and managerial associations and chambers of commerce."

Ayres tends to use the word Communism to describe a broad spectrum of political thought, encompassing not only outright party supporters, but also democratic socialists, students and intellectuals who employ the language of Marxism as a means of protest, and, perhaps most important, unprincipled opportunists. During the late Fifties these influences were unquestionably gaining ground. Attacks on the U.S. and capitalism in general mounted in fury; demands for sweeping nationalization of industry became more strident; and more and more politicians began talking about class struggle and preaching violence as the path to power.

A few days before Kubitschek's term ran out in January, 1961, Ayres received a long-distance telephone call from a stranger who shared his fears. The caller was Gilbert Huber Jr., a young Rio businessman who had built a thriving postwar business, Listas Telefônicas Brasileiras, publisher of Brazil's telephone-directory "yellow pages." Huber told Ayres that he had heard of his one-man education campaign and suggested that they get together. The two men began to meet regularly, often in Rio where Ayres was beginning a short term as a director of the Bank of Brazil.

The head of the bank was another São Paulo businessman, João Baptista Figueiredo. He and a handful of other friends of Ayres and Huber were soon drawn into the discussion of how to counter the statist and leftist propaganda echoing through Brazil. The outcome was a decision to set up the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

(Institute of Social Research and Studies)—IPES, for short. Some of the group contended that IPES should be a clandestine movement. But the founders finally agreed that they would operate in the public view—publishing booklets and pamphlets, underwriting lectures, financing trips by students to the U.S., and helping to support democratic student and labor associations.

"The destruction of our hopes"

Just before IPES got started, Jânio Quadros was inaugurated as President of Brazil. He showed an encouraging determination to come to grips with inflation and government corruption and halt the drift that so alarmed São Paulo's businessmen. But after only seven months in office Quadros suddenly resigned and was replaced by the Vice President, João Goulart.

For Ayres, Jango Goulart's ascendancy meant "the destruction of all our hopes." A protégé of onetime dictator Getúlio Vargas, Goulart had built the Labor party into a powerful political machine by carefully fertilizing friendships with government patronage and by promising workers higher and higher wages. Under his benevolent eye, Communist-influenced labor leaders took control of the majority of the nation's labor unions.

Frightened by the thought of what Goulart might do now that he had presidential power, IPES quickened its efforts to influence public opinion. But it was hard going. A campaign in the business community for members and funds yielded meager results. As Ayres recalls, "Some wouldn't contribute because they thought we were wrong; others wouldn't because they were afraid we were right and didn't want to get involved." IPES' support of agrarian reform won it no friends among the *latifundiários*, the big landowners. Its concept of a free and open economy was not welcomed by inefficient industrialists who were already disturbed by the growing number of foreign companies that were bringing advanced technologies and aggressive marketing into Brazil. In all, only about 400 firms, mostly in Rio and São Paulo, contributed to the organization; the annual flow of cash never exceeded \$500,000.

With limited funds and no real idea of just how to go about the task it had set for itself, IPES attempted too much. "We tried to save the country," says Ayres. "And we failed to think in proper depth. But the seeds we threw helped many isolated initiatives." The organization turned out a stream of pamphlets and booklets that gave away to anybody who would make use of them. (Its publications include "Inflation, Its Causes and Consequences," "The Truth About the Industrial Revolution," a series on "Economics for Everybody.") It helped finance a democratic leadership-training program for businessmen, students, and laborers, which has educated 2,600 people. And it encouraged women's groups and student and other organizations by contributions of funds, literature, cheap office space, free office equipment, and subsidized clerical help.

Toward the end of 1962 the attitude of many IPES members began to undergo a change. "At first," says Ayres, "the whole idea was to resist, not to attack. We all wanted Jango to end his term. We knew everybody in other parts of the world would be against us if we threw him out." But as Goulart's government got more and more reckless, it became apparent that intellectual resistance was not going to work fast enough. While IPES continued its propaganda and educational work, in-



A half-million Paulistas march "with God for Freedom" (an astonishing demonstration that the American press ignored).

dividual members of the organization began to look for more direct ways of asserting their opposition.

An alphabet soup of anti-Communist organizations sprang up on the Brazilian scene. Some held rallies; others painted signs on walls; one attempted to buy politicians. A São Paulo industrialist, who belongs to IPES, decided the time had come to adopt "their methods." He organized vigilante cells to counter left-wing hecklers at anti-Communist meetings with "intellectual methods—like a kick in the head." Later, the vigilantes armed themselves with light weapons, set up a clandestine hand-grenade factory, and picked out a site from which to carry out guerrilla operations in the civil war they considered unavoidable and imminent.

continued page 210



CE

Bank sign at the New Jersey exit of the highway has become a landmark welcoming visitors to the state. It tells of National State's 152 years of service to the people, industry and business.

As New Jersey's TERCENTENARY, we invite you to look into the vast opportunities that exist in business, industry and living. Our staff of professional counselors will help you investigate your options.

Learn more about New Jersey.
Visit the National State Bank.
Experience the difference through National State.

ESTABLISHED 1812
NATIONAL STATE BANK
OF NEWARK
100 Broad St., Newark 1, N.J.
Federal Deposit Insurance Corporation

Brazil's Revolution continued from page 149

What was to become the important activist movement against Goulart began with three members of IPES who are all São Paulo lawyers: Flavio Galvão, Luiz Werneck, and João-Adelino Prado Neto. (Galvão is also an editor of *O Estado de São Paulo*, the city's conservative newspaper.) They decided, in Werneck's words, "that we must do something. If this meant revolution, we were prepared. We had to transform the whole situation."

Before long they were meeting with a growing number of other São Paulo professional and business men in and outside the ranks of IPES. One of the most prominent recruits was Júlio de Mesquita Filho, who became the nominal head of the group. (The Mesquita family owns *O Estado de São Paulo*.) Another was Adhemar de Barros, Governor of the state of São Paulo. His adherence to the group of businessmen revolutionaries was especially important because he had a well-trained and well-armed state militia of some 40,000 men. Barros opened up lines of communication to other sympathetic governors, notably Carlos Lacerda of Guanabara, the state that contains Rio de Janeiro. With a seemingly unquenchable supply of venomous invectives, Lacerda was Goulart's most abusive public enemy.

"It is no longer possible to endure"

By the latter part of 1963, Brazil appeared to be dangerously close to coming apart at the seams. Continued inflation was not only sapping the country's productive strength, but further depressing the living standards of most Brazilians (on a per capita basis, the real gross national product actually declined last year). In the destitute northeast, illiterate peasants were being organized with money from Red China and arms smuggled in from Cuba. In the south, Leonel Brizola, a fanatic congressman who is Goulart's brother-in-law, was stepping up his attacks on foreign and national business.

By this time, men who were openly sympathetic to Communism and Castro had taken over key posts in the government and its agencies. And a Communist-dominated top labor command was openly using strikes as a political weapon. In October some thirty major strikes were in progress or threatened.

Goulart shuffled Cabinet ministers (he had fifty-five different ones in two and a half years), set up an economic stabilization plan, and then abandoned it, talked of reforms and did nothing. On the face of it, he appeared simply unable to govern, but the Paulistas' interpretation was more sinister. They believed Goulart was contriving crises in order to demand more power. Their theory was confirmed in October when the President asked the congress to declare a state of siege under which the federal government would be granted sweeping powers. (The congress, for the moment, refused.)

In São Paulo, Adhemar de Barros talked of impeaching Goulart and openly threatened revolt: "São Paulo is ready to fight . . . It is no longer possible to endure this crisis of authority, this lack of discipline." But open revolt would require help from the Brazilian Army.

Informally, IPES members had long cultivated friendships in the military services, had invited officers to São Paulo ostensibly to visit factories, and over coffee and dinner had told them of their fears. But the most consequential meeting took place in early 1963, when Werneck, Galvão, and others became acquainted with a young lieutenant colonel, Rubens Resstel, then stationed in the São Paulo headquarters of Brazil's Second Army.

A Paulista by birth and a military-academy graduate, Resstel saw action (and won the U.S. Silver Star) with the Brazilian Expeditionary Force, which fought as part of the U.S. Fifth Army in Italy in World War II. As IPES became the mother cell of the civilian resistance to Goulart, so the veterans of the B.E.F. became the moving force within the military. Since the war, explains Resstel, "we have had a horror for any regime like the one we fought, whether it is Fascist or Communist." Encouraged by the Mesquita group, Resstel and some of his fellow officers began to circulate through Brazil sounding out other military men. A number of young officers agreed that

Ne

At
he
day
wit

Queen
take time
Queens c
how one
"Who
man
from
able
ship
is no
time
If your h
has all th




support good economy...
You enjoy lower maintenance costs with Kreolite End Grain Wood Block Floors

**JENNISON
WRIGHT**

**KREOLITE
Wood Block Floors**
The JENNISON-WRIGHT Corporation • Toledo, Ohio 43609

Other Wood Block Advantages
Comfortable... easy under foot
Durable... withstands heavy abuse
Low maintenance... 1/3 cent per sq. ft. in 20 years
Easy to replace... in sections or units
Dustless... protects bearings and finished parts
Absorbs noise
Insulates against heat and cold
Easy to provide for conduits or cables



**Graphic Arts Industry
is Big and Busy
in West Central Ohio**

Example. Three million magazines each day—more than one billion each year—are produced at McCall Corporation's Dayton plant. With 37 acres under one roof, this is the world's largest magazine printing facility. Why is it that the graphic arts industry (with leaders in several fields of publishing) continues to be attracted to, and to prosper in West Central Ohio? Two good reasons are: Strategic location and skilled people. More than 50% of the nation's consumer and industrial markets are within 500 miles. Transportation is superb, with high-speed Interstate freeways to the north, south, east and west. Write or phone our Area Development Department today.

**168th COMMON
DIVIDEND
NOTICE**

The Board of Directors has declared a regular quarterly dividend of 29¢ per share on the Common Stock of the Company, payable on September 1, 1964, to stockholders of record at the close of business on August 18, 1964.

JOSEPH E. THEOBALD
Secretary
August 7, 1964

THE DAYTON POWER AND LIGHT COMPANY
An investor-owned company serving West-Central Ohio
Dayton, Ohio 45401

Brazil's Revolution continued

the time had come to act; but many in the highest ranks did not. The Army has played a major role in Brazilian politics ever since it overthrew the empire seventy-five years ago. But it has been, on the whole, a cautious role—as protector of the constitution and arbiter of civilian debates that seem to endanger the republic. As John J. Johnson has pointed out (*The Military and Society in Latin America*), "... the Brazilian armed forces in this century have sought consciously to avoid moves that would provoke bitter popular resistance. They have not always succeeded, but their record is good..."

A number of officers refused at first to join the conspiracy because they believed Goulart had not yet overstepped his constitutional bounds, or because they thought he represented the will of the people. It remained for events—and Goulart's own actions—to change the Army's mind.

In early 1964 the young military men in the Mesquita group began to piece together bits of evidence which indicated that the Communists around Goulart were planning a coup of their own—with or without Goulart's help. There had been a split in the Brazilian Communist movement between the so-called Russian wing, which counseled moderation and gradualism, and the Chinese-Cuban wing, identified with Brizola, which preached violence. The latter group appeared to have gained the most influence on the government. The Paulistas feared an overnight attempt to create a totalitarian state, with a wave of violence and murder, guerrilla actions, strikes in key industries, and an uprising of enlisted military men.

As some civilians saw it, the choice now was to die in defense of their freedom or be imprisoned and shot later because they had failed to defend it. They began to arm themselves. In time the Mesquita group alone spent about \$10,000 on weapons, including a handful of machine guns. Groups in residential sections of São Paulo obtained weapons, ammunition, and supplies, and carefully plotted out defense plans for their blocks.

Resstel and the other military officers reckoned that with some elements of the regular Army, the state militias, and the civilians they could hang on for ninety days. Before that time ran out the Mesquita group hoped for outside help. They sent an emissary to ask U.S. Ambassador Lincoln Gordon what the U.S. position would be if civil war broke out, who reported back that Gordon was cautious and diplomatic, but he left the impression that if the Paulistas could hold out for forty-eight hours they would get U.S. recognition and help.

The girls from Ipanema

On Friday, March 13, Goulart presided over a rally in Rio's Praça da Republica attended by about 100,000 workers and peasants brought in from all parts of Brazil by truck, bus, and train. Billed as a great demonstration for reforms, the rally was a sounding board for demagoguery. As part of the proceedings Goulart announced the expropriation of the five privately owned petroleum refineries in Brazil and signed an agrarian-reform decree that declared all medium and large rural property along federal land—railroads, highways, reservoirs—subject to expropriation. The most ominous speech was made by Brizola, who openly warned Goulart to get moving or get left behind. He demanded that "the President must stop his conciliations and form a popular and national government," which he defined as a congress of workers, peasants, students, sergeants, and nationalist officers. Some listeners wondered whether Goulart had become a captive of his brother-in-law. One Paulista later observed that Goulart reminded him of the sorcerer's apprentice who had set the broom and water pail to work and was in danger of drowning because he didn't know how to stop them.

In the frenzy of the rally Goulart made what proved to be a crucial error. He observed offhandedly that "women with beads in their hands" would not stand in his way. Some of his listeners wondered what had prompted this insulting reference to the rosary, the Catholic prayer beads. But a large group of Brazilian women knew exactly what was bothering Goulart. They were.

Brazil's Revolution *continued*

to fire any government employee, and to suspend for ten years the political rights of any individual charged with corruption or Communism. On Saturday, April 11, General Castello Branco was elected President by the congress to serve out the remaining twenty-one months of Goulart's term. Branco resigned from the Army, and turned to the problems at hand.

The Goulart apparatus completely dissolved. Its most notorious leaders fled into exile. Others were quickly arrested. In the first days of the revolt, thousands of suspected subversives were hastily dumped into jails or temporary prison ships. (By now, most have been quietly released.) Deprived of its fanatical leaders and cut off from its access to state and federal treasuries, the Brazilian extreme left faded away. "We eclipsed them," says Resstel.

With the Communist threat nullified, the new regime turned its attention to cleaning up corruption. Under Goulart, governors, congressmen, federal officials, and their friends had been knee deep in government treasuries. Government payrolls had been loaded with friends and relatives who never showed up for work. And the federal financial institutions had become the private preserves of government officials. Goulart himself was no amateur. By diligently exploiting the opportunities provided by his office he had amassed a sizable fortune and a landed estate encompassing nearly 3,000 square miles.

In the sixty days allowed by the institutional act, the government canceled the political rights of 378 people, on the grounds of either corruption and dishonesty or Communist action. Included on the list are three ex-Presidents of the republic, a federal senator, five governors, fifty-one federal deputies; they will not be permitted to run for office or vote for ten years. Perhaps the best-known name on the blacklist was that of ex-President Juscelino Kubitschek. Some foreign observers saw his blacklisting as a crude political maneuver to eliminate the man who would have been a strong contender for the presidency in the next elections. Kubitschek might well have taken back to power the very elements of the old regimes that led Brazil into chaos.

Slowing the pump

Like most of its predecessors, the new regime took office with promises to straighten out the economy and introduce sweeping reforms. To the surprise of many Brazilians, it apparently intends to fulfill its promises. Castello Branco's talented Cabinet includes, as Minister of Economic Planning, Roberto Campos, the witty and urbane economist who once served as Ambassador to the U.S. under Goulart and who quit when he tired of being "the interpreter of a nonexistent policy."

The new ministers have come up with an agrarian-reform program; a fiscal-reform plan that effectively will give Brazil its first central bank; and legislation that revises electoral laws and extends Castello Branco's term to March, 1967, to give him time to institute these changes. Before Campos and the rest of the Cabinet can turn their full attention to basic reforms, however, they must do something about checking inflation. Last year the money supply increased more than 60 percent; and the value of the cruzeiro was about cut in half. This year, just prior to the revolt, Brazil was inflating at an annual rate of 120 percent.

The chief pump of the inflation is a huge government deficit. Had Goulart remained in power, it would probably have topped 1.5 trillion cruzeiros this year (roughly \$1.3 billion at present rates). Campos and the new Minister of Finance, Otávio de Bulhões, have already hacked away part of this by dropping petroleum and wheat import subsidies, which probably would have cost the government \$200 million in 1964. They also have drafted a tax-reform bill that will beef up revenues, and they are working on ways to reduce the multimillion-dollar losses suffered by the state railway.

The Cabinet, however, is hesitant about making slashing cuts in the federal payroll. That would, as Bulhões puts it, "cause an inconvenient social reaction." He asks, "How can we solve financial problems without taking human conditions into consideration?" Campos and Bulhões are convinced, however, that by one means or another they will reduce the deficit by one-third or more

this year and slow the inflation to a rate of 2 to 3 percent a month by the beginning of next year. The goal is to get the economy back into bounds (and free the cruzeiro) before 1965 is ended.

But the inflation is not going to be halted without some serious disruptions. In the past, much Brazilian business depended on "preventive buying"—purchasing of goods and building up inventory in advance of price increases—and a flight from money into goods. A number of Brazilians, for example, bought automobiles as a convenient way of protecting their capital from depreciation (Some businessmen owned a score of Volkswagens.) As the need for this sort of buying disappears, the hoarded cars will be put on the market and manufacturers will run down their bloated inventories of parts and raw materials. Many companies will have difficulty selling much of anything for a while. Indeed, in June, the storage lots around the plants of Brazilian auto makers were already crammed and Volkswagen was even parking cars in the driveways around its factory outside São Paulo. By that time automobile sales were down by at least a third; home appliances, textiles, and machinery were off some 25 percent.

"We could really go"

If Brazil is not to die on the operating table as the new men attempt to cure its ailments, it will need large infusions of help from abroad. U.S. aid to Brazil had dwindled to \$2 million in the eight weeks preceding the revolt. Immediately afterward, the U.S. came up with \$93 million in surplus agricultural commodities under Public Law 480 and \$50 million more in dollar loans and grants for over thirty-five development projects. At the same time, the U.S., Japan, and a number of European countries began negotiating agreements to reschedule Brazil's huge, \$3-billion foreign debt. Beyond this, additional European and American aid probably will be granted Brazil this year to help underwrite the budget deficit and finance imports.

Once bankruptcy is averted, the new government must get the economy moving upwards again—without resorting once more to inflation. With Brazil's population growing by more than 3 percent a year the problem of unemployment and underemployment will become even more acute unless there is sustained growth in industry and vast improvement in agriculture. But this, too, will require foreign aid, especially private investment.

Enticing foreign investors back to Brazil is not going to be easy. U.S. business alone already has a \$1-billion stake in the country. Many U.S. subsidiaries did extremely well during the Fifties. But in recent years they have been sorely pummeled by inflation and badly frightened by venomous attacks on capitalism and foreign enterprises. Since 1962, when the government passed a profit-remitance law that effectively prohibited subsidiaries from returning money to their parent companies, practically no new private investment has been placed in Brazil.

The Castello Branco government has revised the profits law, to open the door to a normal flow of cash from subsidiary to parent. And foreigners have been getting profuse assurances that they will be fairly treated in Brazil. A few companies have responded by increasing their investments. But most have taken a "wait and see" attitude even in cases where their local managers are bubbling with enthusiasm. Says one American, "With only a fairly good government, we could really go in this country."

For investors, distance may lend objectivity, but it can also hamper foresight. Only the rashest prognosticator would guarantee that Brazil will not again lapse into corrupt government and insane economics. But with a large population, a huge land mass, and a wealth of raw materials, Brazil remains potentially one of the world's most powerful nations. Next year, the managers of a U.S. corporation will be hard put to explain to their stockholders why they invested in Brazil in 1964. Ten years from now, they might find it even more difficult to explain why they did not.

One good cause for optimism is the fact that most of the businessmen of São Paulo are solidly behind the government—and that is something new in Brazil. The people who helped spark the revolution know that their job isn't done. The effects of years of left-wing propaganda will take a long time to eradicate. But the Paulistas believe Brazil is finally headed in the right direction. Says Paulo Ayres, "Our revolution is in process." END